UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MAYRA COAN LAGO

Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón:
imaginários populares no varguismo e no peronismo

Versão Corrigida

São Paulo
2021

MAYRA COAN LAGO

Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón:
imaginários populares no varguismo e no peronismo

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Helena Capelato

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L177e Lago, Mayra
 Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General
Perón: imaginários populares no varguismo e no
peronismo / Mayra Lago; orientadora Maria Helena
Capelato - São Paulo, 2021.
 305 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. imaginários populares. 2. varguismo. 3.
peronismo. 4. cartas. I. Capelato, Maria Helena,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Mayra Coan Lago

Data da defesa: 18/03/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Maria Helena Capelato

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/04/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

LAGO, Mayra Coan. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovada em: 18/03/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Helena Capelato Presidenta da Banca Examinadora	Instituição: FFLCH/USP
Prof (a) Dr (a) Maria Angela Borges Salvadori	Instituição:FE/USP
Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired	Instituição: UNESP/Assis
Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro	Instituição: UNIRIO

Suplentes

Profa. Dra. Maria Margarida Cintra Nepomuceno	Instituição: PROLAM/USP
Prof. Dr. Thiago Cavaliere Mourelle	Instituição: Arquivo Nacional
Prof. Dr. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos	Instituição: IFMG

Para minha família, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Embora a pesquisa e a escrita de uma tese sejam atos extremamente solitários, eles são frutos, direta ou indiretamente, da colaboração profissional e/ou afetiva de diversas instituições e indivíduos, aos quais sou imensamente grata.

Agradeço à Universidade de São Paulo, em especial aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Social, por proporcionarem uma formação enriquecedora, crítica, humanista e gratuita. Ao *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq) pela bolsa de pesquisa de doutorado concedida, que possibilitou a pesquisa em diversas instituições brasileiras e argentinas em distintos momentos do desenvolvimento do trabalho.

Sou extremamente grata à minha orientadora, Profa. Maria Helena Capelato, por ter contribuído na realização desse sonho dando grande apoio, estímulo, confiança, liberdade e amizade ao longo desses anos. Seus ensinamentos e conselhos, profissionais e pessoais, além de reforçarem minha grande e antiga admiração por ela, me ajudaram a ser uma pessoa melhor.

Ao Prof. Vanderlei Vazelesk Ribeiro e à Profa. Maria Angela Borges Salvadori pela leitura atenta das partes iniciais dessa pesquisa e pelos valiosos comentários e sugestões concedidos no meu exame de qualificação que auxiliaram demais na elaboração da tese. Ao Prof. Vanderlei, “carteiro”, também agradeço a amizade e os bons momentos culturais e gastronômicos. Além disso, sou muito grata pelo contato que estabeleceu com a Profa. Noemí Girbal-Blacha, da *Universidad de Quilmes*, que me apresentou valiosos arquivos digitais. À Prof. Maria Angela pela disponibilidade, acolhimento e enorme colaboração em diversos momentos desse processo.

À Profa. Maria Angela Borges Salvadori, ao Prof. José Luis Bendicho Beired e ao Prof. Vanderlei Vazelesk Ribeiro por terem aceitado participar da minha defesa, mas também pela leitura atenta e pelos instigantes comentários e sugestões para este trabalho concedidos na minha defesa.

Às professoras Maria Ligia Coelho Prado, Mary Anne Junqueira, Gabriela Pellegrino, Stella Maris Franco e Mariana Martins Villaça do Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA) por proporcionarem um rico ambiente

de discussão e reflexão acadêmico, mas também pelos valiosos comentários e sugestões nas oportunidades em que apresentei a minha pesquisa, algo que estendo aos meus colegas do LEHA. Um agradecimento especial para a Profa. Maria Ligia por ter me auxiliado a repensar variados aspectos da pesquisa em outros momentos.

Aos professores e professoras que colaboraram, de maneiras distintas, na elaboração desse trabalho, mas também na minha formação profissional e crescimento pessoal: Adriane Vidal Costa (UFMG), Horacio Gutiérrez (USP), Joana Rodrigues (UNIFESP), José Luis Bendicho Beired (UNESP), Julio Manuel Pires (USP), Maria do Rosario da Cunha Peixoto (PUC/SP), Nilce Cristina Aravecchia Botas (USP), Orlando de Barros (UERJ), Renato Braz Oliveira de Seixas (USP), Valéria de Marco (USP), Vivian Urquidi (USP) e Yvone Dias Avelino (PUC/SP). Em especial, à Profa. Noemí Girbal-Blacha (Universidad de Quilmes) por ter contribuído significativamente na ampliação da minha compreensão sobre o peronismo, em geral, e acerca das valiosas fontes de pesquisa, em particular. À Profa. Verónica Sierra Blas (Universidad de Alcalá) pela confiança, por ter aceitado me receber em um doutorado sanduíche e ter me auxiliado com toda a documentação. Apesar dos esforços, a experiência acabou não se realizando por motivos de força maior.

Aos meus colegas e amigos de pós-graduação, que compartilharam comigo as alegrias, os aprendizados e os desafios dessa jornada, especialmente Alessandra Cavalcante de Oliveira, Alexsandro de Sousa e Silva, Ana Beatriz Mauá Nunes, André Luiz Lanza, Caio de Souza Gomes, Fabiana Oliveira, Isabela Furegatti, Mariana Rosell, Marcos Fávaro, Rafael Dias Scarelli, Sabrina Rodrigues, Ricardo Streich, Rita de Cássia de Castro, Simone Rocha de Abreu, Thaís de Oliveira e Valdir Santos. Meus agradecimentos especiais para Margarida Nepomuceno, amiga querida de longa data, sempre atenta e disponível, com quem tenho compartilhado temas de pesquisa, mas também grandes sonhos e projetos acadêmicos. Também faço um agradecimento especial ao André Luiz Lanza, que além do apoio, revisou essa tese.

Aos meus amigos e colegas do *Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos* (UERJ/CNPq) pelos enormes aprendizados e intercâmbio de fontes e experiências ao longo do processo, mas também pelas sugestões e comentários sobre a pesquisa em distintos momentos. Agradeço

especialmente ao André Fraga e Thiago Mourelle pela amizade, apoio e estímulo nessa pesquisa, mas sobretudo pelas parcerias acadêmicas em distintos projetos.

Aos funcionários das instituições brasileiras (*Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e Portaria da Câmara dos Deputados*) e argentinas (*Archivo General de la Nación/ Archivo Intermedio, Biblioteca del Congreso de la Nación, Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Biblioteca Nacional de Maestros, Instituto Juan Domingo Perón, Museu Evita/ Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón, Patrimonio Legislativo online*) por toda atenção, disponibilidade e auxílio que possibilitaram a realização dessa tese.

Aos meus queridos colegas professores do Centro Universitário Fundação Santo André pela amizade, apoio e estímulo, sobretudo nos últimos momentos dessa pesquisa: Ivan Prado Silva, Maria Antonia Dias Martins e Sérgio Godoy. Em especial ao Pedro Godeguez, por tantos aprendizados, oportunidades, conversas e estímulos pessoais e profissionais nos últimos anos, mas sobretudo nos últimos momentos da escrita da tese. Estendo o agradecimento aos meus alunos, especialmente aos meus orientandos, por nutrirem em mim o amor pela docência e a esperança em um mundo melhor através da educação, mas também por compreenderem minhas apreensões e limites do ano de 2020.

À Norma (*in memoriam*) e Mariana por me acolherem diversas vezes em Buenos Aires, pelo carinho e pelas longas conversas sobre o peronismo. Vocês são como uma segunda família.

À Eloise Alonso por todo acolhimento, apoio e estímulo nos últimos anos, que contribuíram significativamente para que eu lidasse com os meus variados pandemônios, mas, em 2020, especialmente com os que rondavam em torno dessa tese.

Às minhas antigas amigas Ana Lúcia Katuni, Caroline Nobre, Mariana Ribeiro e Mariana Resende pelos bons momentos, acolhimentos e estímulos ao longo da caminhada.

Aos meus familiares que de maneiras distintas proporcionaram momentos felizes e de acolhimento tornando o processo mais leve. Em especial, à minha tia-avó Maria Aparecida Montibeller, por todas as conversas, ensinamentos, estímulos, torcida e acolhimento ao longo da minha trajetória acadêmica.

Encerro este agradecimento com aqueles que tenho imenso amor e eterna gratidão: minha família. Clarinda, Carlos Eduardo, Gisela, Luiza e Helton obrigada por todo amor, apoio, confiança e estímulos diversos nessa longa caminhada. Vocês foram essenciais. Estendo esses agradecimentos para a Isabella, por compartilhar tantas alegrias, medos e sonhos, mas também por acreditar em mim, por ter lido e/ou escutado partes iniciais dessa tese diversas vezes e por ter me ajudado a encerrar mais esse ciclo. Finalmente, agradeço à Maria Júlia e Maria Heloísa, minhas sobrinhas amadas, por tornarem todo esse processo mais leve e alimentarem a minha esperança de que um mundo melhor é possível de ser construído.

RESUMO

Durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), os governantes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón receberam milhares de cartas de “pessoas comuns”, nacionais e estrangeiros, de todas as partes do Brasil e da Argentina. As missivas foram lidas, encaminhadas a outros Ministérios pelos funcionários estatais para emitirem pareceres e respondidas pela *Secretaria da Presidência da República*, no caso brasileiro, e pela *Secretaria de Assuntos Técnicos*, posteriormente transformada em *Ministério de Assuntos Técnicos*, no caso argentino. Elas também foram amplamente utilizadas pela propaganda política, para produzir ou endossar as imagens de coesão e legitimidade aos governos, e pela censura, para mapear e reprimir os que foram identificados como ameaças e inimigos da pátria.

Nosso objetivo é analisar e comparar a construção dos imaginários populares sobre a família e a pátria durante estes regimes utilizando como fontes principais estas cartas que foram enviadas aos governantes. O estudo destas missivas permite considerarmos que os governantes e as pessoas comuns construíram uma relação direta e pessoal, ainda que assimétrica e imperfeita, que foi sustentada e legitimada por ambas as partes. Apesar deste aspecto comum, os imaginários sociais sobre a família e a pátria foram interpretados, mobilizados e utilizados de maneiras distintas por homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, para apresentarem suas percepções, aflições, aspirações, além de fazerem as suas reivindicações, o que revela as particularidades e as complexidades destas relações estabelecidas no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: cartas. imaginários populares. varguismo. peronismo.

ABSTRACT

During the Brazilian Estado Novo (1937-1945) and the First Peronism (1946-1955), the presidents Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón received thousands of letters from “ordinary people”, nationals and foreigners, from all parts of Brazil and Argentina. The missives were read, forwarded to other Ministries by state officials to issue opinions and answered by the *Secretariat of the Presidency of the Republic*, in the Brazilian case, and by the *Secretariat for Technical Affairs*, later transformed into the *Ministry of Technical Affairs*, in the Argentine case. They were also widely used by political propaganda, to produce or endorse the images of cohesion and legitimacy to governments, and by censorship, to map and suppress those who were identified as threats and enemies of the homeland.

Our objective is to analyze and compare the construction of popular imaginary about the family and the homeland during these regimes using as main sources these letters sent to the governors. The study of these missives allows us to consider that the government and ordinary people have built a direct and personal relationship, even if asymmetrical and imperfect, which was sustained and legitimized by both parties. Despite this common aspect, social imagery about the family and the homeland was interpreted, mobilized and used in different ways by men and women, national and foreign, to present their perceptions, afflictions, aspirations, in addition to making their claims, which reveals the peculiarities and complexities of these relations in Brazil and Argentina.

Key-words: letters. popular imaginary. varguism. peronism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cartas para Evita publicadas na <i>Revista Mundo Peronista</i>	86
Figura 2 - Famílias numerosas que receberam o abono familiar em Minas Gerais e no Rio de Janeiro em 1943	135
Figura 3 - Modelo do Capacete para o “Presidente Vargas”	149
Figura 4- Embalagem da marca Presidente	176
Figura 5- Nota sobre Alda Guimarães no jornal <i>A Noite</i>	178
Figura 6 - Modelo de medalha com o rosto de Evita	180
Figura 7- Imagens do mapa polar argentino proposto (à esquerda) e do modelo de propaganda do “Programa de paz mundial e seus prêmios” (à direita)	183
Figura 8 - Cartazes com as situações e métodos usuais de ação dos inimigos da pátria	198

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

PARTE I: <i>DOS PAIS DE FAMÍLIA PARA OS PAIS DA NAÇÃO: A FAMÍLIA SOB PROTEÇÃO ESPECIAL</i>	54
---	-----------

PRIMEIRO CAPÍTULO: A FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO DOS PAIS	56
---	-----------

1.1 Dos “filhos” aos “pais da Nação”: reivindicando proteção e justiça pelos laços paternos nacionais	56
---	----

1.1.1 Dos filhos atentos para os pais desatentos: as exposições e o combate aos problemas das “grandes famílias”	66
--	----

1.2 Dos filhos para as mães: a proteção e a justiça pelos laços maternos nacionais.....	74
---	----

1.3 Dos filhos terrenos aos pais celestiais: a proteção pelos sacralizados	88
--	----

SEGUNDO CAPÍTULO: A FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO ESPECIAL DO ESTADO	99
--	-----------

2.1 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e trabalhistas.....	99
---	----

2.1.1 Dos pais-cidadãos para os governantes: a cobrança dos cumprimentos das promessas políticas e a constituição das culturas políticas.....	114
---	-----

2.1.2 Dos cidadãos-pais para os governantes: a proteção pelos direitos trabalhistas e familiares	119
--	-----

2.2 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e sociais	132
---	-----

2.3 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e morais	138
--	-----

PARTE II: <i>DOS PEQUENOS PARA OS GRANDES PATRIOTAS: O ENGRANDECIMENTO E A DEFESA DA PÁTRIA</i>.....	146
---	------------

TERCEIRO CAPÍTULO: O ENGRANDECIMENTO DA PÁTRIA COMO UM DIREITO DE TODOS.....	148
---	------------

3.1. Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com os símbolos nacionais.....	148
---	-----

3.2 Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com as imagens dos líderes	175
--	-----

3.3 Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com outros projetos e inventos.....	185
---	-----

QUARTO CAPÍTULO: A DEFESA DA PÁTRIA COMO UM DEVER DE TODOS.....195

4.1 Dos sentinelas da nação para os garantidores da ordem: a defesa em prol dos projetos políticos	195
4.1.1 Dos sentinelas da nação para os garantidores da ordem: a vigilância como prática cotidiana.....	211
4.2 Dos patriotas injustiçados para os justiceiros: a defesa da pátria em prol dos projetos pessoais	216

QUINTO CAPÍTULO: O ENGRANDECIMENTO E A DEFESA DA PÁTRIA PELOS PATRIOTAS “ÚTEIS E ADAPTÁVEIS”228

5.1 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva	228
5.1.1 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva com as permissões de entrada de familiares	241
5.1.2 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva com a servidão e a gratidão	246
5.2 Dos “bons nacionais” para os “chefes dos governos”: a defesa da pátria com as denúncias dos abusos dos governos.....	251

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....268

ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA.....275

INTRODUÇÃO

Eminente Sr. Dr. Getúlio Vargas,
Cumprimento-o respeitosamente.

(...) eu me ajito, a fim de procurar, o homem das arrancadas maravilhosas, que tão sabiamente nos derige; para nossa felicidade, um conhecedor, de nossas riquezas, e de nossas bellezas naturaes, em fim da glória do BRASIL.

Eu que sou um admirador de Vecia, fiz propaganda na Imprensa, e na tribuna popular, até hoje nada cosegui, portanto venho a presença, de Vecia, implorar a bondade de nomear-me para um lugar no Instituto do Álcool e Assucar, ou outro lugar que Vecia, Achar conveniente.

Confio no boníssimo coração de Vecia, que atenderá a um pedido justo de um Pai de família, cuja conducta poderam informarem os Drs. Alfredo de Maya, e Osman Loureiro (...)

José Freitas Britto¹

Exmo. Sr. Presidente da República
Coronel Juan Domingo Perón

De minha maior consideração:

(...) Sou viúva, de 65 anos de idade, com duas filhas solteiras. As três estamos doentes (...). Não temos meios de vida. Ganhamos o sustento trabalhando em afazeres domésticos, mas pelas causas apontadas nosso campo de ação em tais atividades é completamente reduzido(...).

Estive casada com dom Juan Elías Avendaño desde 1914, empregado da Polícia da Província de Buenos Aires, quem faleceu com data de 13 de setembro de 1940. Como viúva deste me corresponderia uma pensão. Por essa razão iniciei o juízo correspondente que resolveu não me conceder o benefício (...) Eu sei que o senhor pode me ajudar. Segui e lutei pela sua vitória derradeira a presidência da República. Escutei suas palavras de coração a coração que nos dirigiu e tenho fé, fé em que se é sua vontade meu assunto poderá ser arrumado. Não é possível que haja força maior que se oponha a intenção do Coronel quando se trate de realizar uma obra para o bem do seu povo. Os feitos o demonstraram (...) (tradução nossa).

Matilde Menéndez de Avendaño²

¹ Arquivo Nacional (AN), fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), série Geral, lata 137, sem número de processo. A partir deste momento, as cartas serão referenciadas como AN-GCPR, título da série, número da lata e do processo, quando houver.

² "Exmo. Sr. Presidente de la República

Coronel Juan Domingo Perón

De mi mayor consideración:

(...) Soy viuda, de 65 años de edad, con dos hijas solteras. Las tres estamos enfermas (...). No tenemos medios de vida. Nos ganamos el sustento trabajando en quehaceres domésticos, pero por las causas apuntadas nuestro campo de acción en tales actividades es completamente reducido (...). Estuve casada con don Juan Elías Avendaño desde 1914, empleado de Policía de la Provincia de Buenos Aires, quien falleció con fecha de 13 de septiembre de 1940. Como viuda de éste me correspondería una pensión Por esa razón inicié el juicio correspondiente que ha sido resuelto no concediéndome el beneficio (...) Yo sé que Ud puede ayudarme. He seguido y luchado por su victoriosa derrotero a la presidencia de la República. He escuchado sus palabras de corazón a corazón que nos ha dirigido y tengo fé, fé en que si es su voluntad mi asunto podrá ser arreglado. No es posible que haya fuerza que se oponga a la intención del Coronel cuando se trate de realizar una obra para el bien de su pueblo. Los hechos lo han demostrado (...).

Fonte: Archivo General de la Nación (AGN), fundo Secretaria Técnica de la Presidencia de la

Durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón receberam milhares de cartas³ de pessoas comuns⁴, bem similares as do brasileiro José Freitas Britto, de novembro de 1938, e da argentina Matilde Menéndez de Avendaño, de maio de 1946, transcritas no início desta introdução. Apesar das particularidades, ambos decidiram sair do anonimato e se dirigir aos governantes brasileiro e argentino para solicitar a proteção e a atenção de seus pedidos de emprego e de pensão, para José e Matilde, respectivamente.

Os missivistas narraram as suas situações aflitivas e ponderaram a urgência de serem atendidos por serem pais de família que têm direitos e deveres. Eles também utilizaram algumas das metáforas dos discursos oficiais, como a menção às “qualidades” dos governantes e as suas centralidades para as resoluções das questões.

Embora estes elementos sejam importantes, o que mais chama a atenção nestas cartas é o inconformismo dos missivistas com as injustiças vivenciadas, amparado especialmente no reconhecimento de seus papéis fundamentais para a existência ou persistência dos regimes, como parte da base política destes governos. Em outras palavras, os missivistas reivindicaram as suas identificações e ações políticas para cobrarem dos governantes as transformações sociais prometidas, sobretudo para aqueles que supostamente os apoiaram desde o início.

Nesse sentido, o objetivo desta tese é analisar e comparar a construção dos imaginários populares sobre a família e a pátria durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo utilizando como fontes principais as cartas das pessoas

República (ST), caixa 599, sem número de processo. A partir deste momento, as cartas serão referenciadas como AGN-ST, número da caixa e do processo, quando houver.

³ Nos trechos extraídos das cartas nós optamos por manter a forma e a grafia como foram empregadas pelos missivistas brasileiros e argentinos. No caso das em espanhol, optamos por traduzir as citações com mais de 3 linhas no corpo do texto, mas manter a versão original no rodapé.

⁴ A nossa compreensão de pessoas comuns é muito similar a de “pessoas extraordinárias” que foi proposta por Eric Hobsbawm (1998) no livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Isto é, homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos, exceto sua família, vizinhos e amigos. Nos Estados modernos, seus nomes são conhecidos pelas repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Em alguns casos, seus nomes também figuram em registros policiais e jornalísticos. Embora sejam desconhecidas individualmente, concordamos com o historiador ao ponderar que coletivamente são os principais atores da história, pois, além de serem maioria, o que eles pensam e realizam faz a diferença, podendo influenciar e mudar as ações e a cultura, em distintos tempos e espaços, portanto, a história.

comuns enviadas ao ditador Getúlio Vargas e ao presidente Juan Domingo Perón. Nesta introdução apresentaremos as conjunturas nacionais destes regimes e os aparatos que receberam as cartas. Também mencionaremos alguns dos estudos sobre cartas, as nossas abordagens teórico-metodológicas e a estrutura da tese.

Retomando a carta do brasileiro José transcrita no início desta introdução, observa-se que ele mencionou que fez propaganda na imprensa e na tribuna popular a favor de Vargas, mas não especifica o momento. Apesar da vagueza da informação, a menção do missivista auxilia a reflexão sobre os diversos momentos que Vargas esteve no poder. Em meados de 1930, o político gaúcho disputou as eleições presidenciais na chapa da *Aliança Liberal* como presidente e o paraibano João Pessoa como vice contra Júlio Prestes como presidente e Vital Soares como vice, candidatos apoiados por Washington Luís, então presidente da República.

O programa da chapa de Vargas foi apresentado como um contraponto ao do candidato da situação, como fruto dos “anseios nacionais”, em que sobretudo as classes populares e, mais especificamente os trabalhadores, desejavam uma profunda modificação dos processos políticos para que suas condições de vida e de trabalho melhorassem. A despeito do contraponto, em 1º março de 1930, Júlio Prestes ganhou as eleições presidenciais, o que aprofundou as insatisfações dos opositores. Estas foram intensificadas com o assassinato do candidato a vice-presidente João Pessoa em julho do mesmo ano, que precipitou o movimento armado autointitulado “Revolução de 1930”, cujo objetivo era destituir o presidente da República e impedir a posse de Júlio Prestes.

A “Revolução de 1930” foi fruto da articulação de um grupo de forças heterogêneas, lideradas por Getúlio Vargas, que se aliaram e tomaram o poder para impor uma “nova ordem”⁵. Durante o governo provisório (1930-1934), instalado logo após a “Revolução”, a composição de forças começou a ser

⁵ As motivações e ideias do movimento eram de origens mais remotas, notadas especialmente na década de 1920, quando ficaram evidenciados os efeitos políticos dos processos de urbanização e industrialização, acentuados com os reflexos da crise econômica de 1929 para o Brasil, e a exigência de participação política das classes médias e populares urbanas. Tais reivindicações e pressões sustentaram as contestações ao Estado oligárquico que era incapaz de absorver suas demandas. Algumas das variadas interpretações sobre a “Revolução de 1930” foram abordadas pela historiadora Vavy Pacheco Borges (2014).

diluída em um processo de disputa pela direção política do país a nível federal e estadual. Estas disputas ficaram evidenciadas na produção intelectual e na prática política da época, conformando um período de indeterminação política e complexos debates na sociedade (GOMES, 1980).

Ainda durante o governo provisório, adversários políticos enfrentaram Vargas com movimentos armados, como a “Revolução de 1932”⁶. As batalhas políticas entre Vargas e seus opositores também podem ser observadas nas discussões na Câmara dos Deputados, em especial na Constituinte de 1934, que possibilitou a eleição indireta de Vargas, demarcando o início do governo constitucional (1934-1937). Este governo também continuou enfrentando problemas na Câmara, especialmente com os representantes classistas que denunciavam a estratégia de controle dos trabalhadores utilizada pelo *Ministério do Trabalho* e as repressões do governo contra o movimento operário independente (MOURELLE, 2015; 2017).

O governo de Vargas também teve que lidar com movimentos políticos com projetos distintos para a nação, como os da Ação Integralista Brasileira (AIB)⁷ e da *Aliança Nacional Libertadora* (ANL)⁸. Em novembro de 1935, um

⁶ A “Revolução Constitucionalista de 1932” foi um movimento político que expressou as insatisfações dos paulistas com os desdobramentos da “Revolução de 1930”, como o regime de exceção vivenciado e as nomeações de interventores por Vargas. Em 9 de julho, os paulistas saíram armados e buscaram mobilizar a população em torno do esforço de guerra até outubro de 1932, quando o movimento foi derrotado pelas forças do Estado. Para maiores informações, ver: Silva (1976), Gomes, Lobo e Coelho (1980) e Capelato (1981).

⁷ Organização política nacional, inspirada no fascismo italiano, fundada em 1932 por Plínio Salgado, chefe nacional e liderança da AIB. A organização tinha uma estrutura hierárquica rígida e cultivava uma série de símbolos e rituais para afirmar sua identidade, como os uniformes verdes, a letra grega sigma usada como emblema, a saudação Anauê! e o lema “Deus, Pátria e Família”. Nos anos que se seguiram à sua fundação, a AIB teve rápido crescimento, inclusive promovendo congressos, manifestações, milícias próprias armadas e uma estrutura considerável de imprensa. As ações mencionadas possibilitaram que a AIB se tornasse um partido político de massa organizado nacionalmente. Em maio de 1937, a organização lançou Plínio Salgado como candidato à eleição presidencial prevista para o ano seguinte. Contudo, ela não foi realizada em razão do golpe do Estado Novo em novembro de 1937. Apesar de Plínio Salgado saber das intenções de Vargas e inclusive tê-lo apoiado, o ditador dissolveu a AIB junto com os outros partidos e movimentos políticos um mês após o golpe do Estado Novo. Para maiores informações sobre a AIB, ver: Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Pereira Neto (2020).

⁸ Organização política nacional fundada em março 1935 em oposição à AIB e ao Vargas. Inspirada nas frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazifascismo, a ANL tinha em seu programa pontos como anulação das dívidas externas às nações estrangeiras, nacionalização das empresas estrangeiras, garantia das liberdades públicas, entre outras. No lançamento da ANL, Luís Carlos Prestes, que estava na União Soviética, foi aclamado presidente de honra da organização. A organização promoveu uma série de comícios e manifestações públicas conquistando milhares de afiliados comunistas, mas também congregou militares, católicos, socialistas e liberais que estavam desiludidos com os rumos do processo político pós-1930. O crescimento da ANL produziu uma preocupação no governo que em abril aprovou a Lei de Segurança Nacional. A ação do governo gerou reações distintas na ANL. No

movimento político armado, dirigido por comunistas, que posteriormente ficou conhecido como “Intentona Comunista” ou “Levante”⁹, se rebelou contra o governo. Este movimento serviu de pretexto para o fortalecimento de medidas autoritárias do poder central.

Nos meses que precederam o golpe de 1937, o governo combinou promulgações de legislações trabalhistas com as repressões aos que eram identificados como ameaças e inimigos do regime (MOURELLE, 2019). Em novembro de 1937, Vargas estendeu sua permanência no poder implantando a ditadura do Estado Novo e promulgando uma nova Constituição que restringia as liberdades políticas e legitimava o rígido controle sobre a sociedade e os meios de comunicação. Vargas também fechou o Congresso e extinguiu os partidos e organizações políticas, procurando dissolver as oposições.

Sob o Estado autoritário e centralizador, o regime promoveu uma modernização econômica e social, evidenciada pelo avanço da industrialização e da urbanização, pela crescente racionalização do aparelho burocrático do Estado e pela implementação de políticas sociais que abarcaram as áreas trabalhistas, de saúde pública, da educação, da cultura, entre outras. Nestes anos, o governo contou com o apoio das Forças Armadas, da Igreja, da classe proprietária e de parcela do movimento operário (GOMES, 2002; PANDOLFI, 1999).

O caráter autoritário do regime estadonovista foi combinado com o uso intenso do rádio¹⁰ e da propaganda política, que evocavam as imagens de um

dia 5 de julho de 1935, a ANL promoveu manifestações pelo aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Na ocasião foi lido um manifesto de Prestes em que propunha a derrubada do governo e exigia o poder para a organização. Vargas utilizou da repercussão do manifesto para, com base na Lei de Segurança Nacional de abril de 1935, ordenar a dissolução da organização. Para maiores informações, ver: Dulce Pandolfi (2003).

⁹ Apesar de ter sido colocada na ilegalidade, a ANL continuou com suas atividades e ações contra o governo de Vargas. No segundo semestre de 1935, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado que derrubaria Vargas do poder e instalaria um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Os levantes deveriam ocorrer em várias regiões do país e contar com o apoio do operariado. O primeiro ocorreu no dia 23 de novembro de 1935 no 21º Batalhão de Caçadores em Natal. No dia seguinte foi no 29º Batalhão de Caçadores em Recife. Finalmente, no dia 27 de novembro eclodiu no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro. A despeito do planejamento, a ação ficou restrita às três cidades mencionadas e não contou com a adesão esperada. Assim, a rebelião foi duramente reprimida pelo governo, sendo milhares de pessoas presas em todo o país. Para maiores informações, ver: Dulce Pandolfi (2003) e Marly de Almeida Gomes Vianna (2007).

¹⁰ Para maiores informações sobre o uso do rádio neste período no Brasil, ver: Maria Angela Borges Salvadori (2015) e Othon Jambeiro *et al* (2004).

“tempo novo” e “festivo”, em que, segundo o discurso oficial, imperavam a felicidade, a harmonia entre as classes sociais, além de melhores condições de vida e de trabalho para os brasileiros possibilitadas pela “clarividência” do Vargas na promulgação da legislação trabalhista e das políticas sociais implementadas (GOMES, 2002; CAPELATO, 2009; SCHEMES, 2013). A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, mais efetivamente a partir de 1942, gerou distintas consequências domésticas, como o reforço da necessidade de todos os brasileiros para a proteção da pátria como “soldados da pátria” nos fronts internos e externos.

A participação do Brasil na guerra também explicitou a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país. A crescente pressão social sob Vargas¹¹ pela democratização do país gerou preocupações distintas no governo e na sociedade a respeito de como esta ocorreria. Tais preocupações ficaram evidenciadas na constituição da cultura política trabalhista, nas mobilizações queremistas de outubro de 1945¹² e nas organizações de partidos políticos¹³. A despeito dos esforços de Vargas para se manter no poder, em 29 de outubro de 1945, um golpe militar liderado por Góis Monteiro, apoiado por Eurico Gaspar Dutra, depôs Vargas.

No mesmo ano, em outubro, a Argentina também vivenciou uma manifestação de milhares de pessoas pela liberdade do coronel Juan Domingo Perón, o que também possibilitou a redemocratização do país em momento

¹¹ A partir de 1943, o governo enfrentou uma resistência sistemática de vários setores da sociedade, como: o “*Manifesto dos Mineiros*”, em 1943, assinado por intelectuais, políticos e empresários; manifestações estudantis, como, por exemplo, a marcha silenciosa dos 300 alunos da Faculdade de Direito; manifestações da imprensa com duras críticas ao Governo e entrevistas com opositores, como a de José Américo, exigindo a redemocratização do país; greves contra a alta do custo de vida e os baixos salários; e manifestações pró-anistia.

¹² O movimento político surgiu no Rio de Janeiro, em maio de 1945, com o objetivo de defender a permanência de Vargas como governante, algo evidenciado pelo próprio nome do movimento “queremismo”, que advinha do slogan utilizado “Queremos Getúlio”. Ao longo dos meses de 1945 o movimento passou por transformações que foram analisadas por Ferreira (2005), Macedo (2013) e Oliveira (2016).

¹³ A lei eleitoral de maio de 1945, que foi elaborada sob supervisão do ministro da Justiça Agamenon Magalhães, determinou a constituição de partidos políticos de caráter nacional. Entre os partidos criados, figuraram: a *União Democrática Nacional* (UDN), fundada em abril de 1945, reunindo os opositores liberais e oligárquicos ao Vargas; o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), criado em março de 1945, como uma das forças varguistas, concebido com o auxílio do então Ministro do Trabalho Marcondes Filho como um partido de massas que buscava reunir os trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação trabalhista; e o *Partido Social Democrático* (PSD), criado em julho de 1945, como outra das forças varguistas, pelos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo.

posterior, com as eleições de 1946, que inclusive foram mencionadas pela missivista Matilde. Os resultados destas eleições são fruto de um processo anterior, que remete a junho de 1943, quando as Forças Armadas desferiram um golpe de estado autodenominado “Revolução de Junho”, destituindo o então governante Ramón Castillo.

Em outubro de 1943, coronéis pertencentes ao Grupo de Oficiais Unidos (GOU)¹⁴ tomaram o poder e passaram a dirigir o governo da “Revolução” assumindo postos-chave como da presidência e do *Ministério da Guerra*. O grupo anunciava que o objetivo era encerrar um processo de fraude eleitoral e de corrupção, que ficou conhecido como “Década Infame”, iniciado com o golpe que destituiu o presidente radical Hipólito Yrigoyen em 1930. A proposta de reorganizar as bases institucionais do país foi amparada na repressão aos grupos de esquerda e aos sindicatos, suspensão dos partidos políticos, intervenção nas universidades e promoção de uma campanha moralizadora, incluindo a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas (BEIRED, 1984; TORRE, 2013; POTASH, 2013).

Entre os oficiais do GOU figurava Perón, um coronel que paulatinamente foi ganhando espaço dentro do novo governo. Em julho de 1944, ele acumulava os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Pós-Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência¹⁵. Entre estes cargos, o último merece destaque, pois foi através dele que Perón se aproximou de parte dos trabalhadores a partir de reuniões com representantes dos sindicatos, visitas aos locais de trabalho e promulgações de legislação trabalhista. Através desses contatos, tal como Vargas, Perón propunha uma reformulação do trato da questão social, amparado na conciliação de classes. Como secretário ele conquistou uma posição de mediador e realizador das antigas demandas e aspirações dos trabalhadores.

Em 1945, próximo do fim da Segunda Guerra Mundial, o governo argentino reestabeleceu as liberdades, legalizou os partidos políticos e convocou as eleições presidenciais para 1946. Perón se preparava discretamente para

¹⁴ Grupo nacionalista que se formou meses antes do golpe, composto por coronéis e tenentes coronéis.

¹⁵ Em outubro de 1943, Perón foi designado para o Departamento Nacional do Trabalho, que posteriormente foi transformado em Secretaria de Trabalho e Previdência.

concorrer as próximas eleições, inclusive conversando com políticos radicais e conservadores para conseguir o seu apoio. A despeito dos planos, para parte da sociedade argentina, como universitários, intelectuais, empresários e trabalhadores socialistas e comunistas, Perón era identificado como um demagogo de um regime autoritário, que deveria ser destituído de seus cargos. Por outro lado, os trabalhadores sindicalizados defendiam publicamente as reformas trabalhistas de Perón (BEIRED, 1984; TORRE, 2013).

A divisão da sociedade ficava evidenciada nas manifestações públicas, sobretudo dos opositores. O governo aproveitou do clima político para estabelecer o estado de sítio e ordenar que a polícia ocupasse os focos mais ativos da resistência. Em 9 de outubro de 1945, Perón renunciou forçosamente a todos os seus cargos e no dia 13 de outubro foi preso por pressão de adversários do Grupo de Oficiais Unidos e dos grupos liberais conservadores. As notícias da renúncia e prisão geraram um descontentamento nas fábricas e nos bairros dos trabalhadores que, no dia 16 de outubro, se reuniram na *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT) e organizaram uma greve geral para o dia seguinte.

No dia 17 de outubro de 1945, milhares de trabalhadores se dirigiram para a Praça de Maio exigindo a liberdade de Perón¹⁶. Após esse episódio, o antigo Secretário despontou como candidato das eleições que ocorreriam em fevereiro de 1946. Nestas eleições, marcadas pelo clima político do pós-guerra, a chapa representada por Juan Domingo Perón e Hortensio Quijano, do *Partido Laborista* com o apoio da *UCR-Junta Renovadora*, enfrentou a frente ampla intitulada *União Democrática*, formada por uma composição heterogênea de forças políticas¹⁷, representada por José Tamborini e Enrique Mosca.

A campanha ficou mais acirrada quando o ex-embaixador norte-americano na Argentina, Spruille Braden, começou a apoiar a frente ampla e a denunciar Perón como um nazifascista, especialmente em um informe intitulado *Livro Branco*. Como resposta a campanha de difamação, Perón apelou ao

¹⁶ A mobilização popular e os acontecimentos do dia foram interpretados de diferentes formas por diversos autores, entre os quais destacamos: Juan Carlos Torre (1988); Daniel James (1987); Marysa Navarro (2011) e Felix Luna (2012).

¹⁷ Composta pela *União Cívica Radical* (UCR), Partido Socialista, Partido Demócrata Progressista, o Partido Comunista e os partidos aliados. Para maiores informações, ver o livro organizado por Juan Carlos Torre (2013).

nacionalismo e publicou o *Livro Azul e Branco*. A partir deste momento, estabeleceram-se os slogans “*Braden ou Perón*”, sendo que, para os apoiadores de Perón, ele representava os interesses da pátria e o embaixador os interesses estrangeiros. Nesta campanha presidencial, que foi mencionada pela missivista Matilde, as mulheres, embora não votassem, participaram ativamente como apoiadoras ou opositoras da chapa de Perón (BARRY, 2011).

Toda a mobilização em torno da candidatura possibilitou que Perón fosse eleito com 52% dos votos, governando até 1951, quando foi reeleito para o cargo pelo *Partido Peronista*¹⁸. Durante o primeiro governo, Perón contou com o apoio de parte dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja. O período imediatamente posterior ao da Segunda Guerra Mundial foi muito favorável para a Argentina graças às exportações de produtos agrícolas para a Europa durante o conflito. Com a situação favorável, o governo reforçou o setor industrial, reduziu a influência estrangeira com as nacionalizações e outorgou ao Estado o papel central na regulamentação da economia através do Plano Quinquenal (1946-1951), intervindo sobretudo nas questões trabalhistas (TORRE, 2013; JAMES, 2013).

De maneira geral, os anos iniciais do governo peronista possibilitaram uma melhora no nível de vida dos argentinos, levando a grandes transformações identificadas por alguns autores como Juan Carlos Torre e Eliana Pastoriza (2013) como a “democratização do bem estar social”. Assim como no Brasil, estas transformações foram muito utilizadas pelo rádio¹⁹ e pela propaganda política peronista para propagar imagens da Argentina como um “mundo feliz” e do casal Perón como os grandes responsáveis (PLOTKIN, 2013; GENÉ, 2006).

A despeito das imagens de felicidade e bem estar, tal como Vargas, Perón teve que lidar com variadas oposições políticas, como universitários e professores, intelectuais, imprensa, alguns trabalhadores, empresários e políticos. Mesmo conseguindo um número maior de cadeiras do que os *radicais*

¹⁸ Logo após ser eleito, Perón propõe a dissolução do partido político que o apoiou, o Partido Laborista, e a criação de um novo, o *Partido Único da Revolução Nacional (PUARN)*, que congregasse as variadas forças que defendiam e representavam o “novo momento” Argentino, caracterizado pela realização da justiça social. O PUARN foi criado em maio de 1946 e no ano seguinte foi transformado em Partido Peronista. Para maiores informações sobre este complexo processo, ver José Luis Bendicho Beired (1993), Darío Macor e César Tcach (2003; 2013), María Moira Mackinnon (2009), Mariana Garzón Rogé (2012) e Mercedes Prol (2012).

¹⁹ Para maiores informações sobre o uso do rádio na Argentina, ver: Andrea Matallana (2006) e Maria Angela Borges Salvadori (2013).

no Congresso Nacional, fruto de uma ampla coligação política de forças heterogêneas, no primeiro governo este também foi palco das batalhas políticas, especialmente em alguns momentos como na aprovação da Constituição de 1949 (SEBASTIANI, 2005; NAZAR, 2007). Os opositores políticos que eram da *União Cívica Radical* também utilizaram este espaço, em momento posterior, para denunciar as práticas censórias contra a imprensa e a crescente repressão do regime aos que discordavam do projeto político peronista.

No segundo governo, iniciado em junho de 1952, as oposições e repressões se radicalizaram. Estas já vinham sendo manifestadas desde o final do primeiro governo e, em alguns momentos, de forma mais radicalizada. Em setembro de 1951, o general Benjamin Menéndez²⁰ tentou dar um golpe de Estado. Após a tentativa frustrada, o governo promulgou o decreto nº 19.376, instituindo o “estado de guerra interno” em todo o território nacional, que rapidamente foi transformado em lei nacional pelo Congresso Nacional de maioria peronista e mantido até a queda de Perón em 1955²¹.

Apesar de ser um momento marcado pelas tentativas de aprofundamento da doutrinação política da sociedade e da *peronização* das instituições, por razões variadas que serão abordadas ao longo da tese, Perón foi perdendo importantes aliados políticos, como a Igreja e parte dos trabalhadores, tornando o descontentamento da sociedade mais visível. O governo também foi abalado pelo falecimento de Eva Perón em 26 de julho de 1952 e pelas sucessivas manifestações contrárias ao regime, pacíficas ou armadas, por diferentes setores da sociedade. Em setembro de 1955, Perón foi destituído pelos militares, que instituíram a autodenominada “Revolução Libertadora”, com o apoio de parte da sociedade, como dos conservadores, dos socialistas, dos comunistas e dos católicos.

²⁰ Na manhã de 28 de setembro de 1951, uma revolta militar encabeçada por Benjamin Menéndez foi instalar para derrubar Perón, que em poucas horas foi derrotada. Segundo Marcela Alejandra Garcia (1997), a ideia de derrocar o governo peronista por meio de um golpe de Estado já estava presente nos setores militares desde o final de 1949. No entanto, havia uma rivalidade entre os grupos acerca da forma como seria executado. Ainda de acordo Garcia (1997), poucos meses antes da tentativa, Menéndez conversou com alguns líderes políticos da oposição para garantir seu apoio.

²¹ A lei nº14.062, sancionada em 28 de setembro de 1951. Fonte: *Boletín Oficial de la República Argentina*, ano LIX, 25 de outubro de 1951. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7029714/19511025>. Acesso em 22 de julho de 2020.

*

As cartas de José e de Matilde foram enviadas para órgãos específicos, que eram responsáveis pelo recebimento, encaminhamento para os Ministérios correspondentes e resposta para os missivistas. A missiva de José foi enviada para a Secretaria da Presidência da República, um organismo que, embora desenvolvesse funções similares de outros de períodos anteriores, passou a ser regulamentado jurídica e administrativamente em 1930²², ficando responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos, sob a direção do secretário Luiz Vergara (VERGARA, 1960; VARGAS, 2017).

Ainda que no início tenha sido de maneira incipiente e experimental, desde a sua criação, a Secretaria foi pensada como um órgão amplo e com diversas subdivisões, que estaria vinculado ao Poder Executivo e serviria para organizar o Estado, coordenar as atividades com os demais organismos do governo e mediar as relações entre os distintos setores da sociedade durante os quinze anos em que Vargas esteve no poder (1930-1945). Ela também ficaria responsável pela comunicação política do governo, especialmente pela construção, controle e manutenção das imagens do regime (FERREIRA, 2011).

A preocupação com a construção e manutenção das imagens do regime como profissional e eficiente pode ser observada nas diretrizes básicas para o tratamento pelos funcionários da Secretaria dos documentos recebidos, em geral, e das correspondências, em particular. Nessas diretrizes constava que as cartas deveriam ser transformadas em processo administrativo e, de acordo com o tema e assunto, enviadas aos órgãos estatais para elaborarem pareceres. Após os pareceres, os funcionários da Secretaria deveriam responder os missivistas²³.

A carta de José, que solicitava um pedido de emprego no *Instituto de Açúcar e Alcool*, foi enviada para a instituição. Por sua vez, esta informou que não havia vaga disponível. A partir do parecer, Luiz Vergara respondeu para

²² Entre 1930 e 1945, os seguintes secretários dirigiram o organismo: Gregório da Fonseca durante o governo provisório, Ronald de Carvalho em 1934, Artur Guimarães de Araújo Jorge, entre 1935 e 1936, e Luiz Vergara, de 1936 até o fim do Estado Novo. Fonte: AN-GCPR, série Secretaria, lata 528, sem número de processo.

²³ *Idem*.

José que “(...) o Instituto do Açúcar e Alcool informa não existe vaga [que] possa aproveitar vossos serviços”²⁴.

Assim como a de José, a missiva de Matilde também foi enviada para um organismo específico, a *Secretaria Técnica da Presidência* (STP), que era dirigida por José Francisco Figueroa. A Secretaria era herdeira do Conselho Nacional de Pós-Guerra (CNP), uma instância técnico-burocrática criada em agosto de 1944, cujo objetivo era realizar estudos sobre a Argentina no contexto da Segunda Guerra Mundial e suas consequências, estabelecendo estratégias para o período posterior, sobretudo nos âmbitos econômico e social. Em 1946, o CNP foi substituído pela Secretaria, que ficaria responsável pela direção e formulação de políticas econômicas e sociais, sobretudo para elaborar e implementar um plano de governo para os próximos cinco anos, conhecido como *Plano de Realizações e Inversões para o Quinquênio* (1947-1951), *Plano Perón* ou *Primeiro Plano Quinquenal* (BERROTARÁN, 2003; DE LA VEGA, 2017).

Quando comparada com a brasileira, a Secretaria argentina tinha funções mais amplas, como planificação, coordenação sistemática e execução de todas as questões vinculadas às esferas financeiras, econômicas e sociais. A *Secretaria Técnica da Presidência* tinha um caráter de Ministério, sendo constituída por uma estrutura de coordenação administrativa e com certa autonomia para lidar com as oposições internas e políticas. Ela também ficaria responsável por toda a comunicação política do presidente²⁵.

Assim como no Brasil, na Argentina os funcionários receberam diretrizes gerais sobre seu comportamento e específicas sobre o trato das correspondências recebidas²⁶. Elas também deveriam ser encaminhadas para outros Ministérios, que emitiriam um parecer, e respondidas pelos funcionários da Secretaria. A carta de Matilde, que solicitava o direito à pensão do marido falecido por ter trabalhado como policial na província de Buenos Aires, foi encaminhada para os funcionários provinciais darem um parecer. A resposta negativa ao pedido mencionava que o marido, pouco antes de falecer, foi

²⁴ AN-GCPR, série Geral, lata 137, sem número de processo.

²⁵ ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA, 1946, pag.91; AGN-ST, caixa 504, sem número de processo.

²⁶ “Normas de caracter general, que se tendran en cuenta para la tramitación, redacción y presentación de decretos, mensajes, etc, a la firma del Exmo. Señor Presidente de la Nación”, janeiro de 1947. Fonte: AGN-ST, caixa 469, sem número de processo.

denunciado por embriaguez e afastado do cargo. Ainda segundo o parecer, com o afastamento, o marido e sua família perderam o direito de acordo com o decreto-lei 3.318²⁷.

Em um segundo encaminhamento interno, o funcionário da Secretaria destacou a justiça do pedido, mas ponderou que legalmente não haveria solução então sugeriu que a missivista entrasse em contato direto com o governador da província. Na resposta oficial, Matilde foi informada que a situação “(...) *não pode ser resolvida pelo Poder Executivo Nacional, pelo que deverá contatar a autoridade provincial respectiva* (...)”²⁸.

Embora seja possível identificar uma preocupação com a tramitação das missivas durante o primeiro governo peronista, elas receberam um tratamento maior e diferenciado com a transformação da Secretaria em Ministério. A reforma constitucional de 1949 possibilitou essa transformação, sendo que o *Ministerio de Assuntos Técnicos* ficaria sob a responsabilidade de Raúl Antonio Mendé²⁹. Além de uma estrutura muito maior do que as das secretarias brasileira e argentina, inclusive com mais verba e funcionários, o diferencial encontrado na documentação dos anos 1950 é o aprofundamento da “profissionalização” e da “doutrinação” dos funcionários públicos, bem como a preocupação com a segurança do organismo³⁰.

Além da transformação da Secretaria em Ministério, outro elemento que contribuiu para a profissionalização da tramitação foi a convocação política de Perón para os argentinos anunciada em dezembro de 1951. Em momentos anteriores, como em outubro de 1946, após a promulgação do *Primeiro Plano Quinquenal*, o presidente argentino já havia solicitado que os argentinos enviassem suas percepções sobre o plano implementado³¹.

²⁷ AGN-ST, caixa 599, sem número de processo.

²⁸ *Idem*.

²⁹ Lei nº 13.529, de 8 de julho de 1949. Fonte: ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA, 1949, p.294-295; AGN-ST, caixas 479, 506 e 510, sem número de processo.

³⁰ Uma série de documentos revelam a preocupação não apenas com o conhecimento, mas especialmente com a identificação política dos funcionários públicos com a doutrina peronista, sobretudo a partir de 1950. Os funcionários deveriam participar de reuniões para a ler obras do presidente e/ou da primeira-dama, de ciclo de conferências intituladas de “doutrinação”, entre outras atividades. Neste período também se estabeleceu uma punição diferenciada para os funcionários públicos. Fonte: AGN-ST, caixas 469 e 483, sem número de processo.

³¹ DEMOCRACIA, 1946, ano I, número 283, pag.1; EL LABORISTA, 1946, ano I, número 283, p.6; LA NACIÓN, ano LXXVII, número 27.049, pág. 1; LA PRENSA, 1946, p.10.

No entanto, em dezembro de 1951, em discurso intitulado *“Perón quer saber o que seu povo necessita”*, irradiado em cadeia nacional e amplamente difundido pela propaganda política nos dias subsequentes³², Perón convocou os argentinos, especialmente os trabalhadores e os que viviam nos locais mais distantes, para enviarem as suas “inquietudes” para o *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957), ainda em elaboração, que deveria ser de todos e para todos³³.

As milhares de cartas enviadas para Perón, associadas ou não aos Planos Quinquenais, foram amplamente valorizadas e utilizadas pelo governo, inclusive com algumas das suas partes transcritas e divulgadas pelo regime em discursos políticos, jornais, livros infantis e revistas governamentais. Ainda que no Brasil nós não tenhamos identificado uma convocação política de Vargas de tamanha magnitude, as milhares de cartas enviadas para o governante também foram amplamente valorizadas e utilizadas, em jornais e outras publicações oficiais, conforme mencionaremos ao longo da tese.

Além das cartas serem usadas pelos órgãos de propaganda política dos respectivos países, as que continham denúncias das ameaças e dos opositores também foram mobilizadas pelos órgãos que prezavam pela segurança nacional, responsáveis pelo monitoramento, combate e repressão das ameaças e dos inimigos dos regimes, conformando uma ampla rede de vigilância e de denúncias que envolveu as sociedades e os governos no Brasil e na Argentina.

A troca de correspondência entre as pessoas comuns e os governantes precede e ultrapassa os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón³⁴.

³² Nos dias subsequentes, o discurso foi amplamente difundido pela propaganda política e pelos jornais da época, como o *Democracia*, o *El Mundo* e o *La Prensa*. O editorial do *El Mundo*, intitulado *“O anúncio do Segundo Plan Quinquenal”*, do dia seguinte à convocatória, enaltecia o plano do governo e a forma como ele havia sido proposto (EL MUNDO, ano XXIV, nº 8519, p.4).

³³ No trecho final do discurso, Perón evidenciou sua preocupação: *“(…) Não obstante, desejo fazer um chamado final as pessoas e instituições, e de maneira muito especial aos sindicatos de trabalhadores, para que antes de 31 de dezembro remetam a Presidência da República suas petições e inquietudes, a fim de serem devidamente estudadas. Toda correspondência deve ser enviada a rua 25 de Maio 11- Capital Federal (…). Faço, por fim, um chamado a todos os argentinos de bem a fim de que coloquem o apoio de sua idéia e de seu esforço a nossos trabalhos atuais de planejamento, a fim de que o Segundo Plan Quinquenal seja de todos e para todos”* (tradução nossa) (PERÓN, 1951, p.610).

³⁴ Em ambos os países, há pesquisas que identificam a troca de correspondência entre a sociedade e autoridades políticas desde o período colonial, no caso da América Hispânica, e da monarquia, no caso da América Portuguesa. Também há correspondências entre pessoas comuns e governantes argentinos, como Hipólito Yrigoyen. Mesmo durante os períodos estudados, na documentação identificamos cartas de pessoas comuns para funcionários do “segundo escalão” destes governos, como para Raul Mendé, Ministro de Assuntos Técnicos, e

No entanto, pesquisadores como Jorge Ferreira (2011) e Donna Guy (2017), que também se debruçaram sobre estas correspondências brasileiras e argentinas, respectivamente, têm destacado a tramitação e a valorização das missivas que apresentamos sucintamente como o grande diferencial do varguismo e do peronismo. A despeito de ser ou não algo original destas experiências políticas, esta complexa tramitação fortaleceu um antigo desejo de trabalharmos com estas correspondências.

Na pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo foram estudados os discursos políticos de Vargas e Perón, proferidos em festas cívicas específicas, a fim de compreender as construções dos imaginários sociais sobre os trabalhadores durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo³⁵. Como o enfoque da pesquisa era nos discursos oficiais, optou-se, na presente pesquisa de doutorado, compreender de que forma esses discursos foram recebidos pelos trabalhadores, sobretudo pelos argentinos, tema que não havia sido esgotado pela historiografia.

O conhecimento sobre a existência de cartas de populares para Perón veio de uma sessão de apresentação de trabalhos sobre o varguismo e o peronismo no *XI Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas* (ANPHLAC), em 2014, em Niterói. Ao sabermos das missivas, inicialmente pesquisamos estudos brasileiros que tivessem trabalhado exclusivamente com as cartas para Perón. Posteriormente, buscou-se trabalhos em perspectiva comparada com as recebidas para Vargas. A dificuldade inicial para encontrar estudos brasileiros sobre as missivas argentinas ou em perspectiva comparada com as missivas de brasileiros fortaleceu o interesse em estudar tais missivas comparativamente nesta pesquisa de doutorado.

**

O Estado Novo e o Primeiro Peronismo produziram desdobramentos importantes e contraditórios no Brasil e na Argentina. Estes podem ser notados

Gustavo Capanema, Ministro de Educação e Saúde Pública, para solucionarem ou intercederem por elas, algo que permite pensarmos que isto pode ter ocorrido com outros funcionários também. Mais recentemente, localizamos estudos brasileiros com cartas para presidentes da “Nova República”, como para José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

³⁵ Ver: Mayra Coan Lago (2015).

tanto em algumas práticas políticas quanto na vasta bibliografia, nacional ou estrangeira, que tem sido produzida sobre essas experiências históricas. A extensa bibliografia evidencia as variadas abordagens e perspectivas teórico-metodológicas distintas e, muitas vezes opostas, sobre as vertentes dos fenômenos, como políticas, sociais, econômicas, culturais e internacionais³⁶.

Quando essas publicações tratam especificamente da relação entre Estado e sociedade, mais especificamente dos governantes com os setores populares, sobretudo com os trabalhadores, não é incomum encontrarmos estes regimes sendo designados como exemplos clássicos do populismo latino-americano³⁷.

As primeiras formulações do “populismo” no Brasil e na Argentina foram realizadas durante as décadas de 1950 e 1970, por autores como Gino Germani e Francisco Weffort. De modo geral, nos modelos e tipologias propostas, o populismo foi considerado como um estilo de governo ou “política de massas”, constituído pelo líder carismático e pela participação passiva das massas urbanas, que eram manipuladas pelo chefe do Estado. Segundo Maria Helena Capelato (2013), nessa perspectiva, o comportamento político das classes é compreendido a partir de determinantes estruturais, como pelo processo de modernização e industrialização e pela origem rural da classe trabalhadora. Ou

³⁶ Um balanço da produção bibliográfica sobre o varguismo e o peronismo das últimas décadas pode ser observado em René Gertz (1991) e Maria Helena Capelato (2014), no caso do Brasil, e Omar Acha e Nicolás Quiroga (2009; 2012), na Argentina. Mais recentemente, René Gertz (2018) publicou um capítulo sobre os olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo. Em 2019, Gustavo Contreras organizou uma coletânea sobre os anos peronistas, com diversos volumes, que abordam variados temas do primeiro peronismo que contribuem para a percepção do “estado da arte” das pesquisas assim como da compreensão de suas distintas facetas. Em 2020, André Fraga, Mayra Coan Lago e Thiago Mourelle organizaram duas coletâneas, intituladas “Governo Vargas: um projeto de nação” e “Governo Vargas: questões regionais e interamericanas”, que abordam as pesquisas mais recentes do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (CNPq/UERJ). Estes livros também podem auxiliar para a percepção do “estado da arte” das pesquisas sobre os governos de Vargas no Brasil.

³⁷ María Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone (2011) organizaram o livro “Populismo y Neopopulismo en America Latina. El problema de la Cenicienta”. Na introdução, os organizadores apresentam a temática e reúnem a literatura sobre o populismo em eixos mais amplos de análise. Nos demais capítulos diversos autores discorrem sobre a adoção da categoria “populismo” ou a problemática dela para os casos do Brasil e da Argentina. Outros livros que contribuem para a compreensão das diversas discussões e abordagens acerca dos fenômenos são “La democratización fundamental. El populismo en America Latina”, organizado por Carlos M. Villas (1994), “Transformations of populism in Europe and the Americas. History and recente tendencies”, organizado por John Abromeit *et al* (2016) e “Populismo: teoria e casos” organizado por Antônio Costa Pinto e Fabio Gentile (2020).

seja, a adesão das classes trabalhadoras ao populismo é interpretada a partir da estrutura social, sem considerar elementos de ordem política ou cultural.

A partir da década de 1980³⁸, tais análises começaram a ser questionadas por historiadores brasileiros e argentinos. Entre eles, destacamos Angela de Castro Gomes (2002; 2014) e Daniel James (2013), que se debruçaram sobre os casos do Brasil e da Argentina, respectivamente, e realizaram estudos sobre a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político, bem como suas condições de vida, formas de organização e aspirações políticas, repensando os vínculos políticos forjados entre os trabalhadores e os governantes.

A despeito das particularidades dos historiadores mencionados e de outros críticos do populismo³⁹, estes estudos recusaram as teses predominantes sobre a fragilidade, o desvio e a inviabilidade de organização dos trabalhadores⁴⁰. Embora reconheçam as contribuições dos modelos e tipologias construídas por cientistas sociais para caracterizar o “populismo latino-americano”, seus críticos salientam a imprecisão do conceito, a multiplicidade heterogênea dos fenômenos que abarca e a vasta periodização de alguns dos fenômenos estudados⁴¹. Em suma, para eles, os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram

³⁸ As formulações também foram revisitadas por autores como Ernesto Laclau e Carlos M. Villas, que, com abordagens distintas, questionam alguns elementos do populismo clássico e adequam de acordo com as suas percepções para continuarem adotando a categoria. Em seus estudos, eles mencionam as experiências do varguismo e do peronismo. No livro *La democratización fundamental*, Carlos M. Villas (1994) considera que o populismo pode ser compreendido como um processo de democratização pelo alto, que pode ser observada por meio de alguns elementos, como a extensão do acesso ao emprego, direitos trabalhistas e educação. Ernesto Laclau (2013), no livro *A Razão Populista*, defende que o populismo é uma lógica própria de construção política, em que é possível observar a formação das identidades coletivas por meio de uma articulação discursiva antagônica por um governante que constrói e diferencia as imagens do “povo” e de seus inimigos.

³⁹ Aos estudos de Gomes e James somam-se outros que têm contribuído significativamente para a compreensão destas experiências, como os de Jorge Ferreira (2001; 2011), Juan Carlos Torre (2012), Maria Helena Capelato (2009; 2013), Mariano Plotkin (2013), Gustavo Contreras (2020), entre muitos outros que mencionaremos ao longo da tese.

⁴⁰ Muitos dos questionamentos foram embasados pelas análises dos historiadores ingleses que propuseram renovadas interpretações sobre os movimentos sociais, sobretudo no que se refere à classe trabalhadora. Dentre os historiadores ingleses, Edward Palmer Thompson (1987) ganhou destaque ao questionar o conceito de classe social como um fenômeno essencialmente econômico. A partir desse, o autor definiu o trabalhador como um ator social integrado nas relações sociais e políticas das quais participava ativamente.

⁴¹ No caso brasileiro, em geral, as análises consideraram o período de 1930-1964. Segundo Capelato (2014), mesmo quando circunscrito à “Era Vargas”, o investigador defronta-se com o problema de englobar, em uma mesma conceituação, experiências distintas como a de 1930-1934, 1934-1937 e 1937-1945.

devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais⁴².

Em lugar das grandes sínteses construídas para o estudo desses fenômenos, os historiadores assinalam a necessidade de “reconstituir” as trajetórias históricas dos diferentes fenômenos definidos como populistas procurando entender as suas condições subjetivas, as constituições dos sujeitos e os sentidos que têm para os atores sociais as experiências vividas. Para isso, propõem que as interpretações privilegiem as particularidades nacionais com recortes mais específicos. Especificamente sobre os anos 1930 e 1950, no Brasil e na Argentina, os pesquisadores buscaram recuperar traços das próprias e variadas experiências, práticas políticas e culturais cotidianas, bem como as resistências das classes populares, em geral, e dos trabalhadores, em particular.

A despeito das particularidades, estes estudos explicitam a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classes populares, em especial os trabalhadores. Esta relação é composta pela circulação de ideias e práticas, que foram reinventadas ao longo do tempo, bem como por tensões, conflitos e negociações.

Pelo o que foi mencionado, não será adotada a categoria para a análise destas experiências nesta tese, pois serão privilegiadas as particularidades dos fenômenos estudados. Deste modo, adota-se aqui a noção de pacto político apresentada por Gomes (2002), ao se referir à experiência do Brasil dos anos 1930-1940, e que nós estendemos para a Argentina dos anos 1940-1950, para a análise destes momentos. Por meio da percepção de “pacto político” assimétrico podemos observar como a mobilização e o reconhecimento das pessoas comuns foi constituída por estímulos, tais como a promulgação da legislação trabalhista e políticas sociais, e por controles políticos e sociais por parte do Estado/governantes. Igualmente, observaremos como as pessoas comuns buscaram participar, de maneiras variadas, destas experiências.

As milhares de cartas de pessoas comuns enviadas para os governantes são fontes privilegiadas para observamos a conformação e as particularidades dos pactos políticos forjados, em geral, e as variadas participações populares,

⁴² Para maiores informações sobre as críticas ao populismo, ver o livro organizado por Jorge Ferreira (2013).

em particular. Elas também permitem que nós observemos como estes discursos oficiais não foram recebidos de maneira acrítica pelas pessoas comuns.

Estas cartas foram fonte e/ou objeto de pesquisa no Brasil e na Argentina. Alguns destes estudos focaram nas emoções, sentimentos e imaginários populares como, por ordem de publicação, os de Jorge Ferreira (2011), Elizabeth Cancelli (1991), Omar Acha (2013), Hernán Comastri (2015) e Donna Guy (2017).

No caso das cartas de brasileiros, Jorge Ferreira (2011) estudou os imaginários populares dos “trabalhadores do Brasil” com base nas ideias, crenças, práticas políticas e estratégias de vida presentes nas cartas enviadas para o governante durante o seu primeiro governo (1930-1945). Elizabeth Cancelli (1991) analisou a repressão e o estado policial na Era Vargas (1930-1945) adotando fontes variadas. Na parte final do trabalho, a historiadora utilizou as correspondências para Vargas ponderando sobre a complexa rede autoritária estabelecida entre parte da sociedade e o Estado, amparada em vinganças pessoais, preconceitos, denúncias e perseguições.

No caso das cartas de argentinos, Omar Acha (2013) refletiu sobre a familiaridade da linguagem política e o caráter sentimental forjados no peronismo e expressos nas correspondências das pessoas comuns. Hernán Comastri (2015) também analisou os imaginários populares a partir das correspondências, mas enfocou nos projetos científico-tecnológicos dos trabalhadores enviados para Perón, sobretudo após o *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957), procurando compreender a imaginação científica das classes populares. Mais recentemente, Donna Guy (2017) utilizou as cartas das pessoas comuns para Juan e Eva Perón a fim de analisar a construção do carisma peronista, entendido como algo que foi constituído por ambas as partes, isto é, pelos argentinos e pelo casal Perón.

Outros estudos exploraram as cartas como uma forma de comunicação e participação política observando outros elementos. Em âmbito nacional, por ordem de publicação, destacamos os de José Roberto Franco Reis (2002) e Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2007). Reis (2002) discutiu os efeitos do projeto político de Vargas para homens e mulheres comuns que o receberam, observando como estabeleceram um processo de comunicação política durante o Estado Novo. Ribeiro (2007) também explorou a recepção das pessoas

comuns, mas sob uma perspectiva comparativa das experiências brasileira e argentina e uma preocupação particular com os trabalhadores rurais. Nas suas reflexões acerca das questões agrárias no varguismo e no peronismo, o historiador se debruçou sobre as correspondências dos trabalhadores rurais para os governantes a fim de identificar como eles tratavam suas questões cotidianas, como o acesso à terra e a cobrança para o cumprimento da legislação trabalhista.

Alguns estudos focaram mais nos impactos regionais e locais destes projetos políticos, como os de José Rogério da Silva (1992), Joel Wolfe (1993; 1994) e Noemí Girbal-Blacha (2011). Silva (1992) investigou como vivia a classe trabalhadora na cidade de São Paulo durante o Estado Novo a fim de observar se houve uma mudança significativa no padrão de vida que sugerisse uma melhoria nas condições materiais de existência. Na parte final da dissertação, o historiador utilizou as correspondências enviadas para Vargas denunciando o aumento dos preços e pedindo auxílio ao “pai dos pobres”. Joel Wolfe (1993; 1994) também focou em São Paulo, mas examinou um setor específico dos trabalhadores, os têxteis, observando como eles adotaram os discursos trabalhistas de Vargas para questionar e contestar as suas condições de trabalho nas fábricas. Por sua vez, Noemí Girbal-Blacha (2011), no estudo sobre o Chaco argentino, utilizou a correspondência dos seus habitantes com as instâncias provinciais e nacionais explicitando as percepções populares sobre as condições de vida, bem como as reclamações e denúncias da carestia de vida.

Finalmente, outros estudos concentraram as atenções em questões ainda mais específicas, como, por ordem de publicação, Maria Verónica Secreto (2007c), Elisa Pastoriza e Marcelo Pedetta (2009) e Ana Paula Vosne Martins (2008; 2010). Secreto (2007c) analisou as cartas das mulheres dos trabalhadores nordestinos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S.E.M.T.A) para o ditador a fim de perceber as variadas dificuldades enfrentadas por estas mulheres, em especial pelo descumprimento da promessa de assistência social do Estado. Em seus estudos, Martins (2008) analisou cartas de mulheres para Vargas, visando observar como elas utilizaram o discurso estatal paternalista para reivindicar seus direitos. Em um segundo estudo, a autora utilizou as cartas de pais e mães de família que recorreram ao governante reivindicando o amparo às famílias numerosas (MARTINS, 2010).

Pastoriza e Pedetta (2009) analisaram as correspondências que foram enviadas após a convocação política para o *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957) no que se refere às atividades recreativas a fim de observarem como as expectativas e percepções populares a respeito do seu tempo livre e dos espaços de ócio, em forma de projetos, comentários e sugestões.

A sua maneira, todos os estudos mencionados contribuíram significativamente para que aprofundássemos o conhecimento acerca do trabalho com correspondências, em geral, e das para os governantes, em particular, possibilitando que notássemos as variadíssimas possibilidades analíticas e temáticas de trabalho com elas.

A leitura da documentação, em especial das correspondências, que detalharemos a seguir, em diálogo com os estudos mencionados contribuiu para a formulação da questão central do presente trabalho. Nossa tese é que as pessoas comuns e os governantes estabeleceram uma relação direta e pessoal, ainda que assimétrica e imperfeita, que foi construída e reforçada por ambas as partes ao longo dos anos do varguismo e do peronismo, com avanços e recuos particulares. Apesar da adoção de “relação direta e pessoal”, fazemos três advertências. A primeira é que, como mostraremos ao longo da tese, nem todos os que viviam nos países quiseram ou fizeram parte desta relação, algo que ficará mais evidenciado quando tratarmos das denúncias e dos que foram identificados como “ameaças” e “inimigos” dos regimes por razões variadas.

A segunda é que para sustentar esta relação, os governantes utilizaram, melhoraram ou instituíram os aparatos burocráticos mencionados, que estavam em constante diálogo com outros órgãos governamentais, compostos por diversos funcionários. Assim, embora adotemos a expressão “relação direta e pessoal” por considerarmos que compunha o nexo simbólico dos que dela participaram, a relação foi composta por diversos mediadores especializados, que inclusive tornaram a imagem de “relação direta e pessoal” possível e perdurável. Apesar das burocracias estatais, em muitos casos, as relações entre as pessoas comuns e os governantes foram constrangidas pela própria máquina governamental, via práticas políticas, legislação ou funcionários, evidenciando os limites e as dificuldades dos “contatos diretos”.

A terceira é que embora consideremos a relação como fruto de um intercâmbio, dedicaremos maior atenção na compreensão do esforço dos

missivistas para estabelecerem ou reforçarem as relações com os governantes, por possuírem pouca familiaridade com a escrita⁴³, por tentarem trabalhar as mensagens dos discursos oficiais ou mesmo por buscarem associar seus interesses particulares com os coletivos, considerando as particularidades dos casos estudados.

Essa perspectiva permite analisarmos a construção “desde cima” e “desde baixo” da relação direta e pessoal destas pessoas com os governantes. Estas expressões foram utilizadas conjuntamente por historiadores argentinos, como Omar Acha e Nicolas Quiroga (2012) e Mariana Garzón Rogé (2017), para endossar a importância de análises que reflitam sobre o problema das identidades no peronismo considerando a estrutura (“desde cima”), representada pelo Estado (com suas regras, normas, discursos, práticas e instituições), e os agentes (“desde baixo”), identificados como as pessoas comuns (com seus costumes, tradições e práticas sociais).

Matthew Karush (2016), baseando-se nas formulações de estrutura e agente de William Sewel, também defende esta dupla perspectiva de análise para o peronismo, esclarecendo que a estrutura é dual, modela e é modelada pelas práticas e pelos agentes. Deste modo, concordamos com estes autores que um estudo que considere o peronismo, e nós estendemos para o varguismo, como uma co-construção, com uma troca constante entre o Estado/governante e as pessoas comuns, em um processo intenso de negociação e contestação, pode contribuir para a soma de esforços para a compreensão destas experiências históricas.

As correspondências são consideradas como uma das modalidades das *escritas de si*, que abarcam escritos autorreferenciais, como diários, autobiografias, testemunhos e relatos de viagem. Como ponderou Angela de Castro Gomes (2004), ao abordar as escritas de si, a utilização das cartas como fontes principais é parte de um processo mais amplo, de renovação teórica-metodológica da História e da emergência de novos objetos e fontes para serem trabalhados, especialmente a partir de 1980.

⁴³ Segundo o IBGE, em 1940, 56% da população era iletrada no Brasil. Na Argentina, em 1947, 13,6% era iletrada, de acordo com o *Censo General de la Nación*. Apesar das particularidades dos países, a maioria dos iletrados vivia na zona rural e era mulher.

Segundo Gomes (2004), como fonte e/ou objeto de pesquisa, as cartas receberam atenções e tratamentos variados que incluem considerações a respeito dos: praticantes letrados e populares; textos literários, escolares e cotidianos; escritos públicos, profissionais, privados, íntimos e domésticos. A diversidade⁴⁴ pode ser notada nos trabalhos nacionais e estrangeiros publicados nos últimos anos sobre correspondências envolvendo a troca entre intelectuais⁴⁵, familiares⁴⁶ e de populares para autoridades políticas⁴⁷.

A despeito da diversidade de trabalhos, há uma preocupação dos pesquisadores com os procedimentos e os cuidados da utilização das correspondências para a produção do conhecimento histórico, especialmente por elas serem um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também fragmentada e dispersa.

A respeito dos procedimentos, Gomes (2004) e Teresa Malatian (2015), que têm contribuições importantes sobre o trabalho com cartas, salientam que o trabalho com a correspondência, assim como com outros documentos escritos, implica em se atentar para uma série de questões como quem as escreve e quem lê, quando e em que condições foram escritas e lidas, onde foram encontradas e guardadas, qual a quantidade e o ritmo da escrita (diariamente, semanalmente, mensalmente ou anualmente), quais as motivações e intencionalidades e os temas/ assuntos envolvidos. Ademais, Gomes (2000) também assinala a importância de se combinar estes aspectos qualitativos com os quantitativos. Em relação ao trabalho aqui desenvolvido com a correspondência das pessoas comuns para os governantes, iniciamos o projeto de doutorado com o objetivo de analisarmos somente as cartas dos trabalhadores para os governantes. Naquele momento, nos interessávamos

⁴⁴ A diversidade dos estudos pode ser observada em algumas das coletâneas com correspondências. Ver: Walnice Nogueira Galvão e Nádia Batella Gotlib (2000), Angela de Castro Gomes (2004) e Antonio Castillo Gómez e Verónica Sierra Blas (2014).

⁴⁵ Entre os estudos sobre trocas de cartas entre intelectuais que foram importantes para esta tese, destacamos: Angela de Castro Gomes (2000), Marcos Moraes (2007), Ana Beatriz Mauá Nunes (2019) e Marina Ruivo e Joana Rodrigues (2019).

⁴⁶ Entre os estudos sobre trocas de cartas entre familiares que foram importantes para esta tese, destacamos: Guadalupe Adamez Castro (2017), Robert Rozett e Iael Nidam-Orvieto (2017), Thiago Mourelle (2019), Verónica Sierra Blas (2018) e Walter Zwi Bacharach (2006).

⁴⁷ Entre os estudos sobre trocas de cartas entre pessoas comuns e autoridades políticas, destacamos: Sheila Flitzpatrick (1996; 2015), Anne Wingenter (2007), Henrik Eberle (2012), Antonio Cazorla Sánchez (2014), Méri Frotscher (2015) e Verónica Sierra Blas (2016).

pelas missivas com temáticas sociais que envolviam questões cotidianas de vida e de trabalho de homens e mulheres comuns, nacionais e estrangeiros, provenientes dos mais distintos locais do Brasil e da Argentina. Essa proposta auxiliou na seleção das mais de 3000 correspondências fotografadas. Também configurou nossa primeira tentativa de estrutura do trabalho com as cartas de acordo com o gênero, a procedência dos remetentes e o tipo de correspondência, como missivas dos trabalhadores urbanos, dos trabalhadores rurais, das mulheres e dos estrangeiros.

Embora reconheçamos a importância deste primeiro passo para a pesquisa, no desenvolvimento da escrita da tese, o trabalho com as cartas pelo gênero e procedência dos remetentes não correspondeu às nossas expectativas, especialmente porque alguns temas como a carestia de vida ou o descumprimento das leis trabalhistas figuravam em mais de um capítulo, algo que se tornaria cansativo para o leitor. Após algumas tentativas, entendemos que era necessário estruturar o trabalho por questões comuns, isto é, que cada capítulo deveria ter uma problemática. Passamos alguns meses revisitando as missivas catalogadas e participando de espaços de discussão acadêmica até decidirmos que a tese teria duas partes amplas (família e pátria) em que refletiríamos, em cada uma delas, de que maneira a relação direta e pessoal foi estabelecida ou mantida pelas pessoas comuns⁴⁸.

Decidimos concentrar as nossas reflexões na família e na pátria deixando os imaginários populares sobre o trabalho para serem abordados de maneira conjunta com os acerca da família. A decisão pela família e a pátria foi amparada na percepção de que elas eram os pilares dos projetos políticos varguista e peronista, mas especialmente por identificarmos uma grande mobilização em torno da família e da pátria nas cartas analisadas. Ademais, boa parte da

⁴⁸ Para trabalhar com um montante inicial de 3.357 cartas optamos por registrá-las em planilhas do excel distinguindo as missivas para o Vargas das para o Perón. Na planilha, inscrevemos em colunas as principais informações como data, ano, procedência, nacionalidade, cartas coletivas ou individuais, gênero, destinatário, órgão que recebeu, tipo de carta, tema, encaminhamentos, resposta e caixa. Com a releitura e “recatologação” incluímos uma coluna que indicava se a base argumentativa se aproximava mais de família, trabalho e/ou pátria. Em um trabalho concomitante, as cartas foram registradas com o nome e a data e guardadas em pastas de trabalho com os países e anos correspondentes. A nova estrutura da tese reduziu o número de missivas para trabalharmos, de 3.557 para 1.115, e permitiu analisarmos os aspectos gerais de como os missivistas mobilizaram e utilizaram os pilares destes governos, assim como motivações comuns mais amplas, mas também específicos de cada uma das situações narradas.

historiografia sobre cartas para os governantes não tratou sobre a constituição destes imaginários populares de maneira comparada e conjuntamente.

Outro aspecto que é assinalado por Gomes (2004) e Malatian (2015) é que o pesquisador precisa considerar o caráter relacional das missivas, pois têm um destinatário específico com quem vai estabelecer relações. Sobre isso, é preciso salientar que a carta envolve um processo de criação da narrativa, que é circundada por escolhas orientadas pelo contexto sócio-histórico nos quais os missivistas estão inseridos, bem como pelas suas subjetividades.

Deste modo, a narrativa, enquanto construção, pode conviver com falhas e enganos, fraudes e ilusões, erros e mentiras. Portanto, o pesquisador não deve procurar identificar a “verdade”, mas compreender o universo de criação da narrativa, observando as projeções de si e as escolhas dos missivistas, que envolvem as produções de sentido, de sensações e emoções, as representações e as expectativas daqueles que escreveram.

Essa prática relacional, que implica o recebimento, a leitura, a resposta e o arquivamento de cartas constitui o que conhecemos como “pacto epistolar”. Devido a sua importância que, na medida do possível, o pesquisador deve reunir as “duas pontas” da correspondência, isto é, a carta que foi enviada e a que foi respondida para que se tenha um quadro analítico rico. No nosso caso, as cartas que tinham o processo completo (envio, recebimento, tratamento e resposta) foram fundamentais para compreendermos e explicitarmos as tensões, as contradições e os limites das relações diretas e pessoais estabelecidas, em particular, e dos regimes varguista e peronista, em geral.

Independentemente de serem fontes e/ou objeto de pesquisa, as cartas devem ser cotejadas com outros documentos para que o pesquisador tenha uma percepção nuançada dos objetivos, conteúdos e implicações da missiva e do missivista. Especificamente no caso das cartas estudadas por nós, o cotejamento das cartas com outras fontes, como jornais e documentos oficiais permitiu que compreendêssemos melhor as percepções, os conhecimentos e as reivindicações dos missivistas a respeito de algumas medidas tomadas pelo governo sobre a família e a pátria.

Além do conteúdo, o pesquisador deve se atentar para a materialidade da carta, como o papel utilizado, a grafia, as marcações e a ausência/ presença de assinaturas. Esses “detalhes” do suporte material podem auxiliar fornecendo

indícios das condições do sujeito que escreveu e da própria produção da missiva, mas também daquele que recebeu e escolheu guardar a correspondência.

Nas cartas das pessoas comuns dirigidas aos governantes tais marcações permitiram a identificação tanto das variadas condições sociais dos remetentes quanto a preocupação dos destinatários em transformá-las em processos e guardá-las. Desse modo, a partir dos indícios na materialidade pudemos acompanhar o processo da troca de correspondências, e especialmente a ampla rede de comunicação estabelecida que envolveu não apenas remetentes e destinatários, mas também diversos funcionários que ficaram responsáveis pela leitura, resumo, encaminhamento, parecer e resposta da carta. Igualmente, as respostas das cartas raramente foram assinadas pelos governantes, algo que possibilitou indagar as particularidades das relações diretas e pessoas construídas ou reforçadas.

Além de alguns dos procedimentos mencionados, também é preciso ter alguns cuidados com a utilização desta documentação, em especial com o que Gomes (1997; 2004) identificou como “feitiço das fontes” ao tratar da “ilusão biográfica”, isto é, considerar a carta como se fosse uma expressão de sinceridade e autenticidade, do que “verdadeiramente aconteceu”. Para contornar esta situação, a historiadora adverte que é necessário fazer a crítica à existência de “um eu” coerente e contínuo, que se evidenciaria neste tipo de escrita pelo “efeito de verdade” que é capaz de produzir.

Outro cuidado que destacamos é o de considerar que o remetente tem o total controle sobre a sua escrita. Como ponderou Fabiana Fredrigo (2011), ao estudar as cartas de Simón Bolívar, o remetente apresenta na escrita o que quer dizer e, efetivamente, diz, mas também expressa o que não quer dizer porque sua capacidade de controle é limitada. Assim, o pesquisador deve estar atento para as variadas produções de si.

A grande maioria das cartas analisadas para Getúlio Vargas estão no Arquivo Nacional, mais especificamente no fundo Gabinete Civil da Presidência da República (1930-1965), que reúne os documentos produzidos e acumulados pelo Gabinete do Presidente da República, pela Secretaria da Presidência da República e pelo Gabinete Civil da República. Nele consultamos especialmente

as séries chefes de Estado, Ministros e Representantes, Educação e Saúde Pública, Geral, Governos Estaduais, Guerra, Justiça e Trabalho⁴⁹.

Além do Arquivo Nacional, nós também consultamos algumas missivas digitalizadas no site do *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* da Fundação Getúlio Vargas, sobretudo as que figuram no Arquivo do Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública.

Na Argentina, a grande maioria das cartas para Juan Domingo Perón estão no *Archivo Intermedio* do *Archivo General de la Nación*, mais especificamente no *Fondo Documental Secretaria Técnica 1º y 2º Presidencia del Teniente General Juan Domingo Peron (1946-1955)*⁵⁰, que abarca a documentação variada produzida pela Secretaria Técnica e pelo Ministério de Assuntos Técnicos. Além deste fundo, também consultamos o *Fiscalía Nacional de Recuperación Patrimonial (FNRP). Comisión de Investigaciones (Biblioteca) (1955-1959)* que reúne a documentação diversa produzida pela Comissão de Investigação que foi instalada após o golpe de Estado de 1955 e ficou responsável por averiguar as irregularidades cometidas pela administração pública municipal, provincial e nacional, assim como de pessoas, empresas e instituições que tiveram relações com Perón.

Além do *Archivo General de la Nación*, nós também consultamos algumas cartas digitalizadas no site do Patrimônio Legislativo⁵¹, sobretudo as que chegaram na Câmara dos Deputados e que denunciavam os variados abusos governamentais.

Além das cartas, também trabalhamos com outras documentações que estavam nos fundos mencionados dos arquivos nacionais brasileiro e argentino, especialmente para ampliarmos a nossa compreensão acerca das relações diretas e pessoais estabelecidas ou reforçadas pelos governantes e as pessoas comuns por meio do conhecimento das propostas oficiais mais amplas sobre

⁴⁹ O catálogo intitulado *Fundo Secretaria da Presidência da República* está disponível para consulta no Arquivo Nacional.

⁵⁰ O catálogo intitulado *Fondo Documental Secretaria Técnica 1º y 2º Presidencia del Teniente General Juan Domingo Perón (1946-1955)* está disponível no *Archivo General de la Nación*, na Biblioteca Nacional Mariano Moreno e na Biblioteca de los Maestros.

⁵¹ Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/expedientes>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

família e pátria, por exemplo, bem como específicas, sobre políticas e decretos que abarcavam estas concepções.

Entre as documentações figuram atas de reuniões ministeriais, ofícios, diretrizes e registros internos, “documentos secretos”, projetos de leis, planos de governos e materiais de propaganda. Além destes, também consultamos discursos políticos e os materiais de propaganda como livros cartazes, folhetos, manuais, materiais escolares, jornais e revistas que estavam em outras instituições para observarmos as variadas valorizações das relações diretas, em geral, e das trocas de correspondência, em particular. No Brasil, com exceção dos jornais, a maioria da documentação mencionada foi disponibilizada pelo CPDOC-FGV. Os jornais brasileiros estão disponibilizados em formato digital na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵².

Na Argentina, com exceção dos jornais, os materiais de propaganda também foram consultados no *Instituto Juan Domingo Perón*, no *Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón*, na *Biblioteca de los Maestros* e na *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*. Na *Biblioteca del Congreso de la Nación* acessamos os discursos políticos de Perón. Na *Biblioteca Nacional* também consultamos os jornais utilizados⁵³. As leis mencionadas ao longo da tese foram consultadas, de forma digital, na Portal da Câmara dos Deputados no Brasil e no Portal do governo na Argentina⁵⁴.

A análise deste diverso *corpus* documental foi realizada com base nos referenciais teórico-metodológicos da História Comparada, da História Política Renovada e da Nova História Cultural. A História Comparada surgiu em um contexto histórico marcado pelos horrores da Primeira Guerra Mundial e da ascensão do fascismo. Como ponderou José D’Assunção Barros (2007), neste contexto, uma parte significativa da intelectualidade europeia sentia um “mal-estar” em relação as radicalizações dos nacionalismos. Ademais, boa parte da

⁵² Utilizamos algumas edições dos seguintes jornais brasileiros: *A Manhã* (RJ), *A Noite* (RJ), *A notícia* (Santa Catarina), *A ordem* (Rio Grande do Norte), *Cidade de Goiás* (Goiás), *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Correio do Povo* (RS), *Diário de Pernambuco* (PE), *Diário de São Luiz* (Maranhão), *Jornal do Comércio* (Amazonas), *Jornal do Dia* (Rio Grande do Sul), *O Acre*, *O combate* (MA), *O dia* (Paraná), *O Estado do Mato Grosso* (Mato Grosso), *O Diário* (RN), *O imparcial* (Maranhão).

⁵³ Utilizamos algumas edições dos seguintes jornais argentinos: *Clarín*, *Democracia*, *El líder*, *El Mundo*, *El Laborista*, *La Nación* e *La Prensa*.

⁵⁴ Disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>; <https://www.argentina.gob.ar/normativa>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

intelectualidade desiludida do entre-guerras desejava compreender o que possibilitou a condução dos europeus ao primeiro grande conflito mundial.

O “mal-estar” somado aos limites da compreensão dos acontecimentos pelas histórias nacionais possibilitaram maiores esforços pela sistematização do método comparativo. Embora a comparação fosse realizada pela História e por outras áreas do conhecimento⁵⁵, historiadores como Marc Bloch defendiam que era necessário estabelecer um método com determinados procedimentos.

Marc Bloch (1928), em célebre artigo intitulado “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, advertiu a importância destes procedimentos a começar pelo objeto de pesquisa. Para o historiador francês era preciso estudar, paralelamente, “sociedades vizinhas e contemporâneas”, que possam ter compartilhado eventos comuns ou ter influenciado umas às outras, sobretudo pela sua proximidade e sincronia às causas e questões que remontem a uma origem comum. Ainda segundo o historiador, a comparação deve partir de problemas comuns formulados pelos historiadores a partir de criteriosa leitura das bibliografias e das fontes.

A despeito da importância atribuída por Bloch (1928), os estudos comparados têm riscos e desafios. Maria Ligia Coelho Prado (2005), refletindo acerca da História Comparada, em geral, e da América Latina, em particular, mencionou as dificuldades, mesmo para Bloch, para a adesão da comparação pelos seus pares. Entre os riscos e desafios dos pesquisadores figuram o do anacronismo, de uma aproximação forçada dos fenômenos estudados, das generalizações, das justaposições de histórias e das classificações dos fenômenos comparados, que geralmente são inspiradas em abordagens etnocêntricas ou eurocêntricas (PRADO, 2005; BARROS, 2007). Os riscos mencionados alimentam as críticas à História Comparada, especialmente no que se refere às incertezas sobre os procedimentos metodológicos e a eficácia dos resultados⁵⁶.

⁵⁵ Alguns historiadores como Barros (2006) consideram que há uma “pré-história” da História Comparada, que remonta às demais ciências humanas e sociais. Tratando do desenvolvimento da História Comparada, ele considera que na área de História houve uma diversidade de possibilidades, mas destaca três, a saber: uma amparada pela proposta de uma história total, que fornecesse um quadro completo da Europa; outra amparada na história das civilizações, como Oswald Spengler e Arnold Toynbee; e a que estivesse amparada em um problema bem definido e de um método sistematizado, como propôs Bloch.

⁵⁶ O avanço da globalização propiciou a discussão sobre a construção das Histórias Conectadas, proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam em “Connected Histories: Notes

Apesar de colocar desafios e demandar cautela, é importante destacar que, ao longo dos anos, os estudos comparados têm crescido e passaram por modificações. Barros (2007), ponderando sobre a atualidade da História Comparada, considerou que a partir da segunda metade do século XX muitas foram as contribuições enquadáveis neste âmbito. Para o historiador, o crescimento destes estudos é notável nos diálogos interdisciplinares da História com outros campos de saber e na variedade das escalas de observação a partir das quais se estabelecem as comparações, contíguas ou não, como nos âmbitos civilizacional, nacional, regional, local e intraurbano.

As modificações e o crescimento dos estudos comparados também podem ser notados nas publicações acerca do varguismo e do peronismo, considerando as suas variadas vertentes, como o rádio, os tempos festivos, as questões agrárias, o esporte, a propaganda política, as oposições políticas e a legislação trabalhista para o campo⁵⁷. Estes estudos evidenciam como a comparação, em geral, e destas experiências, em particular, é rica em potencialidades e têm contribuído para a compreensão dos variados aspectos dos regimes.

Prado (2005), tratando dos estudos comparados e a História da América Latina, afirmou que a comparação também permite que fenômenos amplamente estudados sejam revisitados e alguns aspectos iluminados por questionamentos mais específicos. No nosso caso, para refletirmos acerca da co-constituição das relações entre governantes e pessoas comuns, em muitos casos perduráveis, como fruto de um esforço conjunto, ainda que assimétrico e com interesses particulares ponderando de que maneira isso ocorreu, bem como suas semelhanças e particularidades, especialmente sob a perspectiva das pessoas comuns. Portanto, embora reconheçamos os desafios ao adotar a perspectiva comparativa, concordamos com Prado (2005) ao considerar que é possível fazer história comparada e permanecer crítica das visões eurocêntricas e dicotômicas.

Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”, publicado em 1997. Resumidamente, propunha-se a ampliação do olhar do historiador para além da nação por meio da identificação de “conexões” nos processos históricos em espaços sociais e/ou temporais mais amplos. Para o historiador, as Histórias Conectadas permitem transitar entre escalas macro e micro, síncronas ou assíncronas.

⁵⁷ Entre os trabalhos destacamos, por ordem de publicação, o de Doris Fagundes Haussen (2001), Cláudia Schemes (2013), Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2007; 2008), Maurício Drumond (2009), Maria Helena Capelato (2009), Ernesto Bohoslavsky (2011), Mayra Coan Lago (2015) e Bruno de Almeida Gambert (2018).

Além da História Comparada, também adotamos alguns dos aportes teórico-metodológicos da História Política Renovada⁵⁸. Ela foi concebida em um contexto em que a problemática da democracia se impôs em diversos países do mundo nos anos 1980, suscitando a ampliação do debate e o aprofundamento das questões de natureza política para a compreensão dos fenômenos sociais.

Para Marieta de Moraes Ferreira (1992), que tratou do “retorno” da História Política, as profundas transformações na Europa e as perspectivas de integração regional em meados dos anos 1990 também possibilitaram a revalorização do político identificado como instrumento adequado para captar os problemas colocados pelas trajetórias específicas dos países que integram a Comunidade Europeia.

Especificamente dentro da academia predominava uma crença de que nada aconteceria fora dos limites da classe operária organizada, o que tornava os referenciais analíticos inadequados para a compreensão dos novos fenômenos, evidenciando a necessidade de novas categorias para se pensar o processo democrático (CAPELATO, 1995). Esta percepção tem relações profundas com as mudanças de orientações teóricas mais amplas, que atingiram as ciências sociais de modo geral e internacional, especialmente a partir dos anos 1970, conforme ponderou Angela de Castro Gomes (1996a) ao refletir sobre a revitalização da História Política no Brasil.

Estas mudanças desencadearam um processo de reflexão sobre a natureza e o trabalho historiográfico, destacando-se alguns temas como os do “retorno” do político. Embora faça parte de um movimento mais amplo, Gomes (1996a) chamou a atenção para as variações temáticas, os ritmos nacionais e as características específicas, que têm relação com os eventos próprios de cada país.

Os núcleos iniciais dessa renovação são identificados no *Fondation Nationale de Sciences Politiques* e na Universidade de Paris X (Nanterre)⁵⁹, que funcionaram como espaços de integração de especialistas de origens e

⁵⁸ Alguns historiadores, como Rodrigo Patto Sá Motta, ponderam que o declínio da História Política não ocorreu com a mesma intensidade da França, modelo clássico, em todos os lugares. Desse modo, o historiador reconhece que houve um declínio relativo da importância da História Política, mas considera que pode ser um equívoco tratar do “retorno” da História Política para além do caso francês. Ver: Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2018).

⁵⁹ Embora mais expressivo na França, o movimento pela defesa da História Política Renovada também esteve presente em outros países, como Estados Unidos e Inglaterra

formações diversas, entre os quais René Rémond e Serge Berstein. A proposta de renovação foi explicitada no livro “Por uma História Política”, organizado por René Rémond (1988). Em “Uma História Presente”, primeiro capítulo da coletânea, o historiador reflete sobre os fatores exógenos e endógenos que possibilitaram o “retorno” da História Política na França, contesta as antigas críticas da História Política e demarca as principais bases da sua revitalização.

A preocupação central da revitalização é demonstrar a ampliação da noção de “político”, que é identificado como domínio privilegiado de articulação do todo social e de sua representação. Deste modo, o historiador deveria estar atento às relações que se estabelecem entre o indivíduo e a “sociedade global política”, por meio do estudo de comportamentos, escolhas, convicções, cultura, entre outros. O livro expressa esta ampliação e a pluridisciplinaridade dos estudos, estimulada pelo contato e pela troca com pesquisadores de outras áreas. Nele estão presentes perspectivas e temas variados como eleições, partidos políticos, associações, biografias, opinião pública, mídia, intelectuais, ideais políticas, discursos, religião, relações internacionais e guerra.

Segundo Gomes (1996a), no Brasil os estudos políticos renovados tiveram como preocupação central compreender as razões do nosso país e dos outros da América Latina terem mergulhado em regimes autoritários, bem como identificar os esforços necessários para a reinstalação de uma democracia sólida e duradoura.

Ainda de acordo com a historiadora, o esforço de releitura da História Política nas produções acadêmicas, considerando como marco temporal especialmente o pós-1930, com atenção maior ao Estado Novo e ao período de 1946-1964, traduzia-se pela inovação profunda na construção dos temas e nas escolhas teóricas e metodológicas interdisciplinares. Os laços, os partidos e o comportamento político dos trabalhadores foram os temas mais estudados inicialmente. Os estudos sobre o novo sindicalismo, as variadas formas de organização dos trabalhadores, o “lugar político” dos imigrantes também foram incorporados nas temáticas, sobretudo a partir dos anos 1970-1980.

Apesar dos diferentes ritmos e particularidades das revitalizações francesas e brasileiras, a História Política Renovada “retomou” a preocupação dos historiadores com as dinâmicas conjunturais e com as variáveis subjetivas, identificadas como fundamentais para a compreensão das expectativas e

valores que orientam o comportamento dos sujeitos históricos⁶⁰. Para nós, mais especificamente, para que refletíssemos sobre as imagens, os símbolos, os laços e o comportamento políticos que compuseram os fenômenos estudados e auxiliaram na elaboração da co-constituição da relação direta entre pessoas comuns e os governantes. Entre os conceitos centrais para esta tese destacamos o de imaginário político.

Carlos Altamirano (1990), refletindo sobre o imaginário como campo de análise, pondera que os estudos acerca do fenômeno são antigos, diversos e receberam contribuições de várias áreas. Entre os autores estrangeiros e brasileiros que realizaram estudos dos imaginários políticos das experiências históricas estudadas e que contribuíram significativamente para a nossa reflexão figuram Alcir Lenharo (1986) e Eliana de Freitas Dutra (2012), no caso do Brasil, e de Marcela Gené (2004), Mariano Plotkin (2013) no caso da Argentina. Os estudos de Maria Helena Capelato (2009) contribuíram para os casos brasileiro e argentino.

A despeito das particularidades, estes autores analisaram a constituição dos imaginários políticos pelo Estado varguista e peronista, que estavam em disputas com outros projetos políticos pelos corações e mentes de brasileiros e argentinos. Ademais, mostraram como o campo do imaginário é o do enfrentamento político⁶¹, em que os ressentimentos, frustrações, medos e esperanças são mobilizados pelas práticas políticas.

Muitos destes estudos explicitaram os contatos da política e da cultura, em geral, e da História Política Renovada com a Nova História Cultural, em particular. Embora esteja sendo praticada de maneira diversa, em diferentes partes do mundo há muito tempo, a Nova História Cultural foi revitalizada a partir dos anos 1980 (BURKE, 1997). As análises de História Cultural se dedicam à história da cultura abarcando objetos culturais, sujeitos produtores e receptores

⁶⁰ A diversidade de pesquisas pode ser notada no livro “Capítulos de uma História Política”, organizado por Charles Sidarta Machado Domingos, Alessandro Batistella e Douglas Souza Angelli (2018).

⁶¹ A tese de doutorado de Rodolpho Santos (2015), a respeito da construção da ameaça justicialista pela imprensa liberal-conservadora brasileira, entre 1945 e 1955, também evidencia o campo do imaginário político como de enfrentamento. Neste caso, o historiador mostra as construções e manipulações das imagens da Argentina peronista para atingir o presidente Vargas no seu segundo governo.

de cultura, práticas, processos de produção e transmissão, bem como “visões de mundo”.

A Nova História Cultural tem uma variedade de temas, abordagens e autores. Entre os autores que se destacam e contribuem para a tese figuram Roger Chartier (2002) e Bronislaw Baczko (1986). Para Chartier (2002, p. 17), a história cultural tem como objeto *“identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada e dada a ler”*.

Chartier (2002) foi um dos principais responsáveis pelo reconhecimento da importância das noções complementares práticas culturais e representações no campo historiográfico, evidenciando a relação entre elas. Ao se referir ao modo como a cultura se relaciona com o social, considerou que as representações do mundo social, que dão sentido ao mundo, eram elementos constitutivos da realidade social e que as categorias universais eram construídas no e pelo discurso, ou seja, eram categorias históricas e, portanto, mutáveis. Ademais, as percepções do social não são discursos neutros, ao contrário, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto em função de outro ou justificar uma escolha. Portanto, estão em constante disputa. A capacidade de mobilização e influência nas práticas políticas aproxima as representações dos imaginários políticos e sociais.

O historiador também propõe a noção de apropriação cultural, entendida como formas particulares de interpretação dos discursos, e considera que estas noções permitem o estudo dos processos de construção de sentidos, rompendo com a ideia antiga de que os discursos, de modo mais amplo, têm um sentido intrínseco, absoluto e único, o que nos auxiliou a pensarmos a respeito do recebimento particular das variadas mensagens políticas pelas pessoas comuns.

As posições assumidas por Chartier na afirmação de uma Nova História Cultural sofreram críticas de historiadores. Segundo esses críticos, o autor concebia qualquer prática, como econômica, intelectual, social ou política como culturalmente condicionadas. Devido a essa ênfase no cultural, apresentou uma perspectiva reducionista. No entanto, não se pode negar a sua importância no que se refere às discussões em torno do conceito de representação que se tornou uma categoria importante para os historiadores, bem como o seu contratermo imaginários.

No célebre texto sobre imaginários sociais, Bronislaw Bazcko (1985) reflete sobre os interesses dos pesquisadores, de áreas distintas e possibilidades metodológicas diversas, em estudá-los com mais atenção especialmente a partir dos anos 1960. Para ele, o interesse provinha da percepção das complexas e múltiplas funções dos imaginários na vida coletiva e em especial no exercício de poder, evidenciados nos usos dos emblemas, imagens, mitos, rituais políticos e identidades coletivas de grupos variados.

Ainda segundo o historiador polonês, a polissemia dos termos “imaginação/ imaginário” indica que a sua definição não pode ser considerada como dada e imutável, especialmente porque varia de geração para geração. Quanto ao adjetivo “social”, embora acrescente poucas precisões, para ele indica a orientação da produção de representações da “ordem social”, dos seus atores e das suas relações recíprocas, assim como das instituições sociais, especialmente as que se referem ao exercício do poder.

Igualmente, o mesmo adjetivo designa a participação da atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo. Em suma, os imaginários sociais são construídos a partir dos desejos, aspirações, motivações e experiências dos agentes sociais. Portanto, eles abarcam um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas.

Enquanto construções históricas, eles variam no tempo e no espaço das sociedades, de acordo com as modalidades específicas que cada uma tem de acreditar, imaginar, sentir, pensar, reproduzir e renovar os imaginários sociais. Apesar das particularidades, eles constituem uma das forças reguladoras da vida coletiva, pois todas as sociedades precisam imaginar e inventar a legitimidade que atribuiu ao poder para que, além de poderoso, seja legítimo.

Pela sua capacidade de mobilização e ação política, eles são integrantes de qualquer regime político. Contudo, são particularmente importantes em momentos de mudança política e social, de redefinição de identidades coletivas, como nos casos do varguismo e do peronismo.

A respeito dos imaginários sociais, destacamos os estudos já mencionados na parte sobre os trabalhos acerca das correspondências enviadas para os governantes, como Ferreira (2002) e Comastri (2013). Os historiadores

brasileiro e argentino contribuíram significativamente para que nós pensássemos e adotássemos a concepção de imaginários populares. Estes, de modo similar aos sociais, podem ser compreendidos como um conjunto de imagens e representações construídas pelas pessoas comuns a partir de suas aspirações, desejos, motivações e experiências ao longo do tempo e do espaço, em diálogo com as imagens produzidas pelo varguismo e peronismo. Deste modo, apesar da complexidade dos problemas que se colocam ao seu estudo como o caráter pluridisciplinar e diversidade de abordagens metodológicas, consideramos que por meio deles poderemos analisar a co-constituição da relação direta e pessoal pelas pessoas comuns e pelos governantes.

Além desta introdução e das considerações finais, a tese tem cinco capítulos que estão distribuídos em duas grandes partes temáticas, sendo a primeira dedicada aos imaginários populares sobre a família e a segunda acerca da pátria. A primeira parte conta com os capítulos um e dois e a segunda parte com os capítulos três a cinco. Em cada uma das partes e respectivos capítulos procuramos compreender de que maneira as pessoas comuns mobilizaram estes pilares para construir ou realizarem a manutenção das relações diretas e pessoais com os governantes.

Na primeira parte analisamos como brasileiros e argentinos interpretaram e utilizaram as noções e preocupações governamentais sobre “família” para apresentarem suas aflições e aspirações, mas também para discutirem aspectos concretos das suas realidades e realizarem as suas reivindicações. Para lograr o objetivo, utilizamos como fontes principais 742 cartas em que identificamos uma argumentação maior baseada na família. Além das missivas, também consultamos outras fontes primárias, como atas de reunião ministeriais, ofícios, diretrizes e registros internos, “documentos secretos”, projetos de leis, leis, planos de governo, jornais, revistas e materiais de propaganda política.

No primeiro capítulo intitulado *A família sob a proteção especial dos pais*, analisamos como as imagens das “grandes famílias” brasileiras e argentinas foram forjadas e alimentadas pelos que a compunham: os “filhos”, representados pelas pessoas comuns, e os “pais”, representados pelos governantes. Os missivistas buscaram pessoalizar a relação com os governantes reivindicando

os “laços familiares” forjados e trabalhando com concepções amplas, relacionadas à “grande família” brasileira e argentina, e específicas, associadas aos seus núcleos familiares. Portanto, escreveram para os governantes identificando-se como “filhos” e/ou como mães e pais de família para relatarem problemas associados ao seu cotidiano.

No segundo capítulo, intitulado *A família sob a proteção especial do Estado*, continuamos a reflexão, mas trabalhamos com cartas daqueles que procuraram combinar a pessoalização com a institucionalização da relação com os governantes amparados em documentos oficiais, como as Constituições de 1937 e 1949, brasileira e argentina, respectivamente. Eles também reivindicaram a posição de cidadãos baseados no que entendiam como direitos e deveres da família, que antecederiam e ultrapassavam estes governos e que incluíam variadas percepções sobre os direitos trabalhistas, sociais e morais.

Na segunda parte da tese procuramos realizar um trabalho similar ao da primeira, mas voltado para a “pátria”. Assim, buscamos observar como ela foi operada pelos missivistas para apresentarem suas percepções, aspirações, frustrações e realizarem suas reivindicações. A fim de cumprir com o objetivo, trabalhamos com 373 cartas de nacionais e estrangeiros em que identificamos uma argumentação maior baseada na pátria. Além das missivas, também utilizamos outras fontes primárias, como diretrizes e registros internos, “documentos secretos”, projetos de leis, leis, planos de governo, discursos políticos, jornais e publicações oficiais.

No terceiro capítulo, intitulado *O engrandecimento da pátria como um direito de todos*, utilizamos principalmente as cartas dos nacionais para refletirmos sobre as percepções populares acerca da construção da pátria, de seus papéis e dos governantes. Apesar das particularidades dos países e dos missivistas, a grande maioria apresenta a necessidade de demonstrar como poderia ser “útil” e reivindica seu direito de colaborar com a pátria, pelas identificações nacionais e/ou políticas, especialmente a partir de projetos e inventos.

No quarto capítulo, intitulado *A defesa da pátria como um dever de todos*, trabalhamos com cartas dos nacionais para compreendermos suas percepções sobre a destruição da pátria, de seus papéis e dos governantes. As cartas foram enviadas com mais intensidade nos “segundos momentos” do Estado Novo e do

Primeiro Peronismo. Por isso, a despeito das particularidades dos países e das cartas, na maior parte da correspondência identificamos o esforço dos missivistas se mostrarem como “verdadeiros patriotas”, legítimos ou adotivos, e “vigilantes” visando colaborar com os governantes por meio das denúncias dos “inimigos” da nação a fim de cumprir com o dever de defender a pátria.

No quinto e último capítulo, intitulado *O engrandecimento e a defesa da pátria pelos patriotas “úteis e adaptáveis”*, reunimos as correspondências dos estrangeiros com solicitações, projetos e inventos para observarmos como eles procuraram forjar as imagens de utilidade e colaboração para o engrandecimento e defesa da pátria. Também utilizamos cartas dos nacionais e dos estrangeiros para refletirmos, de modo mais amplo, sobre as denúncias e os combates aos abusos governamentais no Brasil e na Argentina.

Por fim, vale destacarmos que a divisão temática proposta é uma das formas possíveis das mais de mil correspondências serem trabalhadas. Igualmente, a distribuição das missivas em uma das partes não deve ser compreendida rigidamente. Ao contrário, em muitas cartas é possível observar como os imaginários populares sobre a família e a pátria dialogam, se sobrepõem ou contrapõem, evidenciando a fluidez e a linha tênue entre eles. Do mesmo modo, a partir da estrutura mencionada esperamos que o leitor tenha uma maior compreensão do problema proposto, no entanto, os capítulos têm certa autonomia e podem ser compreendidos individualmente.

PARTE I: *DOS PAIS DE FAMÍLIA PARA OS PAIS DA NAÇÃO: A FAMÍLIA SOB PROTEÇÃO ESPECIAL*

Entre as décadas de 1930 e 1950, centenas de brasileiros e argentinos, pais e mães humildes, honestos e trabalhadores, escreveram para os governantes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón reivindicando melhores condições de vida. Apesar das particularidades das missivas, estas pessoas comuns representavam e mobilizaram um pilar fundamental dos regimes varguista e peronista: a família.

Consideramos que a mobilização da família permitiu a constituição, ou reforço, da relação direta e pessoal com os governantes. Como mencionamos na introdução desta tese, tal relação deve ser compreendida a partir da dinâmica que envolve Estado/governantes e sociedade/pessoas comuns. Nesta primeira parte, procuraremos mostrar de que maneira brasileiros e argentinos interpretaram e utilizaram as noções de “família”, propostas pelos dois regimes, para apresentarem suas aflições e aspirações, mas também para realizarem as suas reivindicações.

Muitos missivistas adotaram as concepções oficiais amplas de “grande família” brasileira e argentina, que tinham como “pais” os governantes Vargas e Perón, para se identificarem como “filhos”. Alguns missivistas somaram às concepções oficiais as suas condições como mães e pais de família para relatarem os problemas relacionados ao cotidiano e reforçarem a necessidade de serem atendidos. Outros não mobilizaram o discurso oficial, portanto, ampararam-se apenas nas suas condições como pais e mães de famílias.

A partir do critério argumentação baseada na família, analisamos 742 cartas, sendo 397 direcionadas a Vargas e 345 a Perón. Em ambos os países, a maior parte das cartas foi escrita individualmente. Cartas coletivas também existiram, sendo mais representativas na Argentina do que no Brasil, correspondendo a 55 e 11 correspondências, respectivamente. No Brasil, a maioria das cartas foi escrita por mulheres (204). Na Argentina, ao contrário, os homens escreveram a maioria das cartas (239).

Os governantes brasileiro e argentino receberam correspondências de todas as regiões dos países. No Brasil, a maioria era proveniente do Rio de Janeiro (138), São Paulo (55), Minas Gerais (26), Rio Grande do Sul (14) e Bahia

(12)⁶². Na Argentina, predominantemente oriundas de Buenos Aires (217), Santa Fé (33), Córdoba (16), Mendoza (11), San Juan (7) e Formosa (7)⁶³.

A leitura e catalogação das cartas permitiu observarmos que a mobilização do pilar “família” pelos missivistas indicava a sua preocupação com dois objetivos amplos principais: proteção e justiça. Contudo, os argumentos dos missivistas para atingi-los foram variados. Com o intuito de observarmos estas questões, dividimos esta primeira parte em dois capítulos⁶⁴.

No primeiro capítulo analisamos as cartas dos missivistas que buscaram pessoalizar a relação com os governantes por meio dos laços familiares. Deste modo, os missivistas adotaram a concepção oficial de “grande família” brasileira e argentina que os identificava como “filhos” e os Chefes de Estado como “pais da nação”.

No segundo capítulo, analisamos as cartas daqueles que combinaram as relações pessoais com as institucionais/ legais. Neste caso, os missivistas mobilizaram questões referentes a “grande família” e aos seus núcleos familiares reivindicando seus direitos, que estavam garantidos por lei, como nas Constituições (1937 e 1949) que foram aprovadas pelos regimes nos dois países. Alguns destes missivistas também recorreram mais às relações pessoais, buscando a empatia dos governantes para escreverem a eles reconhecendo-os como “pais”, “amigos” e “chefes”.

Portanto, a grande diferença entre os dois capítulos reside na justificativa relacionada à proteção e à justiça. No primeiro capítulo, os missivistas reivindicavam a proteção e a justiça por se considerarem “filhos” dos governantes e, no segundo capítulo, por serem cidadãos.

⁶² Os outros Estados que mandaram cartas foram: Maranhão (11), Paraíba (11), Ceará (8), Paraná (8), Alagoas (8), Amazonas (8), Mato Grosso (7), Espírito Santo (3), Para (3), Pernambuco (3), Piauí (3), Acre (2), Maceió (2), Sergipe (2), Santa Catarina (2), Goiás (1), João Pessoa (1) e Rio Grande do Norte (1).

⁶³ Na Argentina, as outras províncias que enviaram cartas foram: Corrientes (6), Tucumán (6), Misiones (5), Entre Rios (3), Provincia Eva Perón (atualmente La Pampa- 3), La Rioja (3), Salta (3), Provincia Perón (atualmente Chaco - 2), Neuquén (2), Rio Negro (2), Catamarca (1), Jujuy (1), Mar del Plata (1), San Luis (1).

⁶⁴ As cartas não estão divididas por períodos por considerarmos mais interessante trabalhar a partir dos temas escolhidos. Além disto, a grande maioria das cartas brasileiras e argentinas estão concentradas nos primeiros anos dos governos. No Brasil, os missivistas enviaram mais correspondência nos anos de: 1938 (163), 1939 (136), 1942 (43), 1937 (24), 1941 (24), 1943 (22), 1940 (10), 1944 (1) e 1945 (3). Na Argentina, os anos em que mais cartas foram enviadas são: 1946 (85), 1952 (58), 1953 (53), 1947 (48), 1951 (33), 1950 (32), 1954 (17), 1948 (12), 1949 (5) e 1955 (2).

PRIMEIRO CAPÍTULO: A FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO DOS PAIS

O objetivo deste capítulo é analisar como as pessoas comuns instrumentalizaram a noção de “família” para constituir ou reforçar a relação direta e pessoal com os governantes. Para logr-lo, este captulo tem trs grandes partes. Na primeira refletimos sobre as constituies e mobilizaes das “grandes famlias” pelos missivistas. Eles, se identificando como “filhos” da nao, evocaram os laos familiares nacionais para reivindicar a proteo e a justia dos governantes, tidos como “pais” da nao”, e apresentar suas aflies, aspiraes e cobranas. Na segunda parte observamos como as primeiras-damas foram includas nestas configuraes de “grande famlia” pelos missivistas, bem como as particularidades das relaes diretas e pessoais entre os missivistas e as “mes da nao”. Finalmente, na terceira parte notamos como os missivistas adaptaram os vocabulrios religiosos e combinaram as imagens polticas e divinizadas dos governantes, a sua maneira, para relatarem a angstia e o desespero das situaes enfrentadas.

1.1 Dos “filhos” aos “pais da Nao”: reivindicando proteo e justia pelos laos paternos nacionais

Em agosto de 1938, Cndida de Mello, residente em So Paulo, funcionria da agncia de *Correios* e me de 11 filhos, se dirigiu ao Chefe da Nao, Getlio Vargas, para relatar que estava vivendo dias angustiantes. Por esse motivo, dirigia uma splica a ele, como faz *“uma filha ao pai, porque vos sois hoje nosso pai chefe dedicadssimo que sois do nosso Brasil e que no deixamos de vos ser muito gratos (...)”*⁶⁵.

No pas vizinho, Argentina, alguns anos depois, em outubro de 1952, uma moradora de Crdoba, Angelica Romero Gonzlez, escreveu ao presidente Juan Domingo Pern. Freira carmelita da instituio *Carmelitas Descalzas*, Angelica relatou que sempre admirara a obra social de Eva Pern e sentia alegria ao saber que as crianas desfrutavam de suas obras. Alegou que, apesar da carncia de coisas indispensveis, nunca solicitara ajuda para as crianas pobres do orfanato no qual trabalhava. Aps esta ponderao, a missivista justificou sua

⁶⁵ AN-GCPR, srie Geral, lata 159, processo 19.040.

carta ao presidente nos seguintes termos: “(...) *Se a obra social de Evita não teve fronteiras e nosso orfanato que está no coração de Córdoba tem necessidades, é porque não a fizemos conhecida para Ela [Evita] antes e agora ao nosso Presidente, pai dos pobres*” (tradução nossa)⁶⁶.

Os apelos de Candida e de Angelica são exemplos de inúmeras cartas nas quais brasileiros e argentinos adotaram as identificações como “filhos” para enviarem mensagens aos “pais-governantes” Vargas e Perón. Apesar da diversidade de apelos, as correspondências projetavam as imagens metafóricas das nações como “grandes famílias”, compostas pelos governantes e pelas pessoas comuns.

Vargas e Perón entraram na cena política brasileira e argentina, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de um golpe de Estado⁶⁷ e de eleição democrática⁶⁸, respectivamente. Apesar das particularidades entre o Estado

⁶⁶ “(...) *Si la obra social de Evita no tuvo fronteras y nuestro asilo que está en el corazón de Córdoba tiene necesidades, es porque no se la hemos hecho conocer a Ella antes y ahora nuestro Presidente, padre de los pobres*”. Fonte: AGN-ST, caixa 503, sem número de processo.

⁶⁷ Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil por meio de um golpe de Estado em 1930, autoproclamado como “Revolução de 1930”, um movimento armado, fruto de uma articulação de forças heterogêneas lideradas por Vargas, que destituiu o presidente. Desde o início do governo provisório (1930-1934), Vargas manifestou seu desejo de construir uma “pátria nova” através de medidas autoritárias, centralizadoras, intervencionistas e nacionalistas. Durante os governos provisório e constitucional (1934-1937), Vargas enfrentou antigos e novos adversários e lidou com movimentos políticos de matizes distintas. Nos meses que antecederam o Estado Novo, o governo promulgou legislações trabalhistas, mas também reprimiu os trabalhadores e aqueles que foram identificados como ameaças e inimigos do regime. Em novembro de 1937, Vargas estendeu o seu tempo no poder instituindo a ditadura do Estado Novo (1937-1945). A Constituição de 1937, promulgada junto com o golpe, ampliava os poderes do Estado na sociedade. Para maiores informações sobre os anos que antecederam o Estado Novo, ver: Gomes (1980) e Mourelle (2015; 2017; 2019).

⁶⁸ Juan Domingo Perón assumiu o poder na Argentina por meio da eleição democrática de 1946. Perón era conhecido dos argentinos desde 1943, pois pertenceu ao grupo que desferiu o golpe de estado que destituiu o então presidente argentino Ramón Castillo, instituindo a autoproclamada “Revolução de Junho”. Em 1944, durante o governo autoritário, Perón acumulou os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho do Pós-Guerra e secretário do *Departamento Nacional do Trabalho* (posteriormente transformado em *Secretaria do Trabalho e Previdência*). A partir deste último cargo, Perón se aproximou de parte dos trabalhadores, visitando seus locais de trabalho e promulgando a legislação trabalhista. Apesar da aproximação, Perón era identificado por alguns setores da sociedade argentina como um demagogo. Em outubro de 1945, por diferentes razões políticas e morais, Perón foi obrigado a renunciar seus cargos. Alguns dias depois, em 13 de outubro, ele foi preso na ilha de Martín García. As notícias de sua renúncia e prisão geraram distintas reações nos argentinos, sendo que os setores populares, especialmente os trabalhadores, se concentraram na Praça de Maio no dia 17 de outubro exigindo a liberdade de Perón, que acabou sendo libertado. Após esse episódio, o antigo Secretário despontou como candidato natural das eleições que ocorreram em fevereiro de 1946. Nestas eleições, marcadas pelo clima político do pós-guerra, a chapa representada por Perón, do *Partido Laborista* enfrentou a frente ampla intitulada *União Democrática*, formada por uma composição heterogênea de forças políticas, representada por José Tamborini. Logo que foi eleito, Perón passou a identificar o seu governo como uma “revolução nacional”, de cunho social e com participação popular, que construiria um “novo país”

Novo e o Primeiro Peronismo, estes governos promoveram uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Estas transformações estavam inseridas dentro de projetos políticos mais amplos dos governantes que tinham, entre os objetivos, a construção de “novos países”. A despeito de considerarem formas distintas de construções, de modo geral, Vargas e Perón assinalavam a necessidade premente de garantir a unidade e a integração entre corpos e mentes nacionais para que ela fosse possível. Deste modo, eles recorreram a medidas disciplinares e à promoção de mensagens de identificação e pertencimento a fim de integrarem os indivíduos a uma mesma nação. Especificamente sobre os “laços afetivos nacionais”, desde o início dos seus governos, Vargas e Perón manifestaram interesse pelas famílias, compostas por um conjunto de indivíduos, mas também pela “grande família”, concepção que deveria abarcar todos os nacionais.

A associação entre as famílias e a “grande família” brasileira e argentina pelos governos permitiu que os Estados intervissem em temas do âmbito privado, como mencionaremos no segundo capítulo, por considerarem que as esferas privada e pública eram inseparáveis. No que diz respeito às “grandes famílias”, as concepções forjadas dialogavam com as preocupações acerca das identidades nacionais, que inclusive eram anteriores ao varguismo e ao peronismo⁶⁹.

No Estado Novo, estimulou-se um sentimento de agregação e pertencimento a uma terra grandiosa e farta, que tinha o interior como o depositário da nacionalidade, que deveria produzir orgulho nos seus filhos. Assim como no Brasil, a agregação e pertencimento dos argentinos também foi estimulada pelo governo, especialmente em torno da figura do *gaucho*. Em ambos os países, as imagens da “grande família” como um todo harmônico

por meio da centralização política, unidade nacional, intervenção estatal, nacionalizações e nacionalismo. Para maiores informações sobre os anos que antecederam o primeiro governo de Perón, ver: Torre (1988; 2002) e James (2002).

⁶⁹ Capelato (1996), refletindo sobre a propaganda política e a construção das identidades nacionais, considera que, embora houvesse a preocupação, a discussão apresentava aspectos distintos nas sociedades brasileira e argentina, tendo em vista a diferença dos problemas enfrentados. No Brasil, a ênfase era na integração nacional por considerar-se que a nação não se completara e, por isso, haveria a necessidade de integração racial e do reforço da unidade territorial, moral, cultural e política. Na Argentina, a ênfase era no reforço e reequilíbrio da identidade nacional conquistada anteriormente, mas abalada pela “mescla de raças”. Segundo a análise da historiadora, para os intelectuais e políticos, no Brasil, a nacionalidade não se completara, enquanto na Argentina era necessário concluí-la (CAPELATO, 1996, p. 7).

foram amplamente difundidas nos discursos políticos, na propaganda e nos manuais escolares (CAPELATO, 1996; GUTIERREZ, 2002; GAGGERO; GARRO, 2009; PLOTKIN, 2013).

A imagem da nação como uma “grande família”, construída por estes governantes, também estava associada à ideia de nação como uma totalidade orgânica, ou seja, um corpo uno, indivisível e harmonioso. Alcir Lenharo (1986), tratando da sacralização da política durante o Estado Novo, adotou a metáfora do corpo para refletir sobre o funcionamento do Estado e a relação com as suas partes de forma integrada (território nacional, sociedade e governante). Segundo o autor, essas partes atuavam como órgãos pertencentes a um corpo tecnicamente integrado; o território nacional era definido como um corpo que crescia, expandia e amadurecia; as classes sociais compunham este corpo, como órgãos dependentes uns dos outros; e o governante encarnava a cabeça que comandava o funcionamento das partes. Nesta imagem do corpo como uma totalidade orgânica as partes não poderiam entrar em conflito entre si e o mesmo acontecia na relação entre a cabeça e o corpo.

A despeito das particularidades das experiências brasileira e argentina, a proposta de Perón, de constituir uma “comunidade organizada” na Argentina, também concebia a nação como totalidade orgânica. Neste caso, a ideia de nação como corpo tinha uma particularidade: ele era nutrido por uma doutrina que orientava o movimento/partido peronista e sua relação com o poder⁷⁰.

⁷⁰ Para Perón, essa doutrina era considerada o “espírito” que serviria para organizar a massa. Em diversos momentos, o presidente endossou a importância do “espírito”, como nas ponderações sobre a criação do partido político: *“o primeiro que precisa fazer é dar ao organismo o seu espírito. Assim como um homem sem alma é sempre um cadáver, um organismo que não possui espírito ou alma coletiva está formada por uma série de princípios e sentimentos que individualizam a massa, como que pensa, em conjunto, de uma maneira similar, tem um objetivo comum e se aglutina atrás de um ideal, que também é comum, para todos os homens que a compõem. Por esta razão, ao fazer as considerações básicas para a organização definitiva de nosso partido, começamos por fixar claramente os princípios e a doutrina, porque eles representam a alma do movimento (...) Sem isso não existe partido e sem isso não iremos a nenhuma parte, porque são as forças do espírito que guiam e levam ao homem, ainda que ele queira resistir. Não são as forças materiais nem as paixões a força motriz do homem. Será o espírito o que o levará e quem não tem espírito, inclinado a pensar e a sentir de maneira similar ao seu agrupamento, será sempre um homem díscolo e difícil dentro de um movimento de homens que têm um mesmo sentir e pensar (PERÓN, 1946, s/p, tradução nossa). Perón também reforçou a importância quando anunciou as “vinte verdades justicialistas”. Na décima terceira “verdade” constava: “13-) Um governo sem doutrina é um corpo sem alma. Por isso o peronismo tem sua própria doutrina política, econômica e social: o Justicialismo” (PERÓN, 2002 [1950], p.60-62, tradução nossa).*

Nas cartas, estas concepções podem ser observadas na adoção de determinadas metáforas políticas dos regimes, mas também na utilização do pronome possessivo “nosso” pelos missivistas para indicar que seus problemas cotidianos coincidiam com os de outros brasileiros e argentinos. Portanto, eram problemas das “grandes famílias” que precisavam ser solucionados pelos governantes.

Apesar das particularidades das referências e das identificações com os governantes, a grande maioria dos missivistas dirigiu-se a Vargas e a Perón reconhecendo os seus poderes políticos, mas exaltando os seus atributos morais. Os dois foram identificados como homens de coração bondoso, generoso, caridoso, justo e patriótico. Portanto, a prática política era acrescida ou singularizada pelas qualidades morais dos governantes, que tornavam possível a aproximação das pessoas comuns com os chefes de Estado.

A despeito da singularidade da relação, mesmo os que adotavam as imagens dos governantes como autoridades acessíveis reconheciam a distância entre eles. Assim, na grande maioria dos casos, os missivistas adotaram deferências formais e se colocaram como subalternos, à serviço dos governantes, como filhos e filhas, humildes servos e servas.

“Pai dos pobres”, “pai dos trabalhadores” e “Sr. Getúlio Vargas” foram as deferências que mais figuraram nas missivas analisadas. Recuperando a saudação inicial da carta de Cândida, no início do capítulo, vemos que ela adota a identificação de Vargas como “pai”, alguém dedicado que, em troca, tem uma filha que reconhece e agradece seus atos.

Como demonstrou Capelato (2009), a construção de Getúlio Vargas como pai da nação emana da já mencionada concepção de “grande família” brasileira. A imagem de “pai” evoca um duplo sentido associado: a de autoridade do “líder pai” em relação ao “povo criança”; e a do progenitor, educador e protetor dos filhos. O duplo sentido implicava o reconhecimento que o pai era alguém que os filhos deveriam respeitar, amar e agradecer pelos seus atos.

Cândida mobilizou mais o segundo sentido de “pai”, onde Vargas assume o papel de pai de uma família tradicional, que deve proteger seus filhos, garantindo a sua sobrevivência, argumentação que também foi utilizada por outros missivistas. Os “laços familiares” permitem que ela utilize a franqueza e expresse o seu desapontamento com algumas das ações que poderiam ser

evitadas pelo “pai”, como o de retirar as crianças da escola por não poder pagar os uniformes obrigatórios e outros materiais:

Ora, Sr. Presidente, não será isto um freio para o futuro do Brasil? Para futuros presidentes? Ao saberem que tal coisa acontecera a uma pessoa que tantos serviços prestara a nação? Espero que V. Excia disponha a me proteger e sempre bendirei o tempo em que as rédeas do Governo estiveram em vossas mãos, defendendo-o sempre que preciso for⁷¹.

A reclamação de Candida tem como base os papéis desenvolvidos por ela e por Vargas. Em sua visão, ela é uma “boa filha”, que cumpre com seus deveres, então deveria ter os seus direitos garantidos. Como ela faz a sua parte, ela cobra o “pai” para que ele faça a sua. Intencionalmente ou não, a transição da forma da escrita, da informalidade para a formalidade, expressa na substituição do termo “pai” por “Sr Presidente” revela que o afeto e a gratidão são condicionados à proteção e ao amparo da missivista. Portanto, é algo que deve ser nutrido e não tomado como garantido.

Na percepção de Candida, uma das formas de nutrir o seu afeto e gratidão era concedendo a proteção do “pai-governante”. Ferreira (2011), estudando os imaginários populares durante o Estado Novo, observou que este termo “proteção”, que anuncia arbitrariedades, visava estabelecer algo caro à doutrina estado-novista: a justiça. Apesar deste elemento comum, os missivistas tinham interpretações muito próprias do que se configurava como (in) justiça, como pedidos de emprego, nomeação própria ou do filho em um concurso público e apadrinhamento.

Após a exposição de sua situação, Candida explica que o governante pode ajudá-la agilizando o processo de afastamento do seu marido. A missivista também menciona o auxílio que Vargas concedeu a um senhor da sua cidade, que havia solicitado a transferência dos membros da família para lá⁷². A menção ao pedido atendido na cidade revela que a informação das atenções do governante circulava, mas também endossa a relação de “filha” com o “pai”; a filha atenta, sabendo que o “pai” deu atenção e “presenteou um irmão”, também reivindica a sua parte da atenção e do presente, em nome dos “netos” do governante. Apesar de estar desapontada, ela encerra a carta endossando o papel de filha ao se despedir “beijando as mãos benfeitoras” de Vargas.

⁷¹ AN-GCPR, série Geral, lata 159, processo 19.040.

⁷² AN-GCPR, série Geral, lata 159, processo 19.040.

Ana Paula Vosne Martins (2010), ao estudar as cartas das mulheres humildes para Vargas, também identificou que elas acionaram o modelo paternalista como estratégia de comunicação com o poder para conseguir o que pediam ou mesmo como adesão à política paternalista e à ideologia do regime⁷³.

Embora reconheça os limites do conceito “paternalismo”⁷⁴, a historiadora defende a sua utilidade para analisar a relação entre as políticas públicas para as mulheres e as suas cartas considerando que elas recorreram ao vocabulário e ao imaginário político paternalista para comunicarem-se com o poder. Especificamente no nosso caso, consideramos que, não por acaso, Candida mencionava os filhos e as consequências do descaso governamental para eles, futuros trabalhadores do Brasil.

Este tipo de justificativa, que não está presente apenas nas cartas das mulheres, revela o reconhecimento dos missivistas de que a escrita para o governante transpunha limites. No caso das mulheres, estamos de acordo com Martins (2010) ao ponderar que elas ultrapassam não só as “obediências hierárquicas familiares”, onde teoricamente quem deveria escrever era o “chefe da família”, mas também as de “ordem cultural”, de modo que expunham suas histórias pessoais para o homem mais poderoso do país. Nos casos estudados, o reconhecimento dos limites ultrapassados era justificado pelas necessidades mais imediatas das missivistas, compondo o complexo quadro de escrita para o governante.

Na Argentina, as mulheres escreveram menos para Perón, mas, na grande maioria dos casos, também mobilizaram a responsabilidade moral pelos filhos, evocando as imagens de “mãe” e as funções atribuídas pelo governo

⁷³ De acordo com a historiadora, as políticas públicas estadonovistas, amparadas num ideário político mais centralizador e autoritário, foram acentuadamente paternalistas porque estabeleceram uma indissociação entre o papel de Vargas como governante e pai protetor da “grande família” brasileira.

⁷⁴ Segundo Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998), paternalismo indica uma série de atividades ou políticas sociais, de cunho assistencial, em favor do bem-estar do povo, exercida desde o alto, geralmente pelo Estado sem a participação popular. Ainda que tenha suas particularidades, as relações de poder estabelecidas entre o governante e os governados remetem as antigas dos pais com os filhos, onde eles são identificados como submissos ao poder paterno e incapazes de querer autonomia. O conceito e a categoria para analisar as experiências históricas foram amplamente contestados por variados autores, como E. P. Thompson (1998) pela imprecisão e amplitude do conceito, por abarcar fenômenos díspares no tempo e no espaço e, principalmente, pela sua perspectiva imposta desde cima, não comportando uma relação e sugerindo uma manipulação.

peronista em relação ao gênero feminino, sendo Perón o “pai protetor”. Emma Montoya escreveu de Buenos Aires, em 1954, para o presidente Perón:

No dia 8 de Fevereiro faleceu meu esposo, empregado do Ministério de Assuntos Técnicos, Direção Geral de Estatística e Censos da Nação; único sustento da família, constituída por três filhos os quais, apesar de todas as dificuldades, estávamos educando com orgulho, pois foi satisfação muito grande, ter um filho que ingressou na Faculdade de Ciências Médicas.

(....) Faz portanto oito meses; Excelentíssimo Senhor Presidente que me prometeram o posto deixado pelo meu esposo defunto, por ser a pessoa mais direta a ele, e dando conferências alusivas no dito Ministério, de que se cumpra com os desejos do General Perón, que a pessoa mais chegada ocupe o posto deixado pelo falecimento, e com fé de poder cumprir com o que me confiaram desempenhar; é por isso que dirijo este chamado de justiça à pessoa que não me defraudará; já que seu povo confia no mais grande que tem o General Perón e sua palavra (tradução nossa)⁷⁵.

Em sua argumentação, Emma procura mostrar como sua família, em geral, e ela, em particular, têm atendido aos critérios de “bons argentinos”, trabalhadores e pais de família, que estavam fazendo a sua parte. A imagem positiva da sua família contrasta com a negativa do descumprimento da promessa acerca da sua posse no cargo do marido falecido. Inconformada, ela recorre ao presidente amparada na condição de mãe, mesmo que não seja de filhos pequenos, e nas promessas políticas oficiais ponderando que aceitaria um cargo em qualquer repartição do governo. Diferente de outros casos similares com o mesmo pedido, Emma recebeu uma resposta positiva do governo, informando que seria alocada em outro departamento, dentro do aparato estatal⁷⁶.

Chama a atenção a recorrência das cartas em que as missivistas argentinas mencionavam a promessa do governo pelo preenchimento de cargos dos entes falecidos, algo que figurou menos no Brasil. Apesar da recorrência do preenchimento de cargos dos falecidos e da atenção ao pedido de Emma, não

⁷⁵ “El día ocho de Febrero fallece mi esposo, empleado del Ministerio de Asuntos Técnicos, Dirección General de de Estadística y Censos de la Nación; único sostén de la familia, constituída por tres hijos a los cuales a pesar de todas las dificultades, estabamos educando con orgullo, pues fue satisfacción muy grande, tener un hijo que ingresara a la Facultad de Ciencias Médicas. (...) Hace por lo tanto ocho meses; Excelentísimo Señor Presidente que se me ha prometido el puesto dejado por mi difunto esposo, por ser la persona más directa a él, y habiendose dado conferencias alusivas en dicho Ministerio, de que se cumpla con los deseos del General Perón, que la persona más llegada ocupe el puesto dejado por fallecimiento, y con fé de poder cumplir con lo que se me confiara desempeñar; es por eso que dirijo este llamado de justicia a la persona que no me defraudará ; ya que su pueblo confia en lo más grande que tiene el General Perón y su palabra (...)”. Fonte: AGN-MT, caixa 591, processos 113513 e 2450.

⁷⁶ *Idem*.

foi possível verificar na documentação se a “promessa” tinha respaldo jurídico ou se fazia parte das expectativas das missivistas. Como ponderou Gomes (2000), ao se referir ao trabalho com correspondências, nas narrativas relacionadas às “escritas de si”, as falhas, enganos, fraudes, ilusões, erros e mentiras convivem. Por isso, nas palavras da historiadora: “(...) *o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento*” (GOMES, 2000, p.15).

Retomando a reflexão sobre a constituição das imagens de “pai” dos governantes, mas agora a respeito da Argentina peronista, a carta da irmã Angelica, mencionada no início deste capítulo, revela a identificação de Perón como uma autoridade paterna acessível, mas distante quando comparado a Eva Perón, “mãe”, responsável pelo amor e pela mediação com o “pai”. Identificada com a primeira-dama, irmã Angelica procurava seguir seus passos em relação às obras sociais, mas também na mediação entre Perón e as crianças órfãs desamparadas:

Foi tal a confiança que me inspirou sua obra, que não duvidei em enviar o esboço das urgentes necessidades deste lar de crianças órfãs e pobres (...).

Se fosse necessária uma explicação pessoalmente, a fim de que fosse beneficiada esta porção de seus prediletos, as crianças, a custo de qualquer sacrifício me apresentaria ante V. Excia na data em que ordenar.

Espero ser favoravelmente atendida em recordação da mulher inesquecível que encheu de gozo o coração dos pobres (tradução nossa)⁷⁷.

Combinando imagens relacionadas ao casal, a irmã Angelica ponderou que procurava no “pai” a proteção para os seus “prediletos”, isto é, para as crianças órfãs e desamparadas. Ao comparar seu sacrifício em relação aos órfãos e de Eva com seu povo, reafirmava a admiração pela primeira-dama e reforçava essa identificação ao se referir à realização de suas obras sociais. Ela finaliza o texto enaltecendo a primeira-dama por ter colocado esperança no coração dos pobres. Em suma, valorizou o papel da mãe para chegar no pai.

⁷⁷ “Ha sido tal la confianza que me ha inspirado su obra, que no he dudado en enviarle el croquis de las urgentes necesidades de este hogar de niñas huérfanas y pobres (...).

Si fuera necesario una explicación personalmente, a fin de que fuera beneficiada esta porción de sus predilectos, los niños, a costa de cualquier sacrificio me presentaría ante V. Excia en la fecha en que lo ordenare.

Espera ser favorablemente atendida en recuerdo de la mujer inolvidable que llenó de gozo el corazón de los pobres”. Fonte: AGN-MT, caixa 503, sem número de processo.

As imagens da autoridade paterna projetadas pela missivista, que também figurou em outras cartas, contrastavam com a construção da figura de Perón. Segundo Omar Acha (2013), que estudou as cartas dos populares para o presidente argentino, a representação de Perón como figura paterna foi articulada a partir dos discursos cristãos e das antigas alusões patriarcais de dominação masculina. Segundo o autor, esta projeção metafórica foi recebida de formas distintas pelos diversos setores da sociedade e coexistiu com a crise do poder patriarcal, dos pais reais, acrescida da ausência de filhos do casal Perón.

De acordo com Capelato (2009), a representação construída em relação a Perón combinou as imagens de “pai” com a de “amigo” dos argentinos, o que contribuiu para a construção de uma figura de autoridade paterna acessível e próxima dos filhos da Pátria. No que se refere a Eva Perón, ela foi consagrada como símbolo do amor e protetora dos “descamisados”, o que nós identificamos com a imagem da “mãe”.

Deste modo, a imagem de Perón como “pai”, responsável pelo sustento e proteção dos filhos, seria combinada com a de Eva Perón, responsável pela mediação dos filhos com o “pai”, pelo amor e ternura do lar. As variações das interpretações e mobilizações das imagens dos “pais da nação”, mais distantes ou acessíveis, revelam as particularidades das construções dos imaginários populares na Argentina peronista.

Tanto no varguismo quanto no peronismo, as imagens dos governantes como “pais” eram amparadas nas concepções de autoridade e proteção. No entanto, se diferenciavam no modo de implementá-las. Na Argentina, a imagem do peronismo consistia, mais fortemente, no vínculo com os sentimentos e estímulo à paixão política. A distinção dos “laços familiares” com os “pais” fica evidente quando comparamos as deferências aos dois governantes. *“Nosso presidente e pai de todos os trabalhadores”, “pai de todos os argentinos” e “pai da pátria”* foram expressões amplamente utilizadas para se referirem ao governante argentino⁷⁸.

De acordo com Acha (2013), uma das novidades do peronismo foi a apropriação legítima da posição suprema de presidente, dotado de uma

⁷⁸ AN-GCPR, série Geral, lata 53, processo 16.845 e lata 61, processo 5.330.

qualidade superior e um poder intransferível, algo que também notamos no varguismo. Na Argentina, estas associações entre as qualidades pessoais e as realizações foram evidenciadas em alguns lemas do governo, como *“Perón cumple”*, *“Perón quer saber o que seu povo necessita”* e *“Melhor que dizer é fazer, melhor que fazer é realizar”*.

Apesar da variedade dos casos, o que aproxima estes missivistas é a mobilização da condição de “filhos”, com perfis e necessidades diversas, para constituírem ou reforçarem a relação direta e pessoal com os governantes. Ademais, embora acreditassem que deveriam compor as “grandes famílias” brasileiras e argentinas, se sentiam desamparados pelos pais-governantes. Além destes casos mais comuns, os missivistas também escreveram para os governantes denunciando aqueles que comprometiam a felicidade das “grandes famílias”, conforme veremos no próximo tópico.

1.1.1 Dos filhos atentos para os pais desatentos: as exposições e o combate aos problemas das “grandes famílias”

O varguismo e o peronismo utilizaram-se amplamente de imagens dicotômicas entre os “velhos” e “novos” tempos para demarcarem o seu diferencial. Na retórica oficial, os “novos tempos”, que tinham como governantes Vargas e Perón, eram constituídos por melhores condições de vida e de trabalho. Estas configuravam as imagens de felicidade e bem-estar que circularam amplamente por diversos materiais propagandísticos. No entanto, por vezes, as realidades concretas vivenciadas contrastavam com as que eram descritas pela propaganda impressa e pelo rádio (GENÉ, 2008; CAPELATO, 2009; PLOTKIN, 2013).

Algumas das cartas analisadas permitem observar não apenas estes contrastes, mas também as distintas posições assumidas pelos missivistas, como necessitados e como delatores. A vigilância e as denúncias foram estimuladas pelos discursos oficiais desde os anos iniciais dos regimes, algo que aprofundaremos no quarto capítulo. Contudo, no contexto das crises dos anos 1940 e 1950, elas foram intensificadas.

Especificamente a respeito da questão familiar, neste contexto, a vigilância se expressava na forma de pressões aos “pais-governantes” e nas

denúncias dos “irmãos”, sobretudo daqueles que comprometiam a felicidade da “grande família” com o aumento dos preços dos produtos básicos. As pressões para o cumprimento das promessas políticas e as denúncias relacionadas ao aumento dos preços foram as formas dos “filhos atentos” cobrarem os “pais desatentos”⁷⁹, sobretudo para que os missivistas pudessem desfrutar das benesses dos “novos tempos”.

A respeito das pressões, cabe mencionar o contraste observado por muitos missivistas, explícita ou implicitamente, entre as imagens de “novos países” propagadas pelo discurso oficial e as suas realidades cotidianas sofríveis. Em dezembro de 1938, João Evangelista Ferreira, escreve para Vargas explicando a sua situação:

Quem se dirige a vós pela palavra escrita é um nordestino. É um cearense que tangido pela necessidade, pela miséria envergonhada, ousa-vos pedir um auxílio.

Emigrado do Ceará para esta terra abençoada do Maranhão, trabalhei juntamente com minha família, na lavoura, durante muitos anos na próspera cidade maranhense de Pedreiras. Atacadas, porém, duas filhas minhas de loucura, e não podendo mais mantê-las em minha companhia em virtude do seu estado de saúde se agravar cada vez mais, fui obrigado procurar esta capital para interná-las em um hospício, onde pudessem ter o tratamento requerido pelo seu estado de saúde. Aqui chegado, assim o fiz, porém, na falta de um hospício internei as num hospital, onde devido a falta de conforto e não ser apropriado para receber doentes desta categoria, uma faleceu e a outra consegui retirá-la para residir novamente comigo. Com todos esses transe, os poucos recursos que trouxe e que constituíam o meu patrimônio de longos anos de trabalho, esgotou-se, e eu fiquei com a minha esposa, uma filha doente e uma outra sã, duas netinhas, filhas de um filho que se embrenhou pelo Acre, e que nunca mais soube notícias suas, sem lar e sem pão. Recolhido pelo coração bondoso de um sapateiro também pobre, a sua casa de palha, sita no bairro Belira, subúrbio desta capital, e lá estava residindo com os meus e esmolando pela via pública para me manter com a minha família. Agora o dono vae vender a sua casa e eu estou novamente na eminência de ficar sem teto⁸⁰.

João inicia a saudação contrastando o orgulho da sua origem com a vergonha do seu pedido. A narrativa que segue, com as justificativas e nível de

⁷⁹ Na Argentina, o governo peronista, utilizando a imagem da “grande família”, considerava que os pais eram responsáveis pelo comportamento dos filhos, mas estes também eram responsáveis pelo comportamento dos pais, por isso, a vigilância mútua foi incentivada. Em um dos contos infantis argentino, intitulado *El Centinela*, publicado pela Subsecretaria de Informações, a vigilância do grupo familiar era encorajada: “(...) Em nosso país somos como uma grande família, vigilada e protegida por um governo do povo e para o povo. Ninguém, papai pode negar-se a contribuir na tarefa de proteger as conquistas do Povo (...) Eu não quero que meu papai seja um traidor” (apud BIANCHI, 1999, p.130). Esta vigilância ultrapassou os espaços privados e alcançou o público, sendo que os “filhos nacionais” também vigiavam o “pai-presidente”.

⁸⁰ AN-GCPR, série Trabalho, lata 202, processo 3285.

detalhes, também reforçam o sentimento de vergonha e a percepção de que o missivista apelava ao governante por se ver sem alternativa.

Por todo o sofrimento que foi exposto, o missivista gostaria de retornar à sua terra natal, onde ele receberia o amparo dos familiares e a filha poderia trabalhar na lavoura deles. Como não tem condições financeiras para comprar a passagem, com “*o coração cheio de sofrimentos e envergonhado*”, ele pede esta “esmola” para ele e seus familiares. Para provar a sua situação, ele encaminhou junto com a carta um atestado de pobreza emitido pela Polícia Civil de São Luiz do Maranhão. No último apelo, João espera não ficar desamparado “*dentro de um país esperançoso*”.

A realidade vivida e sentida de João era similar à de muitos outros brasileiros, contudo, a burocracia estatal não previa medidas para estes casos. Apesar do sofrimento e apelo presentes dirigidos a Vargas, na carta e na comprovação de pobreza, um encaminhamento interno, elaborado pelo *Departamento de Povoamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, considerou que o governo não poderia ajudá-lo, pois eles só emitiam passagens para outros Estados para as pessoas que comprovassem a colocação⁸¹.

Na Argentina, as missivas que analisamos, que trataram sobre o “abandono dos filhos”, não foram escritas pelos necessitados, mas especialmente por mediadores que, em geral, não pareciam familiares ou próximos. Maria Carreras de Necco, residente em Córdoba, endereçou uma carta, em 1950, na qual comunicou que havia uma petição dirigida à casa presidencial, informando que, em nome de trinta idosas pedia “*socorro já que estão passando uma vida miserável*”. Segundo Maria, o socorro poderia ser na forma de comida ou de dinheiro, para terem o que comer no dia dos Reis. A imagem da “esmola” que perpassa a carta reitera que o casal era caridoso; em troca, as senhoras seriam eternamente gratas e os abençoariam⁸².

A carta expressa a polissemia das concepções sobre o papel do casal, mas também as contradições presentes no discurso peronista e nas práticas políticas. No discurso oficial peronista, a concepção de caridade era criticada, pois era associada à ideia de esmola, vinculada às práticas das “empresas oligárquicas”, presentes na “velha” Argentina. Por isso, a caridade deveria ser

⁸¹ AN-GCPR, série Trabalho, lata 202, processo 3285.

⁸² AGN-ST, caixa 470, sem número de processo.

substituída pela justiça social, relacionada à noção de direitos sociais dirigidos por e para o povo, provenientes do “novo tempo” (GUY, 2011).

Apesar da distinção das imagens de “doação” e de “conquista”, em algumas cartas, por não conseguirem ter acesso aos direitos sociais, os missivistas acabaram apelando para os pedidos de doação a fim de sobreviver.

O governo Vargas, ao contrário, concebia a questão da doação de forma distinta. Como mostrou Angela de Castro Gomes (2002), estudando a ideologia da outorga no Brasil, a relação fundadora do Estado era de doação, de dar e receber dádivas, presentes e benefícios⁸³.

Os casos narrados também contrastam com as estratégias argumentativas. Maria Carreras mobiliza uma série de metáforas políticas enquanto João Evangelista menciona somente suas necessidades cotidianas sem fazer referência a Vargas. A solicitação da Maria visava um coletivo mais amplo enquanto a de João um coletivo mais restrito. Maria também figura como mediadora de terceiros, algo que perpassou em outras cartas argentinas, especialmente de mulheres, podendo indicar o reconhecimento da importância de sua participação na “grande família” argentina.

Outra distinção entre as cartas brasileiras e argentinas analisadas é que, no Brasil, a grande maioria das solicitações eram de cunho individual, visando à atenção às necessidades individuais mais imediatas, enquanto, na Argentina, os pedidos eram de cunho coletivo. Esta distinção pode indicar que, no país vizinho, a noção de “grande família”, de coletividade, foi mais introjetada na sociedade.

Estas diferenças podem ser atribuídas às particularidades da constituição das sociedades civis⁸⁴ na Argentina, em períodos anteriores ao peronismo, especialmente no entre guerras. Leandro H. Gutierrez e Luis Alberto Romero (2007) analisaram a constituição das sociedades de bairros em Buenos Aires,

⁸³ Ainda segundo a historiadora, a ideia de doação podia ser compreendida sob um duplo sentido: o primeiro associado à ideia de “dádiva”, um ato teoricamente voluntário, gratuito e generoso, com uma face desinteressada, mas responsável, pois reconhece a importância de acolher os desamparados; e o segundo relacionado à ideia de receber, implicando uma lógica bilateral do ato, pois quem doa faz por necessidade/responsabilidade e quem recebe “precisa” aceitar o benefício. A combinação do duplo sentido produz a ideia de “retribuir”, associado ao compromisso criado entre doador e beneficiário, portanto a gratidão (GOMES, 2002).

⁸⁴ A sociedade civil compreende todas as instituições e os indivíduos que procuram alcançar seus objetivos particulares, amparados em uma retórica coletiva. No caso argentino, as demandas eram dirigidas ao Estado, mas também contavam com a solidariedade dos moradores do bairro (ACHA, 2004, p. 200).

entre os anos 1930-1945, compostas por um conjunto de associações como sociedades de fomento, clubes, associações mútuas, comitês de partidos políticos e bibliotecas populares. Esta rede colaborativa respondia às múltiplas necessidades e problemas comuns dos moradores dos novos bairros. Consideramos que estas práticas sociais, permeadas por interesses particulares e coletivos, coincidiram com o que era proposto pelo Estado peronista, tornando a imagem de “grande família” mais explícita do que no Brasil.

Embora os autores considerem que estas sociedades diminuíram com a chegada do peronismo, estamos de acordo com Acha (2004) quando argumenta que estas sociedades de bairro, mesmo fora de Buenos Aires, continuaram existindo e, inclusive, aumentaram. A partir de 1945, o Estado interveio nestas redes locais e de bairros, de modos distintos, procurando *peronizar* as sociedades civis já existentes. Segundo o historiador, a conformação da identidade peronista foi possibilitada pela ativação de uma sociedade política⁸⁵ articulada com instituições e iniciativas da sociedade civil.

A particularidade peronista consiste no modo de se relacionar com a sociedade civil, conformando uma rede que envolveu o *Partido Peronista* e a *Fundação Eva Perón*, e milhares de organizações locais e de redes informais, facilitando ou reforçando a implantação do movimento, liderado por Perón, nesses espaços.

A pressão das pessoas comuns sob os governantes também pode ser observada nas denúncias dos “bons nacionais” que explicitavam o comportamento dos identificados como “maus nacionais”, representados pelos comerciantes desonestos e desumanos, que aumentavam os preços dos produtos básicos e levavam os trabalhadores e suas famílias à miséria.

As denúncias relacionadas à carestia de vida figuraram em cartas anteriores aos anos 1940 e 1950. Silva (1999) e Girbal-Blacha (2011), que estudaram as cartas endereçadas aos presidentes brasileiro e argentino, provenientes de São Paulo e do Chaco, durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, respectivamente, também encontraram este tipo de correspondência.

⁸⁵ A sociedade política compreende as instituições e os indivíduos com vocação para participar ou influenciar na direção do Estado ou de subverter a sociedade ao Estado (ACHA, 2004, p. 201).

A partir dos anos 1942 e 1952, no Brasil e na Argentina, respectivamente, observamos um crescimento das denúncias sobre carestia de vida, como as de Julio Solano de Santana, que escreveu do Rio de Janeiro em 1942, e de Celso Alince, que escreveu de Buenos Aires, dez anos depois⁸⁶. As décadas de 1940 e 1950, fazem parte do segundo momento dos regimes varguista (1942-1945) e peronista (1950-1955), ambos marcados por crises.

Na Segunda Guerra Mundial, os combustíveis ficaram escassos no Brasil, o que repercutiu em áreas como transporte e abastecimento da população, levando à escassez de gêneros alimentícios e industriais e consequente alta dos preços. Com a participação do Brasil no conflito, a partir de 1942, a situação se agravou pelo racionamento dos produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade. No Nordeste, especialmente no Ceará, a situação foi agravada pela grande seca de 1941-1942 (CYTRYNOWICZ, 2002a; NEVES, 2001).

Na carta de Julio é possível observar as questões mencionadas:

(...) presidente da República e patrono extremoso e digno do povo brasileiro, que sabe honrá-lo e levá-lo à maior das Vitórias, seja qual for e custe o que custar.

Exmo Sr. Presidente, a classe proletária deste mesmo povo que imensamente honra a V. Excia e acha-se entusiasticamente disposto a marchar hombro a hombro junto de V. Excia, em qualquer sacrifício, por maior que seja em defeza da segurança nacional; vem por intermedio deste chefe de família que abaixo assina e que também honradamente si considera um proletário em virtude da sua profissão que é servente de uma repartição pública do Estado do Rio (...) a voz destes deserdados de fortuna, que já viram chegar às portas do seu lar, a fome e a nudez, tudo em virtude da ambição desumana dos comerciantes que desenfreadamente assaltam a bolsa do povo, sem o menor escrúpulo e sem receio de qualquer corrigido, levando assim, a classe proletaria com sua prole ao mais elevado grau de miséria⁸⁷.

A argumentação do missivista indica o contraste entre os “bons” e os “maus” brasileiros. Para o missivista, Vargas e os trabalhadores estavam do mesmo lado, por isso, não era compreensível que eles sofressem tais mazelas. Ademais, o missivista pressiona o governante, sugerindo uma espécie de troca, pois os trabalhadores sempre estiveram ao lado de Vargas em momentos difíceis, portanto, este era o momento que o governante deveria ajudá-los. A

⁸⁶ AN-GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 23.027; AGN-ST, caixa 668, processo 214.483.

⁸⁷ AN-GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 23.027.

respeito dos “maus brasileiros”, Julio considerou como representantes os donos do comércio local e dos secos e molhados e os proprietários de casas de aluguéis.

Julio encerra a carta ponderando que (...) *Em todos estes casos ouve-se as vozes das vítimas dizerem: o Chefe do Governo não sabe disto, e o dia em que ele souber, tomará medidas enérgicas, porem ainda não teve quem levasse ao conhecimento (...)*⁸⁸. A estratégia argumentativa ou crença da identificação e terceirização da culpa em relação ao aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade também foi observada por outros pesquisadores como Silva (1999).

Embora seja difícil identificar se adotavam como estratégia ou reconhecimento, os missivistas argumentavam que o aumento de preços não podia fazer parte da política social do regime que prometia proteção e revalorização dos trabalhadores.

Na Argentina, a crise do setor externo, sobretudo nos anos 1950, teve consequências na atividade industrial nacional. Neste cenário, os salários reais diminuíram e o governo cortou os subsídios, o que reduziu o poder de compra da população, mesmo de produtos básicos (GERCHUNOFF e ANTÚNEZ, 2002).

A carta de Celso expressa as dificuldades vivenciadas neste momento:

É notável o afã de sua excelência por levar seu povo ao primordial lugar e colocá-lo a frente, como um exemplo ante todas as nações do mundo (...). Mas aqui, que como todo o grande, a depravação de uma moralidade apequenada pela ambição e pela avareza sem limites, lutam desesperadamente por trazer o fracasso ao ideal sustentado por V. Excia e que a todos nos cabe a obrigação moral de defendê-lo até o impossível (...).

A luta contra o ágio e a especulação é algo que preocupa muito seriamente, mas que a todos, a nosso Credo Peronista, que tem que combater-la; com todo o respeito, que me merece V.Excia rogo-lhe que aceite esta insinuação que faço chegar unicamente se for útil (tradução nossa)⁸⁹.

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *“Es notable el afán de su excelencia por llevar a su pueblo al primordial lugar y colocarlo al frente, como un ejemplo ante todas las naciones del mundo (...). Pero he aquí, que como todo lo grande, la depravación de una moralidad empequeñecida por la ambición y la avaricia sin límites, luchan desesperadamente por hacer llegar el fracaso a ese ideal sustentado por S.E y, que a todos nos cabe la obligación moral, de defenderlo hasta lo imposible (...).*

La lucha contra el ágio y la especulación es algo que preocupa muy seriamente, mas que a todos, a nuestro Credo Peronista, el que para combatirla; con todo el respeto que me merece S.E ruegole aceptar esta incinuación que hago llegarle unicamente por si fuera útil”. Fonte: AGN-ST, caixa 668, processo 214.483.

Assim como Julio, Celso escreve ao presidente adotando a dicotomia entre os “bons” e os “maus” argentinos, identificando-se com Perón como um “bom argentino”. Celso também atribui a responsabilidade pelo aumento dos preços a um terceiro, sendo entendida como resultado dos que não valorizam as políticas peronistas.

Apesar destas semelhanças, há duas diferenças marcantes entre as cartas dos brasileiros e argentinos analisadas. A primeira se refere à própria relação estabelecida com os governantes. Na Argentina, apesar dos argentinos reconhecerem a hierarquia política, ou seja, Perón como presidente, de maneira geral, os “filhos” sentiam que a relação com o “pai” era mais acessível e horizontal, que permitia a Celso aconselhar o presidente; já os brasileiros não compartilhavam este sentimento. Esta percepção permitiu que os argentinos se sentissem mais confortáveis para pressionarem o presidente e oferecerem soluções.

Esta primeira diferença desdobra na segunda. No Brasil, a maioria dos missivistas denunciaram a carestia de vida e os seus responsáveis, os “maus brasileiros”, mas acreditavam na capacidade do presidente de encontrar uma forma adequada de controlar a situação. Na Argentina, ao contrário, os missivistas denunciavam e apresentavam soluções para controlá-la. No caso de Celso, ele considerou que a província de Buenos Aires tinha muitos homens dispostos a colaborar, portanto, sugeriu que eles fiscalizassem o comércio, sob a orientação de Perón. Quanto aos identificados como “maus argentinos”, estes deveriam ser presos por, pelo menos, quinze anos⁹⁰.

Também houve casos em que os missivistas argentinos recomendaram livros de controle de mercadoria, etiquetas especiais, comissões vizinhais para controle de preços em zonas e instalação de lojas justicialistas ambulantes, que circulariam por todo o território nacional e proibição de propaganda dos produtos básicos⁹¹. Outros missivistas discordavam das medidas impostas pelo governo, como Ivan Bavio, de Buenos Aires, que apresentou um projeto de barateamento do custo de vida, em 1946, argumentando que a proposta do governo, de

⁹⁰ AGN-ST, caixa 668, processo 214.483.

⁹¹ AGN-ST, caixas: 468, processo 2.401; 506, processo 209.740; 668, processo 230.987.

congelar os preços dos produtos básicos e aumentar 40% dos salários era insustentável economicamente⁹².

Além de buscarem a constituição ou o reforço da relação direta e pessoal com os governantes evocando os laços paternos nacionais, os missivistas também buscaram estabelecer a relação direta e pessoal através da menção ou do envio de cartas para as primeiras-damas, o que analisaremos no próximo tópico.

1.2 Dos filhos para as mães: a proteção e a justiça pelos laços maternos nacionais

A referência à Darcy Vargas apareceu de maneira direta e indireta nas cartas analisadas. Nas indiretas, o nome da primeira-dama era acompanhado ao do governante para compor algum convite. Nas diretas, ela aparecia como mediadora para a solução de um problema particular, como na carta de Alzira Monteiro Amaral.

Alzira escreveu de São Paulo, em meados de 1938, na qualidade de brasileira e mãe, para fazer um justo apelo: a liquidação da demissão do marido e a aquisição da casa do sogro. Antes de realizá-lo, menciona que escreveu para a primeira-dama, pedindo que ela fosse a *“advogada junto a Vargas”*. No entanto, o chefe de gabinete respondeu dizendo que a *“Sra. Getúlio Vargas não intervém em negócio público”* e que deveria se dirigir ao Ministro da Justiça⁹³.

Esta resposta expressa as distinções dos papéis sociais masculino e feminino no Brasil estadonovista, mas também demarca as particularidades das relações diretas e pessoais estabelecidas entre as pessoas comuns e os casais Vargas e Perón. Nas experiências estudadas, as mulheres foram alvo de um interesse dos Estados, pois eram identificadas como aquelas que produziram uma população de novo tipo: sã, disciplinada e laboriosa. A despeito da semelhança, o modo que ocorreu foi distinto.

No Brasil, desde 1930, Vargas tentou contentar os segmentos sociais de grande peso político e econômico- oligarquias, industriais, militares e igreja Católica- e ganhar apoio dos cientistas, profissionais liberais e intelectuais,

⁹² AGN-ST, caixa 512, processo 381.

⁹³ AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 9.739.

inclusive convidando-os para integrar a máquina pública. O governo procurou organizar demandas que já eram solicitadas por vários setores da sociedade, procurando lidar com as posturas dissonantes e implementar medidas de acordo com o grau de aceitação dos segmentos sociais mais influentes. No discurso oficial governamental, a “natureza” e a “função social” primordiais da mulher como “mãe” foram endossadas por meio de mensagens presidenciais, ensaios e artigos oficiais, além de regulamentações e decretos⁹⁴.

Na Argentina, no início dos anos 1940, Perón compunha o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que tinha entre seus membros pessoas próximas da Igreja Católica, que consideravam que o trabalho feminino fora do lar deveria ser desestimulado. Contrastando com esta percepção, outros membros consideravam que a “questão feminina” deveria ser tratada de modo distinto, especialmente porque as mulheres constituíam uma parte importante de trabalho e podiam ser uma possível fonte de apoio político⁹⁵.

Desde o cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, Perón apoiou e promoveu iniciativas voltadas para as mulheres. Na manifestação de 17 de outubro de 1945 e nas eleições presidenciais de 1946, as mulheres participaram

⁹⁴ No âmbito político e social, 1932 foi um marco para as mulheres brasileiras, pois conquistaram o direito ao voto e conseguiram que avanços significativos da legislação trabalhista fossem aprovados por meio de decretos. O Código Eleitoral de 1932 possibilitou o voto e a candidatura para mulheres maiores de 21 anos e alfabetizadas. As mulheres foram representadas na Câmara dos Deputados por Carlota Pereira de Queiroz, em 1933, e, após a sua morte, por Bertha Lutz. Queiroz defendeu os direitos das mulheres e de projetos que fossem direcionados a elas, como o *Departamento de Amparo à Mulher e à Criança*. Bertha Lutz também defendeu os direitos das mulheres, inclusive sugerindo a criação das associações de classe para diversas categorias profissionais, e denunciou as insatisfações das trabalhadoras noturnas quando seu trabalho foi proibido pelo decreto nº 21.417, aprovado em 1932. A despeito do que foi comentado sobre o voto feminino, o voto das mulheres de qualquer idade era voluntário como os dos homens acima de 60 anos. A participação política das mulheres casadas também não foi garantida, pois no Código Eleitoral de 1932 estabeleceu-se que elas só poderiam sair de casa para votar com a permissão do marido, dando continuidade aos preceitos do Código Civil de 1916, que deixava a mulher dependente do marido. A discriminação foi mantida até 1965, quando um novo Código Eleitoral foi aprovado e elas atingiram o direito político pleno. As mulheres também se mobilizaram em outras ocasiões, inclusive em agrupamentos maiores, como a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF). Para maiores informações, ver: Glaucia Fraccaro (2018) e Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Schmitt (2019).

⁹⁵ Dentre as iniciativas para as mulheres no período figura a criação, em 1944, da *Divisão de Trabalho e Assistência para a Mulher*, sob a direção conjunta de Lucía de Gregorio Lavié, Maria Tizón (cunhada do primeiro casamento de Perón) e Haydeé Longoni. Como parte da *Secretaria de Trabalho e Previdência*, o novo organismo tinha como objetivo tratar dos problemas sociais, morais e econômicos da família. A divisão tinha três unidades relacionadas, a saber: temas trabalhistas (sindicatos, segurança laboral e salários); a família, com enfoque na maternidade em função do trabalho (proteção e assistência à mãe trabalhadora); e a cultura e propaganda, relacionada à capacitação da mulher trabalhadora. Para maiores informações, ver: Girbal-Blacha (2006); Navarro (2011); Barrancos (2012).

ativamente, dos dois lados da polarização⁹⁶, o que endossou a percepção de que elas poderiam ser fonte de importante apoio político. Em contrapartida, as mulheres aproveitaram as eleições presidenciais para difundirem a importância de outorgar os direitos políticos femininos e para convocar outras mulheres, especialmente a partir de secretarias femininas nas universidades e em centros educacionais, como as organizadas pelo *Centro Universitário Feminino*.

Ao assumir a presidência, ainda que de modo distinto de Vargas, Perón também tentou contentar e organizar demandas e interesses de variados setores da sociedade, sobretudo os que eram considerados os mais influentes. A grande diferença com o governo brasileiro é que, paulatinamente, as mensagens oficiais associariam a primeira-dama às conquistas dos direitos femininos, assim como lhe outorgaria o papel de grande representante das mulheres argentinas, o que gerou repercussões positivas e negativas na sociedade⁹⁷ (GIRBAL-BLACHA, 2006; NAVARRO, 2011; BARRANCOS, 2012).

Apesar das particularidades, nos discursos governamentais a “natureza” e a “função social” primordiais da mulher foram associadas à maternidade e aos cuidados do lar. Estas percepções foram endossadas pelas mensagens do Perón, ensaios e artigos oficiais, além de regulamentações e decretos.

Darcy Vargas e Eva Perón personificaram os ideais femininos nos dois países. Nas “grandes famílias” brasileira e argentina, Darcy e Getúlio Vargas e Eva e Juan Domingo Perón desempenharam funções sociais distintas e

⁹⁶ Agrupações como a *União de Mulheres Socialistas*, *Secretaria Feminina da Junta Coordenadora da União Democrática* e *Junta da Vitória* participaram ativamente fazendo campanha contra Perón.

⁹⁷ Desde quando participou do governo de 1943, Perón buscou dirigir a reivindicação dos direitos políticos das mulheres, o que foi muito contestado pelas mulheres que haviam lutado por eles até o momento, como as socialistas. Na *Secretaria de Trabalho e Previdência*, ele recebeu uma reivindicação formal para que o voto feminino fosse outorgado devido aos compromissos internacionais assumidos pela Argentina, como na *Conferência sobre os Problemas da Guerra e da Paz* reunida em Chapultepec, México, em 1945. Antes das eleições foi criada a “Comissão Pró-Sufrágio Feminino”, que seria responsável por cuidar da questão e ficaria aos cuidados da *Direção de Trabalho e Assistência da Mulher*, sob direção de Haydeé de Longoni. Após as eleições de 1946, o governo peronista, por meio da propaganda política, começou a difundir a ideia de que o voto era uma novidade promovida pelo governante, sobretudo pelo incentivo de Eva Perón. Em 1947, logo após retornar da sua viagem pela Europa, a primeira-dama, até então pouco conhecida, dirigiu a campanha pelo sufrágio feminino a partir de uma série de discursos que foram transmitidos pela *Rádio do Estado* e pela *Rede Argentina de Radiodifusão*. Paulatinamente, estes discursos foram intensificados e consolidaram a ideia de que ela seria a grande responsável pela conquista do voto, ocultando a histórica luta dos grupos feministas e sufragistas. A identificação entre peronismo e sufrágio foi consagrada no ato celebrado em setembro de 1947. Desde a Casa Rosada, Perón entregou o texto para Eva, que lhe agradeceu em nome de todas as mulheres argentinas (BARRY, 2009b; 2011).

complementares, relacionadas com o gênero. De modo geral, Getúlio e Juan, como os homens e “pais” da nação, estavam encarregados de guiar e promover o sustento dos “filhos”, enquanto Darcy e Eva, como mulheres e “mães” da nação, seriam responsáveis pelos seus cuidados e educação. Em ambos os casos, os governantes trataram das questões políticas e trabalhistas masculinas enquanto suas esposas se encarregaram das questões sociais, especialmente as relacionadas com as mulheres e as crianças.

O principal auxílio das primeiras-damas foi no âmbito social. Ainda que de formas muito particulares, ambas direcionaram suas atenções e políticas para as mulheres e as crianças humildes por meio de instituições filantrópicas, como a *Fundação Darcy Vargas* e a *Fundação de Ajuda Social Maria Eva Duarte de Perón*, posteriormente transformada em *Fundação Eva Perón (FEP)*, criadas em 1938 e em 1948, respectivamente⁹⁸. Elas funcionaram como extensões dos Estados nacionais brasileiro e argentino, por isso, além de fornecerem melhores condições de vida, estes locais também procuraram disciplinar e cultivar as lealdades políticas, especialmente das mulheres e das crianças (SIMILI, 2008; GUY, 2011; CASTIÑEIRAS, 2001).

Pautadas pelo binômio de “obediência e amor”, Darcy e Eva se colocaram à disposição dos seus maridos. Contudo, Darcy atuou nas “sombras”⁹⁹ enquanto Eva, paulatinamente, nos holofotes da política¹⁰⁰. A presença de Eva e a

⁹⁸ Em agosto de 1948, Eva Perón anunciou a criação dos direitos dos anciãos e pressionou para que eles fossem incorporados na Constituição de 1949. Estes direitos envolviam o de assistência, de moradia, de alimentação, de roupa, de cuidado com a saúde física e moral, do trabalho e entre outros.

⁹⁹ Pelos relatos do diário de Getúlio Vargas (1995) e da biografia de Vargas escrita pela filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto (2017), a primeira-dama, em geral, não assistia ou participava das reuniões do marido. Com exceção das festividades, ela também não o acompanhava em boa parte dos eventos públicos. A ampla atuação de Darcy no âmbito social foi analisada por Simili (2008).

¹⁰⁰ Eva Perón construiu seu poder e presença ao longo dos anos 1940 e 1950 utilizando da sua condição de primeira-dama para ocupar o espaço público e realizar ações por fora da máquina estatal. Em 1944, contribuiu na difusão das ações de Perón na frente da *Secretaria de Trabalho e Previdência* (STP) como membro do governo de 1943, no programa de rádio *Rumo a um futuro melhor*. No programa de propaganda das obras de Perón, Eva convidava os argentinos, especialmente os mais humildes, a participarem da “revolução” que ele fazia. No início do primeiro governo peronista, ela frequentou a STP estabelecendo uma mediação entre os trabalhadores e Perón. Ela também participou das efemérides do peronismo, como 17 de outubro, das campanhas políticas para as eleições de 1946 e de 1951 e das comemorações dos Primeiros de Maio e 17 de outubro. A partir de 1948, Eva inclusive discursou, ou seja, não estava somente acompanhando o marido. Portanto, ao longo do regime peronista ela foi deixando o papel de primeira-dama para assumir o de líder política (NAVARRO, 2011; BARRY, 2009a; 2009b).

ausência de Darcy auxiliam na compreensão das menções e pedidos de proteção que as envolviam. No Brasil, para acompanhar o marido em um pedido de apadrinhamento e, na Argentina, para mediar ou solucionar um problema.

Pompílio José de Santana escreveu, em julho de 1939, da Bahia. Na saudação inicial, o missivista se apresenta como um serventuário da Justiça, brasileiro e casado, com uma prole de oito filhos pequenos e insignificante renda.

Em seguida, realiza o seu pedido:

(...) O que venho pedir a V. Excia é impulsionado pela confiança, diante dos atos de humanidade e grandeza de espírito de V. Excia que tenho apreciado através dos jornaes; e solicitar-vos a grande honra para mim de V. Excia e a Excia Senhorinha D. Vargas apadrinharem um filhinho meu de nome Vicente Pompilio de Santana, nascido nesta cidade, no dia 4 do corrente mês. Este convite que ora faço a V. Excia e sua diletta filha, não é para trazer em vão o nome excelso do grande chefe da Nação e sim para que ele veja de perto quanto o admiro e confio no seu incomparável coração e, também para ver se por meio dessa sentelha de graças irradiada sobre mim por V. Excia, serei visto melhor pela sorte depois de tantos anos de esforços inauditos pela vida e, vendo o dia de deixar na orphandade e as custas da caridade pública tantos inocentes sem um só parente na condição de socorrer¹⁰¹.

A descrição detalhada sobre as suas necessidades sociais pode ser interpretada sob um duplo sentido combinado. No primeiro, Pompilio procura mostrar que, apesar de ser um “pobre e humilde” trabalhador, ele é digno e corresponde as expectativas do Estado Novo (brasileiro, trabalhador, casado e com muitos filhos) e, por isso, merece ser compadre de Vargas. No segundo, ele estaria aproveitando o convite para expor a sua situação aflitiva e conseguir algum auxílio do Estado pela compaixão e benevolência do presidente.

Para o missivista, o convite é uma prova da devoção e confiança ao Vargas como chefe da nação e homem. Para nós, o convite foi a forma que Pompilio encontrou para tentar assegurar o amparo e a proteção do governante brasileiro à sua família, aprofundando o seu pertencimento à “grande família brasileira”. O missivista também tinha a esperança de que a sua situação pudesse melhorar, pois seria visto “melhor pela sorte”; o que pode ser interpretado como as pessoas da cidade, especialmente as autoridades locais e nacionais. No final da carta, o “pequeno brasileiro” também sugeriu alguns

¹⁰¹ AN-GCPR, série Representantes de entidades de representação de classe, lata 171, processo 19.642.

nomes de pessoas de “conceito moral e social” para que elas representassem Vargas e sua filha¹⁰².

No ano seguinte, Miguel Arcanjo de Barros, de Pernambuco, também se dirigiu ao governante para realizar o mesmo convite, mas utilizando as imagens oficiais do governo. Vargas é descrito como um salvador que, a pedido de um povo oprimido, rompeu com um sistema opressor. Ao mencionar os efeitos da “Revolução”, Miguel mostra como sua identificação política aumentou ao longo dos anos, inclusive se estendendo para o âmbito pessoal, o que é expresso pela nomeação do seu primeiro filho de “Getúlio”. Pela devoção exposta, Miguel tomou a liberdade de se dirigir ao governante para convidar o casal Vargas para ser padrinho do seu décimo sétimo filho¹⁰³.

Ainda que de maneira mais discreta do que a de Pompílio, o trecho final da carta também indica que mais do que devoção, Miguel estava preocupado com o título do casal Vargas como “padrinho” e, conseqüentemente, com o possível amparo que a família, sobretudo o filho, poderia receber. Nas palavras do missivista: *“(...) Como não se discute a impossibilidade do afastamento de V. Excia das grandes responsabilidade que peçam sobre os ombros de V. Excia, toda via querendo V. Excia obsequiame neste pedido, peço permissão a V. Excia para lembrar a conveniência de ser passada uma procuração (...)”*¹⁰⁴. Em seguida, Miguel sugere alguns nomes de autoridades locais para viabilizar o convite ao casal Vargas, sem ter que sair do Rio de Janeiro.

No mês seguinte, o missivista recebeu a resposta positiva do oficial do gabinete do presidente informando que o casal aceitava ser padrinho do filho e outorgando poderes especiais para o Dr. Juiz de Direito e sua senhora¹⁰⁵. Em outras cartas da mesma natureza também foi identificada esta concepção comum¹⁰⁶.

Nas cartas argentinas analisadas, este estilo de proposta, de apadrinhamento direto, não figurou. “*Dona Evita*”, “*Santa Evita*”, “*mãe dos descamisados*”, “*mãe dos trabalhadores*”, “*anjo tutelar*”, “*ponte de amor*” foram

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ AN-GCPR, série Representantes de entidades de representação de classe, lata 171, processo 15229.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ AN-GCPR, série Representantes de entidades de representação de classe, lata 171, processos 19.642 e 26.726. AN-SP, série Geral, lata 473, processo 5.122.

algumas das formas que os missivistas utilizaram para fazer deferência ou referência a primeira-dama. Estas contrastavam com as cartas para a primeira-dama brasileira, que era referenciada mais formalmente, como “*Dona Darcy Vargas*” ou “*Sra. Getúlio Vargas*”, condicionando a identificação ao chefe de Estado brasileiro. Portanto, ao longo dos anos, Eva passou a ser identificada por alguns argentinos mais como líder política do que como primeira-dama.

Estes contrastes estão relacionados à forma como as pessoas comuns conceberam a relação com as primeiras-damas, mas também com o modo que elas procuraram se relacionar com as pessoas comuns. Raramente Darcy se dirigiu as pessoas comuns enquanto Eva o fez diversas vezes. Uma das vezes que a primeira-dama brasileira se dirigiu ao público foi em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial e era necessário a proliferação das imagens dos brasileiros unidos e mobilizados diante do inimigo comum.

Naquele momento, Darcy Vargas, que dirigia a *Legião Brasileira de Assistência (LBA)*, cujo objetivo era amparar os soldados brasileiros convocados para a guerra e seus familiares, convidou as mulheres para trabalharem como voluntárias na Legião. Além deste, entre 1942-1945, a LBA promoveu uma série de campanhas, dentre as quais a “madrinha do combatente” que estimulava as mulheres a escolherem um soldado como afilhado para escreverem e enviarem cartas durante o conflito. Para conseguir a madrinha, os soldados tinham que escrever para a primeira-dama, que intermediava a relação (SIMILI, 2008).

Na autobiografia de Eva, intitulada *A Razão da Minha Vida* e publicada em 1951, a primeira-dama esclareceu suas posições e relações com o povo. Para ela, havia uma dualidade de papéis de Perón, como presidente e líder condutor do povo argentino. Por essa razão, ela também deveria ter uma dupla personalidade e papéis: Eva Perón, esposa do presidente da República, mais formal, abarcando a relação com os homens e as mulheres da elite; e Evita Perón, como companheira do líder condutor do povo argentino, mais informal, associado a relação com os homens e as mulheres humildes e a mediação entre eles e Perón, como uma “ponte de amor”¹⁰⁷. Embora ela reconhecesse estas

¹⁰⁷ Nas palavras da primeira-dama: “Quando escolhi ser “Evita” sei que escolhi o caminho do meu povo (...). Ninguém além do meu povo me chama de “Evita”. Somente aprenderam a me chamar assim os “descamisados”. Os homens do governo, os dirigentes políticos, os embaixadores os homens de empresas, profissionais, intelectuais, etc, que me visitam me chamam de “SENHORA”; e alguns inclusive me dizem publicamente “Excléntissima ou Digníssima Senhora”

distinções, explicitou a sua preferência por ser Evita, “*mãe de todos os humildes e de todos os débeis e humildes da minha terra*”, na sua autobiografia e em seus discursos políticos (PERÓN, 1995).

Evita figurou como a “mediadora”, “protetora”, “salvadora” e “santa” em pedidos diretos e indiretos. Pablo Enrique Conde, em dezembro de 1951 da “Era Justicialista”, de Buenos Aires, se dirige a primeira-dama:

Começo a escrever minha carta com a palavra mágica “EVITA”, na dupla segurança de Quem abrirá em Seu Santo Nome e lerá, terá a sublime bondade e gentileza de fazer chegar a Suas Santas Mãos, e não de coloca-la em uma pilha infinita de cartas que V.S recebe e me responde um formulário, que seria o nº 5 ou 6.
 Senhora Evita: me perdoe o atrevimento, no entanto, depois de ter devorado o seu livro “A RAZÃO DA MINHA VIDA”, e ter por fim sabido que a Senhora EVITA está por fim reestabelecida, me sinto com ânimo e coragem de fazer esta desesperada tentativa, certo que quem abrirá a carta, terá a humanidade e a gentileza de entregá-la, porque se V. Excia ler um pedido o atende milagrosamente (grifos do missivista, tradução nossa)¹⁰⁸.

A saudação inicial não convencional indica a estratégia enunciativa de Pablo. Alguns missivistas sabem que a relação direta e pessoal entre Perón/Evita e os argentinos é mediada por inúmeras pessoas. O próprio governo peronista, por meio do casal e da propaganda política, reconhecia que a mediação era necessária¹⁰⁹.

e ainda, às vezes, “Senhora Presidenta”. Eles não me veem mais do que a Eva Perón. Os descamisados, ao contrário, não me conhecem senão como “Evita”. Agora se me perguntassem o que eu prefiro, minha resposta não tardaria em sair: eu gosto mais do meu nome do povo. Quando um humilde me chama “Evita” me sinto mãe de todos os humildes e de todos os débeis humildes de minha terra. Quando um trabalhador me chama de “Evita” me sinto com gosto “companheira” de todos os homens que trabalham em meu país e ainda no mundo inteiro. Quando uma mulher de minha Pátria me diz “Evita” eu me imagino sua irmã e de todas as mulheres da humanidade. E assim, quase sem me dar conta, classifiquei, com três exemplos as atividades principais de “Evita” em relação aos humildes, aos trabalhadores e as mulheres” (PERÓN, 1995, p. 91).

¹⁰⁸ “Empiezo a escribir mi carta con la palabra mágica “EVITA”, en la doble seguridad de Quién la abrirá en Su Santo Nombre y la leerá, tendrá la sublime bondad y gentileza de hacerla llegar a Sus Santas Manes, y no de colocarla en la pilla infinita de cartas que V.S. recibe, y contestarme un formulario, que sería el Nº 5 o 6. Señora Evita: Perdóname mi atrevimiento, empero, después de haber devorado su libro “LA RAZÓN DE MI VIDA”, y haber por fin sabido que la Señora EVITA está por fin reestablecida, me siento con animo y coraje de hacer esta desesperada tentativa, cierto que quién abrirá la carta, tendrá la humanidad y la gentileza de entregársela, porque si V.S. lee un pedido lo escucha milagrosamente”. Fonte: AGN-ST, caixa 586, processo 3.917.

¹⁰⁹ Na autobiografia da primeira-dama, mencionada pelo missivista, há um capítulo dedicado às cartas dos humildes que chegavam todos os dias na casa presidencial. Nele Evita explicou o processo de organização das milhares de correspondências por centenas de colaboradores, “homens e mulheres humildes”, que eram responsáveis por ler, classificar e resolver o que conseguissem. Apesar da mediação, ao longo do capítulo, ela endossou a sua atenção particular aos pedidos realizados fortalecendo as imagens de centralidade e personificação em torno do casal, assim como dos laços da relação direta e pessoal entre eles e as pessoas comuns (PERÓN, 1995, p. 127-128).

Antes de apelar a Evita, o missivista tenta convencer o funcionário, em dois momentos, de que seu pedido precisa chegar até a primeira-dama. Partindo da compreensão de que boa parte dos argentinos, especialmente dos funcionários públicos, identificam, de maneira espontânea ou induzida, Evita como uma “santa”, ele assim escreve para a primeira-dama¹¹⁰. As imagens de Evita como alguém sagrada e com poderes para ajudá-lo contrastam com as de Pablo, como uma pessoa desesperada. O missivista também reitera o seu apoio político e pessoal por meio da menção a autobiografia e do estado de saúde de Evita, que inclusive o incentivaram.

Pablo tem conhecimento sobre o processo do encaminhamento da correspondência porque é funcionário do *Ministério de Assuntos Técnicos*. Apesar de ser funcionário público, sua narrativa constrange o discurso oficial, presente em materiais de propaganda política, como a revista *Mundo Peronista* e a autobiografia de Evita, de que todas as cartas são lidas, encaminhadas e respondidas. O missivista continua a narrativa expondo a sua questão e explicando como a primeira-dama poderia solucionar o seu problema:

Senhora Evita: Depois de 9 anos de noivado, por fim no dia 27 do corrente Dezembro, me caso, “custe o que custe e caia quem caia”.

Senhora Evita: Neste caso quem cai sou eu (e minha noiva), porque terei que seguir no imundo cortiço onde vive (ao mundo chamado “casa de família”, de “muitas famílias”) e meu companheiro de quarto irá viver provisoriamente na de um amigo (...)

Senhora Evita: No meu quarto há uma virgenzinha de Luján, de Pompéia e duas estatuetas de S. Antonio de Padua (...) e um altar com velas, que se apaga somente a noite, e quando eu e meu companheiro estamos fora, por perigo de incêndio.

Senhora Evita: Agora que as velas perenemente acesas cumpriram com o fim para o qual comecei a colocá-las, que era que V. Excia se reestabelecesse, e pudesse voltar a sua Obra milagrosa e bem feitora, segue aceso para que V. Excia se comova com a minha situação e me conceda a casinha que sonho, que se V. Excia, Senhora Evita, com uma só palavra Sua o milagre seria uma realidade. E depois a vela

¹¹⁰ Por uma série de circunstâncias, a partir dos anos 1950, houve uma intensificação da doutrinação dos argentinos, em geral, e dos funcionários públicos, em particular. Esta foi dirigida e apoiada por diversos funcionários do governo, como Raúl Alejandro Apold, responsável pela Subsecretaria de Informações da Presidência, Ángel Borlenghi, Ministro do Interior, e Armando Méndez San Martín, Ministro da Educação. Os funcionários públicos eram considerados os principais agentes da “revolução” e da construção da “nova” Argentina- assim como da sua divulgação- então não haveria outra possibilidade que não ser peronista. Deste modo, eles foram convocados para uma série de “reuniões de informação” e “ciclos de conferência de doutrinação”, ambas obrigatórias, que versavam sobre Perón, Eva Perón, o movimento, a doutrina peronista e os planos quinquenais. O material eram as aulas da recém-criada *Escola Superior Peronista*, os artigos da revista *Mundo Peronista*, os discursos e os livros de Perón e Eva Perón. As atividades eram em períodos distintos do expediente e com lista de presença com justificativa de ausência, o que indicava a presença obrigatória. Fonte: AGN-ST, caixa 483, sem número do processo.

ficará acessa para que V. Excia continue eternamente forte como uma leoa em Suas Obras de infinita Bondade e Misericórdia, e ficará também acessa para “Santa Evita”, até que encontre uma estatueta Dela também, porque por agora tenho uma fotografia Dela e de Seu Santo Esposo, fotografia de quando era ainda o “CORONEL PERÓN”, antes do 17 de OUTUBRO (tradução nossa)¹¹¹.

O trecho começa com o uso da frase clássica de Evita: *“cueste o que cueste e caia quem caia”*. Em um dos momentos que esta frase foi utilizada, no seu discurso do Primeiro de Maio de 1951, a primeira-dama endossou os seus papéis na “nova Argentina”, como possibilitadora do justicialismo do Perón, que para ela ocorreria inexoravelmente. A associação do casamento do missivista com a frase clássica de Evita revela que Pablo equipara a inevitabilidade do casamento com a do justicialismo, sendo ambos frutos de uma causa justa e de um árduo esforço.

No entanto, diferentemente do justicialismo, que é conduzido pelos líderes Perón e Evita, Pablo não tem condições adequadas para realizar a justiça social para si. Portanto, apela a Evita para que ela também possibilite melhores condições para a sua vida de casado por mediação com Perón ou por suas obras na Fundação¹¹². Estes tipos de cartas revelavam que os missivistas identificavam Evita como líder política e acreditavam que ela poderia atuar por fora ou acima das estruturas do Estado via Fundação.

Em seguida, o missivista mescla as imagens do poder político com o religioso para expressar a sua fé na “Santa Evita” e o seu apoio como “filho”, que inclusive tem rezado para a recuperação da “mãe” terrena, indicando as trocas de proteção. No contraste das imagens e na equiparação das “mães” do céu e

¹¹¹ “Señora Evita: Después de 9 años de noviazgo, por fin el día 27 del corriente Diciembre, me caso, “cueste lo que cueste y caiga quien caiga”.

Señora Evita: En este caso el que cae soy yo (y mi novia), porque tendré que seguir en el inmundo conventillo adonde vivo (al mundo llamado “casa de familia”, de “muchas familias”) y mi compañero de pieza se irá vivir provisoriamente en la pieza de un amigo (...).

Señora Evita: En mi pieza hay una Virgencita de Luján, una de Pompeya y 2 estatuitas de S. Antonio de Padua, (...) y un círio de altares, que se apaga solamente por la noche, y cuando yo y mi compañero estamos ausentes, por peligro de incendio.

Señora Evita: Ahora que el cirio perenmente encendido cumplió con el fin para el cual empecé a ponerlo, que era que V.S se restableciese, y pudiese volver a sua Obra milagrosa y bienhechora, sigue encendido para que V.S se apiade de mi situación y me conceda la casita que yo sueño, que si V.S, Señora Evita, con una sola palabra Suya el milagro sería una realidad. Y después el cirio quedará encendido para que V.S continúe eternamente fuerte como una leona en Sus Obras de infinita Bondad y Misericordia, y quedará también encendido para “Santa Evita”, hasta que encuentre una estatuita de Ella también, porque por ahora tengo una fotografía de Ella y de Su Santo Esposo, fotografía de cuando era todavía el “CORONEL PERÓN”, antes del 17 de OCTUBRE”. Fonte: AGN-ST, caixa 586, processo 3.917.

¹¹² AGN-GCPR, caixa 585 (sem número de processo).

da Terra, ele eleva o seu pedido ao nível de milagre, que somente poderia ser atendido mediante a oração para ambas. A carta é finalizada expressando sua antiga identificação com o casal, endossando elementos que já haviam sido mencionados.

Nos apelos diretos e indiretos a Evita, os missivistas utilizaram amplamente a primeira-dama como mediadora e solucionadora das questões, evocando sobretudo as imagens dela que eram voltadas para a família e seus membros considerados mais desamparados como as mulheres e as crianças. Nestas figuraram pedidos de audiência com a primeira-dama, de casa própria, de educação para os filhos e de ajuda em orfanatos.

Em outras menções e apelos, figuraram os pedidos visando o coletivo, como na carta enviada pela *Caixa de Socorros da Policía de Provincia de Córdoba*, em 1951, interpretando o anseio de seis mil associados, que com suas famílias representam 25 mil peronistas. Eles solicitavam a ajuda da primeira-dama para construírem uma casa de saúde, um policlínico ou hospital, que atenderia gratuitamente os seus associados. Assim como na carta de Pablo, os “humildes servidores da pátria” identificam Evita como a única realizadora desta obra “justicialista”, que não os deixará desamparados:

(...) Nós, EVITA, estamos convencidos que assim como outros irmãos trabalhadores da Nova Argentina do General Perón, encontraram em seu coração de mãe toda a ajuda necessária para ver remediadas suas calamidades, que também nós vamos ser atendidos em nosso desejo de salvar nossas vidas da enfermidade e da morte, por esse seu incomparável coração, que bate junto com os dos trabalhadores peronistas da Pátria (tradução nossa)¹¹³.

Os associados da Caixa de Pensão se referem às atenções aos outros irmãos para recordar que eles também são filhos e que Evita também pode atendê-los, pois seu “coração de mãe” sempre pode acolher mais um.

A partir de 1951, com a doença de Evita, estes apelos foram combinados com mensagens de apoio, orações e homenagens para a primeira-dama¹¹⁴. As

¹¹³ “*Nosotros, EVITA, estamos convencidos que así como otros hermanos nuestros trabajadores de la Nueva Argentina del Gral. Perón, han encontrado en su corazón de madre toda la ayuda necesaria para ver remediadas sus calamidades, que también nosotros vamos a ser interpretados en nuestro hermano deseo de salvar nuestras vidas de la enfermedad y de la muerte, por ese incomparable corazón suyo, que late al unísono con el de los trabajadores peronistas de la Patria*”. Fonte: AGN-ST, caixa 592, sem número do processo.

¹¹⁴ A mobilização em torno da sua doença envolveu, inclusive, estrangeiros. Kosmiche Strahlung, da Alemanha, enviou uma carta informando que tinha desenvolvido um medicamento para aliviar a dor da primeira-dama. Juan Contreras Rivas, chileno que vivia há muitos anos na Argentina, enviou uma correspondência para consultar a possibilidade de levar um médico naturalista para

cartas ao casal foram amplamente valorizadas pela propaganda política peronista como prova do caráter popular e afetivo do peronismo, o que contribuiria para o fortalecimento da relação direta e pessoal das pessoas comuns com o casal. No capítulo sobre as cartas da autobiografia da primeira-dama, Evita valorizou a escrita “*simples mas eloquente*” dos humildes, especialmente com mães de família, idosos e crianças (PERÓN, 1995, p.124). Além desta obra, uma série de materiais, de matérias em revistas a livros infantis, foram produzidos para endossar a importância da participação popular no governo peronista.

A revista *Mundo Peronista*, produzida pela *Escola Superior Peronista*, entre julho de 1951 e setembro de 1955, contribuiu para tal valorização reforçando, em diversas matérias, a importância da participação popular para elaborar e executar o *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957)¹¹⁵. Outras matérias foram dedicadas às cartas, como a intitulada “*Aqui está seu projeto*”¹¹⁶.

Apesar desta preocupação do governo peronista, a mobilização epistolar popular em torno da doença e do falecimento da primeira-dama foi ainda mais difundida pela revista. Em fevereiro de 1952, em matéria intitulada “*Por que escreveu a Evita? Torrentes de Cartas*”¹¹⁷, a revista reproduziu trechos de oito cartas enviadas para a primeira-dama quando ela foi internada em 1951. A narrativa da matéria procurava retratar a preocupação e o amor das pessoas comuns, argentinas e estrangeiras, por Evita, revelado pela “montanha de cartas” recebidas naquele momento. A seleção das cartas e a visita aos remetentes, inclusive incluindo os diálogos com eles, reforçava as imagens de

cuidar dela. Em 1952, após o seu falecimento, alguns missivistas enviaram cartas com homenagens póstumas e outras psicografadas, supostamente da primeira-dama¹¹⁴. Fontes: Carta de Kosmiche Strahlung, AGN-ST, caixa 503, iniciativa 3213/5. Para outros exemplos, ver: Carta de Francis. AGN-ST, caixa 592, sem número de processo; Carta de Juan Contreras. AGN-ST, caixa 503, iniciativa 725.

Para outros exemplos, ver: Carta de Alejandro Emilio Pereira. AGN-GCPR, caixa 669, iniciativa 2091; Carta de Rosa Perzi. AGN-ST, caixa 472, iniciativa 202552; Carta de Esteban José Antonio, caixa 503, iniciativa 242133; Carta de Rodolfo de Sarli. AGN-ST, caixa 472, iniciativa 2547.

¹¹⁵ *Mundo Peronista*, a I, n 11, p 25-28.

¹¹⁶ *Mundo Peronista*, a I, n 24, p 8-11. A matéria trata da história de José López, combinando mensagens das fotos e textos. As fotos indicavam o trabalho e o cuidado dos funcionários públicos com as petições populares, enviadas sobretudo após a convocação do *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957). O texto, contendo a narrativa e as percepções de José, produziam imagens de acesso e atenção do Estado, complementando as imagens do trabalho e do cuidado. Deste modo, a partir da história de José, a matéria procurava reforçar a concepção de um governo popular e acessível.

¹¹⁷ *Mundo Peronista*, a II, n 14, p 24-28.

lealdade, devoção, gratidão e apoio ao governo, evidenciadas em expressões como “peronista até a morte” e “sangue para a Evita”. Elas também reforçavam a ideia de “grande família argentina”, que permitia que pessoas comuns escrevessem para a primeira-dama com uma “familiaridade fraterna”.

Alguns meses depois, após o falecimento da primeira-dama no dia 26 julho de 1952, a revista publicou sete cartas e transcreveu alguns trechos na matéria intitulada “Cartas Para Evita”, publicada em agosto de 1952:

Figura 1- Cartas para Evita publicadas na Revista Mundo Peronista

Fonte: *Mundo Peronista*, a II, n27, p 18-20.

A seleção de determinados trechos das cartas reiterava as imagens de Evita como trabalhadora, salvadora, redentora e ponte de amor entre Perón e os humildes. Estas matérias reforçavam a imagem da “grande família” argentina que passava por um momento comum de luto familiar. Elas também constituíam uma homenagem póstuma à primeira-dama, além de terem sido utilizadas para estimular a continuidade da escrita de cartas para Evita através de Perón. Portanto, os laços afetivos e diretos constituídos na terra seriam elevados ao céu.

No Brasil, as cartas das pessoas comuns para Vargas foram mais valorizadas do que as que incluíram ou eram direcionadas para a primeira-dama. Um dos momentos em que se identifica a centralidade da propaganda estatal a respeito da troca de correspondências com a primeira-dama foi na campanha “madrinha do combatente”. Outro momento, ainda que de maneira menos

intensa, foi em 1943, após o falecimento do filho mais novo do casal, Getúlio Vargas Filho, conhecido como “Getulinho”¹¹⁸. Nestas cartas encontramos os apoios e orações dos missivistas para o casal. Alguns jornais oficialistas, como *A noite*, também reproduziram mensagens de condolência ao casal¹¹⁹.

Estas mensagens revelam que alguns missivistas se identificaram com as imagens de “grande família” brasileira e argentina, em geral, e com os “pais”, em particular¹²⁰. No entanto, outros mencionaram a morte de “Getulinho” para lembrar aos pais que eles têm outros filhos para cuidar, endossando a percepção individual e dos núcleos familiares dos missivistas.

A evocação da proteção de Darcy e de Evita também foi utilizada como uma forma de estabelecerem uma relação direta e pessoal com os governantes, sobretudo em uma tentativa de pessoalizar a relação com eles e mobilizar suas atenções por meio das “mediadoras” ou “realizadoras” de seus pedidos. Alguns adotaram os imaginários políticos e as mensagens oficiais por adesão e crença, mas outros se mobilizaram para expressarem seus anseios e desejos pessoais, como ser “bem visto” na cidade onde moravam por serem compadres do casal Vargas ou conseguirem casar graças a ajuda da Evita Perón.

Em muitas das missivas de brasileiros e argentinos notamos o uso de um discurso religioso, que também foi utilizado para a constituição ou reforço da relação, o qual detalharemos no próximo tópico.

¹¹⁸ AN-GCPR, série Geral, lata 13, sem número de processo.

¹¹⁹ Em uma das matérias o jornal forçou a demonstração de um luto popular. No dia 8 de maio de 1943, uma intitulada “Um velho escravo conta A Noite a sua Odisséia”, com subtítulos menores “Cinquenta anos de escravidão – Preso na Casa de Detenção por ordem de Deodoro – Sofreu com o último golpe recebido pela família Vargas”, a reportagem que era para contar a história de Benedito Manoel do Nascimento, um ex-escravo, teve seu final ajustado para demonstrar como ele também sofreu com a morte do filho do governante. Benedito contava a quantos senhores pertenceu quando foi interrompido para falar de Getúlio Vargas Filho, com os seguintes dizeres: “(...) Benedito diz não saber explicar quanto o seu coração sentiu ao saber da morte do Sr. Getúlio Vargas Filho. Fez uma pausa e, exclamando suspira: “Quanto não terá sofrido a ilustre mãe”. E passando a falar da personalidade do presidente Vargas: Eu tenho visto muitos governos, inclusive de um Imperador. Mas homem como o nosso presidente eu nunca vi na minha vida”. Fonte: *A Noite*, 8 maio 1943, p. 5 (edição digital:11.219).

¹²⁰ AN-GCPR, série Geral, lata 13, sem números de processos; AGN-ST, caixa 592, sem número do processo.

1.3 Dos filhos terrenos aos pais celestiais: a proteção pelos sacralizados

Quando comparamos as cartas das “filhas” com as dos “filhos” brasileiros e argentinos para os “pais” notamos que a principal diferença está na estrutura narrativa. Em geral, as missivas das mulheres contêm mais metáforas religiosas e paternas, o que torna os seus pedidos mais afetivos e suplicantes do que as dos homens. Embora as mulheres e os homens narrassem e, muitas vezes, descrevessem suas situações cotidianas aflitivas, marcadas pelo desemprego, fome e até mesmo morte de alguns filhos, as mulheres verbalizaram mais o seu desespero do que os homens.

A última forma que analisaremos da constituição ou do reforço das relações diretas e pessoais com os governantes pelos missivistas neste capítulo será observando o uso das linguagens e das metáforas religiosas. Os pedidos de proteção e justiça dos “filhos” para os “pais terrenos” foram embasados em linguagens e metáforas celestiais, permitindo a observação da combinação dos poderes políticos com os divinos pelas pessoas comuns.

Mircea Eliade (1992), ao estudar o sagrado e o profano na experiência humana, pondera que um mundo dessacralizado, profano, é uma descoberta recente na história, que caracteriza a experiência do homem não religioso nas sociedades modernas. O homem moderno, profano, descende do tradicional, religioso, e surge como resultado do processo de dessacralização do mundo, do movimento de excluir as significações míticas dos povos.

Ainda segundo Eliade (1992), a despeito das negações e recusas do seu passado tradicional, mesmo o indivíduo que almeja uma existência isenta de religiosidade é assediado pelos mitos e teologias que renegou. Estes perderam as suas funções originais com a modernização do mundo, mas ainda subsistem e ficam evidenciados nas nostalgias, nas imagens e nos desejos de viver em uma humanidade diferente que podem ser observadas nas cartas das pessoas comuns e nas projeções das imagens que contribuíram para a formação dos mitos políticos dos governantes no Brasil estadonovista e na Argentina peronista.

As associações, em maior ou menor grau, entre os poderes políticos e divinos dos governantes, estabelecidas e alimentadas por eles e as pessoas comuns, figuraram em momentos históricos bem anteriores, como no caso dos reis taumaturgos na França e na Inglaterra analisados por Marc Bloch (2018).

Além da associação não ser uma exclusividade de Vargas e Perón, a própria linguagem religiosa das cartas também não é.

Como observou Maria Celina D'Araújo (2004), ao analisar a construção do mito de Vargas, e nós consideramos válido também para o mito de Perón, o contexto internacional das décadas de 1930 e 1940 foi marcado por regimes políticos, como o comunismo na União Soviética e o nazismo na Alemanha, que apresentavam seus líderes como seres superiores, capazes de guiar os povos pelo “caminho da prosperidade”.

Os regimes brasileiro e argentino, a partir de seus órgãos de propaganda e de censura, desenvolveram uma série de materiais para enaltecer as figuras dos líderes, como bustos, cartazes, cartões-postais, fotografias, livros, jornais, revistas, programas de rádio, cinejornais e festas cívicas. Nas imagens produzidas, o lado humano dos governantes, evidenciado por estarem sempre sorridentes e confiantes, era combinado com a “excepcionalidade” e “predestinação” de Perón. Outros órgãos, como os Ministérios responsáveis pelo Trabalho e a Educação, e figuras importantes dos regimes, como Evita e Marcondes Filho também colaboraram para o enaltecimento dos presidentes, inclusive projetando-os como poderosos e divinizados (LENHARO, 1986; FRAGA, 2018; CAPELATO, 2009; GOMES, 2002; PLOTKIN, 2013).

Alcir Lenharo (1986), pondera que as diversas imagens sobre Vargas, que realçaram o imaginário religioso e católico do povo brasileiro, foram selecionadas e articuladas de modo especial. Nelas encontramos o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo, a nova relação de comunhão entre Vargas e os brasileiros e as novas leis, atos e atitudes “aprovados por todos”, concretizando a universalidade eclesial. O discurso do poder penetra e circula dentro do conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão (LENHARO, 1986, p.194).

Ainda segundo o historiador, as projeções de Vargas pela propaganda a um plano de divinização eram desdobráveis em uma trindade de imagens, inspiradas na Santíssima Trindade cristã, que se interpenetram e se contém em uma só: em alguns momentos, Vargas corresponde ao Pai que vela e protege os filhos, explicitada pela figura do promulgador das leis sociais; em outros, Vargas corresponde ao Filho, líder que intervém na história predestinadamente,

como um Messias que transforma seu fluxo e afasta outros intermediários; e como Espírito que ilumina os caminhos dos seus subordinados para uma nova ordem, amparada por outras luzes.

Apesar das particularidades, o Primeiro Peronismo também adotou alguns símbolos e elementos do imaginário religioso e católico para se aproximar de uma parcela significativa da sociedade e conseguir o seu apoio. As figuras sacralizadas do catolicismo foram associadas aos líderes peronistas: Perón era comparado a Jesus Cristo e Evita a Virgem Maria. A adesão ao regime era considerada uma conversão ou revelação religiosa, que era descrita sob termos como “devoção”, “fervor”, “veneração” e “fé” (CUCCHETTI, 2005).

Como ponderou Lila Caimari (2002a; 2002b), ao tratar das relações acerca do peronismo e do catolicismo, se na metade dos anos 1940, a Igreja Católica pensava que era possível “cristianizar o peronismo”, em meados dos anos 1950, ela percebeu que era mais fácil os seus cristãos serem “peronizados” já que o peronismo se apresentava como equivalente e, em alguns casos, até mesmo superior ao cristianismo. O processo foi intensificado pelo casal Perón, especialmente por Evita. A primeira-dama considerou a doutrina justicialista como continuação do cristianismo. O justicialismo era a realização do cristianismo, pois tornava possível a justiça social.

Ainda segundo Caimari (2002a; 2002b), o “cristianismo peronista” pode ser identificado como uma religião popular desinteressada das formas, mas fiel na essência social da mensagem cristã. Este foi um dos pontos centrais do conflito com a Igreja Católica, especialmente a partir de meados de 1950 até o rompimento definitivo em 1955 (PUIGGRÓS, 2003; GVIRTZ e BAROLO, 2017).

Nas missivas analisadas nota-se que as imagens idealizadas dos governantes foram combinadas com símbolos, palavras e expressões religiosas. A nosso ver, além do que foi mencionado sobre a divinização dos líderes, a religião fornecia uma bagagem cultural e um recurso prático¹²¹ para os missivistas elaborarem suas súplicas em forma de oração. Eles adaptaram, de formas variadas, esses vocabulários religiosos para expressarem suas

¹²¹ De acordo com o IBGE e com o *IV Censo General de la Nación*, 95% e 93,6% da população brasileira e argentina, respectivamente, se identificavam como católicas, sendo a maioria composta por mulheres. Além disso, em ambos os países, o ensino religioso nas escolas públicas era permitido, o que possibilitava o acesso ao vocabulário e aos códigos culturais básicos. No peronismo, este tipo de ensino foi suspenso no final do segundo governo.

angústias, relataram as difíceis situações que enfrentavam e pedir a atenção aos seus pedidos, inclusive incluindo os governantes como representantes terrenos do pai celestial¹²².

Luciana Heymann (1999), analisando as cartas para Filinto Muller, observou que os missivistas “necessitados” não dispunham de recursos financeiros para demonstrar reconhecimento, por isso informavam que a retribuição seria com recursos simbólicos, como preces pela saúde e felicidade daquele que vê como provedor dos recursos solicitados. Apesar das particularidades dos casos estudados, também identificamos estas percepções nas missivas analisadas para Vargas e Perón, o que fica explicitado na adoção de algumas expressões ao longo das cartas, como *“Deus lhe pagará”*¹²³ e *“Jesus lhe pagará”*¹²⁴, e nas saudações finais, momento em que os missivistas acenam com recompensas religiosas para os governantes e seus familiares: *“Deus guarde a V. Excia, para honra, glória e prosperidade do nosso Brazil, e felicidade dos brasileiros, e também abençoe a sua excia família”*¹²⁵; *“Que Deus nosso Senhor Todo Poderoso salve, guarde e ilumina o Nosso Grande Coronel e os seus”*¹²⁶; *“Rogando a Deus pela felicidade de V. Excia e grandeza do Brasil”*¹²⁷; *“(…) rogo que Deus guarde o Exmo. Señor Presidente por muitos anos”*¹²⁸.

Estas expressões endossam o que foi comentado sobre alguns dos missivistas não possuírem recursos financeiros, mas terem os simbólicos em sua bagagem cultural. Como considerou Martins (2008), no desespero da situação, a única forma de pedir algo para quem tem o poder, divino ou político, era a súplica, de joelhos e mãos cruzadas.

A busca de familiaridade com uma instância poderosa e divinizada ocorreu de maneiras particulares no Brasil e na Argentina. Bernardina Fernandes, em 1939, escreve do Rio de Janeiro pedindo um auxílio do presidente:

Que a paz de Jesus esteja convosco e bem assim com vossa dignissima familia. Dignissimo presidente da Republica, com o auxilio

¹²² Este recurso também foi utilizado nas missivas para alguns funcionários diretos dos presidentes, como Raúl Mendé¹²² e Filinto Müller, Ministro de Assuntos Técnicos na Argentina e chefe da Polícia da ditadura estadonovista, respectivamente.

¹²³ AN-GCPR, série Geral, latas 13 e 164, processos 29.638 e 16.641, respectivamente.

¹²⁴ AN-GCPR, série Justiça, lata 274, processo 25.043.

¹²⁵ AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 331.

¹²⁶ AGN-ST, caixa 468, sem número do processo.

¹²⁷ AN-GCPR, série Geral, lata 13, processo 35.151.

¹²⁸ AGN-ST, caixa 512, sem número do processo.

de Jesus despertei-me hoje com coração voltado para voz, recordando-me de que sois um pae daqueles que a voz tem recorrido, por isto, as lágrimas que tenho derrado e os dias de amargura que tenho passado foram-se esgotando, porque tive a grandiosa lembrança de recorrer a voz que abaixo de Deus o nosso grande pae, como tenho certeza na nossa boa e firme proteção, peço que me atendeis não por mim, mas por compaixão aos meus filhinhos¹²⁹.

A forma encontrada para escrever ao “pai” revela os recursos populares que estavam à sua disposição, mas também a percepção que Bernardina tem sobre ela e os identificados como “poderosos”. Ela, impotente e despossuída, em um momento de aflição apela aos “pais” do céu e da Terra, esperando ser atendida por serem seres bondosos. Os “pais”, repletos de poderes, acolhem os filhos, especialmente os mais inocentes e necessitados. Além de pai, Vargas é identificado como o Filho terreno, que pode transformar a situação de Bernardina, de modo similar ao que mencionamos sobre a trindade de imagens. Portanto, assim como o regime, os missivistas também intercalaram as imagens sobre o governante.

Pela percepção de que o pai acolhe os mais inocentes, ela explica a sua situação de aflição, viúva e com nove filhos para criar, a partir de um suposto diálogo com a filha:

Hoje pela manhã, minha filha Hilda Fernandes, com 12 anos de idade disse pra mim “mamãe quando papae era vivo, nós tinha-mos o pão de cada dia e hoje não temos” que tristeza para uma mãe ouvir estas palavras de um filho! Ainda me disse, mamãe quando tinha-mos o nosso papae, as nossas latas todos os dias 20 de cada mez, eram cheias de mantimentos e hoje a senhora compra os embrulhinhos! porque a senhora não pede ao “bondoço” e “caridoço” Getúlio para fazer com que a senhora receba a pensão do papae? Peça mamãe eu tenho certeza que elle vai lhe atender, pois ele é tão caridoço! Com a face banhada em lágrimas, eu respondi para ella, minha filha para Deus nada é impossivel, assim como o querido e dignissimo “Presidente da República” livrou “nossa pátria”, a traição dos “camisas verdes”, também pode fazer que eu receba a pensão¹³⁰.

Chama a atenção que, embora a pensão fosse um direito da missivista, ela adota uma linguagem de súplica e não de reivindicação. O desamparo construído em forma de diálogo reitera as representações religiosas do poder, como a relação estabelecida entre o pai e o pão de cada dia, que consta na oração do “Pai Nosso”. O diálogo da narrativa, entre a mãe e a filha, possibilita

¹²⁹ AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 2.594.

¹³⁰ *Idem*.

combinar imagens de abandono e pressão para a colaboração do pai-governante.

A solução do problema ter sido apontada pela criança também é significativo, pois reforçava a ideia de que os inocentes necessitados seriam os preferidos dos “pais” e, por isso, confiavam no poder, divino e político. Além disto, representava a “dupla” esperança, da filha e da mãe, personificada na figura do Vargas “bondoso e caridoso”.

O trecho termina com a mãe reforçando a identificação entre o pai sagrado e o pai terreno, ambos possibilitando a realização de coisas impossíveis. No caso de Vargas, o impossível foi configurado no combate aos integralistas, que queriam “destruir a pátria”. Portanto, se ele conseguiu realizar algo daquela magnitude em 1938, combatendo a chamada “intentona integralista”¹³¹, também poderia atender ao pedido da família desamparada. Apesar do esforço da narrativa, em 1940, no encaminhamento do processo constava que Bernardina não tinha o direito a pensão, pois o marido trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil entre 1908 e 1929, mas abandonou o emprego, tendo perdido, então, todos os direitos¹³².

Na Argentina, os missivistas também combinaram imagens do “pai terreno” com o pai do sagrado, como na carta de Manuela, que escreve de Tucumán, em 1953, querendo colaborar no Segundo Plano de Governo:

Exmo Senhor. Exelentísimo e justicísimo Senhor. Senhor eu te saúdo. Com mesmas, Alt. Concideração e respeito, desejando-lhe uma grande vida e saúde eterna e que nossa Mãe Evita, está no Reino celestial para que Rogue por seu Dignicimo esposo e por seus filhos de sua Pátria Argentina e depois de saudá-lo eu me dirijo a comunicar-lhe, que penso em ir te visitar e encontrar-me com o Senhor e, ao mesmo tempo, lhe solicito queira, conceder-me uma audiência para o

¹³¹ No segundo semestre de 1937, Plínio Salgado, retirou a sua candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam em janeiro de 1938 para apoiar as intenções golpistas de Vargas. Em troca da mobilização dos integralistas em prol da luta contra os comunistas e os “efeitos desagregadores” da democracia liberal, os integralistas comporiam a base política do regime a ser implantado, sendo que um dos membros da organização assumiria o *Ministério da Educação*. No entanto, ao ser decretado o Estado Novo em 10 de novembro de 1937, Vargas não fez menção aos integralistas. No mês seguinte, Vargas determinou o fechamento de todos os partidos e organizações políticas, incluindo os integralistas. Percebendo que as promessas e as expectativas não seriam atendidas, no primeiro semestre de 1938, os integralistas organizaram e deflagraram agitações distintas, sendo o auge a tentativa de invasão à residência presidencial, o Palácio da Guanabara, em 11 maio de 1938, visando a deposição de Vargas. Este ataque armado ficou conhecido como “Intentona” ou “Levante” integralista. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete Revolta Integralista.

¹³² AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 834.

dia mais próximo (...) e quando eu chegue, faremos certos comentários e eu te direi o que faz falta (tradução nossa) ¹³³.

A saudação inicial demarca o tom religioso e o contraste entre o casal Perón e a missivista. Juan Domingo Perón é identificado como o justiceiro, que na Terra representa os interesses do seu povo, enquanto Evita é a que representa e cuida dos anseios dos “filhos argentinos” no céu. As imagens dialogam com as representações masculina e feminina do poder na Argentina peronista, sendo que Perón representava o poder masculino, constituído pela liderança, a inteligência e a estratégia, e Eva o poder feminino, composto pela subordinação, sentimento e a emoção; como o próprio lema governamental endossava “*Perón cumple e Evita dignifica*” (CAPELATO, 2009; TAYLOR, 1981).

O somatório dos poderes reforçou o imaginário político peronista, composto pelos mitos do salvador e da redentora. Segundo Raoul Girardet (1987), que analisou os mitos e as mitologias políticas, os mitos políticos têm uma função explicativa para a compreensão do presente e um caráter mobilizador na sociedade. Os mitos não têm contornos precisos e acabados, mas se organizam em uma sucessão de imagens que se encadeiam e nascem uma da outra, como nas imagens de submissão, renúncia e sacrifício de Evita e de salvação e sacrifício de Perón.

Ainda de acordo com Girardet (1987), apesar dos mitos políticos oferecerem variadas ressonâncias e significações, que podem ser complementares ou opostas, eles oferecem uma coerência no desenrolar da sua caminhada. No caso da Evita, sem filhos, a “mãe dos descamisados” tornou-se o ideal materno, pois ela se sacrificou por seus filhos até o martírio final. Antes mesmo da sua morte, quando renunciou à vice-presidência da nação, os peronistas já passaram a identificá-la como “santa Evita”¹³⁴.

¹³³ “*Exmo Señor. Exelentísimo y justicismo. Señor. Señor lo saludo. Con mismas. Alt. Concideracion y respeto deseandole una gran vida y salud eterna y que nuestra Madre Evita, esté en el Reino celestial para que Ruege por su Dignicimo esposo y por sus hijos de su Patria Argentina y después de saludarlo me dirijo a comunicarle, que pienso de irme visitarlo y entrevistarme con Usted y, al mismo tiempo, le solisitole, quiera, concedme una Audiencia para el día mas procimo (...) y cuando yo llegue, aremos ciertos parlamentos, y yo le dire, lo que hace falta*”. Fonte: AGN-ST, caixa 610, sem número de processo.

¹³⁴ Concordamos com Capelato (2009) ao considerar que a morte prematura sacralizou o mito e conduziu-o a santidade. Na fase terminal da doença, em 1952, seus seguidores passaram a venerá-la como uma santa, inclusive construindo altares e colocando a primeira-dama nas intenções das missas. Em maio de 1952, o Congresso concedeu a Evita o título de “Chefe Espiritual da Nação”, passando a ser identificada assim e como “Santa Evita” pelos seus

Na carta de Manuela, mencionada anteriormente, fica evidenciada a sua percepção sobre Evita e os poderes do casal. Em 1953, Evita já havia falecido então o papel que representava na Argentina, como “ponte de amor” entre Perón e os argentinos, foi elevado para o céu, onde atuava como intercessora entre o pai celestial e os nacionais. Manuela, que é impotente, reivindica a atenção dos poderosos, que podem protegê-la. Embora ela procure manter um tom formal, a adoção do verbo “comunicar” ao invés de “consultar” revela como a missivista entendia a relação com o governante, como algo pessoal e direto, o “pai acessível”.

Em algumas cartas, esta imagem de sacrifício da primeira-dama foi endossada, como na de Pablo Delgado, que se dirigiu ao governante da Província Presidente Perón (Chaco)¹³⁵, em 1952, para sugerir a construção de uma estátua de Evita, em todos os territórios e províncias argentinas, como homenagem ao seu sacrifício pela pátria¹³⁶.

Diferentemente, no Brasil, o mito de Vargas foi elaborado de maneira solitária, sem considerar a primeira-dama Darcy Vargas, mas utilizando como base as imagens da salvação e do sacrifício (CAPELATO, 2009). Segundo Girardet (1987), o tema do mito salvador tem uma base comum, associado a símbolos de purificação e de luz. O “herói redentor” é aquele que aparece como um lutador ou combatente, que liberta, aniquila os “monstros” e os faz recuar.

Nas cartas aqui analisadas, observa-se que a imagem de salvador dos desamparados foi mais presente do que a de sacrifício. Adelina Almeida Brandão, de Espírito Santo, em 1939, escreveu para pedir emprego para o marido. Na saudação inicial, ela já expressava a sua percepção sobre o chefe

seguidores. Após a sua morte, a *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT) solicitou a beatificação de Eva como santa dos trabalhadores, algo que foi novamente reivindicado pela central trabalhadora para o Papa Francisco em maio de 2019. Logo após a sua morte, o governo peronista instalou caixas postais para o depósito das cartas que os seguidores continuaram enviando para Eva. Esperava-se que ela fosse identificada pelos argentinos como uma versão argentina de Virgem Maria, com poderes místicos-religiosos, que seguiria atendendo aos seus pedidos.

¹³⁵ AGN-ST, caixa 586, processo 18.104.

¹³⁶ Em outras fica ainda mais explícito como na de Carlos Rago, que escreveu em 1952, para solicitar que sua homenagem à Evita “(...) *por seus méritos conquistados através de sua frutífera vida que oferecera em holocausto da classe humilde e trabalhadora da Nova Argentina*” fosse incluída nas quais a primeira-dama receberia. O missivista sugeria que, por um ano, toda a correspondência oficial contivesse o seguinte cabeçalho: “GLÓRIA A EVA PERÓN, CHEFA ESPIRITUAL DA REPÚBLICA E MÁRTIR DO TRABALHO”. Os termos da carta, como “holocausto” e “mártir” endossam as imagens de sacrifício projetadas pelo missivista. Fonte: AGN-ST, caixa 472, processo 28.721.

da nação, que tem *“poderes do presidente para olhar os que necessitam e que veem implorar a proteção de V. Excia”*¹³⁷. A ideia de “poder olhar os que necessitam” indica uma associação com os poderes divinos, com base em noções de onisciência e onipresença¹³⁸. Estes atributos coincidem com os do “pai celestial” e expressam o que foi mencionado anteriormente sobre as apropriações de determinadas linguagens e símbolos cristãos pelo Estado.

A distribuição das imagens de Vargas nos mais diversos espaços públicos, que também coincide com a difusão das imagens de Cristo na cruz, indica uma finalidade política similar. Lenharo (1986), refletindo sobre as motivações da instrumentalização de determinados símbolos religiosos no Brasil estadonovista e a espiritualização dos espaços sociais, considerou que a introdução de Cristo crucificado nas fábricas de São Paulo, em 1942, serviria como “guia e consolo” para os trabalhadores, mas também atenderia a um duplo propósito: ao mesmo tempo que velava, Cristo vigiava os trabalhadores.

É possível estabelecermos um paralelo com as imagens de Vargas distribuídas pelos variados estabelecimentos, como aquele que tudo vê e tudo sabe, mas que também vigia e policia as ações dos brasileiros. Ao analisar a construção do mito de Vargas, André Fraga (2018) pondera que o uso do rádio e a distribuição de um farto material, com a imagem do presidente, reforçaram a ideia de que Vargas estava em todos os lugares. Portanto, consideramos que, mesmo de maneira inconsciente, o “olhar do presidente” mencionado pela missivista Adelina abarca as concepções de presença e ciência do presidente com a de solucionador dos problemas de Adelina.

As imagens de Perón como salvador também figuraram nas cartas argentinas com os elementos básicos mencionados por Girardet (1987). E. de Armero, de Buenos Aires, ponderou que há muito tempo ele tinha vontade de expressar os melhores desejos do coração para Perón. Ele também considerava que era dever de todos os argentinos colaborar com o governo nacional, pois *“não há pessoas sem distinção de raças ou credos, onde sua mão generosa e*

¹³⁷ AN-GCPR, série Geral, lata 159, processo 4156.

¹³⁸ A onisciência referia-se à capacidade do presidente estar em todos os lugares, possibilitando o contato constante e direto com o povo, enquanto a onipresença pressupunha a clarividência de Vargas (GARCIA, 1982).

*afável de bondade, não tenham chegado em forma de generosidade e filantropia: convertendo-lhe em O Pai da pátria*¹³⁹.

Segundo Armero, tudo o que Perón fez pelo povo argentino colocou em seus corações o amor e o respeito como ao seus próprios pais¹⁴⁰. A identificação do governo de todos e a “mão bondosa” aproximam a imagem do “pai terreno” com o “pai do céu”, sendo que ambos não diferenciam as pessoas por raça ou credo. Assim como no Brasil, na Argentina, em algumas cartas, as imagens de Perón como Pai eram combinadas com as de Jesus Cristo, sendo que o primeiro protege e o segundo realiza os pedidos.

De modo geral, neste capítulo procuramos demonstrar que as pessoas comuns evocaram a “família” visando a proteção e a justiça dos governantes, amparados nas imagens das “grandes famílias” brasileira e argentina e, conseqüentemente, nos supostos laços familiares nacionais que os aproximavam dos governantes, sendo eles como “filhos” e Vargas e Perón como “pais-governantes”.

Apesar deste elemento comum, vimos que os “filhos” tinham perfis e necessidades distintas, o que permitiu que observássemos as variadas estratégias argumentativas para estabelecer as relações diretas e pessoais, bem como justificar a proteção dos “pais-governantes”. Do mesmo modo, a despeito das imagens idealizadas de “grande família” produzidas pelo discurso oficial, as dificuldades cotidianas dos missivistas revelam os problemas comuns e particulares das “famílias nacionais”, bem como as distintas identificações dos “responsáveis” pelas situações vividas.

Alguns missivistas também buscaram as “mães”, as primeiras-damas, para chegar nos “pais”. Apesar de ocuparem papéis sociais e desenvolverem atividades similares ao lado dos governantes, a atuação em cena política e a relação estabelecida entre as primeiras-damas e as pessoas comuns forjou laços diferenciados. A primeira-dama brasileira recebeu menos cartas e foi mais referenciada em convites ao lado do esposo. Ao contrário, a primeira-dama argentina recebeu milhares de cartas e foi referenciada direta e indiretamente. Nas referências diretas das cartas, é possível observar que Evita ocupou distintos papéis, mas especialmente como “mãe” da grande família argentina.

¹³⁹ AN-GCPR, série Geral, caixa 89, processo 6.098.

¹⁴⁰ *Idem*.

Assim, os pedidos de proteção ao “pai e amigo” Perón eram complementados com o da “mãe”; em outros momentos, Evita era identificada como a “mãe” que mediaría a relação com o “pai”.

Na parte final do capítulo reunimos cartas que os missivistas entrelaçaram os poderes políticos com os divinos para relatar a angústia e o desespero das situações enfrentadas e pedir a proteção dos governantes. Apesar destes aspectos comuns, a forma com que eles estabeleceram uma relação com os governantes foi muito particular, mesmo entre os que vincularam as imagens de servidão e de redenção aos governantes.

As particularidades mencionadas demonstram que a construção ou reforço dos imaginários populares sobre a família compõem um longo e contínuo processo, que variou dentro e fora das fronteiras nacionais, e que ocorreu de maneira particular. Sobre isso, é preciso destacar que, embora boa parte dos missivistas tenha adotado metáforas políticas oficiais, como as noções de “grande família” e “pai dos pobres”, não consideramos que as correspondências expressam uma adesão acrítica ou simplista aos projetos políticos varguista e peronista.

Ao contrário, apesar das reais identificações ou não com os projetos e os governantes, nas cartas percebemos as múltiplas interpretações e o esforço para conseguirem a proteção dos governantes. Utilizando as tônicas oficiais, os missivistas demonstraram indignação ao retratarem o desamparo, discordaram de algumas propostas dos governos, condicionaram a gratidão e o afeto às atenções aos seus pedidos, cobraram a proteção que os “pais dos pobres” prometeram e denunciaram as injustiças e as contradições locais e nacionais.

No próximo capítulo continuaremos observando a construção e o reforço das relações diretas e pessoais a partir da mobilização da “família”, mas nos concentraremos nas cartas que os missivistas escreveram por se considerarem cidadãos.

SEGUNDO CAPÍTULO: A FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO ESPECIAL DO ESTADO

Este capítulo continua a reflexão sobre a construção ou o reforço da relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e os governantes a partir da mobilização da “família”, buscando a proteção e a justiça dos governantes. Contudo, agora será observado que as pessoas comuns praticamente não evocaram as imagens de “pai-governantes”, especialmente porque em sua argumentação reivindicaram a posição de cidadãos baseados no que entendiam como direitos e deveres da família, que dialogavam com outros como os trabalhistas, sociais e morais.

Para lograr o objetivo, este capítulo tem três partes amplas principais. A primeira trata das questões trabalhistas. Deste modo, reunimos cartas de homens e mulheres, pais e futuros pais de família, que reivindicaram a atenção aos seus pedidos de emprego e denunciaram o descumprimento da legislação trabalhista e das promessas políticas dos governantes por considerarem que os direitos e deveres da família, precediam e ultrapassavam o varguismo e o peronismo, e por estes estarem presentes em documentos oficiais. A segunda aborda outras questões sociais, por isso agrupamos cartas de pais de família que cobraram políticas sociais específicas para os governantes. Finalmente, a terceira apresenta questões morais. Desta maneira, reunimos cartas com pedidos e denúncias relacionadas ao casamento, abandono do lar e pensões que cobraram o cumprimento das políticas voltadas para estes temas

2.1 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e trabalhistas

Em dezembro de 1938, Maria Alice Pinto Lima, de Recife, se dirigiu a Vargas para pedir uma melhor colocação para o marido. Na saudação inicial, ela expressa a sua insatisfação:

Entre as inúmeras cartas que a V. Excia tem sido dirigidas pelo meu esposo, Augusto Lima, algumas há de minha autoria, pois que simultaneamente vivemos implorando a V. Excia a realização de um objetivo que representa a base da nossa subsistência. Esse objetivo é a colocação que recompensa monetariamente o produto do trabalho oferecendo margem à realização dos dificilimos problemas de vida como seja o da manutenção de numerosa prole (..) Mas, apesar de nossos incessantes pedidos, baseados em

verdadeiros relatórios de necessidade, permanecemos sempre na expectativa de uma solução. Posso afirmar que as nossas solicitações são pautadas no art. 124 da Constituição e tem a sua mais plausível e acentuada razão de ser¹⁴¹.

O descontentamento da missivista revela que, muitas vezes, a relação direta e pessoal apresenta falhas. Precisando manter a insistência da escrita, mas reconhecendo que as razões expostas nas cartas anteriores não foram suficientes, Maria Alice reivindica os direitos da família reconhecidos na Constituição de 1937.

O “contato direto” com o governante, expressando o conhecimento de um documento estatal, também ocorreu alguns anos depois, em dezembro de 1946, na Argentina. Lydia Laurancena, de Bahia Blanca, mãe de quatro filhos, escreveu a Perón para oferecer a colaboração do marido no governo:

(...) Conhecedora dos anseios que animam o Sr. Presidente, levada pela minha fé em sua obra progressista e justiceira, em momento de grande depressão espiritual, me permito lembrar o nome e o sobrenome do meu marido, com a esperança de que as amarguras passadas em 1946, não prossigam no ano que se iniciará amanhã (...) Tenho o convencimento de que meu esposo seria um grande colaborador nos problemas do plano quinquenal relativos a Acampamentos Veraneios, Colônias de Férias e qualquer outro assunto educacional, dado seu carinho por esta classe de atividades ao ar livre e sua grande especialização na matéria conquistada em virtude de seus trabalhos de muitos anos (tradução nossa)¹⁴².

A esperança da argentina, amparada na sua identificação política com o presidente, contrasta com a indignação da brasileira. Contudo, Lydia também menciona um documento oficial para amparar o seu pedido: o *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951).

As cartas de Maria Alice e Lydia dialogam, de modo geral, com a redefinição da cidadania no varguismo e no peronismo e, de modo particular, com a concepção governamental sobre família dos dois governos, que foram especificadas em alguns documentos oficiais, como a Constituição de 1937 e o *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951).

¹⁴¹ AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 12.426.

¹⁴² “Conocedora de los anhelos que animan al Sr. Presidente, llevada por mi fe en su obra progresista y justicera, en momento de gran depresión espiritual, me permito hacer recordar el nombre y apellido de mi marido, con la esperanza de que las amarguras pasadas en 1946, no prosigan en el año que se iniciará mañana (...)Tengo el convencimiento de que mi esposo sería un gran colaborador en los problemas del plan quinquenal relativos a Campamentos Veraniegos, Colonias de Vacaciones y cualquier otro asunto educacional, dado su cariño por esta clase de actividades al aire libre y su gran especialización en la materia conquistada en virtud a sus trabajos de muchos años”. Fonte: AGN-ST, caixa 467, processo 778.

Segundo Capelato (2009), a construção da cidadania¹⁴³ em novos moldes foi uma das principais tarefas impostas pela política de massas. Esta esteve amparada na redefinição do conceito de democracia no Brasil e na Argentina. Como mostrou Gomes (2002), ao analisar os artigos da revista *Cultura Política*, os ideólogos do Estado Novo criticaram as formas de governo liberais e as “totalitárias” por abarcarem Estados desumanos que, por razões opostas, estavam distantes das “reais necessidades humanas”. Estes ideólogos propunham que a “nova democracia” deveria ter o ser humano como alvo das suas preocupações e, portanto, o Estado precisava humanizar-se para cumprir com este fim, definido pelo seu espírito e não pelas formas políticas que pudesse assumir. O Estado Novo cumpriria este fim integrando-se à vida popular, oferecendo maior amparo, assistência e dignidade aos brasileiros.

Segundo Gomes (2002), o núcleo da proposta de renovação do Estado encontrava-se no esforço consciente de atribuição de um valor positivo ao trabalho. Na “nova democracia”, o cidadão, agora identificado pelo seu trabalho produtivo, não era mais definido pela posse dos direitos civis e políticos, mas pelos sociais. Portanto, o ideal de democracia moderna preconizada pelo Estado Novo seria o da revalorização do homem nos âmbitos material e simbólico, sendo o “grande sentido” da democracia a promoção do bem-estar e da justiça do povo trabalhador, até então excluído, e não da liberdade. Ou seja, a democracia deveria deixar de ser política para tornar-se social e econômica. O trabalhador brasileiro era o cidadão por excelência da democracia social e o homem da “nova comunidade nacional” (SANTOS, 1979; GOMES, 2002; CAPELATO, 2009).

Ainda que de modo distinto, o Primeiro Peronismo também defendeu um outro modelo de democracia e redefiniu a cidadania em um contexto mais amplo,

¹⁴³ Como ponderou José Murilo de Carvalho (2008), a cidadania é um fenômeno complexo e historicamente definido. T.H.Marshall (1967) apresentou a distinção entre as várias dimensões da cidadania observando como ela se desenvolveu na Inglaterra. A variedade foi desdobrada em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são aqueles identificados como os direitos fundamentais, como a vida, a liberdade e a igualdade perante a lei. Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sua sociedade, como o direito de eleger seus candidatos e ser eleito. Os direitos sociais tratam da participação na “riqueza coletiva”, abarcando o direito à educação, ao trabalho, à saúde, entre outros. O “cidadão pleno” é titular das três dimensões. Carvalho (2008), adaptando para o caso brasileiro, considera que o “ponto de chegada” é a cidadania plena, contudo, os caminhos são distintos e nem sempre seguem a “linha reta”, podendo haver “desvios” e “retrocessos”. Deste modo, é importante observar como cada país desenvolveu seu próprio caminho.

essencialmente social. Segundo James (2013), os ideólogos do peronismo denunciaram a fraude e a corrupção institucionalizadas no sistema político argentino dos anos anteriores, evidenciadas especialmente no período conhecido como “década infame” (1930-1943)¹⁴⁴, criticaram as experiências governamentais existentes que estavam em disputa no mundo e conceberam o justicialismo como uma “terceira concepção” ou “terceira posição”, uma alternativa que atenderia às históricas reivindicações populares por justiça social.

Portanto, os ideólogos defendiam uma democracia que não se limitasse à garantia dos direitos políticos formais, mas que abarcasse também os sociais e os econômicos. Pare eles, a “verdadeira democracia” somente poderia ser atingida se fosse representada por um governo de um povo trabalhador, que enfrentasse com justiça a questão social e proporcionasse o bem-estar e a felicidade para os argentinos. Na democracia social argentina, o trabalhador também seria cidadão com direitos que ultrapassavam os políticos (JAMES, 2013; CAPELATO, 2009).

Nos dois países, a redefinição da cidadania foi constituída com base no reconhecimento dos históricos protestos e nas antigas reivindicações populares contra a exclusão política e as injustiças sociais. Apesar destas demandas terem sido disputadas por partidos e movimentos políticos distintos, Vargas e Perón conseguiram estabelecer os pactos políticos com o povo/trabalhador por algumas razões comuns, ainda que com particularidades e tensões.

Ambos os governantes consideraram os trabalhadores como uma força social, que reivindicava reconhecimento e representação, e se apropriaram de componentes simbólicos das identidades sociais construídas pelos trabalhadores muito antes da sua chegada ao poder, articulando demandas, valores e tradições (GOMES, 2002; JAMES, 2013). Em diversos momentos de

¹⁴⁴ No dia 6 de setembro de 1930, o general José R. Uriburu derrocou o presidente Hipólito Yrigoyen da União Cívica Radical por meio de um golpe civil-militar. O golpe inaugurou um período que durou treze anos, que foi marcado pela fraude eleitoral e que possibilitou que o general Agustín Justo, o radical Roberto Marcelino Ortiz e o conservador Castillo ocupassem a presidência. O período também é conhecido pela ausência da participação popular, pela violência política, pela crescente dependência econômica do país, especialmente da Inglaterra, e pela corrupção. Pelos elementos mencionados, o período passou a ser denominado como “década infame”. Segundo Darío Macor (1995), a expressão foi cunhada pelo jornalista nacionalista José Luis Torres, nos anos 1940, deixando de fora o período uriburista. Desde então, a expressão passou a ser adotada para se referir ao período que separa os anos dos governos radicais dos peronistas.

seus governos, os governantes apresentavam estes componentes simbólicos como seus, inclusive colocando-se como representantes legítimos dos trabalhadores, algo evidenciado nas próprias metáforas políticas oficiais que autoproclamavam Vargas e Perón como os “primeiros trabalhadores” de seus países.

A dimensão simbólica, composta também pela reformulação dos vínculos entre os governantes e os governados, foi combinada com a “material”, como as legislações e políticas trabalhistas e sociais que proporcionaram mudanças significativas nas condições de vida e de trabalho das pessoas comuns. Os pactos políticos forjados, amparados nas dimensões mencionadas, foram reforçados nos dois países ao longo das décadas de 1930 a 1950, com significados e duração muito particulares para as pessoas comuns (JAMES, 2013; GOMES, 2002; FERREIRA, 2011; ACHA e QUIROGA, 2019).

Apesar das semelhanças mencionadas, a justiça social não ocupou a mesma posição nas preocupações dos dois governantes e as mudanças demandaram tempos distintos. Concordamos com Capelato (2009) ao considerar que, no Brasil, os ideólogos estadonovistas ponderavam que era preciso reformar o Estado para atingir a justiça social, por isso a tônica era o trabalho, identificado como a melhor forma de atingir o progresso e o desenvolvimento econômico necessário. Ao contrário, na Argentina, os ideólogos peronistas acreditavam que a justiça social era o elemento prioritário e a melhor forma para atingir a igualdade e os direitos sociais.

Ainda segundo a Capelato (2009), estas diferenças também podem ser compreendidas pelas distintas conjunturas e condições econômicas nos dois países, especialmente porque possibilitaram que na Argentina ocorresse uma melhoria mais significativa das condições de vida dos trabalhadores quando comparada com o Brasil, sobretudo durante o primeiro governo peronista. Portanto, a justiça social correspondia a algo que estava no futuro do Brasil e no presente da Argentina.

A despeito das particularidades, nos dois países, a cidadania era sinônimo de pertencimento, pois significava que o cidadão era parte de uma totalidade econômica, jurídica e moral. O cidadão, como beneficiário de novos direitos e sinônimo de “bom brasileiro” e “bom argentino”, seria protegido pelo Estado. Em troca, ele reconheceria as ações dos governantes, trabalharia pela grandeza dos

países e pela preservação da ordem (GOMES, 2002; CAPELATO, 2009; JAMES, 2013).

As relações entre os cidadãos e o Estado estavam definidas num conjunto de direitos e deveres, mas as obrigações deveriam preceder os direitos. Os direitos e deveres da família, defendidos pelo Estado e mobilizados pelas pessoas comuns, estavam inseridos nestas percepções sobre a democracia social e a redefinição da cidadania, especialmente dos direitos e dos deveres dos nacionais.

Nas décadas de 1930 e 1940, o combate pela moralização dos brasileiros e argentinos é recrudescido, especialmente pela percepção de que o trato da “questão social” exigia uma maior intervenção do Estado na sociedade. Em troca, o Estado demandava a participação controlada dos cidadãos, “bons brasileiros” e “bons argentinos”, trabalhadores e pais de família, na construção do “novo Estado”. Os “bons nacionais” teriam que ser disciplinados e educados de acordo com determinados valores e comportamentos (MARTINS, 2008; COSSE, 2006).

Apesar desta percepção comum, a questão se desenvolveu de modo distinto nos dois países. No Brasil, na década de 1930, houve uma intensa mobilização dos grupos católicos brasileiros¹⁴⁵ que, embora não tivessem apoiado a chamada “Revolução de 1930”, em pouco tempo realizaram uma aliança de conveniência com Vargas por compartilharem a concepção da sociedade organizada pelo alto, dirigida por uma autoridade que fosse capaz de manter a ordem e a hierarquia social. Deste modo, auxiliaram o governante brasileiro na luta contra inimigos comuns, como o comunismo, e os “males da civilização moderna”, como o divórcio e o trabalho feminino fora do lar (SCHARTZMAN, 1981; LEVINE, 2001; MARTINS, 2008; CAPELATO, 2009).

Em 1932, o governo Vargas implementou medidas de proteção à infância e à maternidade que se fundamentavam na defesa do casamento e da família. Apesar da relação com a Igreja, o regime era diverso e enfrentou atritos internos

¹⁴⁵ A Igreja Católica exerceu grande influência no meio político brasileiro entre os anos de 1930 e 1945, conseguindo ampla penetração nos diversos escalões do Estado. No entanto, nem todas as associações apoiavam Vargas, como é o caso da *Liga Eleitoral Católica* nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 no Ceará, momento em que ela se alinhou ao Partido Social Democrático (PSD) (LIMA, 2017). Para maiores informações sobre o tema, ver: Marco Antonio Baldin (2014).

e externos em torno da questão, como nos preparativos da Constituição de 1934, que mobilizou católicos, feministas, políticos conservadores e liberais. O texto final atendeu a boa parte das reivindicações dos católicos, pois definia a família como sendo constituída pelo casamento indissolúvel, estabelecia que o casamento religioso teria efeito civil e que a celebração do casamento civil seria gratuita¹⁴⁶.

Com exceção dos artigos sobre o casamento civil ser gratuito e o religioso ser equivalente ao civil, os artigos da Constituição de 1937¹⁴⁷ reproduziram os que já estavam na carta magna de 1934. Estes artigos definiam os direitos e os deveres atribuídos às famílias. Como deveres, figuravam a procriação, a criação dentro de condições físicas e morais adequadas e a educação da prole. Como direitos, estão a educação e a criação da prole dentro das condições físicas e morais. Caso os pais não conseguissem prover a educação e a criação, eles poderiam recorrer ao Estado, que contribuiria de maneira subsidiária ou principal. Portanto, o Estado era identificado como o grande estimulador das famílias, o regulador dos deveres e o garantidor dos direitos.

O artigo referido na carta de Maria Alice era o nº 124, que garantia a proteção especial do Estado às famílias e a distribuição de compensações na proporção dos seus encargos. Contudo, o texto da carta constitucional não esclarecia de que forma o Estado colaboraria com as famílias humildes, como o tipo e o valor das compensações. Portanto, ela entendeu que um emprego melhor para o marido e/ou para ela seria a forma adequada para o Estado auxiliá-los.

Os pedidos de emprego de Maria Alice para o marido e para si são amparados no descumprimento de um dos direitos e deveres da família- a educação dos filhos- por causa da situação em que se encontram¹⁴⁸. Portanto, o reconhecimento de Maria Alice de “ultrapassar limites culturais” ao escrever para Vargas, por ser homem e governante, ao solicitar um emprego são justificados pelas suas necessidades morais de mãe.

¹⁴⁶ BRASIL. Constituição de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

¹⁴⁷ BRASIL. Constituição de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2020.

¹⁴⁸ AN-GCPR, série Geral, lata 164, processo 12.426.

Durante os anos 1930, as conquistas dos direitos trabalhistas femininos eram entendidas pelos setores mais conservadores da sociedade como um elemento desestabilizador da família, pois as mulheres reduziriam o tempo no lar e, conseqüentemente, o cuidado com o marido e os filhos. O trabalho feminino somente seria interpretado de forma menos negativa quando era motivado por necessidade econômica, como Maria Alice que precisava educar os filhos (OSTOS, 2009). Nestes casos, o trabalho fora do lar era entendido como resignação e digno de proteção¹⁴⁹.

Dois anos depois da carta, em 1941, Maria Alice ainda estava sem resposta. Por isso, o marido, Augusto Lima, escreveu ao Vargas para reiterar como a situação seguia complicada. Ele inicia a missiva comentando que, desde 1937, havia enviado milhares de cartas pleiteando a *“justiça de uma causa olvidada pelo juiz supremo”*. A última resposta negativa que Augusto recebeu de um trabalho no *Instituto de Sal* estimulou o envio desta carta. Mais do que pedir, Augusto quis compreender por que ele não é atendido:

(...) Eu, que tanto me entusiasmo pelo governo de V. Excia, que tanto enalteço tino brilhante que organizou tantas leis de amparo a família, a humanidade, porque me acho tão desamparado? Cada dia que passa melhor compreendo a desigualdade dos destinos terrenos (...) As leis constitucionais, que amparam a uns e salvaguardam os direitos de outrem, me excluem inteiramente de seu capítulo beneficiante! Desde 1937, que me acho desempregado atravessando as maiores dificuldades financeiras para manter a subsistência de numerosa prole. Nenhum amparo, nenhuma facilidade chegou até mim (...) ¹⁵⁰.

¹⁴⁹ A modernização do sistema de gênero atingiu as mulheres de diferentes classes de modos distintos. As mulheres das classes alta e média conseguiram ter acesso, mesmo que restrito, à educação superior. Isto possibilitou que o Brasil tivesse uma minoria de médicas, advogadas, escritoras, artistas, engenheiras e cientistas. Diante do declínio do valor do trabalho doméstico da mulher, das altas taxas de inflação e da crescente necessidade de dinheiro, as famílias urbanas da classe média começaram a encarar de maneira mais favorável o trabalho assalariado feminino, desde que não prejudicasse a reputação das mulheres e não comprometesse a sua feminilidade e a estabilidade da família. Elas atuaram nos setores de administração pública, profissões liberais e comércios de mercadoria (BESSE, 1999; SOIHET, 1997; RAGO, 1997). Nas áreas urbanas, as mulheres operárias trabalharam nas indústrias - têxteis, de vestuários e de alimentos- e nos serviços- domésticos remunerados. Embora no século XIX o emprego das mulheres nestes locais tenha sido aceito como natural e necessário, no século XX, começou a ser identificado como um mal antinatural e necessário, pois colocava em risco a estabilidade familiar e a ordem social e política. Assim, enquanto os homens de sua classe se beneficiavam com a expansão industrial do início do século XX, conseguindo cargos de maior qualificação e remuneração, as mulheres permaneceram segregadas nas indústrias em cargos menos qualificados e mal pagos. Nas áreas rurais, as mulheres se dedicavam à agricultura, especialmente a de subsistência (MELO, 2019; FRACCARO, 2018).

¹⁵⁰ AN- GCPR, série Geral, lata 164, processo 12.426.

Utilizando das noções da família como questão do Estado, propostas pelo discurso oficial e reconhecida pelo missivista, Augusto contestava a sua exclusão do pacto político estadonovista, mesmo apoiando Vargas, e reivindicava seus direitos, pressionando o governante. O trecho revela a distância entre os discursos oficiais e as práticas políticas identificada pelo missivista. Também expressa o deslocamento dos sentimentos de esperança e confiança em Vargas pelos de descrença e frustração com o governante.

Mesmo nos “novos tempos”, algumas das “velhas práticas”, como as leis ampararem e salvaguardarem apenas algumas pessoas e o descaso com os humildes, persistiam. Apesar da decepção, Augusto continua entendendo que a solução do seu problema segue com o governante Vargas. Embora o missivista tenha adotado a narrativa estadonovista e, inclusive manifestado sua identificação com Vargas, na carta podemos observar a ambivalência e a tensão que atravessam o processo da construção ou reforço da relação direta e pessoal entre ele e Vargas.

O desabafo é encerrado com o pedido de emprego onde fosse possível indicando que, provavelmente, o missivista tenha recebido uma carta resposta anterior informando que alguns cargos seriam possíveis mediante concurso público. A carta de Augusto pressionou um retorno do Estado ao pedido de Maria Alice¹⁵¹ dois anos depois. Na resposta negativa, o diretor da secretaria informou que o *Ministério do Trabalho* foi consultado e ponderou que a contratação só seria possível mediante concurso, conforme os decretos-lei 1.713/1939 e 1.909/1939¹⁵². A relação direta e pessoal com Vargas, que amparava os pobres e humildes, é constrangida pela burocracia estatal. A demora da resposta, proposital ou não, possibilitou que a promulgação de decretos, um ano após a carta de Maria Alice, impedissem a sua colocação ou do seu marido.

Estas cartas indicam que a despeito da relação direta e pessoal estabelecida, nem todos os nacionais faziam parte dela. Gomes (2002), tratando do pacto político entre Vargas e os brasileiros, pondera que o contrato de

¹⁵¹ AN- GCPR, série Geral, lata 164, sem número de processo.

¹⁵² Ambos os decretos dispunham sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União e a respeito das escalas de salário dos extranumerários-mensalistas, sobre o pagamento do pessoal extranumerário da União e dá outras providências, respectivamente. Disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1713-28-outubro-1939-411639-publicacaooriginal-1-pe.html>; <http://legis.senado.leg.br/norma/526426/publicacao/15768009>.

fundação do Estado estabelecia uma relação pessoal entre o “chefe da nação”, materializado na “pessoa moral” de Vargas, e todo o povo trabalhador, entendido como uma “pessoa coletiva” e não como uma coleção de indivíduos.

O povo não era todos os nacionais, mas aqueles que se enquadravam no perfil de “bons brasileiros”, como trabalhadores e pais de família, que eram solidários entre si e o “chefe”. Logo, os que não correspondiam às expectativas, como os desempregados, os mendigos e os marginalizados, estavam excluídos do pacto político. Especialmente nas correspondências brasileiras, a exclusão desta parcela da sociedade foi contornada e, em alguns casos, como o de Augusto, contestada pelas pessoas comuns.

Nas cartas, observamos o esforço de alguns missivistas, por meio da descrição pessoal ou da sua situação detalhada, para produzirem as imagens de “verdadeiros” brasileiros que, embora não estivessem empregados, faziam ou deveriam fazer parte do pacto político. Este aspecto pode ser notado nas cartas dos desempregados em que apenas um dos critérios do “ideal” era utilizado: terem ou quererem constituir uma família.

As situações narradas nas cartas contrastam com a propaganda acerca das realizações do governo no âmbito do trabalho que fazia crer que a questão social e o desemprego haviam sido equacionadas no país. Concordamos com Ferreira (2011) quando considera que nestas cartas é possível perceber a revolta e a negação do estado de coisas. Assim, os missivistas, a seu modo, denunciam e desmascaram tudo o que os detentores do poder afirmavam que estava acontecendo.

A desatenção do governante aos pedidos de proteção gerou reações distintas nos missivistas. Muitos insistiram na escrita para cobrá-lo ou denunciar autoridades governamentais que os impediam de acessar o mercado de trabalho e cumprir com seus direitos como pais. A sensação demonstrada pelos missivistas, implicitamente, era a de que a proteção era selecionada, mantendo os padrões anteriores ao governo Vargas. Em outros casos mais incomuns, missivistas irritados e angustiados, como Atipio Oliveira, desempregado e com 10 filhos para sustentar, chegaram a afirmar, de maneira explícita, que “(...) O

*novo regime de 10 de novembro não tem nenhum sentido neste sertão esquecido, como posso provar (...)*¹⁵³.

Como constatou Capelato (2009), nestas cartas ficava evidenciado que algumas lições das cartilhas e da propaganda do Estado Novo, como submissão e obediência à autoridade, não foram aprendidas por alguns brasileiros. Atipio, ao solicitar um emprego como guarda da Coletoria, reconhecia que havia realizado um pedido que ultrapassava os limites, mas justificava: *“bem sei que é emprego do Estado, mas peço a quem pode tudo mandar”*¹⁵⁴. Este trecho revela que o missivista sabia que o cargo solicitado era preenchido com concurso, no entanto, sua responsabilidade moral e seus direitos paternos justificaram os possíveis “abusos cometidos” com a sua solicitação. Além disso, ele demonstra o conhecimento de que alguns “pedidos especiais” do governante poderiam contornar as burocracias.

No encaminhamento interno informava-se que não era possível atender o pedido de emprego de Atipio. Nestes tipos de pedidos é interessante observar como a própria burocracia estatal, que mediava a relação direta e pessoal entre o governante e as pessoas comuns, em diversos momentos, atuava em sentidos opostos. Por um lado, os funcionários dos Ministérios ou da própria Secretaria da Presidência, por diretrizes gerais ou particulares, constrangiam a relação negando as solicitações e informando da impossibilidade. Por outro lado, especialmente em momento posterior à última carta analisada, outros funcionários de Ministérios, como o Ministro Marcondes Filho, a frente do Trabalho a partir de 1942, contornavam a situação e justificavam a demora da resposta de algumas correspondências ou mesmo as desatenções dos pedidos nas suas palestras radiofônicas do “A Hora do Brasil”. Em um dos programas, que tratava da autonomia da Justiça do Trabalho, o Ministro dedicou alguns comentários sobre as cartas que chegavam explicando:

(...) Quantas vezes, numa carta que chega de longe, de um ponto distante de nosso imenso território, vem um pedido justo, uma reclamação bem fundada, uma pergunta que envolve interesse imediato. Mas, depois de percorrer longas estradas em busca do Ministério, ao ser aberta, não pode ter uma solução imediata, porque o seu assunto é da competência de outro órgão da administração. No entanto, organiza-se um processo, opinam os técnicos, solicitam-se informações, e de torna da viagem, segue a resposta esclarecedora, com a orientação necessária.

¹⁵³ AN- GCPR, série Geral, lata 145, processo 8113.

¹⁵⁴ Idem.

Não há tempo perdido em trâmites inúteis, mas, muitas vezes, tem de ser dada a resposta por via telegráfica, porque os assuntos tratados envolvem questões de direito, e há nas leis prazos que são fatais, cujo vencimento tornaria impossível o atendimento de uma pretensão que era justa, impediria o conhecimento de um recurso que restabeleceria uma situação merecedora de amparo (...)

(...) Quero, entretanto, ressaltar que, por causa das distâncias, no andamento de um processo, até ser informado, despachado e respondido, poder-se-ia verificar o vencimento de um prazo, a decadência de um direito, com prejuízo imenso e insanável para um trabalhador enfermo ou inválido e para os seus beneficiários (MARCONDES FILHO, 2002, p.149).

O trecho destacado demonstra o esforço do Ministro em endossar algumas imagens sobre o governo, como aquele que se preocupa com as questões e reivindicações trabalhistas e sociais com eficiência, atenção, cuidado e preocupação, em geral, e em manter a relação direta e pessoal com as pessoas comuns, em particular.

Nas correspondências argentinas analisadas não identificamos cartas dos excluídos da relação direta e pessoal, como os desempregados e os marginalizados, cobrando o governante. No entanto, como mencionamos no primeiro capítulo, algumas missivistas atuaram como mediadoras destas pessoas, especialmente pedindo a atenção do “pai-presidente”.

A respeito dos que estavam incluídos na relação direta e pessoal argentina, notamos que eles também utilizaram as suas percepções sobre os direitos e deveres da família para fazerem suas reivindicações, que dialogavam com a concepção proposta pelo Estado. Perón começou a implementar as políticas para a família, em especial para as mulheres e as crianças, em 1943, quando assumiu o cargo de Secretário de Trabalho e Previdência no governo autointitulado da “Revolução de Junho”. Ao assumir a presidência, em 1946, o núcleo familiar se tornou o eixo de várias políticas redistributivas peronistas, do salário familiar até as políticas de moradia (GAGGERO, GARRO, 2009; TORRE, PASTORIZA, 2002).

Em 24 de fevereiro de 1947, Perón proclamou os “*Direitos dos Trabalhadores*”. No mês seguinte, os direitos foram formalizados no decreto nº 4.685 a fim de orientar as ações dos indivíduos e dos poderes públicos e para equilibrar as forças concorrentes da economia. No preâmbulo do decreto, os direitos derivados do trabalho seriam equiparados aos naturais, portanto, eram considerados inalienáveis e imprescritíveis da personalidade humana. Dentre os

dez direitos figurava o da proteção à família como um direito natural do indivíduo, sendo que todo o empenho para gerar o seu bem-estar deveria ser estimulado pela comunidade como um meio para melhorar o gênero humano e consolidar os princípios espirituais e morais que constituem a “essência da convivência social”¹⁵⁵.

Tal como a Constituição brasileira, a argentina, promulgada em 1949, compreendia a família como núcleo primário e fundamental da sociedade e estabelecia os direitos e deveres bem similares ao que expusemos para o caso brasileiro. Na Constituição argentina de 1949, a família figurava nos direitos fundamentais intitulados “*Derechos do trabajador, da familia, dos ancianos, da educação e da cultura*”. Como o próprio título revela, a proteção especial da família estaria associada aos preceitos educacionais e culturais preconizados pelo Estado¹⁵⁶, o que evidenciava o deslocamento da proteção da família pelo indivíduo para o Estado.

Como deveres, figuraram a constituição familiar, bem como a sua defesa e o cumprimento de seus fins, o que interpretamos como a geração de filhos. Como direitos, o Estado protegeria o casamento, garantiria a igualdade jurídica, o bem familiar e a assistência à mãe e às crianças. A família também apareceu, de forma implícita, quando o texto constitucional tratou de bem-estar do trabalhador. Na Constituição argentina também não ficou esclarecido de que forma o Estado atuaria enquanto garantidor de todos esses direitos.

A família também figurou no *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951), que demarcou as bases econômicas do país. Nele, ficava evidenciado que o crescimento econômico era indissociável do populacional. Também se estabeleceu a necessidade de incrementar a natalidade por meio de “estímulos”, como equiparação do casamento religioso com o civil nos centros rurais afastados das casas de registro civil, dos empréstimos para o casamento, da implantação do salário familiar e da preferência aos casados para a entrega de casas econômicas construídas pelo Estado (PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, 1946).

¹⁵⁵ Os outros direitos eram o de trabalhar, de uma retribuição justa, de capacitação, de condições dignas de trabalho, de preservação da saúde, de segurança social, de melhoramento econômico e de defesa aos direitos profissionais. Fonte: *La Nación Argentina Justa, Libre y Soberana*. Buenos Aires: Control de Estado de la Presidencia de la Nación/ Editorial Peuser, 1950.

¹⁵⁶ *Constitución de 1949*, p.30-31.

Os enunciados da Constituição argentina de 1949 e do *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951) são resultado de discussões e debates entre os católicos e outros setores da sociedade argentina. Os documentos mencionados refletiam a influência da Igreja Católica nas definições governamentais sobre a família nesta etapa inicial do governo. Susana Bianchi (1997; 1999), ao estudar a relação entre a Igreja Católica e o Estado durante o Primeiro Peronismo, considera que a possibilidade de aliança, iniciada no autoproclamado governo da “Revolução de Junho” em 1943 e continuada nos anos iniciais do peronista, decorreu de uma coincidência dos seus projetos de sociedade¹⁵⁷.

A doutrina social da Igreja e o peronismo reconheciam a realidade dos conflitos sociais, mas propunham a sua superação através da “conciliação de classes” onde o Estado tinha um papel central como ordenador e mediador. O peronismo também compartilhava com a Igreja Católica o mesmo inimigo, o “comunismo”, e uma concepção de família tradicional conformada pelo casamento, pelos filhos e pelas divisões dos papéis dos seus membros. Apesar da coincidência de projetos entre a Igreja Católica e Perón, a distribuição dos papéis do Estado e da Igreja, a forma como estes seriam desenvolvidos e o lugar que o peronismo desejava ocupar na sociedade geraram uma tensão e um desgaste na relação ao longo dos dois governos de Perón¹⁵⁸.

Retomando a carta de Lydia, tal como as missivas dos brasileiros, ela também se identificava com as concepções e, posteriormente, com os direitos e deveres das famílias, que precediam e ultrapassavam o peronismo. A diferença está na forma de instrumentalizar estas ideias, possibilitada também pelas circunstâncias. Diferentemente de Maria Alice, ao invés de realizar um “pedido de emprego” para o marido, Lydia aproveitou o Plano Quinquenal para enviar uma “sugestão de colaboração” para o Estado, invertendo a lógica de quem seria beneficiado.

¹⁵⁷ Embora a Pastoral Coletiva do Episcopado tenha recordado aos fiéis da importância de não votar em partidos políticos ou frentes populares que fossem contra as leis da igreja, como a *União Democrática*, e tenha apoiado indiretamente a candidatura de Perón, a relação com o governante foi marcada por diversas divergências, tensões e conflitos.

¹⁵⁸ Entre os desentendimentos, figuram: conceder os direitos de previdência social do falecido companheiro as “concubinas” (1946); a alteração dos termos utilizados para designar os filhos naturais no Código Civil – de filhos adulterinos e incestuosos para filhos naturais- e na lei de equiparação de filhos legítimos e ilegítimos (1954).

A tentativa de equiparação das ajudas não oculta as reais necessidades da família, pois Lydia menciona, mais de uma vez, como o salário do marido é insuficiente. No entanto, diferentemente do Brasil, a indicação de seu marido era edificada com detalhes pessoais e técnicos, que sustentariam o argumento de que ele poderia auxiliar por ter carinho e experiência no que faz. Além disso, a missivista também demonstrava um conhecimento sobre o Plano, inclusive sugerindo a área específica da sua colaboração.

A ocupação do marido nas tarefas oficiais contribuiria para o “novo país” e para a resolução das injustiças que ele vivia apesar de ser um trabalhador honesto. Assim como no Brasil, na Argentina, a intervenção do presidente proporcionaria a conformação de um “novo lar” com quatro crianças argentinas¹⁵⁹. Lydia recebeu uma resposta do governo em janeiro, onde informaram que a *Secretaria Técnica da Presidência* estudaria o caso e retornaria o contato. Pela vagueza da resposta e urgência da situação, em fevereiro de 1947, a missivista voltou a escrever ao presidente.

Na saudação ela já se colocava como grata pela resposta, pois semeou a esperança no coração de mãe argentina que confia “*plenamente no sucesso do trabalho humano com tanto entusiasmo e espiritualidade que foi abraçado*” pelo governante na “nova Argentina”. No entanto, ela pressiona o presidente para obter algo mais concreto, que auxiliasse na luta cotidiana das necessidades do lar. Caso a resposta não chegasse, ela já justificava a sua insistência e o “novo atrevimento”: a obrigação dos cuidados do lar e seu coração de mãe dolorida¹⁶⁰.

Apesar das particularidades mencionadas, Maria Alice e Lydia compreendem que seus direitos e deveres como mães precedem o varguismo e o peronismo. No entanto, elas cobram os governantes por garantirem a “proteção especial às famílias” em suas mensagens políticas e em documentos governamentais. Ambas encerram as cartas indicando que suas lealdades seriam conquistadas pela atenção aos seus pedidos subvertendo também a “recíproca automática” sugerida pelos regimes.

Não encontramos a segunda resposta oficial do governo para a carta de Lydia. Contudo, tal como no Brasil, é possível observamos que a desatenção do

¹⁵⁹ AGN-GCPR, caixa 467, processo 778.

¹⁶⁰ AGN- GCPR, caixa 467, sem número de processo.

presidente Perón aos pedidos de proteção também foi contestada de diversas maneiras. A grande diferença nas manifestações de insatisfação é que os argentinos evocaram mais a identificação política com Perón do que os brasileiros com Vargas.

2.1.1 Dos pais-cidadãos para os governantes: a cobrança dos cumprimentos das promessas políticas e a constituição das culturas políticas

Refletindo sobre as relações estabelecidas entre os trabalhadores e Perón, mais especificamente acerca da legitimidade do governante, Sigal (2008) considera que na base desta relação figurava a crença, que também pode ser entendida como uma espécie de pacto, que envolvia ambas as partes e seria constituído por “dons e contra dons”, em uma rede de mútuo reconhecimento. Segundo a autora, sob esta perspectiva, o peronismo foi constituído como uma promessa, que além de escutar e considerar os excluídos, realizaria uma ação, tornaria a sociedade socialmente mais justa, transformando uma realidade e modificando o futuro.

Para que isso ocorresse, Perón pedia o apoio popular em troca da realização da justiça social. Ao assumir o governo, a promessa foi combinada e alimentada com o compromisso de cumpri-la. Esta associação entre a promessa e o compromisso pode ser observada nas metáforas oficiais, e nas cartas das pessoas comuns, que cobravam especialmente o cumprimento daquelas que modificariam o seu cotidiano. Nelas, os missivistas mencionavam a sua participação popular em alguns momentos-chave da trajetória política de Perón ou em seu governo, como nas mobilizações do 17 de outubro, nas eleições de 1946 e na colaboração dos Planos Quinquenais.

Os tons das cobranças e das insatisfações com as desatenções do presidente variaram ao longo dos dois governos de Perón, fruto também dos distintos tempos das construções das relações diretas das pessoas comuns com o governante. Nestas correspondências, muitos missivistas marcaram a diferença com os demais argentinos ponderando que suas relações e lealdades com Perón eram mais antigas. Estas diferenças foram explicitadas sobretudo nas cartas do segundo governo peronista (1952-1955) em que adotaram

expressões como “*Primeiros descamisados*” e “*peronistas da primeira hora*”. Tais expressões foram reforçadas com as descrições das histórias comuns que aproximavam as vidas do presidente e dos missivistas. Nestes casos, as noções de proteção e de justiça eram associadas à “*gratidão*” que o presidente deveria ter ao povo argentino, que esteve presente nos momentos em que ele precisou.

Entre estas cartas figura a de Andrés Mott, que escreve de Buenos Aires, em 1946. Andrés dirige-se ao presidente para pedir justiça em nome de diversas famílias, moradores há 90 anos de uma ilha, que foram desapropriadas pelo governo da província de Entre Rios. O que chama a atenção é que, antes de relatar o caso, o missivista pondera que esgotou todos os recursos, mas também demarca o diferencial político destas famílias:

(...) Temos ajudado com todo o coração posto que somos numerosos irmãos para a campanha bem justa a sua digna candidatura, explicando a nossa maneira a numerosos islenhos, o benefício que teria a república, dirigida por V. E por cujo motivo todos os islenhos, com todo gosto contribuíram com seu voto bem honrado, posto que fazia muito que não faziam, viajando grandes distâncias para cumprir com seu dever, de cidadão que ama a sua pátria (...) ¹⁶¹.

A observação do missivista indica a cobrança da “*troca de ajuda*” direta destas famílias, mesmo que isso implicasse num sacrifício de Perón como elas fizeram ao saírem para votar. A carta também revela como muitos peronistas, ao longo dos anos, reconheceram a sua importância para as conquistas políticas individuais de Perón, em particular, e dos êxitos do seu governo, em geral ¹⁶².

Esta cobrança, que figurou em outras cartas analisadas, contém dois elementos comuns: as diversas percepções sobre as identificações e os significados do peronismo para as pessoas comuns; e a importância da

¹⁶¹ “*Hemos ayudado con todo corazón puesto que somos numerosos hermanos para la campaña bien justa a su digna candidactura, explicando a nuestra manera a numerosos isleños, el beneficio que tendria la republica, manejada por V.E por cuyo motivo todos los isleños, con todo gusto contribuyeron con su voto bien honrado, puesto que hacia mucho que no lo hacian, viajando grandes distancias para cumplir con su deber, de ciudadano que ama a su patria (...)*”. Fonte: AGN-ST, caixa 468, processo 169/46.

¹⁶² Este reconhecimento popular também foi identificado por outros autores como James (2004). O historiador publicou um livro com uma longa entrevista com Dona María Roldán, fervorosa peronista e ativista sindical de Berisso durante os governos de Perón. Ao ser questionada sobre os acontecimentos de 17 de outubro de 1945, Dona María descreve a mobilização e a participação dos trabalhadores de Berisso e encerra sua fala ponderando: “ (...) *Eu penso que Perón sem o apoio do povo não haveria sido Perón. Comecemos pelo 17 de outubro: se no dia 17 de outubro não estivéssemos na Praça de Maio e todo o povo na rua, Perón teria que voltar a prisão, e não sei se teriam matado ou não, porque a vida de Perón estava em um fio, porque as Forças Armadas se deram conta de que o povo argentino estava com Perón, que havia uma maioria. Não era um presente. Não, ninguém deu nada aqui. Tudo fez o povo (...)*” (JAMES, 2004, p. 70).

participação popular, nas suas mais variadas formas, para a conformação, desenvolvimento e sobrevivência do peronismo como uma das culturas políticas¹⁶³ argentinas.

Apesar de ser um conceito polissêmico, Rodrigo Patto Sá Motta (2013), adotando uma perspectiva culturalista, pondera que a cultura política pode ser compreendida como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas¹⁶⁴ que são partilhadas por um grupo de pessoas. Trata-se, portanto, de reconhecer que as ações humanas são fruto de apreensões racionais de interesses e/ou de aceitação de ideias e projetos coerentes, mas que também são influenciadas por valores, paixões e sentimentos. Estes são mobilizados para as variadas construções das identidades coletivas, das leituras comuns do passado, da edificação de mitos e heróis exemplares, de inimigos comuns e na produção de projetos políticos futuros compartilhados.

A cultura política pode ser utilizada para pensar em conjuntos nacionais, como cultura política argentina, ou em conjuntos políticos mais específicos, como a cultura política peronista. Esta é fruto de uma co-constituição entre Perón/ peronismo e peronistas, desenvolvida e modificada ao longo do tempo, que permitiu que as pessoas comuns se apropriassem de elementos existentes nas suas culturas e vivências inserindo-os na nova experiência política da qual participavam.

A co-constituição possibilitou o reconhecimento de aspirações e interesses comuns entre os envolvidos, tendo como base a reivindicação e o reconhecimento da realização da justiça social nos mais variados âmbitos. A

¹⁶³ Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2013) e Eliana Dutra (2002), na academia, o conceito e categoria “cultura política” foi desenvolvida pelas ciências sociais norte-americanas durante as décadas de 1950 e 1960, em estreita conexão com as teorias de desenvolvimento e modernização em voga no período. Entre os principais teóricos deste primeiro momento figuram Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), que procuraram demonstrar que democracias estáveis demandavam cidadãos com valores e orientações políticas internalizadas, isto é, com uma cultura política que mobilizasse crenças, sentimentos e tradições. A tipologia criada pelos autores para enquadrar as diferentes culturas políticas foi muito criticada, especialmente por hierarquizar as diferentes culturas políticas. A “cultura política” foi apropriada pelos historiadores, especialmente os franceses como Sergei Bernstein (1988), nas décadas de 1980 e 1990, marcadas pelo “retorno do político”, inscrita sobretudo na renovação dos estudos de História Política. Estes historiadores adotam o conceito e a categoria mostrando a importância da cultura para as ações e as decisões políticas, demarcando a pluralidade e as potencialidades das culturas políticas excluindo os elementos funcionalistas da formulação original. No Brasil há contribuições significativas de historiadores para a reflexão como Motta (2009; 2013), Dutra (2002) e Gomes (2002).

¹⁶⁴ Com um sentido amplo abarcando ideologia, linguagem, memória, imaginários sociais e iconografia.

cultura política peronista era composta por símbolos (*escudito*), rituais festivos (como o 17 de outubro ou a “dia da lealdade popular”), hinos (como a Marcha Peronista e a Evita Capitana), heróis e mártires (como San Martín, Perón e Evita), doutrina (peronista ou justicialista), escola (Escola Superior Peronista), inimigos comuns (como os vende pátrias e os anti-pátrias) e projetos políticos futuros (sintetizados nos princípios do justicialismo “soberania política, independência econômica e justiça social”), que foram construídos e amplamente utilizados ao longo dos dois governos de Perón e que serão aprofundados nas próximas páginas desta tese. O peronismo também produziu um vocabulário próprio composto por expressões criadas e utilizadas ao longo do tempo, algumas incluídas nas “20 verdades peronistas”, como *“para um peronista não pode haver nada melhor que outro peronista”*.

A despeito de ter estes elementos comuns, o peronismo, assim como qualquer cultura política, deve ser compreendido considerando sua pluralidade e dinamismo, que podem ser observados na diversidade de sentidos, significações e apropriações da cultura política pelas pessoas comuns, de acordo com seus interesses e experiências. As variações podem ser notadas nas cartas das diferentes regiões do país e nas que foram escritas durante o primeiro e o segundo governo, diferenças que foram demarcadas em expressões como “velhos” e “novos” peronistas, isto é, os que acreditavam que haviam incorporado e seguido os valores da cultura política peronista e os seus “aproveitadores”. Ao longo dos anos, especialmente após o golpe de 1955, esta diversidade de apropriações e usos do peronismo foi acentuada.

Ainda que com menos intensidade quando comparado com a Argentina, no Brasil também é possível observar a co-constituição de uma cultura política durante o Estado Novo, que foi denominada por Angela de Castro Gomes (2002) como trabalhista. Algumas correspondências brasileiras permitem que ela seja observada, especialmente nas cobranças políticas, de modo similar ao que vimos na Argentina, como na de Lauro de Paiva, que escreveu para o Vargas em março de 1939:

Solicito-vos permissão para dirigir-vos o presente o que o faço, aliás, sob o mais rigoroso sigilo, não obstante terdes declarado através do microfone Nacional de que o povo brasileiro não necessita mais de intermediários para dirigir-se ao chefe de Governo.

Em primeiro lugar, devo dizer-vos que desde o início da propaganda da vossa candidatura a Presidência da República, que me tornei fervoroso simpatizante pelo vosso Governo.

Todavia, muito me entristecia ao ver que logo após a Revolução de 30, se infestava pelo Brasil afora a propaganda de doutrinas repugnantes aos costumes brasileiros. Nessa ocasião tive o ímpeto de comunicar-vos colocando-me a vossa inteira disposição para a salvação da minha pátria e de seu eminente chefe - V.Excia – porém aguardava eu o momento em que vos pronunciásseis a respeito.

Enfim, com a proclamação do Estado Novo no Brasil, o meu coração de brasileiro encheu-se do mais ardente patriotismo e confiança no poder de V. Excia, que tão sabidamente vem dirigindo os destinos de minha pátria querida¹⁶⁵.

O missivista mobiliza elementos da retórica oficial para produzir imagens de identificação, apoio e lealdade ao Vargas para manifestar seu interesse em ser aviador. A carta também possibilita que observemos um dos elementos centrais da cultura política trabalhista que estava sendo forjada: o personalismo, que pode ser notado de maneira mais explícita no início da carta.

Concordamos com Motta (2013), ao considerar que as culturas políticas de projetos específicos dialogam com as nacionais, inclusive incorporando alguns de seus elementos. Para o historiador, entre os traços da cultura política brasileira estão a conciliação e flexibilidade e o personalismo. Estes traços podem ser observados no trabalhismo forjado nos anos 1930 e 1940, sobretudo o personalismo, já que esta cultura política nasceu vinculada ao getulismo, pois tinha como figura central Getúlio Vargas, identificado como o responsável pela defesa e pelas conquistas dos direitos trabalhistas¹⁶⁶.

Assim como na Argentina, a cultura política trabalhista teve como base as lutas, vivências e reivindicações históricas dos trabalhadores e demais pessoas comuns por melhores condições de vida e de trabalho, que foram reconhecidas e apropriadas por Getúlio Vargas a partir dos anos 1930. Gomes (2002) também destaca como elementos do trabalhismo o nacionalismo, o intervencionismo e o corporativismo do Estado. Ainda que com contornos menos definidos e menos elementos que o peronismo, o trabalhismo também era composto por rituais (como o Primeiro de Maio e o 10 de novembro), heróis e mártires (como Vargas), inimigos comuns (como os representantes do “velho Brasil”) e projetos políticos

¹⁶⁵ AN-CGPR, série Guerra, lata 197, processo 7.020.

¹⁶⁶ As relações entre o trabalhismo e o getulismo nos anos iniciais do Partido Trabalhista Brasileiro foram analisadas por D’Araújo e Gomes (1987).

futuros comuns, que foram elaborados e amplamente evocados ao longo dos anos 1940 e serão detalhados ao longo deste trabalho.

Apesar destes elementos comuns, o trabalhismo também contém uma pluralidade e dinamismo que podem ser identificadas nas diversas apropriações pelas pessoas comuns durante o Estado Novo. Estas podem ser evidenciadas nas cartas dos diversos locais do país e nas variadas identificações e relações com o governante, mas principalmente nas suas transformações no final do regime e nos anos subsequentes¹⁶⁷.

A despeito dos dois regimes terem co-constituído culturas políticas, há grandes diferenças entre elas, algo que poderá ser refletido em estudos futuros. Nesta tese, o interesse é aprofundar a análise sobre a constituição e o reforço da relação direta entre as pessoas comuns e os governantes a fim de contribuir para uma reflexão mais ampla sobre estes fenômenos e culturas políticas complexas e contraditórias, em plena disputa com outras culturas políticas no Brasil e na Argentina entre as décadas de 1930 e 1950.

2.1.2 Dos cidadãos-pais para os governantes: a proteção pelos direitos trabalhistas e familiares

Os direitos e deveres da família também foram mobilizados nas denúncias dos descumprimentos da legislação trabalhista e nas reivindicações por melhores condições de trabalho. Nestes casos, os missivistas mencionavam as consequências dos descumprimentos da legislação nas suas vidas, amparados nos respectivos papéis ideais atribuídos como homens e mulheres, pais ou futuros pais de família.

Em fins de novembro de 1937, do Rio de Janeiro, Amelia Marques Monteiro de Barros escreveu para o presidente Vargas a fim de expor as condições de trabalho das telefonistas da *Companhia Telephonica Brasileira* e pedir o amparo do governante. Amelia inicia a carta explicitando sua identificação com o projeto político varguista:

Aproveito esta auspiciosa phase que o Brasil atravessa, sob o governo generoso e enérgico de V. Excia, que, permita que o diga: apareceu no momento próprio, em virtude dos acontecimentos e em consequencia das necessidades sociaes.

¹⁶⁷ Para maiores informações, ver: Jorge Ferreira (2005), Michelle Macedo (2013) e Marylu Oliveira (2016).

E assim, eu, a signatária da presente, pela voz de milhares de telefonistas, que, infelizmente não puderam assignar um memorial dirigido a V. Excia, por proibições de seus chefes, sob a ameaça de despedida do emprego, o que, diga-se em verdade, fazem, atualmente uma campanha surda contra o governo de V. Excia e, por isto, eu faço para apresentar-vos os meus maiores votos com a ajuda de Deus, para um governo de V. Excia tão feliz quanto tem sido a vossa generosidade e dentro de um Brasil mais respeitado. Outrossim, peço-vos, respeitosamente, permissão para expor os factos que se passam com as milhares de telephonistas da Cia Telephonica Brasileira, jovens brasileiras que serão as mães de amanhã dos brasileiros do futuro. Estas pobres coitadas que, depois de 10, 20 ou mais anos de serviço recebem um ordenado que não ultrapassa de 300\$000! ¹⁶⁸.

O que chama a atenção ao longo da carta é a forma como Amelia produziu sua autoimagem, colocando-se como a “voz de milhares de telefonistas”, representando-as, mas usando a terceira pessoa do plural para se referir à estas mulheres. Este deslocamento enunciativo pode ser interpretado como alguém que quer se colocar como testemunha de tais situações, possibilitando o descomprometimento com os comentários e as opiniões expostas.

As diversas manifestações de apoio à causa política e as adoções das metáforas estadonovistas permitem que a missivista se coloque como uma admiradora de Vargas que reconhece que todos os brasileiros têm um papel a exercer e que podem contribuir no “novo país”. No seu caso, a colaboração seria por meio da manifestação da dupla preocupação: com o impedimento dos chefes para as telefonistas estabelecerem uma relação direta e pessoal com Vargas e com o impacto do desrespeito da legislação trabalhista para as “mães de amanhã”.

A narrativa revela a continuidade das “velhas práticas”, como os abusos dos patrões e a distância entre a legislação promulgada e a efetividade delas no Brasil, mesmo na capital federal:

As vossas leis trabalhistas, para ellas, têm, em parte, um sentido mythológico! – senão, vejamos: o descanso semanal, que foi o primeiro marco notório da legislação do trabalho, nem sempre se dá no intervalo dos oito dias da semana que a lei estipula, mas às vezes: após 12 dias de trabalho consecutivos! Quanto aos feriados: só tem direito ao feriado aquelas que trabalham 3 feriados consecutivos. As férias até há, jovens vezes, não como manda a lei, mas como elas entendem (naturalmente, permita-me o parenthesis, o desconhecimento dessas leis não deve ser por falta de bons advogados...), pois que só davam 15 dias consecutivos (inclusive os Domingos) ¹⁶⁹.

¹⁶⁸ AN- GCPR, série Trabalho, lata 124, processo 00729.

¹⁶⁹ AN- GCPR, série Trabalho, lata 124, processo 00729.

A missivista demonstra o conhecimento dos direitos das telefonistas previstos na lei, como no decreto nº 21.417 de 1932, que regulamentou as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais¹⁷⁰. No Estado Novo, especialmente entre 1938 e 1940, o governo estabeleceu novos decretos que deram margem à distinção de salários entre os sexos, sendo o das mulheres mais baixo¹⁷¹.

O trecho destacado revela a distância entre a proposta das leis trabalhistas, sua aplicação e fiscalização. A adoção do pronome possessivo “vossas” no início do trecho indica a suposta concordância da missivista pela identificação de Vargas como o “doador das leis trabalhistas”. No entanto, este pronome também pode indicar que as leis ficaram restritas a Vargas e ao âmbito do poder Executivo, pois não estavam sendo respeitadas pelos chefes da Companhia Telefônica. Isto também auxilia a compreensão na identificação das leis como “mitológicas”, ou seja, algo que não faz parte da realidade das telefonistas¹⁷². Portanto, ao contrário do que se divulgava amplamente nas mensagens oficiais, o Estado Novo não melhorou a vida de todos os brasileiros.

A minuciosa descrição manifestava, de maneira sutil, a impunidade dos chefes e médicos e, conseqüentemente, a ineficiência do governo para garantir o cumprimento dos direitos destas mulheres. Apesar do indicativo, a menção ao

¹⁷⁰ Este dispôs sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, os tipos e horários de trabalho femininos permitidos (com algumas exceções, mas proibido das 22 às 5 horas), concessão do direito à licença maternidade de doze semanas; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a dois descansos diários de meia hora, ao longo de seis meses depois do parto; e direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural. Decreto nº 21.417 de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. *Coleção de Leis do Brasil* 1932, p. 260, v. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 mar. 2020.

¹⁷¹ O decreto-lei nº 9.542, de agosto de 1940, dispôs sobre a redução do salário-mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências. Este previa uma exceção à igualdade salarial mencionada, pois o segundo artigo estabelecia: “Para os trabalhadores adultos do sexo feminino, o salário-mínimo, respeitada a igualdade com o que vigorar no local, para o trabalhador adulto do sexo masculino, poderá ser reduzido em 10% (dez por cento), quando forem, no estabelecimento, observadas as condições de higiene estatuídas por lei para o trabalho de mulheres”. Decreto-Lei n. 2548, de 31 de agosto de 1940. Faculta a redução do salário-mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 set. 1940, p. 16911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2548-31-agosto-1940-412576-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

¹⁷² As irregularidades da aplicação e os limites da fiscalização da legislação trabalhista, nas diferentes categorias e regiões, foram identificadas por John French (2001) ao tratar da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

discurso dos chefes da Companhia e dos médicos mostrava também a importância de Vargas para solucionar a situação destas trabalhadoras. Nas palavras de Amelia:

Estes factos, que tomei a liberdade de expor poderiam ter sido tratados por um sindicato – se as telephonistas tivessem um sindicato. E, se apesar disto, alguma telefonista pretende entrar para o sindicato da Light -ai della! – a Companhia persegui-la-a!
Ao terminar peço, respeitosamente, licença para uma pequena divagação: Será possível que o Brasil espere dessas jovens futuras mães dos seus filhos? Como V. Excia sabe, em qualquer ser da natureza, só são suscetíveis de produzir bons frutos, as mães sadias!¹⁷³.

No trecho final da carta, a missivista, em aparente justificativa da escrita para o governante, realiza uma crítica sutil ao governo e à empresa a respeito da cidadania limitada destas trabalhadoras, que as impediam de reivindicar seus direitos sem terem que apelar ao chefe de Estado. A contestação da missivista coincidia com as de diversos trabalhadores que, desde meados dos anos 1930, discordaram com a forma que o governo procurava controlar a sua organização, especialmente interferindo nos sindicatos e retirando sua liberdade de organização e de luta por direitos¹⁷⁴.

Como o respeito aos direitos poderia ser insuficiente para que Vargas tomasse uma atitude, a missivista reforça a cobrança com uma indagação onde mobiliza as consequências destes desrespeitos, como a debilitação do corpo feminino, que colocariam em risco o dever e a função das mulheres no “engrandecimento da pátria”. Os prováveis efeitos mobilizados demonstram a estratégia da missivista em se apropriar das concepções sobre a mulher, que circulavam na sociedade e dialogavam com as do Estado Novo¹⁷⁵.

¹⁷³ AN- GCPR, série Trabalho, lata 124, processo 00729.

¹⁷⁴ Entre 1930 e 1935 houve uma forte oposição dos trabalhadores ao controle da classe almejado pelo governo, especialmente por meio do Ministério do Trabalho, que implementou medidas como decidir os sindicatos que seriam legalizados, obrigar que as atas de reuniões sindicais fossem remetidas ao órgão e enviar uma pessoa para vigiar os encontros dos trabalhadores. Diversas manifestações e greves foram reprimidas, sindicatos sofreram intervenções e foram destruídos mesmo antes da Lei de Segurança Nacional, sancionada em abril de 1935 e conhecida pelos trabalhadores como “Lei Monstro”. As contestações e as repressões foram denunciadas pela “bancada proletária” da Câmara dos Deputados durante o Governo Constitucional. Para maiores informações, ver: Mourelle (2015; 2017), Gomes (1980) e Batalha (2013).

¹⁷⁵ Alguns anos depois da carta de Amelia, em uma das palestras radiofônicas de Marcondes Filho no programa “A Hora do Brasil”, o então Ministro do Trabalho se dirigiu à operária, companheira do trabalhador e senhora do lar reforçando a perspectiva estatal sobre a questão. O ministro inicia lembrando que “o termo proletariado, cuja etimologia tem origem de prole e significa classe que tem muitos filhos- constitui uma consagração à esposa, assinala a glória da

A indagação de Amelia expressa as tensões que existiam entre as idealizações dos papéis e funções sociais atribuídos historicamente às mulheres (mãe, esposa e filha) e as suas reivindicações para que os direitos fossem conquistados, mantidos ou até mesmo estendidos. Para terem seus direitos garantidos, as mulheres enfrentaram diversos desafios e críticas, inclusive de seus familiares.

Apesar de todas as dificuldades e do desejo estatal das mulheres serem mantidas como “dependentes” dos homens ou do Estado, como sujeitos passivos de direitos, as cartas revelam como muitas delas contestaram os papéis que lhe foram atribuídos, inclusive subvertendo-os, e reivindicaram seus direitos, mesmo que acionando as metáforas políticas estadonovistas. Mais do que simples manipulação e adesão estatal, o que observamos é uma forma de participação política popular, algo que também foi identificado por Joel Wolfe (1993; 1994) ao estudar as cartas dos trabalhadores em São Paulo para Vargas durante as décadas de 1930 e 1950.

Os homens brasileiros também denunciaram o descumprimento da legislação trabalhista reivindicando seus direitos como pais e trabalhadores. Nelson Torres e outros ex-empregados da *Fábrica de Móveis Germano Fehr* escreveram para Vargas em julho de 1941:

Sempre vimos, em V. Excia, um defensor da classe operária e, confiantes nesse título, por inteiro justo, é que ousamos apresentar a nossa queixa (...). Sábado último, sob pretextos vários que vinham sendo preparados cuidadosamente, porquê irreais, fomos obrigados a assinar a desistência do serviço, mediante o pagamento de 50% sobre os anos de trabalho (...).

Dizemos obrigados porquê fomos colocados diante de um dilema: ou aceitaríamos a proposta ou receber-se-ia a Fábrica, com 4 horas de trabalho e abatimento de 20% do ordenado. Somos, querido presidente, pais de família numerosa e somente o prenúncio dos dias

maternidade e a continuidade da vida nacional” (MARCONDES FILHO, 2002, p.52). Para o Ministro, a mulher operária era digna dos cuidados do Estado não porque trabalhava como os homens, mas porque era mais frágil e “*porque é da classe operária que advém o maior número de cidadãos*” (MARCONDES FILHO, 2002, p.51). O Ministro recorda que antes da legislação trabalhista, as mulheres não tinham direitos e eram “mal dormidas, sem nutrição sadia e vencidas pelo cansaço”, por isso, os filhos “nasciam raquíticos” (MARCONDES FILHO, 2002, p.52). A argumentação da palestra, que desconsiderava as lutas históricas das mulheres, revelava que a nova “legislação protetora” garantia que as mulheres poderiam exercer seu “dever primordial”: a maternidade. Portanto, o trânsito entre os espaços públicos e privados deveria ocorrer sem comprometer os “afazeres domésticos e a função reprodutora”. Com base nestas concepções, o Estado proibiu o trabalho noturno e as atividades consideradas insalubres ou perigosas restringindo o campo de trabalho feminino e estabelecendo uma reserva de mercado aos homens, que apelavam pela restrição do emprego feminino para que não ocupassem as vagas que deveriam pertencer aos “chefes de família” (OSTOS, 2009).

sombrios, nesta sombria fase do mundo, é que nos levou a contragosto, a aceitar tão irrisória soma (...) (...) Esta carta não é um pedido baseado em argumentos fictícios; é um grito de justiça levantado até o plano onde se encontra. V. Excia, cheio de fé e pleno de convicção de que o nosso caso deve ser novamente estudado. Eis porque aqui estamos e temos certeza que V.Excia será nosso protetor, evitando carnavailhas malignas que procuram destruir, por atos de injustiça, a mais bela criação do Estado Novo e o maior título de orgulho do nosso querido Brasil: o amparo do homem que trabalha!¹⁷⁶.

De forma mais resumida que Amelia, Nelson apresenta a injustiça vivenciada expondo a fragilidade da retórica da conciliação e colaboração de classes e reivindicando a proteção de Vargas em troca de seu apoio. Assim como Amelia, o missivista mobiliza as metáforas políticas estadonovistas para expressar a identificação com os preceitos dos direitos trabalhistas mencionados por Vargas e manifestar o repúdio daqueles que eram considerados como “maus brasileiros”.

A conexão entre as cartas mencionadas está na argumentação pela garantia do cumprimento dos direitos familiares, abarcando um coletivo: diversos trabalhadores e pais de família, no presente ou no futuro. Nelson também identifica que a resolução da sua questão está com Vargas, por ter prometido e por estar garantido na Constituição. Contudo, ele finaliza a carta amparando-se nos direitos trabalhistas, promulgados sobretudo durante as décadas de 1930 e 1940, demonstrando o seu conhecimento sobre a legislação vigente¹⁷⁷, mas também expressando que, para ele, tais direitos eram complementares e até mesmo indissociáveis dos familiares.

¹⁷⁶ AN- GCPR, série Trabalho, lata 281, processo 21.045.

¹⁷⁷ Entre a legislação trabalhista do período, destacamos: Decreto nº 19.808, de 28 de março de 1931, que estabelece novas modalidades para a concessão de férias; Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que instituiu a Carteira profissional; Decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932, referente ao horário de trabalho do comércio; Decreto nº 21.364, de 4 de maio de 1932, referente ao horário de trabalho da indústria; Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, referente à regulamentação do trabalho da mulher; Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932, referente ao trabalho de menores; Decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932, referente à criação de Comissões Mistas de Conciliação; Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, que cria as Juntas de Conciliação e de Julgamento; Decreto nº 21.761, de 23 de agosto de 1932, que instituiu as Convenções Coletivas de Trabalho; Decreto nº 23.103, de 19 de agosto de 1933, referente à nova Lei de Férias dos comerciários; e o Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934, referente à nova Lei de Férias do operariado. Quase a totalidade das leis mencionadas foram reunidas e sistematizadas em 1943 na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Com exceção do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, todos os decretos específicos ao meio rural foram criados no fim do governo, como: o de nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, de extensão de sindicalização ao campo; o de nº 18.809 de 5 de junho de 1945, tratando da cobertura de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária; e o de nº 7.916 de 30 de agosto de 1945, proposta de distribuição de terras (LAGO, 2015).

Para Wolfe (1994), Vargas respondia ao descontentamento e às denúncias do descumprimento da legislação trabalhista decretando aumentos de salários por categoria, como ocorreu com os trabalhadores têxteis no início de 1942, e o congelamento de preços de alguns alimentos no ano seguinte. Contudo, estas “respostas gerais” não ocorreram em todas as categorias, sendo difusas e até mesmo constrangidas no caso daquelas que foram identificadas como de “interesse nacional”, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que o Estado Novo convocou todos os trabalhadores para a “batalha da produção”¹⁷⁸, sendo eles os seus principais soldados no *front* interno do conflito¹⁷⁹.

Como ponderou Roney Cytrynowicz (2002a), a participação do Brasil na guerra possibilitou que o governo militarizasse as relações de produção permitindo a superexploração dos trabalhadores mesmo em setores que aumentariam a acumulação do capital, pois seriam beneficiados com crédito e taxa de câmbio favorável aos exportadores¹⁸⁰. Em parte das cartas analisadas,

¹⁷⁸ Durante a Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores também foram mobilizados para a “Batalha da Borracha” na Amazônia, sobretudo a partir de 1942, momento em que estima-se que entre 32 e 55 mil trabalhadores foram recrutados pelo governo federal para extrair borracha de seringueiras no interior da Amazônia, que passaram a ser identificados no discurso oficial como “soldados da borracha”. Para implementar o aumento da produção, em setembro de 1942, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S.E.M.T.A) a fim de recrutar trabalhadores nordestinos, sobretudo aqueles que migraram do interior para Fortaleza devido à grande seca de 1941-1942, que tinham que encontrar um modo de sobreviver à fome e à seca. Para maiores informações, ver: María Verónica Secreto (2007a; 2007b; 2007c) e Cytrynowicz (2002a).

¹⁷⁹ Em setembro de 1942, após a declaração do “estado de guerra”, a Coordenação da Mobilização Econômica foi criada e anunciava que ficavam mobilizados, à serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, independente da origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação, incluindo o trabalho humano. A indústria têxtil foi uma das que foram declaradas como de interesse nacional e militar, que deveriam ter os direitos trabalhistas suspensos em “prol do Brasil” (CYTRYNOWICZ, 2002a).

¹⁸⁰ A guerra permitiu a supressão do limite legal de questões que incomodavam os empregadores. Entre as leis mais citadas no período que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial figuram: decreto-lei 4.639, de agosto de 1942, que autorizou que as empresas de serviço público ou que interessassem à produção e à defesa nacional, que a jornada de trabalho fosse estendida para dez horas; decreto-lei 4.637, de agosto de 1942, que definia que poderiam ser realizadas assembleias ou reuniões de conselhos e representantes sob autorização do Ministério do Trabalho, sendo que os trabalhadores não poderiam se filiar a nenhum movimento cívico sem autorização; decreto-lei 4.868, de outubro de 1942, que autorizou o adiamento das férias dos trabalhadores ou facultou às empresas pagá-los em dinheiro nas atividades consideradas essenciais à segurança nacional; decreto-lei 5.516, de maio de 1943, proibia a assistência ou orientação cívica ou social de trabalhadores por qualquer entidade de pessoa física ou jurídica; decreto-lei 5.821, de setembro de 1943, que estipulava que os dissídios somente poderiam ser suscitados pelos sindicatos que congregassem mais de metade dos trabalhadores da categoria e se a maioria deliberasse, com prévia autorização do Ministro do Trabalho; decreto-lei 6.361, de março de 1944, que alterava as distribuições dos artigos 239 e 241 da Consolidação das Leis de Trabalho, modificando os limites da jornada de trabalho, do descanso semanal e da hora

esta superexploração pelos empregadores foi amplamente contestada e denunciada por homens e mulheres, que reivindicavam o cumprimento de seus direitos como trabalhadores.

Algumas das cartas enviadas para Vargas com estas insatisfações, especialmente no fim da guerra, em 1944, passaram a ser publicadas por alguns jornais, como o *Correio Paulistano*, que aproveitaram do descontentamento dos trabalhadores para realizar críticas sutis ao governo. Em matéria intitulada “*Operários paulistas reclamam contra o alto custo de vida*”, de 7 de outubro de 1944, o jornal apresentava o “excelente memorial que reflete o estado de ânimo da classe trabalhadora”. Em seguida, trechos da carta, assinada por dezoito sindicatos, para o governante foram reproduzidos.

Nela, reclamava-se tanto da carestia de vida quanto dos direitos trabalhistas¹⁸¹. O diferencial com as cartas com reivindicações do mesmo estilo analisadas é que nestas os trabalhadores utilizaram das metáforas políticas oficiais a respeito do seu papel dentro do conflito para discordar da situação que se encontravam e manifestar o (re)conhecimento da sua importância e dos seus direitos como “soldados da produção”, que cooperavam com os do front externo e garantiam a sobrevivência do país. Portanto, durante o período final do conflito mundial, os direitos trabalhistas, ainda que muitas vezes alinhados aos familiares, foram mais evocados.

Na Argentina, os direitos e deveres como pais também estimularam a comunicação direta com o presidente para garantir o cumprimento da legislação trabalhista. No entanto, nas cartas dos homens as reivindicações do acesso à terra, como fonte de trabalho, figuraram mais do que as dos direitos trabalhistas nas fábricas. As denúncias de injustiça pelo descumprimento dos direitos trabalhistas foram enviadas por mulheres, como mediadoras de seus maridos.

extra; decreto-lei 6.688, também identificado como lei de Mobilização Industrial, de julho de 1944, que suspendeu os direitos trabalhistas dos setores identificados como de defesa nacional, como a indústria têxtil, possibilitando o aumento das jornadas de trabalho, suspensão de férias e de pagamentos de horas extras e autorizando o trabalho noturno das mulheres (CYTRYNOWICZ, 2002a; GOMES, 2002).

¹⁸¹ “(...) o trabalhador se equipara ao soldado mobilizado, que combate nos campos de batalha. Assim como o soldado tem a prioridade exigida pela sua própria condição de defensor da pátria, o trabalhador que fornece ao nosso combatente os instrumentos de sua atividade, deve ter direitos semelhantes. Não é justo que os sacrifícios exigidos pelo esforço de guerra recaiam somente numa parte da população que é a dos trabalhadores menos favorecidos pela fortuna”. Fonte: *Correio Paulistano*, 7/10/1944, p. 12-13 (edição digital 27.165).

Maria A.Z de Brayado escreveu em abril de 1950, pedindo a mediação de Perón para uma questão:

(...) Lhe faço chegar minha petição de argentina e de mãe por todas as suas bondades e brilhante mensagem que dirigiu no sábado aos trabalhadores do campo.

Animada por suas palavras e com toda a esperança posta em seu espírito justiceiro, me dirijo ao Senhor e com toda a esperança posta em seu espírito justiceiro, me dirijo ao Senhor para que por sua intermediação fique solucionado o problema das demissões de centos de recebedores de grãos entre eles meu marido que em agosto faria dois anos que, com muitos companheiros, foi despedido da Companhia Exportadora “La Plata Cereal” (...) está a espera de alguma solução, pois temos filhos (...) Eu que sou a mãe e a que deve administrar minha casa posso garantir-lhe quantos sofrimentos e sobressaltos passamos em outras épocas com o trabalho quando não tínhamos a sorte de garantias de justiça de hoje (...) (tradução nossa)¹⁸².

Maria apelava ao presidente como mulher e mãe argentina, mas reivindicando o cumprimento das promessas do discurso de Perón para os trabalhadores do campo e dos direitos que estavam garantidos por lei, como no *Estatuto do Peão*¹⁸³.

Assim como as cartas de brasileiros, com denúncias de descumprimento da lei, a missiva de Maria expunha a fragilidade da conciliação de classes na Argentina peronista¹⁸⁴. Ela também procura demonstrar como os direitos trabalhistas do marido eram indissociáveis dos direitos da família. Maria expressa a associação em diversos momentos, mas principalmente quando trata dos efeitos da demissão para os lares de diversos argentinos.

As imagens da representante de diversas famílias argentinas foram combinadas com as de ânimo e esperança no governo peronista que, por ser dirigido por Perón, o “justiceiro”, possibilitaria que a justiça fosse feita,

¹⁸² “Le hago llegar mi petición de argentina y de madre por todas sus bondades y el brillante mensaje que dirigió el sábado a los trabajadores del campo.

Animada por sus palabras y con toda la esperanza puesta en su espíritu justicero, me dirijo a Ud para que por su intermedio quede solucionado el problema de desocupación en que han quedado cientos de recibidores de granos entre ellos mi esposo que en agosto haria dos años que, con muchos compañeros, fue despedido de la Compañía Exportadora “La Plata Cereal” (...) está a la espera de alguna solución, pues tenemos hijos (...) Yo que soy la madre y la que debe administrar mi casa puedo garantizarle cuantos sufrimientos y sobressaltos hemos pasado en otras épocas con el trabajo cuando no teníamos la suerte de garantias y justicias de hoy (...)”. Fonte: AGN-ST, caixa 679, sem número de processo.

¹⁸³ Promulgado em 1944, o Estatuto estabelecia aos trabalhadores rurais direitos como salário-mínimo, férias pagas pelo patrão, assistência social e médica, condições de alojamento digno e alimentação e estabilidade no emprego (ROMERO, 2019).

¹⁸⁴ Em diversos momentos do regime peronista (1945-1955), os trabalhadores manifestaram suas insatisfações com os empregadores ou mesmo com os funcionários do regime, em forma de protestos e de greves. Para maiores informações, ver: Louise Doyon (1977), Gustavo Contreras e José Marcilese (2014).

evidenciando a perspectiva do peronismo como promessa mencionada anteriormente. Para Maria, a justiça seria possibilitada pela contratação do marido em uma empresa que pagasse salários fixos. A carta é encerrada endossando a gratidão e lealdade da família peronista ao Perón, reforçando que, além do marido atender os critérios de “bom argentino”, ainda tinha uma identificação política.

As cartas de mulheres reivindicando o cumprimento da legislação trabalhista¹⁸⁵ e pedindo trabalho para seus familiares foi bem recorrente. Segundo Girbal-Blacha (2011), isto pode ser entendido porque as mulheres acionavam a posição de cidadãs, mas sem abandonar a de mães de família, responsáveis pelos trabalhos que culturalmente se associavam a sua condição de gênero, como a casa, a família e os filhos.

As mulheres conquistaram alguns direitos trabalhistas antes mesmo do peronismo¹⁸⁶. No entanto, em alguns locais as más condições de trabalho e as desigualdades salariais persistiam, sendo objeto de denúncias para a primeira-dama Eva Perón. Para o presidente, identificamos cartas com projetos que deveriam melhorar as condições de trabalho das mulheres.

Elsa Leal Rocha escreveu para Perón, em julho de 1946, de Buenos Aires, para apresentar um projeto de capacitação do trabalho doméstico. A missivista se identificava como uma profissional de saúde pública que considerava que poderia contribuir para as melhorias da classe trabalhadora no plano de governo pela sua experiência com as “mulheres do povo”, que pertenciam em sua maioria ao serviço doméstico¹⁸⁷.

Na descrição inicial do projeto, Elsa ponderava que a única forma de liberar o indivíduo da sua situação seria torná-lo apto para a luta. Apesar de

¹⁸⁵ Quando Perón entrou em cena nacional, os trabalhadores já tinham logrado alguns direitos como a lei do descanso dominical de 1905, dos acidentes de trabalho de 1915 e das jornadas de oito horas de 1929. Entre as leis trabalhistas aprovadas ou reformuladas nos anos 1940 figuravam: 13º salário; fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo, o regime de trabalho de menores; a cobrança de salários nos feriados; férias anuais remuneradas para todos os trabalhadores; criação do *Instituto Nacional de Previdência Social*; criação da *Administração Nacional da Moradia* para os trabalhadores; aprovação do regime legal das *Associações Profissionais*, que regulamentava o funcionamento dos sindicatos (LAGO, 2015).

¹⁸⁶ Nos anos 1930, a Caixa de Maternidade, que previa o respeito aos direitos das mulheres durante a gravidez, e um espaço para as crianças nas empresas com mais de cinquenta mulheres foram aprovadas. Além disso, a demissão de mulheres grávidas foi proibida. Para maiores informações, ver: Lobato (2007) e Barrancos (2012).

¹⁸⁷ AGN-ST, caixa 599, processo 256/46.

manifestar intenções favoráveis as trabalhadoras na carta e no início do projeto, nos detalhes percebemos que a missivista estava mais preocupada em como os seus e os filhos das mulheres da sua classe seriam cuidados do que com as trabalhadoras em si¹⁸⁸.

No plano de Elsa, para serem contratadas, as trabalhadoras teriam que apresentar os certificados de identidade, de conduta, de saúde e de idoneidade para seus patrões. Elsa detalha a explicação de cada um destes certificados, onde pode-se vislumbrar a real preocupação da missivista:

CERTIFICADO DE SAÚDE (...) Não é suficiente que o médico simplesmente olhe a examinada. Há que considerar que o pessoal de serviço em geral, possui um grau de cultura muito deficiente e portanto, é inescrupuloso por ignorância; que dito pessoal vive em nossas casas em comum com toda a família; que passam por suas mãos nossas roupas; que preparam nossos alimentos e que cuidam de nossos filhos. Como então não estar seguros de que não padecem de nenhuma enfermidade contagiosa? É preferível, sob todo ponto de vista, “prevenir que curar” (tradução nossa)¹⁸⁹.

A missiva expressa as distinções estabelecidas entre a missivista e as trabalhadoras domésticas, demarcando a sua suposta superioridade. A preocupação com o contato direto com as famílias também foi evidenciada na proposta do programa do curso para obterem o certificado de idoneidade. Nele constam as disciplinas de teoria, prática, higiene, primeiros socorros, ética e moral e religião. Na explicação das últimas disciplinas, reiterava-se a importância das mulheres serem “*sãs de corpo e de alma*”, especialmente por frequentarem outros lares. Portanto, a carta expressa as percepções e apropriações das pessoas comuns que não são das classes populares

Acha (2013b), ao estudar as representações e as experiências das trabalhadoras domésticas na Argentina peronista, pondera que elas foram o núcleo do que a linguagem antipopular, classista, racista e sexista da época

¹⁸⁸ A carta de Elsa foi incluída nessa análise para que fosse possível ponderar que homens e mulheres, brasileiros e argentinos, de variadas classes populares, mobilizaram a identificação de pessoas comuns e instrumentalizaram as concepções de família para construir ou reforçarem a relação direta e pessoal com os governantes e expressarem seus anseios e visões de mundo.

¹⁸⁹ “CERTIFICADO DE SALUD (...) No es suficiente que el medico simplemente mire a la examinada. Hay que tener en cuenta que el personal de servicio por lo general, posee un grado de cultura muy deficiente y por lo tanto, es inescrupuloso por ignorancia; que dicho personal vive en nuestras casas en común con toda la familia; que pasan por sus manos nuestras ropas; que preparan nuestros alimentos y que cuida nuestros hijos. ¿Como entonces no estar seguros de que no padecen de ninguna enfermedad contagiosa? Es preferible, bajo todo punto de vista, “prevenir que curar”. Fonte: *Idem*.

denominou de “cabecitas negras”¹⁹⁰. Para o historiador argentino, as imagens que circulavam destas trabalhadoras as retratavam como incultas, ladras e traiçoeiras, além de revelarem os preconceitos classistas e étnico-raciais, expressavam as tensões de classe.

Tais tensões foram maquiadas pelas crenças da proteção patriarcal ou matriarcal dos patrões sobre as empregadas que eram identificadas por parte deles como ignorantes e ingênuas. A despeito da maquiagem, a carta expressa uma percepção comum da época sobre a moralidade destas trabalhadoras não corresponder ao que era imaginado pelos patrões, por isso deveriam ser disciplinadas para não “desvirtuar” o lar com seus costumes e práticas culturais e sociais (ACHA, 2013b).

Estas identificações de ignorância e ingenuidade compunham a complexa e, por vezes antagônica, relação entre as trabalhadoras e as patroas. As imagens de ignorância ficaram evidenciadas em diversos momentos da carta, como nas justificativas da proposta “(...)seria ao mesmo tempo, um passo até o melhor controle da moral de seus costumes e sem que significa rigidez da lei¹⁹¹”, e no “estímulo a poupança”, que obrigaria as trabalhadoras a depositarem um valor mensal na *Caixa Nacional de Poupança Postal*.

Elsa também revela em sua missiva como algumas mulheres procuraram reforçar as imagens ideais do gênero feminino, assim como as distintas funções que elas ocuparam, conforme a sua classe social e grau de instrução formal¹⁹². A percepção de Elsa sobre as trabalhadoras domésticas e a sua proposta coincidiam com as percepções sobre o trabalho feminino fora do lar pelos setores conservadores e pelo próprio governo na Argentina peronista¹⁹³, que inclusive

¹⁹⁰ Para maiores informações, ver: Alejandro Grimson (2017).

¹⁹¹ AGN-ST, caixa 599, processo 256/46.

¹⁹² As mulheres que viviam nas zonas urbanas e tinham baixo grau de educação formal trabalharam mais no setor industrial (tabacos, confecção, têxtil, papel, borracha e produtos químicos), de serviços (serviço doméstico) e comercial enquanto as que tiveram maior acesso à educação formal trabalharam na área de serviços como funcionárias públicas, telefonistas, professoras e enfermeiras. Alguns trabalhos não foram identificados no Censo de 1947, como o das costureiras que exerciam suas atividades em casa. Nas áreas rurais, elas se dedicaram ao setor agropecuário (algodão, vinho, granjas, entre outros) (CENSO, 1947; LOBATO, 2007; BARRANCOS, 2012).

¹⁹³ Apesar de ter tido um papel importante na luta pelos direitos femininos e representação política das mulheres na Argentina peronista, Evita não se considerava feminista e ponderou, em alguns momentos, que a mulher deveria ter direitos, mas não poderia “abandonar o lar” por eles. Entre os momentos que tratou do tema figura a sua autobiografia *A Razão da Minha Vida*. Na parte dedicada às “mulheres e sua missão”, mais especificamente no capítulo L, intitulado “O lugar ou a fábrica”, a primeira-dama expõe a sua percepção sobre o trabalho fora do lar: “Todos

se aproximavam do que foi mencionado acerca do tema no Brasil estadonovista. O disciplinamento proposto pelo governo peronista esteve mais evidenciado nas lições de civilidade e contenção empreendidas nos Lares de Trânsito (Hogares de Tránsito) e Lar da Empregada (Hogar de la Empleada)¹⁹⁴, subordinados à *Fundação Eva Perón*, e nas reformas sociais implementadas.

Com a mudança da conjuntura internacional e a crise econômica doméstica, a partir de 1950, o governo peronista propôs que os argentinos comessem a poupar e produzir mais, assim como consumir menos. As mulheres foram convocadas pelo governo a converterem-se em promotoras desta missão, já que elas eram o centro familiar e cuidavam da economia doméstica, podendo auxiliar na redução do consumo da casa.

De acordo com Girbal-Blacha (2006), esta é uma das razões primordiais da costura domiciliária ter sido considerada uma atividade de trabalho para a dona de casa, estimulada pelo Estado. Ainda segundo a historiadora, para o governo peronista, este trabalho poderia até redimir a mulher já que conseguiria conciliar com suas “funções naturais” no seio familiar. Sustentado nestas concepções, sobretudo a partir dos anos 1950, o *Banco Industrial da República* concedeu créditos de fomento industrial para as fábricas de máquinas de tecer

os dias milhares de mulheres abandonam o campo feminino e começam a viver como homens. Trabalham quase como eles. Preferem, como eles, a rua a casa. Não se resignam a ser nem mães, nem esposas. Substituem o homem em todas as partes. Isso é “feminismo”? Eu penso que deve ser mais masculinização do nosso sexo (...). Todos os males argentinos seguem em pé e ainda aparecem outros novos. Cadi dia é maior o número de mulheres jovens convencidas de que o pior negócio para elas é formar um lar. E no entanto para isso nascemos. Ali está nosso mais grave problema. Nos sentimos nascidas para o lar e o lar nos resulta demasiada carga para nossos ombros. Renunciamos ao lar então...saímos nas ruas em busca de uma solução...sentimos que a solução é independizarmo-nos economicamente e trabalhamos em qualquer parte...mas esse trabalho nos iguala aos homens e...não! não somos como eles...eles podem viver sozinhos...nós não..sentimos necessidade de companhia, de uma companhia total...sentimos a necessidade de darmos mais que de receber. Não podemos trabalhar nada mais que para ganhar um salário como os homens! (...) E cada dia o mundo necessitada em realidade mais lares e, para isso, mais mulheres dispostas a cumprir bem seu destino e sua missão. Por isso o primeiro objetivo de um movimento feminino que queira fazer bem a mulher...que não aspire a transformá-las em homens, deve ser o lar” (PERÓN, 1951, p. 200-201).

¹⁹⁴ Segundo Girbal-Blacha (2006), nestas reformas se revalorizava o doméstico e o social através de um discurso que promovia a “indústria doméstica”. Em 1949, ao inaugurar o “*Lugar da Empregada*”, Eva Perón destacou a possibilidade que as moradoras tinham de aprender a costurar como uma opção de ganhar dignamente o seu sustento. Endossando esta concepção, alguns anos mais tarde, o governo peronista implementou uma linha de créditos oficiais, com juros baixos e longo prazo de pagamento, para que as mulheres pudessem comprar máquinas de costurar ou utensílios domésticos que sustentassem o trabalho feminino dentro do lar, como um complemento à melhora material da família trabalhadora argentina.

e para as mulheres que exerciam estes trabalhos, como costureiras, modistas e confeccionistas¹⁹⁵.

Neste tópico observamos as maneiras particulares que os missivistas mobilizaram as consequências dos descumprimentos da legislação trabalhista para buscarem a proteção dos governantes. Nele conseguimos notar as diversas motivações que endossam como a constituição ou reforço da relação direta e pessoal ocorreu de modo muito particular e em tempos distintos nos dois países, nem sempre visando o “bem-estar coletivo”. No próximo tópico a discussão continuará, mas com enfoque em outros direitos sociais.

2.2 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e sociais

Especialmente a partir de 1939, parte dos missivistas brasileiros reivindicou um auxílio governamental para as famílias numerosas. As ponderações sobre a adoção do abono familiar circulavam nos distintos setores da sociedade, inclusive eram publicadas nos jornais brasileiros mesmo antes do Estado Novo. Apesar das particularidades dos objetivos das ponderações, evidenciava-se a defesa do abono familiar em prol da justiça social e do crescimento demográfico¹⁹⁶.

Na Constituição de 1937, o artigo nº 127 previa que os “pais miseráveis” tinham o direito de invocar o auxílio e a proteção do Estado para a subsistência e a educação, mas não especificava a maneira. A fim de intervir mais diretamente na questão da família, dois anos depois, em 1939, é criada a

¹⁹⁵ O estímulo teve repercussão entre as mulheres, que passaram a escrever para Perón solicitando máquinas de costurar, como Angela Corral, representando o *Sindicato Operário Alfaiates, Costureiras e Afins Filial F.O.N.I.V.A.*, que se dirigia de La Pampa, em dezembro de 1951. Ela apresentava um projeto de oficina de costura, que congregaria mulheres e homens que desejassem desenvolver a atividade. A missivista procurava o apoio do presidente pedindo um empréstimo para comprar as máquinas e justificando que, com isso, além de garantirem o sustento da casa, também haveria um barateamento das roupas para os trabalhadores. Fonte: AGN-ST, caixa 668, processo 10.620.

¹⁹⁶ No primeiro semestre de 1937, jornais como *A Noite* e *Correio Paulistano* publicaram notícias sobre o abono familiar, referentes aos deputados classistas e ao Congresso da Seção Católica, onde sua implementação era defendida. Em maio de 1937, o memorial da Ação Católica a respeito do tema, enviado ao Getúlio Vargas, foi publicado na íntegra pelo *A noite*. Ver: *A noite*, edição digital nº 9117, p.3; *Correio Paulistano*, edição digital nº 24.797, p.5; *A noite*, edição digital nº 13.039.

famílias mais numerosas seriam compostas por oito ou mais filhos, brasileiros, de até dezoito anos de idade ou incapazes de trabalhar, vivendo na companhia dos pais ou de quem os tinha sob a guarda²⁰⁰. As famílias teriam alguns benefícios como a redução do pagamento nas escolas, dos impostos, a preferência nas disputas e na promoção dos cargos públicos²⁰¹ e o acesso prioritário e gratuito aos clubes recreativos que estivessem em dívida com o Estado.

Os empregados públicos ativos com filho receberiam um abono familiar por criança (federal, estadual, municipal e militar)²⁰². Para que as famílias tivessem acesso ao que foi mencionado, precisariam comprovar, anualmente, a educação física, intelectual e moral dos filhos, inclusive respeitando a orientação religiosa paterna. Por este decreto, os solteiros, viúvos e casados sem filhos maiores de 25 anos pagariam um adicional de imposto de até 15 por cento. Os casados com apenas um filho, maiores de 45 anos, também pagariam um adicional de imposto.

O decreto foi amplamente divulgado nos jornais brasileiros, de diversos estados, especialmente a partir de 1941, com uma intensificação de publicação entre os anos 1942 e 1943. Nos jornais, a propaganda da concessão dos abonos familiares era realizada utilizando notícias com modelos variados. Quando tratavam das pessoas que conseguiram, esses anúncios adotavam discursos indiretos ou diretos sobre elas. No primeiro caso, os jornais publicavam notas em que figuravam a procedência da pessoa, assim como breves menções de suas identificações, como nomes, cargos e números de filhos. Os jornais também divulgavam os encaminhamentos internos de alguns Ministros responsáveis pela

²⁰⁰ Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-norma-atualizada-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-norma-3200-19-abril-1941-413239-norma-atualizada-pe.html). Acesso em 22 fev. 2020.

²⁰¹ O decreto foi modificado pelo de nº 3.284, que buscou precisar as vantagens que foram concedidas aos funcionários públicos de prole numerosa. No novo decreto, teria preferência, em igualdade de condições: os candidatos casados ou viúvos que tiver o maior número de filhos; o candidato casado; e o candidato solteiro que tiver filhos reconhecidos. Este último item foi objeto de novas discussões e comentários, que envolveu os funcionários governamentais, grupos católicos e a sociedade. O decreto-lei nº 9.816, de julho de 1942, regulamentava a concessão do abono. Disponíveis em: Decreto-lei 3284/41; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-9816-2-julho-1942-457287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 2 set. 2020.

²⁰² Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-norma-atualizada-pe.html>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

avaliação do pedido, especialmente do Marcondes Filho, em que aprovava a concessão do abono e enviava a carta-resposta para as famílias. Em outros casos, incluíam as fotos das famílias que receberam os auxílios:

Figura 2 - Famílias numerosas que receberam o abono familiar em Minas Gerais e no Rio de Janeiro em 1943

Fonte: *A manhã*, edições digitais nº 11.316 (à esquerda), página 1, e 637 (à direita), página 1.

Algumas destas notícias mencionavam a concessão do abono familiar em mãos, sendo a entrega realizada por autoridades governamentais, como os interventores e o próprio governante. Estas notícias não apenas explicitavam a relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e o governo, que era fortalecida nestes momentos, como também personalizavam os “benefícios concedidos” ao Vargas.

Nos discursos diretos, isto é, adotando a suposta “voz” das pessoas que o receberam, figuraram as cópias das cartas e dos telegramas em agradecimento pelo abono para Vargas, entrevistas e depoimentos. Apesar das particularidades, as notícias reproduziam os imaginários políticos sobre Vargas como alguém benevolente, generoso e popular por escutar os anseios do povo. Estes eram endossados pelas “falas das pessoas comuns”, como no caso de Antônio Joaquim da Costa, servente do Conselho Nacional do Trabalho, que concedeu uma entrevista ao jornal *A Manhã*.

Na entrevista, Antônio agradece profunda e sinceramente ao governante pela “*preocupação constante de promover o bem estar de todos os brasileiros*”, cumprindo “*uma das mais nobres promessas da Constituição de 1937*”. Em

seguida, elogia os funcionários responsáveis pelo encaminhamento do requerimento e demonstra a sua surpresa na rápida concretização do benefício, especialmente num momento que exigia dos brasileiros “*dedicações e sacrifícios dos quais todos devemos compartilhar*”. Ele encerra a entrevista ponderando que isso demonstra que a “bondade extrema do presidente não tem limites”, que está “aumentando a prole” e que deseja que o governante seja padrinho do seu décimo primeiro filho²⁰³.

O depoimento, que explicitava o apoio político e a identificação pessoal com Vargas, além dos imaginários políticos mencionados, reproduzia outras imagens como as de gratidão e de união nacional, especialmente durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que exigia a atuação dos “bons brasileiros” nos *fronts* externo e interno. No interno, além da “batalha da produção”, adiciona-se o aumento da prole como uma forma de colaborar com o Brasil por meio do crescimento demográfico.

Estas notícias sobre os abonos familiares distribuídos por todo o país contrastavam com aquelas acerca das consequências da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Além de promover a propaganda e as imagens de apoio ao regime, os jornais também esclareceram detalhes dos decretos, como para quem era o auxílio e como conseguiu-lo. Palestras radiofônicas do Marcondes Filho, informes do Departamento de Imprensa e Propaganda e formulários para a concessão foram difundidos nos jornais²⁰⁴. No jornal *A Manhã*, a coluna “Faça a sua Consulta” também atendeu ao propósito publicando a resposta aos leitores sobre uma dúvida acerca do abono.

²⁰³ *A manhã*, 19/12/1942, edição digital nº 420, p.6.

²⁰⁴ Apesar da colaboração das autoridades governamentais, muitas vezes, as imagens das famílias felizes recebendo os abonos nos jornais contrastavam com as das famílias tristes com as respostas negativas da burocracia estatal. Virginia Teles de Albuquerque escreve do Amazonas, em agosto de 1942, para solicitar o auxílio para as famílias numerosas, considerada por ela como “*justa lei, de amparo, a família brasileira; que eu entre todos julgará como a mais digna do amparo do Estado*”. Em seguida, esclarece que é natural do Acre, tem 28 anos e é viúva de um operário que morreu trabalhando, deixando nove filhos menores que agora estão perecendo de fome. Pela situação que se encontrava, ela resolveu mudar para Manaus a fim de conseguir uma ajuda oficial. Como não conseguiu, ela pede ajuda para Vargas, que tem “bom coração”, além de uma família. A despeito do pedido, Virginia não foi atendida porque o marido não era funcionário público (estadual ou municipal), ativo ou inativo. Apesar de não se adequar, na carta resposta foi sugerido a ela acompanhar a extensão do abono para famílias que não eram de funcionários públicos. Fonte: AN- GCPR, série Governos Estaduais (Acre), lata 460, processo 23.012.

A menção à participação dos jornais nesta questão específica é para demonstrar que a relação direta e pessoal, que foi construída e reforçada pelas pessoas comuns e pelo governante, não seria possível sem os milhares de mediadores, mesmo que eles não tenham sido mencionados por nenhuma das partes. Algo similar pode ser observado na Argentina, especialmente na valorização da troca de cartas entre o governante e a primeira-dama e as pessoas comuns, como mencionamos no primeiro capítulo.

Este modelo de auxílio também figurou na Argentina com o “fundo para os pobres”, implementado em 1855, quando a *Sociedade de Beneficência* foi reinstaurada no país. A partir do decreto-lei 15.515/46, a concessão do fundo continuou mesmo após a dissolução da Sociedade e sua substituição pela *Fundação de Ajuda Social Maria Eva Duarte de Perón*, em 1947. O decreto argentino estabelecia que os contemplados deveriam ter tido uma diminuição da capacidade de trabalho, estar passando necessidade e em situação de desamparo.

Para comprovar a situação, assim como no Brasil, eles deveriam apresentar alguns documentos, como solicitação formal do subsídio, declaração jurada do missivista, certificado de pobreza outorgado por um juiz de paz ou autoridade competente, certificado médico até os sessenta anos, comprovante de aluguel ou pensão e testemunho de desamparo e declaração de outras testemunhas. Além disto, um inspetor oficial também visitaria a pessoa para comprovar a situação (MORENO e CACOPARDO, 2005; MORENO, 2012).

Segundo José Luis Moreno e Maria Cristina Cacopardo (2005), o montante mais alto, de 150 pesos, estava destinado às famílias ou matrimônios incapacitados, com filhos, viúvos e viúvas com três ou mais filhos para cuidar, incapacitados ou em estado de necessidade. O montante de 100 pesos estava dirigido as pessoas que tivessem pais ou filhos sem recursos e o de 50 pesos às pessoas sem familiares e contemplados nas situações de necessidade descritas.

Quando comparamos com o Brasil, notamos que o processo de solicitação parece ser mais burocrático, mas ao mesmo tempo mais acessível por não ser exclusivo aos funcionários públicos e aos que tinham famílias numerosas. Diferentemente do Brasil, estes auxílios eram concedidos pela *Fundação Eva Perón*, uma instituição paralela, mas parceira do Estado, sendo que a maioria dos pedidos foi encaminhado para esta e para a primeira-dama.

Como não acessamos os arquivos correspondentes, não temos cartas com estes pedidos.

Nestes tópicos iniciais analisamos como os missivistas brasileiros e argentinos instrumentalizaram a “família”, amparados na imagem de proteção, para discutirem aspectos concretos das suas realidades. De modo geral, a tônica vigente é a dos “direitos e deveres” da família, sobretudo amparados nas reivindicações das conquistas sociais e trabalhistas. No próximo tópico, observaremos uma outra dimensão dos “direitos e deveres” da família: a moralidade.

2.3 Dos pais-cidadãos para os governantes: a proteção pelos direitos familiares e morais

Os “estímulos” ao casamento do *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951), na Argentina, coincidiam com os anseios e concepções de alguns missivistas. Bartolomé Vanotti, escreve do Parana, em meados de 1947 expondo sua percepção sobre este tema:

(...) a grande e crescente quantidade de jovens casais argentinos de condição modesta, que desejariam ardentemente, jovens como são, levar a cabo quanto antes a realização do seu matrimônio, mas que seus recursos por muito melhores que sejam devido ao patriótico empenho de V.Excia, não permitem as vezes se não depois de anos de penosas economias e vicissitudes, reunir precariamente o necessário para adquirir o mais indispensável as primeiras ou imediatas necessidades do futuro lar, modesto se se quer, mas tão fortemente argentino e que atrai tantas simpatias e desejos de prosperidade.

Excelentíssimo Senhor Presidente: quantos filhos lhe restam anualmente ao país em seu tão necessário crescimento demográfico a sua população futura, o estancamento de tantos possível matrimônios que só ao término de um ano, noventa por cento deles daria a Nação um filho argentino? E que ademais serão argentinos de segunda e terceira ou mais, que serão duplamente argentinos, que os filhos de primeira geração de estrangeiros, não é aventurado supor que grande porcentagem destes, são influenciados pela anarquia de ideias subversivas que seus pais reportam de seus países de origem, como é a que pretende descarta-se contra a ordem e a lei (tradução nossa)²⁰⁵.

²⁰⁵ “*la gran y creciente cantidad de jovenes parejas argentinas de condición modesta, que desearian ardentemente, jovenes como son, el llevar a cabo cuanto antes la realización de su matrimonio, pero que sus recursos por muy mejorados que hoy sean debido al patriotico empeño de S.E, no permiten a veces si no después de años de penosos ahorros y viscisitudes, reunir precariamente lo necesario para adquirir lo mas indispensable a las primeras o inmediatas necesidades del futuro hogar, modesto si se quiere, pero tan fuertemente argentino y que atrae tantas simpatias y deseos de prosperidad.*”

A exposição de Bartolomé revela como muitas pessoas comuns se sentiram confortáveis e, por isso, se engajaram em variadas discussões mesmo não sendo especialistas no tema. Suas ponderações e justificativas para a implementação de empréstimos matrimoniais foram baseadas nas suas vivências e experiências cotidianas, mas também nas conversas com a esposa.

A argumentação do missivista dialoga com as percepções do Estado peronista sobre a necessidade de aumentar o crescimento demográfico, conforme comentamos, e acerca das associações entre desordem e alguns estrangeiros, construídas historicamente por alguns setores sociais na Argentina. Apesar de não trabalhar na área, o missivista explica detalhadamente como sua ideia poderia ser implementada, demonstrando o seu esforço para que esta fosse aceita.

Além dos aspectos econômicos, o missivista mobiliza os aspectos morais, baseados nos papéis sociais idealizados que deveriam ser desenvolvidos pelos homens e pelas mulheres, procurando fortalecer a importância da sua ideia ser implementada. Segundo ele, os empréstimos seriam bons para os homens, pois antecipariam o casamento, o que permitiria que eles tivessem a percepção de “responsabilidade com a chegada do primeiro filho” antes e fossem “mais homens do lar”. Além disso, os homens seriam afastados dos “maus costumes e vícios do jogo, da bebida e mil mais”²⁰⁶. Os empréstimos seriam bons para as mulheres porque a antecipação do casamento possibilitaria a redução do número de “filhos ilegítimos”, o que reduziria inclusive a “anulação moral” de jovens e inocentes mulheres, muitas vezes influenciadas pelos “atos inconsequentes e cegos dos homens”²⁰⁷.

Estas idealizações dos papéis sociais dos homens, associados à proteção e a promoção do lar, e das mulheres, relacionados à maternidade e ao cuidado do lar, perpassam toda a carta. Antes de encerrar, o missivista também adiciona

Excelentísimo Señor Presidente: cuantos hijos le restan anualmente al país en su tan necesario crecimiento demográfico a su población futura, el estancamiento de tantos posibles matrimonios que al solo término de un año, el noventa por ciento de ellos daría a la Nación un hijo argentino? Y que además serán argentinos de segunda y tercera generación o más, que serán doblemente argentinos, que los hijos de primera generación de extranjeros, no es aventurado suponer que gran porcentaje de estos, son influenciados por la anarquía de ideas subversivas que sus padres reportan de sus países de origen, como es la que pretende descartarse contra la orden y la ley”.

Fonte: AGN-ST, caixa 467, sem número de processo.

²⁰⁶ AGN-ST, caixa 467, sem número de processo.

²⁰⁷ *Idem*.

outro tema que, na sua percepção, comprometia as famílias de trabalhadores argentinos: o jogo e o consumo de bebidas alcóolicas. Para ele, ambos os vícios arruinavam as famílias, por isso, propunha a restrição e, em alguns casos, a proibição de jogos e de bebidas alcoólicas. Assim como na proposta de empréstimos matrimoniais, ele também oferece, em detalhes, como isso poderia ocorrer. No caso do jogo, a loteria, por exemplo, deveria ter suas rodadas reduzidas, sendo que cada um poderia jogar até oito jogadas, incluindo a do Natal, pois deste modo teria um espaço de 45 dias, sendo 15 para a venda de bilhetes e 30 para as pessoas se dedicarem às suas atividades. No caso das bebidas, ele sugere que o teor alcoólico seja reduzido, o que traria benefícios para a saúde e economia das pessoas²⁰⁸.

A compreensão de que o Estado deveria intervir amplamente na sociedade não era exclusiva de Bartolomé²⁰⁹. Apesar das especificidades das missivas argentinas analisadas, as propostas têm em comum a projeção das imagens do Estado como o responsável pela moralidade, dever que constava na Constituição, e de Perón como seu representante e garantidor, inclusive sustentando a cobrança de uma intervenção mais incisiva e autoritária do Estado, em todos os aspectos da sociedade, e uma maior presença do presidente, especialmente nos temas morais.

No Brasil, estas percepções do Estado como garantidor da ordem e da necessidade de uma intervenção mais efetiva de Vargas na sociedade também figuraram em algumas cartas de pessoas comuns. A grande diferença é que, nas correspondências brasileiras analisadas, os missivistas explicitaram mais as consequências destas “degradações morais” nas suas realidades cotidianas, assim como as possibilidades de resolução com as ações diretas dos remetentes. Epifanio Mascarenhas, de Minas Gerais, em dezembro de 1939, se dirige ao presidente:

(...) Mais uma vez Sr. Presidente, eu com minha família entusiasmamos com o vosso dinamico governo, conhecedor das necessidades íntimas do lar mais humilde do Brasileiro que sofre e luta,

²⁰⁸ AGN-ST, caixa 467, sem número de processo.

²⁰⁹ Dionisio Urdaniza, em fevereiro de 1947, de Córdoba, também ofereceu um projeto para proibir o jogo e o alcoolismo em todo o território nacional, pois, em sua percepção, degradam os costumes e conspiram contra a “estrutura moral do povo argentino”. As propostas de Dionisio são mais radicais e autoritárias do que as de Bartolomé. Segundo ele, era necessário proibir qualquer jogo, assim como toda a produção e circulação de bebidas alcóolicas do país, com exceção do vinho de mesa. Nos projetos de lei redigidos pelo missivista, a censura e a repressão figuravam como pena para os que desrespeitassem a lei. Fonte: *Idem*.

onde a vossa palavra o vosso espírito de clarividência, nos destinos da nossa Patria, e aqui Sr Presidente, nesta cidade do Norte de Minas Gerais, todos Brasileiros pulsam, desejam em breve em todas as praças termos a lembrança viva de V. Excia com a inauguração de um busto servindo de talaia contra as mazorcas e tyrania de maus brasileiros, vosso Governo insinua a Mae e o Pai, melhor orientar e cuidar da educação e da responsabilidade de seus filhos, incutindo-lhes serem patriotas para melhor ajudar o Governo na administração do nosso Paiz.

Sr. Presidente, certo de prestar ao vosso Governo o meu mesquinho trabalho, venho propor a V. Excia os meus serviços como fiscal dos Fabricantes de Aguardente e de vinhos artificiaes, porque muito despreocupados não deixam de lezar o fisco, e depois que além dos meus trabalhos poderei desenvolver nesta missão o de muito interesse para nossa Patria, e depois Sr. Presidente não desejo que os meus filhos fiquem só no 4º anno de grupo, quando lhes desejo um futuro melhor (...)²¹⁰.

Na saudação inicial, o missivista combina a manifestação do seu apoio político e de sua família ao governante com a menção aos deveres dos pais de família, estabelecidos pelo governo estadonovista. Amparado nas imagens contrastantes, do chefe de Estado “clarividente” e do “humilde brasileiro”, e nos deveres dos pais de família, Epifanio pondera que poderia colaborar mais na obra do governo se fosse fiscal de aguardente. Apesar do missivista reconhecer a distância entre ele e o governante e ter adotado um tom de colaboração, a sua argumentação revela como ambos poderiam se beneficiar com o seu trabalho, como uma espécie de troca: o chefe do Estado, pois teria uma maior fiscalização, trazendo benefícios para as famílias, consequentemente, para a pátria; e ele, pois poderia cumprir com suas responsabilidades de pai de família.

Procurando reforçar esta associação entre moralidade e realidades cotidianas, o missivista realiza uma segunda proposta em tom de conselho para o governante:

(...) E depois, Sr Presidente, o sello da Aguardente deveria ser aumentado, para evitar os viciados que cercam o balcão de uma venda de bebidas o dia inteiro, comprando a todo instante \$100 reis de aguardente, em vista de baixo preço que ella tem aqui, ficando assim paes de Familia perdendo tempo na embriaguez, quando deveriam trabalhar para ingrandecimento de si e de sua família²¹¹.

A argumentação indica a concordância com os preceitos governamentais acerca da intervenção do Estado na família, especialmente na vida privada, pela indissociabilidade entre os acontecimentos da “pequena família” com os da

²¹⁰ AN- GCPR, série Geral, lata 159, processo 3987.

²¹¹ *Idem*.

“grande família” brasileira. Engrandecer a família era uma forma de engrandecer a nação. Os possíveis impactos positivos na família, caso ocorresse o aumento do selo, coincide com as missivas dos argentinos.

A particularidade da carta do brasileiro quando comparada com a do argentino é que Epifanio menciona um exemplo mais próximo da sua cidade para indicar como o álcool compromete os deveres dos pais de família. O missivista despede-se de Vargas reforçando o seu apoio político com o envio de um recorte do jornal local, em que o governante era elogiado e uma fotografia de Vargas presente no seu local de trabalho²¹².

A associação moralidade e realidades cotidianas também figuraram em cartas com outras solicitações. José do Carmo Sant’ Anna, do Espírito Santo, em agosto de 1941, recorreu ao governante:

Peço licença para me dirigir a V. Excia, afim de fazer um apelo para que seja normalisada a situação que um grande número de paes, mães viúvas etc, não foram atendidos num requerimento feito a autoridade local, motivo porque se sentem constrangidos e me procuraram como um dos signatários do citado requerimento para recorrer a V. Excia. O baixo assinado foi entregue em junho do corrente ano, cujo documento estava apoiado de 94 assinaturas, e o seu conteúdo descrevo a seguir: (...) vem pelo presente solicitar de V.S como autoridade e mantenedor da ordem, respeito e moral na cidade, que se designe a tomar providencias junto com quem de direito para serem retirados da Rua Basilio Pimenta, o centro de prostituição que ali se verifica em deprimencia moral das famílias residentes, do citado local em diante até a Família Basilea, onde residem trabalhadores e proprietários, vem-se na contingência de muitas vezes deixarem de sair devido a falta de respeito que se observa na passagem pela residência das mulheres prostitutas.

Essa falta de respeito é contra a moral das famílias e também influe nas crianças que observam senas que eles não deviam e nem devem presenciar (...) Fazemos este requerimento, por considerar que o nosso silêncio demonstraria que não incomodamos com tal estado de coisas, e tendo ainda em vista que muitos dos sinatarios tem suas filhas na Fabrica, filhos pequenos que estão no colégio e ser uma estrada que dá acesso ao interior do município e nessas condições, solicitamos as providencias necessárias de V.S que sabemos que mesmo não se fará esperar (...) ²¹³.

A edificação da “proteção” de Vargas é composta pela combinação dos direitos e deveres das famílias, de garantirem as condições morais dos filhos, com a promessa do chefe de Estado, de garantir a ordem. Vargas e José/famílias são identificados como os representantes da ordem e da moral, contrastando com as “mulheres prostitutas”.

²¹² AN- GCPR, série Geral, lata 159, processo 3987.

²¹³ AN- GCPR, série Estados (Espírito Santo), lata 462, processo 23.883.

Para os missivistas, o descaso da autoridade local representava o “antigo Brasil” enquanto a atenção do governante seria correspondente ao “novo”. A motivação da carta e do abaixo-assinado é endossada pela descrição das consequências negativas das atividades da casa de prostituição para os diversos membros das famílias de dentro e de fora da cidade, independentemente da classe social, como um “atentado a moralidade e aos bons costumes”. A reiteração da importância da atenção ao pedido pode ser identificada na menção às crianças e às mulheres, estabelecendo uma relação entre o presente e o futuro do problema. Para eles, a “degradação moral” poderia influenciar as “mulheres-mães de família” da cidade e comprometer as concepções morais dos “futuros trabalhadores do Brasil”.

Os missivistas encerram a carta mobilizando a imagem de “bons” brasileiros e de “grande família”, inclusive mostrando que, mais do que uma reclamação ou uma reivindicação pelos direitos e deveres da família, eles estavam fazendo a sua parte, colaborando com o “novo país”:

Como todos os bons brasileiros devem colaborar com as mais altas autoridades do paiz, para a elevação da raça, educação das crianças e moralidade nos costumes, para cada vez mais e mais elevar em engrandecer cada vez mais o nosso querido “Brazil”²¹⁴.

A percepção de que eles estavam fazendo a sua parte sustenta a de que bastaria Vargas fazer a dele. Os missivistas receberam uma resposta positiva, ainda que vaga, onde foram informados que as devidas providências foram tomadas. Em outros apelos morais, como rever a indissolução do casamento e flexibilizar alguns aspectos do Código Civil, realizados em forma de pedidos particulares e femininos, o aparato burocrático adotou outro posicionamento.

Giuseppa Lamassa escreveu para Vargas em 1942. Ela se apresenta como italiana, mas com o coração brasileiro, pois vive há mais de trinta anos no país²¹⁵. Ela conta que, por insistência de Carmelo Trintinario, se casou nova, quando ainda tinha dezoito anos. Em seguida, explica que o casamento durou somente três meses, pois o marido era dotado de péssimos hábitos, como bebida e jogo. O seu descompromisso com a família o levou a retornar para a Itália na época da Primeira Guerra Mundial e, alguns anos depois, a casar-se com a irmã de Giuseppa. A construção da imagem do marido, como alguém que

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.261.

não cumpre com os deveres e responsabilidades familiares, contrasta com a imagem da missivista, como a única que cumpre.

Ao longo da carta, a missivista descreve todas as suas tentativas frustradas de recuperar o seu casamento, mesmo distante do marido. As dificuldades narradas justificavam as ações empreendidas por Giuseppa. Elas também revelavam os problemas do Código Civil de 1916²¹⁶, ainda vigente, que identificava as mulheres casadas como incapazes de exercer certos atos, como a atividade profissional, receber ou recusar heranças e alienar bens e imóveis, sem a autorização do marido, identificado como o “chefe da sociedade conjugal”²¹⁷.

Embora o Código reunisse uma série de limitações para as mulheres²¹⁸, para Giuseppa, o trabalho fora do lar não era um problema porque estava justificado pela necessidade de cumprir com suas responsabilidades de mãe e do desamparo do antigo marido. O que mais lhe incomodava era o divórcio, pois gostaria de formalizar a relação com Luigi Pingitore, um cidadão italiano em processo de naturalização brasileira, que atendia ao ideal de “bom brasileiro” e com quem tem dois filhos mais velhos²¹⁹. Para que sua situação seja resolvida e seu constrangimento desapareça, ela pede para Vargas a anulação do seu casamento. Na documentação não encontramos a resposta do pedido, no entanto, toda a argumentação da missivista revela o seu conhecimento sobre as causas que contribuiriam para a separação do marido como o abandono voluntário do lar, o adultério e o vício em bebidas alcóolicas²²⁰.

Na Argentina, não encontramos cartas com este tipo de reivindicação singularizada. Nossa hipótese é que estas correspondências foram enviadas

²¹⁶ BRASIL. Código Civil (1916). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916. Seção 1, p. 133. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

²¹⁷ Diversas mulheres contestaram o Código Civil e subverteram os padrões sociais defendidos por eles. Para maiores informações, ver Barbosa (2016).

²¹⁸ No Código, o termo divórcio foi substituído por desquite como meio de obter a separação entre o marido e a esposa. Segundo Cristiane Fernandes Lopes Veiga (2015), neste momento se estabelece a diferenciação entre o divórcio, com quebra dos laços conjugais e possibilidade de recasamento, e o desquite com separação de corpos, sem permissão para novo matrimônio. A despeito das modificações dos termos, as condições para a solicitação da separação foram mantidas. Nos dois casos, os bens eram divididos e havia a possibilidade da concessão de pensão alimentícia.

²¹⁹ AN-GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.261.

²²⁰ Casos de separação neste período foram estudados por Cristiane Fernandes Lopes Veiga (2015).

para a primeira-dama, que ficava responsável pela atenção das questões sociais e civis, especialmente das mulheres e das crianças. As que identificamos sobre questões morais foram de outra natureza, tratando especialmente dos direitos dos “filhos ilegítimos”, em forma de projeto, sem estar singularizada, procurando atingir o coletivo.

De modo geral, neste capítulo procuramos mostrar a constituição ou o reforço da relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e os governantes a partir da mobilização dos imaginários populares sobre a “família”. Nas cartas analisadas, notamos que os missivistas reivindicaram a proteção e a justiça dos governantes com base nas suas condições de cidadãos e nos direitos e deveres estabelecidos em documentos oficiais.

Muitas pessoas também utilizaram as suas interpretações e as brechas dos documentos oficiais para formularem interpretações sobre o tipo e a forma da proteção dos governantes e do Estado que almejavam, de acordo com as suas necessidades mais imediatas, discutirem políticas governamentais e reivindicarem seus direitos amparados nas suas responsabilidades morais como pais e nos seus direitos trabalhistas, sociais e morais.

Na próxima parte continuaremos observando a construção e o reforço dos imaginários populares, mas nos concentraremos em como as pessoas comuns mobilizaram a “pátria”, visando ser úteis e colaborar com os países, para apresentarem suas aflições e reivindicações.

PARTE II: DOS PEQUENOS PARA OS GRANDES PATRIOTAS: O ENGRANDECIMENTO E A DEFESA DA PÁTRIA

Entre os anos 1930 e 1950, centenas de pessoas, nacionais e estrangeiros, dirigiram-se aos governantes Vargas e Perón compartilhando a condição de serem “verdadeiros patriotas”, legítimos ou adotivos, que desejavam ser úteis e colaborar com os “novos países”. Nosso objetivo é compreender como estes missivistas operaram com a noção de “pátria”, proposta pelos regimes brasileiro e argentino, para apresentarem suas aspirações. Esta foi mais uma forma das pessoas comuns tentarem constituir ou reforçar a relação direta e pessoal com eles. Como indicamos em outros momentos desta tese, apesar de focarmos nas pessoas comuns, a edificação da relação deve ser compreendida como algo que foi co-constituído pelo aparato estatal e pelas pessoas comuns.

A partir do critério de argumentação baseada na pátria, trabalharemos com 373 cartas, sendo 115 para Vargas e 257 para Perón. Em ambos os países, a grande maioria foi escrita individualmente, correspondendo a 103 para Vargas e 240 para Perón, e por homens, consistindo em 102 e 243, no Brasil e na Argentina, respectivamente. Do montante total de missivas recebidas (373), 122 foram escritas por estrangeiros, que viviam dentro ou fora dos países, consistindo em 48 e 74, no Brasil e na Argentina, respectivamente. No Brasil, a maioria é proveniente de Uruguai (10), Argentina (7), Portugal (5), Alemanha (4) e México (4). Na Argentina, a maioria é proveniente da Alemanha (12), Estados Unidos (8), Itália (9), Brasil (8) e Espanha (6)²²¹.

Pela análise das cartas notamos que a mobilização da “pátria” visava atingir dois objetivos amplos distintos, embora interligados: o engrandecimento da pátria e a defesa da pátria. O primeiro está associado aos imaginários populares sobre a “construção da pátria” e o segundo aos de “destruição da pátria”.

As imagens de construção e destruição da pátria pautaram a divisão desta parte em três capítulos. No terceiro capítulo, utilizaremos principalmente as

²²¹ Nas missivas para Vargas, os demais remetentes eram provenientes da/de: Suíça (2), Chile (1), Dinamarca (1), Espanha (1), Inglaterra (1), Itália (1), Luxemburgo (1), Nicarágua (1), Peru (1). Para Perón, eram provenientes de: Bolívia (3), Bélgica (3), Chile (2), França (2), Suíça (2), Tchecoslováquia (2), Armênia (1), Áustria (1), Canadá (1), Colômbia (1), Equador (1), Guatemala (1), Hungria (1), Inglaterra (1), Iugoslávia (1), Japão (1), Líbano (1), México (1), Paraguai (1), Panamá (1), Portugal (1), Peru (1) e Rússia (1).

cartas dos nacionais para refletirmos sobre as percepções populares acerca da construção da pátria, de seus papéis e dos governantes. Apesar das particularidades dos países e dos missivistas, a grande maioria apresenta a necessidade de demonstrar como poderia ser “útil” e reivindica seu direito de colaborar com a pátria, pelas identificações nacionais e/ou políticas, especialmente a partir de projetos e inventos.

No quarto capítulo, trabalharemos com cartas dos nacionais para compreendermos suas percepções sobre a destruição da pátria, de seus papéis e dos governantes. As cartas foram enviadas com mais intensidade nos “segundos momentos” do Estado Novo e do Primeiro Peronismo²²². Por isso, a despeito das particularidades dos países e das cartas, na maior parte da correspondência identificamos o esforço dos missivistas se mostrarem como “verdadeiros patriotas”, legítimos ou adotivos, e “vigilantes” visando colaborar com os governantes por meio das denúncias dos “inimigos” da nação a fim de cumprir com o dever de defender a pátria.

No último capítulo utilizaremos as correspondências dos estrangeiros com solicitações, projetos e inventos para observarmos como eles procuraram forjar as imagens de utilidade e colaboração para o engrandecimento e defesa da pátria, em contraposição aos estigmas que lhes foram colocados, especialmente no caso brasileiro. Também usaremos cartas dos nacionais e dos estrangeiros para refletirmos, de modo mais amplo, sobre as denúncias e os combates aos abusos governamentais no Brasil e na Argentina.

²²² No Brasil, a maioria das cartas foi enviada após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, especialmente entre 1942 e 1943. Na Argentina, a maior parte foi encaminhada após a convocação do *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957), entre os anos 1951 e 1953.

TERCEIRO CAPÍTULO: O ENGRANDECIMENTO DA PÁTRIA COMO UM DIREITO DE TODOS

Durante os regimes varguista e peronista, os governantes receberam uma série de inventos e projetos de pessoas comuns que queriam ser úteis e colaborar com a “construção da pátria”. Esta foi mais uma forma que as pessoas comuns procuraram estabelecer ou reforçar a relação direta e pessoal com os governantes.

O objetivo deste capítulo é analisar como os missivistas instrumentalizaram a “construção da pátria” para expressarem suas percepções sobre os “novos países”, seus papéis e dos governantes, mas também fazerem suas reivindicações. Para lograr o objetivo, o capítulo tem três partes principais em que tratamos de três estratégias amplas distintas utilizadas pelos missivistas para se mostrarem úteis e colaboradores. Na primeira reunimos as cartas com projetos e inventos em que os missivistas mobilizaram lemas, símbolos e imagens pátrios e políticos. Na segunda agrupamos as cartas com projetos e inventos que os missivistas adotaram as imagens dos presidentes. Na terceira e última analisamos as cartas com projetos e inventos que não adotaram os símbolos pátrios e políticos e/ou as imagens dos governantes. Apesar das particularidades, em diversas cartas, os missivistas reivindicaram o direito de todos engrandecerem a pátria.

3.1. Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com os símbolos nacionais

José Camargo escreveu para Vargas em 1939, do Paraná. No início da carta, ele pede desculpa pela ousadia de escrever novamente e agradece a atenção dispensada na última correspondência enviada em 1937, onde solicitou a melhoria dos vencimentos para os filhos Natanael e Natalina. Como naquela ocasião a sua solicitação não foi atendida por falta de verba e José “não perdeu a esperança de ter os vencimentos melhorados”, ele insiste na comunicação, mas agora com uma sugestão considerada útil para o Estado:

(...) remeto a V. Excia um CAPACETE com os dizeres de NOSSA QUERIDA E IDOLATRADA BANDEIRA NACIONAL, como um modelo, para V.EXCIA estudar e adatar si convier ao uso das NOSSAS FORÇAS ARMADAS e ao CORPO DE MINISTROS e demais AUTORIDADES DO PAIZ, nos DIAS FERIADOS e de grandes festas

da PÁTRIA e até mesmo a todos os BRASILEIROS em geral.²²³

O símbolo facilitaria a identificação e a diferenciação das autoridades do país dos demais brasileiros, sobretudo nos dias festivos. Para justificar a distinção, o missivista adota as metáforas políticas do regime, demonstrando o seu reconhecimento e gratidão como brasileiro comum àqueles que *“tanto estão fazendo pelo reerguimento e resurgimento de um BRAZIL NOVO, onde as esperanças mais radiosas e promissoras vão desabrochando à vista dos nossos olhos a cada dia e hora que passam”*²²⁴. Contudo, como o missivista não sabia se a distinção agradaria o governante, em outros momentos da carta, como no fim do trecho supracitado, ele sugere que um modelo mais simples de capacete poderia ser utilizado por todos os brasileiros:

Figura 3 - Modelo do capacete para o presidente Vargas

Fonte: AN- GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processos 30.507.

José explica que o modelo do capacete enviado, exclusivo para Vargas, é simples e não está acabado por falta de peças e de recursos, mas pondera que, se o governo os enviasse, sua filha poderia costurar um capacete com o “maior brilho possível”, endossando o papel especial do governante. A menção à filha, intencional ou não, pode ser interpretada como reforço das imagens de união e de trabalho de todos para o engrandecimento da pátria.

Ele encerra a carta explicando que sua motivação é “(...) o AMOR

²²³ AN- GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 30507.

²²⁴ AN- GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 30507.

*PÁTRIO, que desperta na alma do Brasileiro o desejo de contribuir ainda que em pequena parcela com alguma coisa, que manifesto de público a GRATIDÃO A SUA PÁTRIA E AO GOVERNO QUE TEMOS A FELICIDADE DE TER*²²⁵.

Anos depois, em julho de 1952, Pascual de Carlo, de Buenos Aires, dirigiu-se ao presidente Perón para realizar a sua reivindicação patriótica:

É hora que se levante, pois o exige vosso povo, que somamos milhões Senhor que reconhecemos ser felizes com vosso grande governo. O exige a nova ARGENTINA HOJE LIVRE, JUSTA E SOBERANA. O pede senhor a INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO PAÍS, e o pedem todos os que trabalham pela incalculável conquista JUSTICIALISTA que nos deu. “QUEREMOS SENHOR O ARCO DO TRIUNFO” (tradução nossa)²²⁶.

Em geral, os “Arcos do Triunfo”, espalhados pelo mundo, desde a antiguidade, nem sempre com esse nome, costumam representar e registrar as vitórias militares e as homenagens aos principais envolvidos em causas nobres. A reivindicação de Pascual de Carlo para a construção do monumento na Argentina, que naquele momento não tinha vencido nenhum conflito internacional ou doméstico capaz de justificar o pedido pode parecer inadequada. No entanto, para ele, o justicialismo era uma vitória política e o casal Perón o grande responsável. Em suas palavras, o Arco era solicitado “*para perpetuar em ambas fachadas as estátuas dos libertadores da escravidão e fundadores do Justicialismo Protetor do trabalho e a Justiça do ser humano*”²²⁷. Portanto, embora não tivesse acontecido nenhum ato justificável, o missivista argumentava que o governo de Perón representava a vitória de uma batalha no país, logo, deveria ser homenageado.

Segundo Pascual, o monumento deveria ser construído em frente ao *Ministério de Obras Públicas*, na Avenida 9 de julho. Ele sugeriu que o Arco tivesse um terraço e elevadores para que os nacionais e estrangeiros pudessem contemplar a vista panorâmica da “Nova Argentina”. Também é interessante notarmos que, diferentemente dos casos clássicos de construções desses monumentos, este não seria solicitado pelo governante, mas pelos argentinos,

²²⁵ Idem.

²²⁶ “*Es hora de que se levante, pues lo exige vuestro pueblo, que sumamos millones Señor que reconocemos ser felices con vuestro gran gobierno. Lo exige la nueva ARGENTINA HOY LIVRE, JUSTA Y SOBERANA. Lo pide señor la INDEPENDENCIA ECONOMICA DEL PAÍS, y lo piden todos los que trabajan por la incalculable conquista JUSTICIALISTA que nos habeí dado. “QUEREMOS SEÑOR EL ARCO DEL TRIUNFO”*”. Fonte: AGN-ST, caixa 586, processo 15.606

²²⁷ Idem.

modificando a lógica da edificação. Quem almejava registrar e homenagear o líder era o argentino que reconhecia as “benesses do governo”. Segundo o autor da proposta, a “Nova Argentina” era fruto do trabalho de todos, portanto, o Arco também deveria receber contribuições financeiras de todas as classes sociais para poder ser construído.

Pascual encerra a carta pedindo desculpa pela “ousadia” e por em várias oportunidades ter desejado colaborar como “um grão de areia na obra do governo”²²⁸. Esta expressão, comumente utilizada pelo governante e pelos missivistas, reforçava as imagens relacionadas à importância da união e do trabalho de todos para o engrandecimento da pátria. Pascual finaliza a carta informando que é aposentado e que gostaria de trabalhar desinteressadamente para o bem de todos os bons cidadãos. O missivista também sugere que os mal agradecidos, que renegam Deus que lhes dá o pão cotidiano, sejam enviados para campos para plantar porque são indignos de viver com gente²²⁹.

A sugestão e projeto de José e de Pascual são exemplos dos diversos desejos de contribuir com o projeto de construção dos países que constavam nas cartas dos “pequenos patriotas” dirigidas para os “grandes patriotas”. Apesar das particularidades dos casos, nas cartas analisadas, os missivistas adotam o discurso, explícita ou implicitamente, de que todos poderiam contribuir para a construção da pátria por comporem a totalidade orgânica da “nação”, pertencendo, portanto, às “grandes famílias” brasileira e argentina, conforme mencionado na parte dos imaginários populares sobre a família. Em diversas cartas, a este discurso é acrescido um “diferencial”: a identificação dos missivistas com os projetos políticos dos governantes.

Há muitas formas de “construir a nação” e, conseqüentemente, engrandecer a pátria. Para os “inventores populares”²³⁰, a inspiração e o uso dos símbolos pátrios permitiam a demonstração do seu patriotismo e o registro simbólico e/ou material dos “novos momentos” no Brasil e na Argentina. O que chama a atenção no caso argentino é que, em geral, estes “inventos” e “projetos”

²²⁸ AGN-ST, caixa 586, processo 15.606.

²²⁹ Idem

²³⁰ A expressão foi utilizada por Hernán Comastri (2015). O historiador argentino inspirou-se em Beatriz Sarlo (2004), que havia adotado a expressão “imaginação técnica popular”. Ainda que de formas particulares, eles refletem sobre o processo social da compreensão e participação das transformações tecnológicas pelos setores populares durante a primeira metade do século XX. Nós ampliamos o uso da expressão, adotando-a também para os brasileiros.

analisados entrelaçaram e, muitas vezes, adotaram mais símbolos, imagens e lemas peronistas ao invés dos símbolos da pátria.

Esta particularidade está relacionada com as distintas maneiras que os governos peronista e varguista conceberam, utilizaram e associaram as identidades nacionais com as questões políticas, mas também ao modo que os missivistas interpretaram e deram sentido a esta relação, conformando as distintas culturas políticas nos dois países mencionadas no capítulo anterior.

As iniciativas governamentais adotadas no Brasil e na Argentina, em momentos anteriores ou posteriores aos regimes varguista e peronista, forjaram ou fortaleceram identificações nacionais. Contudo, estes regimes representavam momentos de grande mudança política e social em que se buscou (re)inventar elementos das identidades nacionais. Os esforços empreendidos pelos Estados para a produção de sentimentos de pertencimento à “unidade nacional” e de identificação com os valores dos regimes e de seus símbolos envolveu diversos indivíduos, áreas e Ministérios, especialmente os associados à educação e propaganda política²³¹.

Apesar das particularidades, estes esforços fizeram parte das estratégias nacionalistas fabricadas para produzir sentimentos de pertencimento à pátria, brasileira ou a argentina, buscando minimizar ou eliminar os sentimentos de desagregação por identificações ideológicas, de partido, de classe, de raça ou de qualquer outra ordem em nome da “unidade nacional”. Cabe salientar que, em momentos marcados por intensas disputas políticas pelos “corações e mentes” de brasileiros e argentinos, era necessário frisar que os interesses coletivos deveriam prevalecer sobre os individuais e o amor à pátria deveria ser considerado mais importante do que a família.

Como Dutra (2012) demonstrou no varguismo, mas nós também consideramos no peronismo, a noção e o uso de pátria pelo governo têm uma potencialidade estratégica dentro do seu conjunto de valores, normas e práticas: a preservação da ordem e da estabilidade social. Além disso, a mobilização da pátria também evoca os sentimentos de pertencimento e de solidariedade entre os nacionais. As imagens da “unidade nacional” foram amplamente difundidas nos livros escolares, nas propagandas oficiais e nas demonstrações patrióticas,

²³¹ Para maiores informações, ver: Capelato (2009), Flavia Fiorucci (2008), Gomes (1996b; 2002), Fraga (2015), Marcela Gené (2008), Plotkin (2013) e Paulo Renato da Silva (2010).

como cerimônias, paradas militares, festas cívicas, desfiles escolares e de clubes esportivos (SCHEMES, 2013; FÁVERI, 2002; CAPELATO, 2009; PLOTKIN, 2013).

Os símbolos pátrios, como elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos, foram amplamente utilizados por estes regimes. Capelato (2009) mostrou que, no Brasil, a bandeira brasileira e a figura de Vargas foram as imagens mais exploradas nas representações visuais do Estado Novo. No que se refere aos objetos, a imagem do presidente Vargas foi mais presente. Na Argentina, as representações do casal Perón eram predominantes, desde o *escudito*²³² até a bandeira nacional. A historiadora constatou que, quando comparada com a simbologia peronista, a varguista foi bem mais modesta.

A identificação entre os coletivos “argentinos” e “peronistas” pelo governo não foi construída de forma instantânea, mas produzida ao longo dos anos, em interação com os nacionais. As imagens utilizadas na campanha das eleições presidenciais de 1946, marcadas pelos slogans “Braden ou Perón” ou mesmo “Pátria e antipátria”, já procuravam estabelecer uma distinção entre os seguidores de Perón, posteriormente identificados como peronistas, e os argentinos. No entanto, os esforços maiores foram empreendidos com a chegada de Perón à presidência.

Segundo Juan Carlos Torre (2002), nos três primeiros anos do governo peronista, a ideologia do movimento alcançou sua configuração clássica. Mariano Plotkin (2013), analisando os rituais políticos peronistas, mostrou como, paulatinamente, o partido e o Estado foram sendo personificados na figura de Perón²³³.

²³² De acordo com Ezequiel Adamovsky (2015), o *escudito* (ou “escudo peronista”) foi desenhado no final de 1943, por Alfredo Pereyra a pedido de Ángel R. Gúzman, proprietário de um pequeno estabelecimento de fabricação e venda de distintos, medalhas e outros objetos esportivos. O distintivo, que naquele momento não tinha sentido político, foi desenhado como uma estilização do escudo nacional argentino. Algumas referências centrais, como os louros, a lança, o gorro e as cores azul e branco da bandeira nacional foram mantidas. A particularidade estava nas mãos apertadas em sentido diagonal ao invés do horizontal, como no original. Como os clientes não gostaram, o desenho ficou arquivado até 1945, quando o jornalista Enrique Wehmann o encontrou e ofereceu para Perón como símbolo de identificação política. O escudo ficou conhecido na campanha presidencial de fevereiro de 1946 e passou a ser amplamente utilizado.

²³³ O autor estabeleceu três períodos dentro do governo peronista para estudar o processo da “peronização” dos espetáculos de poder. O primeiro, entre 1946 e 1948, pode ser caracterizado

A escolha do *escudito*, um símbolo peronista, criado para compor as representações visuais que mais foram utilizadas pelo governo, revela o desejo do regime em estabelecer uma intrínseca relação entre as identificações nacionais e as políticas na Argentina. A referência de Perón sobre o escudo, símbolo de sua política, no discurso político de 3 de março de 1949, por ocasião da entrega das medalhas peronistas aos seus partidários, explicita esta relação:

(...) escudo peronista, que é ao mesmo tempo escudo da Pátria em uma admirável síntese, na qual temos descentrado as mãos horizontais, que significam uma unidade ou uma união fraternal, para colocá-las em sentido oblíquo, que significa para nós a solidariedade do povo argentino, onde a mão de cima sustenta e levanta a mão de baixo (tradução nossa) (PERÓN, 1998, p. 169)²³⁴.

Embora “unidade” ou “união”, mencionadas pelo presidente, sejam termos similares ambos implicam um agregado de imagens ou de pessoas que não necessariamente tenham uma identificação ou um sentimento compartilhado com o que as agrega. Diferentemente, a solidariedade sugere uma identificação e uma colaboração entre os que compartilham alguma condição.

Como ponderou Montserrat Guibernau (1997), criar ou recriar símbolos faz parte dos nacionalismos que buscam manter ou aumentar a coesão social. No caso do *escudito*, este objeto pretendia aproximar as identidades nacionais e políticas. Sugeriu também que a chegada de Perón promoveu a identificação dos indivíduos entre si e com a pátria, reforçando a “unidade nacional”. Portanto, o presidente deveria ser identificado como o responsável pelo seu fortalecimento.

Segundo Acha (2013a), o peronismo concretizou uma “nacionalização das massas”. Para o historiador argentino, este processo de integração das pessoas comuns como parte de uma nação, iniciado entre 1860 e 1910, estava em curso quando Perón chegou ao poder. No entanto, o governo aprofundou as identificações nacionais nas pessoas comuns, sobretudo através das propostas

como um período de luta pelo monopólio do espaço simbólico; o segundo, compreendido entre 1948 e 1950, foi caracterizado pela institucionalização do aparato simbólico oficial; e o terceiro, compreendido entre 1950 e 1955, foi caracterizado pela cristalização dos rituais políticos peronistas. Segundo ele, a partir de 1950, a doutrina política passa a ser composta, basicamente, pelas imagens de Perón e Eva Perón, não deixando espaço para outros personagens.

²³⁴ “*escudo peronista, que es el mismo escudo de la Patria en una admirable síntesis, en la cual hemos descentrado las manos horizontales, que significan una unidad o una unión fraternal, para ponerlas en sentido oblicuo, que significa para nosotros la solidaridad del pueblo argentino, donde la mano de arriba sostiene y levanta la mano de abajo*”.

de inclusão e integração de todos na “Nova Argentina”.

No discurso oficial, as ações de Perón eram entendidas como parte de um projeto político que buscava o “bem comum”. A evocação da imagem de “bem comum” foi adotada como parte da estratégia para divulgar e justificar algumas das ações e medidas peronistas, especialmente as autoritárias, como ocorreu na divulgação e implantação do *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951).

Antes mesmo de ser submetido para a avaliação e aprovação do Congresso Nacional, o plano foi apresentado e explicado para a sociedade como um “plano nacional”, que deveria ser de conhecimento de todos. A adoção da expressão “plano da nação” reforça o desejo governamental pela identificação entre argentinos e peronistas, mas também revela que a associação foi utilizada para deslegitimar as críticas da sociedade ao plano²³⁵. Em outras ações e medidas, especialmente no segundo governo (1952-1955), houve a identificação dos atos peronistas como sinônimos de nacionais, “amigos da pátria”, e dos que não apoiavam como antiperonistas, como “traidores” e “inimigos” da pátria. Neste caso, tais imagens foram amplamente utilizadas para censurar e oprimir os opositores.

A estratégia não foi adotada somente pelo governo peronista. Como mostrou Dutra (2012), a imagem do inimigo, nacional ou estrangeiro, é muito utilizada pelo nacionalismo porque excita a “*fé patriótica do povo*” e justifica as mazelas da sociedade, ou seja, no “inimigo” recai a culpa dos problemas enfrentados. Além disso, contribui para a defesa de uma causa comum.

Durante os anos 1930, os “inimigos da pátria” também foram amplamente utilizados por Vargas. Assim como Perón, Vargas mencionou, em vários momentos, mesmo antes do Estado Novo, como no discurso da entrada do ano de 1936, que: “(...) *amigos serão todos os que seguirem na defesa do Brasil* (...)” (apud DUTRA, 2012, p.143). Paulatinamente, a defesa do Brasil foi associada a

²³⁵ Ao divulgar o plano em uma comitiva da imprensa, Perón explicitou a sua percepção sobre o apoio dos argentinos: “*Aceitaremos qualquer crítica e toda colaboração será bem-vinda. Se alguém pode me proporcionar alguma ideia melhor, vou lhe agradecer. Queremos fazer não o melhor mas o mais o mais adequado (...) Este plano busca unicamente o bem da Nação – expressou mais adiante – e aspiro que assim todos compreendam. Quem se oponha por desconhecimento e por cegueira opositora fará um dano a comunidade e deixará de ser opositor para ser um traidor da pátria. Estimo, aclarou, que se pode ser opositor da obra política de um governo, mas não dos altos interesses da nação*” (tradução nossa) (LA PRENSA, 1946, p.10).

defesa das ações de Vargas.

Ao longo dos anos 1930, o governante foi sendo identificado como o responsável pela “unidade nacional” e, assim, justificava o seu projeto político autoritário. Segundo Vargas e os ideólogos do “novo regime”, a Primeira República, amparada pelos princípios liberais e federalistas, havia concedido autonomia aos estados e, conseqüentemente a prevalência dos interesses particulares sobre os coletivos. Portanto, a Primeira República era identificada como a responsável pela desagregação da “unidade da pátria”. O “novo regime”, dirigido por Vargas, representava os anseios e as necessidades do povo brasileiro, por isso, daria preferência aos interesses coletivos, agregando e fortalecendo a “unidade nacional”²³⁶.

A despeito dos esforços dos regimes varguista e peronista, as identificações nacionais com as doutrinas e/ou com os líderes não foram estabelecidas somente “de cima para baixo” e tampouco receberam a adesão e o apoio incondicional de toda a sociedade brasileira e argentina. Mesmo entre os que encontraram sentido na identificação e a aderiram, ela não se desenvolveu da mesma maneira.

Eric Hobsbawm (1990), ao analisar os conceitos de nação e nacionalismo, ponderou que as identificações são fenômenos duais, construídos essencialmente “pelo alto”, mas que não podem ser compreendidos sem serem analisados a partir dos “de baixo”, no que se refere às aspirações, necessidades, esperanças, interesses das pessoas comuns, que não são, necessariamente, nacionais ou nacionalistas. Estas ponderações ajudam a compreender os aspectos comuns e específicos das instrumentalizações da pátria pelas pessoas comuns, amparadas nas identidades nacionais e/ou políticas e marcadas por negociações e disputas ao longo destes regimes.

Na maioria das cartas analisadas, os missivistas endossaram as imagens dos governantes como “grande brasileiro” e “grande argentino”. Contrastando com as imagens de superioridade dos governantes, os missivistas

²³⁶ Um dos momentos em que a concepção simbólica da “unidade nacional” foi explicitada ocorreu no dia 27 de novembro de 1937. Neste dia, o governo reuniu brasileiros, de diferentes idades e setores da sociedade, para realizar a queima das bandeiras estaduais. Além disto, ficou estabelecido na Constituição de 1937 que não haveria outras bandeiras, hinos, símbolos e armas que não fossem os nacionais.

apresentaram-se como pequenos, pobres e humildes servos ou criados. Apesar de reconhecerem as relações desiguais entre si e os governantes, muitos missivistas reivindicaram seu direito e desejo de colaborar com as “construções das pátrias” pelas suas identificações e/ou pelos apelos políticos. Em outros momentos, o direito se mesclava com o dever de ser útil e colaborar. Na Argentina, algumas expressões peronistas como “presente meu general”, “presente” ou “a vida por Perón” evidenciam a fluidez entre os direitos e os deveres reivindicados pelos missivistas.

A apropriação da imagem de servidão revela a circulação das concepções sobre a relação que os nacionais deveriam ter com a pátria e com os governantes. A maioria dos missivistas reconhecia que servir a pátria era necessário e, por vezes, um dever. Contudo, nem todos adotaram a servidão de maneira incondicional, inclusive se distinguiram dos líderes pelos papéis que ocupavam na pátria: eles servindo de forma ponderada porque eram pessoas comuns e os governantes de forma incondicional pelos cargos que ocupavam.

O sentido e a quem atribuir à servidão, as pátrias ou aos governantes, também foram variados. Alguns se colocavam como servos no final da carta, mas em um aceno à pátria, sem ser personificado aos governantes. Outros, ao contrário, vincularam as imagens dos governantes às pátrias, sendo indissociável o seu engrandecimento sem o chefe de Estado. Portanto, para esses, servir e ser leal aos líderes era sinônimo de servir e ser leal às pátrias.

Nos discursos oficiais, mencionava-se que há várias formas de servir à pátria, sendo mais importante servi-la. A variedade de interpretação dos missivistas pode ser observada tanto nos projetos e invenções quanto nas formas de servir. No Brasil, a referência patriótica foi identificada como uma das formas principais dos missivistas constituírem ou reforçarem a relação direta e pessoal com Vargas, em geral, e contribuírem no Estado Novo, em particular.

Além da bandeira nacional, o Hino Nacional também foi muito mobilizado para endossar o engrandecimento da pátria. A Constituição de 1934, por meio do artigo nº 174, tornou obrigatório o uso do Hino Nacional em todo o espaço territorial. Como ponderou Fraga (2015), o risco da influência comunista demandava medidas mais atuantes do Estado, tanto nas leis quanto nas práticas cívicas, dirigidas principalmente aos jovens e às crianças, isto é, aos “brasileiros de amanhã”.

Dois anos depois, o decreto nº 259, de 1º de outubro de 1936, tornou obrigatório o canto do Hino Nacional, de Francisco Manoel da Silva e letra de Joaquim Osório Duque Estrada, em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares, dos níveis primário, secundário e técnico-profissional. O Hino também deveria ser cantado em associações esportivas, nas rádios e em outras finalidades educativas em todo o Brasil. O mesmo decreto previa que a instituição, previamente intimada, que deixasse de cumprir com tais determinações teria seu funcionamento proibido pela autoridade competente²³⁷. Concordamos com Fraga (2015) ao identificar a medida como estratégica, pois fazia 14 anos que a letra de Joaquim Osório Duque Estrada havia se tornado oficial. Pelo pouco tempo de existência oficial, o hino completo era desconhecido por parte dos brasileiros. Esse desconhecimento poderia enfraquecer o projeto de Estado que desejava despertar o sentimento cívico em sua população.

Após a publicação do decreto, diversas cartas de autoridades e de pessoas comuns foram enviadas para Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, e para o Vargas. As correspondências expressavam a preocupação com a versão do Hino que seria utilizada para o canto e denunciavam alguns estabelecimentos educativos por não o executarem de forma adequada²³⁸.

Em meados de 1937, o governo, pressionado, constatou que o Hino estava sendo executado com defeitos que comprometiam “a sua pureza original”. Por isso, instituiu uma *Comissão Nacional do Hino Nacional e dos Hinos Cívicos* para estabelecer uma versão oficial dos Hinos Nacional, da Bandeira, da República e da Independência²³⁹. Desde o início, alguns jornais, como o *Correio da Manhã* e *A noite*, divulgaram os objetivos e trabalhos da Comissão, assim como suas inúmeras críticas, sobretudo às revisões do Hino Nacional sem uma consulta popular²⁴⁰.

²³⁷ Lei nº 259, de 1º de outubro de 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512-publicacaooriginal-76565-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

²³⁸ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, classificação g 1937.01.05, rolo 45, foto 628.

²³⁹ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, classificação g 1937.01.05, rolo 45, foto 628.

²⁴⁰ No *Correio da Manhã*, ver as notícias “A Comissão do Hymno Nacional”, de 17 de junho de 1937 (edição online 13.067); “A Comissão do Hymno Nacional”, de 2 de julho de 1937 (edição online 13.080); e “A Comissão do Hymno Nacional conclue os seus trabalhos”, de 8 de julho de 1937 (edição online 13.085). No *A noite*, ver as notícias “A revisão do Hymno Nacional”, de

Após meses de trabalho, a Comissão elaborou um relatório final esclarecendo como o Hino Nacional deveria ser cantado. No final do documento, ela incluiu um item intitulado “Explicação Necessária”, destinado a justificar para opinião pública as razões de terem tomado as decisões sobre a edição e fixação do Hino Nacional sem consultá-los. Segundo o texto, a comissão era técnica e interna ao Ministério, portanto, “*não procedia a um inquérito, nem a plebiscito, mas as pesquisas meticolosas de caráter delicado (...)*”²⁴¹. Também ponderaram que foram escolhidos nomes associados à educação, às Forças Armadas, à música, à poesia, à crítica e à imprensa que representavam os diversos setores da sociedade. Como um desdobramento dos trabalhos, o anteprojeto previa um concurso público para orquestração e instrumentação para bandas e fanfarras para o Hino Nacional²⁴² (CHERNÁVSKY, 2003).

Apesar da Comissão desconsiderar a consulta à opinião pública, alguns missivistas enviaram cartas para Vargas pedindo que suas sugestões de alteração do Hino fossem consideradas pela Comissão. Muitas destas cartas não receberam uma resposta, por isso os missivistas insistiram, mesmo após a conclusão dos trabalhos.

A questão da revisão do Hino Nacional retornou em fevereiro de 1939, com a instituição de uma *Comissão Revisora do Hino Nacional*, composta pelos Ministérios da Marinha, da Guerra e da Educação. Esta Comissão objetivava estudar o poema e a música do Hino Nacional e apresentar um parecer sobre as modificações que poderiam ser realizadas²⁴³.

Quando os trabalhos da *Comissão Interministerial Revisora do Hino Nacional* foram divulgados pelos jornais, como o *Correio da Manhã*, e outros meios de comunicação, diversas pessoas voltaram a mandar cartas para Capanema e Vargas, que eram acompanhadas de novas ou antigas versões poéticas do Hino. Entre essas cartas, figura a de Newton de A. Mello, que

13 de julho de 1937 (edição online 09130); “Concluídos os trabalhos da Comissão do Hino Nacional”, de 7 de outubro de 1937 (edição online 09576). No *Diário de Notícias*, ver “A revisão do Hymno Nacional – ALTERAÇÕES QUE VÃO SER FEITAS”, de 1 de julho de 1937 (edição online 03232); “A revisão do Hymno Nacional”, de 4 de julho de 1937 (edição online 03234).

²⁴¹ “O novo texto do Hino Nacional”, publicada em 17 de setembro de 1937 (edição digital 00388).

²⁴² Embora o anteprojeto tenha sido divulgado pelo jornal *A Razão*, em setembro de 1937, não conseguimos identificar se, de fato, o concurso ocorreu.

²⁴³ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, classificação g 1937.01.05, rolo 45, foto 671.

escreveu para Vargas em abril de 1939, de São Paulo:

(...) Senhor Getúlio Vargas: Vossa Excelencia desaparecerá um dia. Que esse dia esteja longe, muitíssimo longe! Sou muito jovem ainda, e- permita Vossa Excelencia este gesto de brasileiro sincero- quero morrer sem que elle haja ainda chegado. Contudo, elle chegara. A obra de construção nacional, de Vossa Excelencia, jamais desaparecera das paginas ritulantes do nosso civismo (...). Hoje, porem, cogita-se de um estudo sobre a lettra do hymno nacional. Eu quero, como cidadão brasileiro, poder cantar, com toda a força dos meus pulmões, os nomes pelo menos de alguns grandes brasileiros do passado, nos dias de festa nacional, com a voz tremendo de patriotismo e o coração a rebentar-me de entusiasmo no peito. E como eu, milhares de patrícios vossos! Senhor, o hymno que Vossa Excelencia vae officializar viverá pelos séculos a fora, pela eternidade e além. O nome da Vossa Excelencia, senhor Getúlio Vargas, tem de ficar por qualquer forma gravado nesta lettra!²⁴⁴

A argumentação inicial do missivista contrasta a finitude física dos homens com as infinitudes de suas ações no tempo. Apesar de reconhecer a diferença hierárquica entre Vargas e ele, Newton se equipara ao governante por ambos serem homens. A distinção entre eles era demarcada nas ações, pois, para ele, a obra de Vargas já tinha entrado nas “infinitudes das ações no tempo”. Apesar da constatação, Newton considera que a letra do Hino Nacional com o nome de Vargas ou de seu governo contribuiria para o registro das ações de Vargas na eternidade. Além disso, caso o governante adotasse a versão do Hino Nacional sugerida pelo missivista, a “ação” de Newton também ficaria eternizada na história brasileira.

O missivista evoca a posição de brasileiro para reivindicar seu direito de querer cantar os nomes dos *“grandes brasileiros do passado nos dias de festa nacional”*, em geral, e o de Vargas, em particular. Newton finaliza a carta entrelaçando os seus anseios e direitos aos dos demais brasileiros, o que pode ser entendido como uma expressão dos interesses coletivos em prol dos individuais, reforçando a necessidade de sua proposta ser adotada:

Nós os brasileiros o queremos. Elle é o marco querido do ESTADO NOVO, que os brasileiros carregam sorrindo nos braços, beijando-lhes o frescor alviçareiro da primeira infancia. Esse nome, que é uma divisa- melhor impossível- não imposta despoticamente como em certos paizes, mas tomada por essa espontaneidade e amor pelo povo, vem, Senhor Getulio Vargas, como Vossa Excelencia logo notará, na segunda parte da referida lettra, que é um acróstico (...) Peço a Vossa Excelencia permissão para offerecer ao BRASIL esse modesto mas sincero preito de patriotismo, e peço também permissão para, como cidadão brasileiro, o mais humilde embora, apertar a destra de Vossa

²⁴⁴ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g- Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura\GC g 1937.01.05, rolo 45, foto 690.

Excelencia com o mais profundo respeito e civismo²⁴⁵.

A pressão ao presidente era amparada no reconhecimento e gratidão dos brasileiros. Newton também adotou essas imagens para apresentar a sua percepção sobre o Estado Novo: uma ditadura que era apoiada pelo povo.

A proposta de modificação do Hino de Newton tem duas partes. Na primeira, enaltece alguns nomes – Barroso, Polydoro, Osorio, Camara, Marcilio e Duque de Caxias-, feitos e belezas naturais brasileiras. Na segunda, altera o estilo e coloca a letra em um acróstico com o nome do presidente:

II

G emeste sob um jugo vil, tyrannico
E as tuas minas de ouro se exgottaram
T iveste porem forças e, titânico,
U ma a uma, em trinta, as forças te voltaram.
L evaste um povo á glória,
I ndo logo a realidade, dos debuxos.
O norte cantou victória,

V indo logo após mineiros e gaúchos
A Pátria canta e
R i:
G ermina o ESTADO NOVO!
A gora que o gigante se ergue intrepido,
S onhando, mas de pé, mas accordado, queimaste as bandeirinhas,
 e, agil, lepido tornou-se o Brasil todo um só Estado

E forte e unido sem regionalismo, ao sol da Luz, do são Idealismo,
 amando a Patria Unida, a Patria forte, o povo marcha
 cheio de fé no teu porvir, de sul a norte,
 e a tua Armada e o teu Exercito são, como nós, garantia e penhor
 de tua honra, BRASIL! (grifos do missivista)²⁴⁶

Embora o missivista tenha adotado o Estado Novo como a grande realização de Vargas, o acróstico inicia com os acontecimentos da chamada “Revolução de 1930”. Nos primeiros versos, Vargas era representado como uma figura tirânica, que governa pela força. Enquanto, nos demais, reforça a imagem mencionada, mas tem a alegria e o apoio popular a seu favor. Os versos revelam a percepção do missivista sobre como a figura de Vargas e a sua relação com os brasileiros foram transformadas durante os anos 1930, como se ele tivesse conquistado legitimidade e apoio popular ao longo do tempo.

Nos versos também fica evidenciada a associação entre Vargas e a união

²⁴⁵ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g- Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura\GC g 1937.01.05, rolo 45, foto 690.

²⁴⁶ Os grifos em vermelho são do missivista. Fonte: CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g- Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura\GC g 1937.01.05, rolo 45, foto 690.

do Brasil, explicitada em alguns trechos como “*tornou-se o Brasil todo um só Estado*” e “*Pátria unida e pátria forte*”. O responsável pela “unidade nacional” recebia o “apoio popular”, inclusive em atos extremos do governante em prol do objetivo maior, como quando faz referência à queima das “bandeirinhas”, evento que ocorreu no dia 27 de novembro de 1937. O uso do diminutivo para referir-se à queima das bandeiras estaduais reforça a maior importância atribuída à “unidade nacional”.

Os versos também endossam algumas imagens do discurso oficial, amparados nas dicotomias, suas respectivas transformações e a centralidade de Vargas neste processo, como: “Brasil pequeno” transformado em “Brasil grande”; “país fragmentado” em “país unido”; e “Brasil fraco” em “Brasil forte”. A última parte expressa o amor e a esperança dos brasileiros na pátria, que será defendida por todos que fazem parte, civis e militares. A carta e a versão do hino possibilitam observarmos o sentimento de pertencimento que motivava Newton e as intrínsecas associações entre as identidades nacionais e políticas realizadas por alguns missivistas durante o Estado Novo.

Os trabalhos da Comissão revisora foram encerrados em junho de 1939, com a publicação de seus resultados em um relatório (CHERNÁVSKY, 2003). Alguns anos depois, em julho de 1942, foi criado o decreto-lei nº 4545, que dispunha sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Nele ficava estabelecido quais eram os símbolos pátrios- Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional- e suas formas de apresentação e de reprodução²⁴⁷. O decreto foi aprovado durante a Segunda Guerra Mundial, momento que foi identificado pelo regime como de sacrifício de todos os brasileiros. Como se pode notar, o reforço da “unidade nacional” e da *brasilidade* eram fundamentais para justificar o aprofundamento dos “esforços de guerra”.

A despeito do decreto, os missivistas enviaram cartas para Vargas solicitando a utilização do Hino Nacional em ocasiões que não foram consideradas. Adelina Sales da Cruz escreve de São Paulo, em agosto de 1942, pedindo a autorização do governante para cantar uma versão adaptada do Hino. Ela explica que dia 7 de setembro terá a realização da festa de Nossa Senhora

²⁴⁷ Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de Julho de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4545-31-julho-1942-414664-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 jun. 2020.

Aparecida, por isso gostaria do consentimento de Vargas para cantarem na igreja o Hino à Rainha do Brasil com a melodia do “nosso Hino Nacional”.

A comemoração do “dia da santa” coincide com a do “dia da pátria”, que era comemorado com ampla repercussão nacional. Contudo, a preocupação maior da missivista é com a comemoração para a santa. Isso revela como, em alguns momentos, outras identificações, como as religiosas, se sobressaíram às nacionais.

O sentido atribuído e o uso do símbolo, tornando-o melodia de uma exaltação para a santa, reforça a compreensão de que a “consciência nacional” se desenvolvia desigualmente entre os grupos sociais e as regiões de um país. Como ponderou Hobsbawm (1990), não era possível presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe- exclui ou é superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. Ainda segundo o historiador, as ideologias oficiais dos Estados e seus símbolos não são orientações finais para o que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo os mais leais entre eles.

Apesar do uso diferenciado e do pedido de consentimento, a parte final da carta, em que Adelina adota o pronome possessivo “nosso”, revela que ela considera o símbolo pátrio como de todos os nacionais, sendo seu direito utilizá-lo. Parte da letra adaptada com a melodia do Hino Nacional seria como segue abaixo:

Senhora Aparecida, Mãe Santíssima Protetora da terra brasileira
Os vossos filhos já vos aclamaram Do Brasil a querida Padroeira

Eis porque na Pátria inteira Sereis sempre mui venerada Pois Vois Sois
Mãe verdadeira Desta terra por Jesus abençoada

Virgem querida Aparecida
Salve! Salve! (...) ²⁴⁸

Apesar do apelo, Adelina não teve a sua solicitação atendida em face do decreto-lei mencionado. Neste está vedada a execução da canção fora dos casos previstos no artigo supracitado²⁴⁹. Como a solicitação da Adelina não

²⁴⁸ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, classificação g 1937.01.05, rolo 45, processo 22.247.

²⁴⁹ Entre os casos previstos, figuravam no encerramento: das irradiações radiofônicas para países estrangeiros; das irradiações radiofônicas que funcionem no país aos domingos e feriados; e da irradiação da *Hora do Brasil* uma vez por semana. Além destes casos, o Hino também estava permitido no hasteamento da Bandeira Nacional, uma vez por semana, em estabelecimentos públicos ou particulares, de qualquer ramo ou grau de ensino

correspondia a nenhum dos casos previstos, foi negada.

O decreto também estabelecia a forma e apresentação da bandeira nacional, conforme sugerido por uma *Comissão Interministerial* criada anteriormente para esses fins. Alguns missivistas manifestaram suas ideias para a bandeira, mas também sua discordância com o decreto-lei aprovado, especialmente por ter alterado o modelo de apresentação da bandeira nacional. Franklin Belfort dirigiu-se ao presidente em agosto de 1942, do Rio de Janeiro, solicitando que Vargas mandasse reestabelecer o padrão da bandeira ao de 1889. Na sua argumentação, apresenta uma série de aspectos históricos, técnicos e jurídicos que justificam a manutenção do modelo da bandeira.

Além dos aspectos formais, Franklin também apelava ao governante por uma questão pessoal: ele acabara de produzir 10 mil exemplares dos mapas da “Bandeira do Brasil” com a assinatura de Vargas. Alegou que, caso o governante não autorizasse, ele perderia toda a sua produção:

Bem sei que o interesse individual é sempre secundário. Neste caso, porém, para atende-lo, bastará que V.Excia faça valer, apenas o interesse geral, decretado por V.Excia (...). Fácil é, pois, a V.Excia salvar-me da ruína. E eu lhe suplico, insistentemente, que o faça, atendendo a que sou um simples funcionario municipal, sem economias, com os vencimentos reduzidos à metade por motivos de empréstimos para a organização do referido trabalho e, ainda por causa deste, crivado de dívidas.

Não permita, ademais, Senhor Presidente, que se perca, sem razão, um trabalho de grande utilidade, que é perfeito e tem merecido os aplausos de quantos o examinam²⁵⁰.

Franklin iniciou a carta ponderando que compreendia que os fins da servidão à pátria deveriam visar os interesses coletivos. Contudo, como ele considerava que o seu trabalho se voltava para o bem coletivo, sugeria ao governante que atendesse o seu pedido individual pois seria uma forma de fazer valer o “interesse geral”. No esforço em entrelaçar os interesses individuais e coletivos, o missivista alegava que estaria sendo útil e colaborando com a pátria.

É interessante observar que, mesmo em um governo ditatorial, as pessoas comuns reivindicaram, mais de uma vez, um espaço para as suas propostas no âmbito cultural por se sentirem brasileiras e, por vezes, também varguistas. Isto revela que muitas pessoas pretendiam, não só acompanhar o

²⁵⁰ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, classificação g 1937.01.05, rolo 45, processo 22.027.

desenvolvimento do projeto político, mas participar, opinar, discutir e ponderar. Ainda que a resposta tenha sido negativa, os encaminhamentos internos e as satisfações a respeito da rejeição da proposta também expressam a ambivalência do regime.

As cartas que analisamos revelam que, embora os missivistas brasileiros tenham adotado os símbolos pátrios e mobilizado alguns aspectos do discurso oficial sobre a “construção da pátria”, elas não eram simples adulações ou reproduções acríticas das metáforas do regime. Ao contrário, por meio das cartas podemos acessar as distintas percepções e aspirações de participações populares, que inclusive reivindicavam o seu espaço, como brasileiros, nas discussões das modificações nos símbolos nacionais.

As reivindicações frustradas mencionadas revelam que as relações diretas e pessoais, construídas ou reforçadas pelas pessoas comuns e os governantes, eram constituídas pelas desaprovações, discordâncias e decepções dos missivistas. Nestes momentos evidenciava-se as distintas percepções do “ser brasileiro” e das formas de trabalhar pelo “bem do Brasil”.

Sobre isso, cabe destacar que em muitas das iniciativas encaminhadas, os missivistas também demonstraram interesses particulares, como receber uma remuneração com produtos cívicos, ter seu nome marcado na história por uma nova versão do Hino Nacional ou cantá-lo de uma forma particular em uma igreja. Por isso, para chamar a atenção aos seus pedidos, houve um esforço dos remetentes para entrelaçar seus interesses particulares como forma de colaboração, ou seja, poderiam contribuir para o “bem comum”. Assim, era possível ser útil e patriota sem ter que renunciar aos seus desejos individuais.

No caso da Argentina, notamos que a constituição ou reforço da relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e o presidente foi realizada com base nos usos dos símbolos políticos. O autodenominado governo da “Revolução de junho” de 1943, que antecedeu o peronismo, mas que contou com a presença de Perón, também padronizou a forma oficial dos símbolos pátrios e seus usos, conforme decreto-lei nº 10.302 de 1944: escudo, bandeira e Hino Nacional. No entanto, é curioso notar que, nas fontes analisadas, somente os estrangeiros

enviaram projetos com sugestões de usos dos símbolos nacionais²⁵¹.

Omar Forno, argentino, escreveu em 1954:

Sou autor de um grande projeto urbano no qual dediquei a partir do ano 1949, meus melhores afãs de argentino e sentimentos patrióticos que inspirou a revolução de 17 de Outubro, com o fim de demonstrar ao mundo, que os filhos da Nova Argentina Justicialista de Perón, sabemos superar-nos em todas as ordens sociais com humildade, amor e dignidade incomparável. Dito isso; todas as honoráveis autoridades ministeriais e demais pessoas especializadas na matéria, que se dignaram em atender-me, gostaram muito da ideia pela sua forma justicialista revolucionária única no mundo, em seu tipo; e me alertaram aconselhando-me que solicitasse ajuda a vossa excelência. Se trata de uma grande cidade maravilhosa, enciclopédia vivente Justicialista Cristiana (tradução nossa)²⁵².

O argentino expressou sua admiração e procurou demonstrar seu desejo de colaboração e utilidade com o governo peronista. No entanto, reivindicou as identificações de argentino e peronista para afirmar a relevância de sua proposta. A menção às outras autoridades revelavam a estratégia do missivista para endossar a relevância da sua proposta, procurando demonstrar o apoio a ela. Para torná-lo visível em miniatura, o missivista solicita que o governo compre o material da maquete.

Além do projeto, Omar anexa um acróstico poético, inspirado no lema justicialista, intitulado “SOCIALMENTE JUSTA, ECONOMICAMENTE LIBRE POLITICAMENTE SOBERANA – NUEVA ARGENTINA JUSTICIALISTA”, em homenagem ao presidente:

S entido de humanidad.
O portuno y eficiente.
C on luz y amor en la mente.
I nmortal de la nación
A lma genial de Perón.
L ucha de un pueblo conciente.
M ás que heroe, es valiente.
E mblema de Justicia y Paz.

²⁵¹ Em setembro de 1950, Antonio Alves Pereira, de São Paulo, escreve para Perón. Na carta, ele sugere que uma cidade no formato da bandeira argentina seja construída. Fonte: AGN-ST, caixa 476, processo 13.777.

²⁵² “Soy autor de un gran proyecto urbano en el cuál dediqué a partir del año 1949, mis mejores afanes de argentino y sentimientos patrióticos que inspiró la revolución del 17 de Octubre, con el fin de demostrar al mundo, que los hijos de la Nueva Argentina Justicialista de Perón, sabemos superarnos en todas las órdenes sociales con humildad, amor y dignidad incomparable. Dicho sea de paso; todas las honorables autoridades ministeriales y demás personas especializadas en la materia, que se han dignado en atenderme, les ha gustado mucho la idea por su forma justicialista revolucionaria única en el mundo, en su tipo; y me han alertado aconsejandome que solicitase ayuda a vuestra excelencia.

Se trata de una gran ciudad maravillosa, inciclopedia viviente Justicialista Cristiana”. Fonte: AGN-ST, caixa 582, processo 97.289.

N úmen de lo elocuas.
T iene alta filosofía.
E ncumbrado en su ousadia.

J uvenil su corazón.
U n maestro en la razón.
S ocial de un mundo en fracaso.
T empestivo que en el ocaso.
A plastrante de su derrota, ya.

E n nuestra PÁTRIA, se nota.
C omo ha triunfado el bien.
O h, glorias a la nueva Ley
N acida del peronismo.
O h, glorias al cristianismo.
M ondial y santa religión.
I nmortal en la creación.
C on trambas sonando a glorias.
A rgentina! vuestra historia.
M uestra al mundo tu misión; de.
E ncumbrada y grande nación.
N acida en um nueve de Julio.
T ierra de elevado estudio.
E nseñanzas de virtud.

L uces en TV Plenitud.
I nmenso bién al ciudadano.
B rindando a los pueblos Hermanos.
R especto, ayuda y libertad.
E ntregasteis con igualdad.

P orque sois la generosa.
O h, fragante y blanca rosa.
L umbre de la libertad.
I mperecedera hermandad.
T riunfai americanista.
I ndomable y altruísta
C ivilizadora amante.
A rgentina, tu adelante; del.
M undo te hábeis colocado.
E n su nombre as decretado.
N atural restauración.
T olerancia y expansion.
E n todo lo SOCIAL y HUMANO.

S ois el templo soberano.
O h digna y hermosa tierra.
B rindasteis Paz y no guerra.
E n toda tu tradición.
R indes de todo corazón.
A l mundo honras y honores.
N ueva Argentina, tus esplendores.
A mparan a la creación”²⁵³

²⁵³ Optamos por manter o acróstico em espanhol no corpo do texto para manter o sentido. No entanto, em uma tradução livre ficaria assim: S entido de humanidade / O portuno e eficiente/ C om luz e amor na mente / I mortal da nação / A lma genial de Perón / L uta de um povo consciente / M ais que herói, é valente / E mblema de Justiça e Paz / N úmero de interlocutores / T em alta filosofia / E levado em sua ousadia
J uvenil seu coração/ U m mestre na razão/ S ocial de um mundo em fracasso / T empestivo que

No acróstico, além de ser exaltado, Perón é associado não apenas às transformações argentinas, mas também às continuidades do país, relacionadas à sua história, tradições e missão. A conexão entre o passado e o presente/futuro revela que, para muitos argentinos, mesmo os que se identificavam com a doutrina do presidente, o amor à pátria e o desejo do país de ser uma “grande nação” já estavam presentes antes de Perón chegar. Portanto, havia um reconhecimento de desejos para o futuro do país. No caso de Omar, entre as motivações de identificação com o peronismo estava o desejo da Argentina ser uma “grande nação”, que também era anunciado por Perón.

A sugestão do argentino coincidia com alguns projetos e realizações peronistas dos primeiros anos do governo, associadas à “construção da Nova Argentina”, como a promoção dos conjuntos habitacionais pelo Ministério de Obras Públicas. Entre as realizações, figurou a “Cidade Evita”, construída em La Matanza (Buenos Aires), com milhares de casas distribuídas em cinco setores. O que mais chama a atenção é a sua vista aérea em que é possível visualizar o perfil de Eva Perón (BALLET, 2013; ARAVECCHIA e LAGO, 2017).

Além dos projetos sobre construções de cidades, os missivistas argentinos também enviaram outros tipos de colaborações, como canções e monumentos, que poderiam contribuir para o enaltecimento do regime. Em janeiro de 1947, Arturo Piangiarelli, de Buenos Aires, escreveu para o presidente Perón informando que, animado por um “*sentimiento patriótico e desinteresado*”, compôs uma música intitulada *Marcha Patria, Gloria y Trabajo (Plan Quinquenal)*:

Cooperemos argentinos unidos Con Perón en su Plan Quinquenal

no ocaso / A plastrante de sua derrota, já/ E m nossa PÁTRIA, se nota/ C omo triunfou o bem/ O h, glórias a nova Lei / N ascida do peronismo/ O h, glórias ao cristianismo / M undial e santa religião/ I mortal na criação / C om trambas sonhando a glórias / A rgentina! vossa história / M ostra ao mundo tua missão; de / E levada e grande nação / N ascida em um nove de Julho / T erra de elevado estudo / E nsinamentos de virtude
L uzes em TV Plenitude / I menso bem ao cidadão / B rindando aos povos Irmãos / R espeito, ajuda e liberdade / E ntregaste com igualdade
P orque é a generosa / O h, fragrante e branca rosa / L umbre [fogo, chama] da liberdade / I mperecedera [perdurável] irmãdade / T riunfai americanista / I ndomável e altruísta / C ivilizadora amante / A rgentina, tu adiante; do / M undo te colocaste / E m seu nome decretou / N atural restauração / T olerência e expansão / E m todo o SOCIAL e HUMANO
S ois [és] o templo soberano / O h digna e maravilhosa terra / B rindastes Paz e não guerra / E m toda tua tradição / R ende de todo coração / A o mundo honras e honras / N ova Argentina, teus esplendores / A mparam a criação (tradução nossa). Fonte: AGN-ST, caixa 582, processo 97.289.

Obteniendo esa gloria tendremos Un mayor bienestar general
 Por la Patria, la Gloria y el Trabajo Con Perón con honrosa lealtad
 Cooperemos con él y veremos
 La Patria gloriosa y triunfal

Todo el pueblo sufriente agradece Al genuino obrerista genial
 Presidente de los argentinos
 Por la gran voluntad popular
 En su plan quinquenal ayudemos A Perón con patriótico afán
 Que con él y su plan lograremos
 Bienestar en la clase social²⁵⁴.

Nesta canção, que tinha como objetivo mobilizar o apoio de todos os argentinos ao *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951), Arturo condicionava o engrandecimento da pátria às ações de Perón. O vínculo justificava a necessidade da colaboração de todos para a realização do “plano de Perón”. É interessante observar que o missivista adotou o pronome possessivo “seu” ao invés de “nosso” para referir-se ao plano que era divulgado como nacional, portanto, de todos, revelando uma ambiguidade que reforçava a centralidade do governante e a identificação direta entre suas ações e a pátria.

O missivista explica que gravar essa marcha em discos seria uma forma “*estupenda de propaganda*”. Ela poderia ser tocada nos atos do Plano Quinquenal, nas ruas ou nas rádios e nas escolas por ter uma melodia fácil e agradável, o que contribuiria para a evocação da “unidade nacional”. O estilo da melodia e os locais onde poderia ser cantada, como um hino, coincidem com as marchas dos adeptos do regime, como a *Los Muchachos Peronistas* (*Os Muchachos Peronistas*) e *Evita Capitana* (*Evita Capitã*)²⁵⁵, que seriam publicadas em momento posterior ao da carta de Arturo. A novidade consistia no fato de que o missivista particularizava a sua canção para a exaltação do novo plano do governo.

²⁵⁴ Optamos por não traduzir a marcha no corpo do texto para manter o sentido. Em uma tradução livre, ficaria assim: Cooperemos argentinos unidos Com Perón em seu Plano Quinquenal / Obtendo essa glória teremos Um maior bem-estar geral/ Pela Pátria, a Glória e o Trabalho Com Perón com honrosa lealdade/ Cooperemos com ele e veremos/ A Pátria gloriosa e triunfal / Todo o povo sofrido agradece Ao genuíno trabalhador genial / Presidente dos argentinos / Pela grande vontade popular / Em seu plano quinquenal ajudemos a Perón com patriótico afã / Que com ele e seu plano lograremos / bem-estar na classe social. Fonte: AGN- ST, caixa 467, processo 298.

²⁵⁵ Los Muchachos Peronistas é uma marcha em homenagem à Perón, de autoria desconhecida, que foi interpretada, em público e oficialmente, por Hugo Carril, na Casa Rosada, e passou a ser cantada nos atos peronistas, especialmente nas festas de 17 de outubro. A marcha Evita Capitana é uma homenagem à primeira-dama, de autoria desconhecida, e foi cantada pela primeira vez em 1949, na primeira assembleia do Partido Peronista Feminino.

As propostas das canções dos argentinos²⁵⁶ contrastam com as dos brasileiros por não terem direcionado suas preocupações aos símbolos pátrios, como o Hino Nacional. No entanto, na Argentina, também identificamos o desejo e a reivindicação da participação popular ativa, especialmente do projeto político peronista, opinando, discutindo e ponderando, ou mesmo alinhando suas propostas aos seus interesses particulares, tal como os brasileiros.

No que se refere à comparação entre as canções brasileira e argentina, se observarmos o seu conteúdo, podemos identificar elementos comuns, como: a constituição e a centralidade dos líderes para as transformações dos países; a evocação dos sentimentos de pertencimento, solidariedade e amor à pátria; a associação entre os líderes e o fortalecimento da “unidade nacional”; e o apoio popular aos governantes.

Outros missivistas argentinos procuraram expressar a sua utilidade e colaboração comentando monumentos que estavam sendo construídos. Em julho de 1953, Antonio Lilue, escreveu para o presidente Perón para apontar uma falha no “MONUMENTO JUSTICIALISTA”, que o povo construíra para *“nossa amadíssima CHEFA ESPIRITUAL, EVITA; ao DESCAMISADO; à DOCTRINA JUSTICIALISTA e ao seu genial CRIADOR, PERÓN”* (tradução nossa)²⁵⁷.

O monumento referido é o “Ao Descamisado”, projeto que foi mencionado no discurso político de Perón do dia 17 de outubro de 1946²⁵⁸. Nesta data, Perón pediu apoio do povo argentino para uma ideia que expressava o seu amor pelos *descamisados*²⁵⁹: *“a de que levantemos na Praça de Maio um monumento ao*

²⁵⁶ Alguns continuaram escrevendo em momentos posteriores, mas com letras mais combativas, especialmente por serem do segundo governo peronista, momento de maior tensão política. Fonte: AGN-ST, caixa 575, processo 1164.

²⁵⁷ AGN-ST, caixa 503, sem número do processo

²⁵⁸ A construção do monumento foi interrompida pelo golpe de Estado que destituiu Perón em setembro de 1955.

²⁵⁹ De acordo com Felix Luna (2012), inicialmente, antes do triunfo eleitoral de Perón em 1946, o termo *descamisado* foi utilizado pelos antiperonistas como qualificativo negativo dos trabalhadores que o apoiavam, indicando uma inferioridade social. Posteriormente, este termo foi apropriado pelos trabalhadores e pelos peronistas, tendo o sentido modificado para o positivo, expressando uma valorização da classe trabalhadora. O termo foi extremamente evocado pelos peronistas, sobretudo por Perón e Evita, que esclareceu o significado em sua autobiografia: *“(…) E, o que são, para mim, os descamisados? Não posso falar deles sem que venha a minha memória os dias da minha solidão em outubro de 1945 (…). Descamisados foram todos os que estiveram na Praça de Maio no dia 17 de Outubro de 1945; os que cruzaram a nado o Riachuelo vindo de Avellaneda, da Boca e da Província de Buenos Aires, os que em colunas alegres mas dispostos a tudo, inclusive morrer, desfilaram aquele dia inesquecível pela Avenida de Maio e pelas diagonais que conduzem a Casa de Governo; calaram a oligarquia e aquele que disse “sou ou não sou Perón”; os que o dia todo reivindicaram a gritos a presença do Líder ausente e prisionero; os que fizeram fogueiras com os jornais da imprensa que se vendeu a um embaixador*

descamisado” (tradução nossa) (PERÓN, 1946, s/p). O presidente alegou que os *descamisados* mereciam a homenagem pois, apesar de sempre lutarem pela pátria, nunca receberam um monumento que os perpetuasse. Portanto, essa era uma dívida que a sociedade argentina deveria pagar aos humildes²⁶⁰.

Em meados dos anos 1950, o monumento teve a sua localização alterada, passando da Praça de Maio para a atual Praça Ruben Darío. Devido à doença da primeira-dama, que levou ao seu falecimento em julho de 1952, a finalidade do monumento também sofreu uma modificação. Em julho de 1952, pelo decreto-lei nº 14.124, estabeleceu-se que a primeira-dama também merecia um monumento. Por isso, decidiu-se que o monumento *Ao Descamisado* teria dupla finalidade: homenagear os *descamisados* e ser o mausoléu de Evita. Segundo o decreto mencionado, este seria uma homenagem do povo argentino “ao espírito que impulsiona sua obra de bem-estar coletivo e sua ação de melhoria social”²⁶¹.

Apesar de ser uma homenagem do governo ao povo argentino e do povo argentino à primeira-dama, não houve uma consulta ou comissão popular sobre o modelo do monumento. Ao contrário, Perón contratou o escultor italiano León Tomassi, que já havia realizado esculturas para a *Fundação Eva Perón*. O monumento foi projetado para ter 137 metros de altura, o que corresponde a três vezes o tamanho do Cristo Redentor e quase duas vezes o tamanho da Estátua da Liberdade.

estrangeiro por trinta dinheiros; ou talvez menos! ¡Todos os que estiveram naquela noite na Praça de Maio são descamisados! Ainda que ali estivesse alguém que nao foi, materialmente falando, um descamisado, esse ganhou o título por ter sentido e sofrido aquela noite com todos os autênticos descamisados; e para mim, esse foi e será sempre um descamisado autêntico. E são descamisados todos os que então, de estar aqui, tivessem ido a Praça de Maio; e todos os que agora ou amanhã fariam o mesmo que fizeram os primeiros descamisados daquele primeiro 17 de Outubro. Para mim por isso descamisado é o que se sente povo. O importante é isso; que se sinta povo e ame e sofra e goze como povo, ainda que não vista como povo, que isto é o acidental” (tradução nossa) (PERÓN, 1995 p. 116).

²⁶⁰ Nas palavras do presidente: “Este monumento marcará o início da primeira etapa em que o povo, pela primeira vez na história da pátria, tomou em suas mãos o destino da Nação. Esse “descamisado”, que foi carne de canhão na independência, que foi o gaucho de las CUCHILLAS e das CHUZAS na organização nacional, o mesmo que depois levantou estes edifícios, fez grande a Pátria e a levará a seus grandes destinos, não tem ainda um monumento que o perpetue. É uma dívida que a sociedade Argentina deve pagar ao homem humilde, ao homem que tudo fez e nada reclamou para si. Nesse momento ao descamisado haverá muito do espírito e da forma de cada um dos que foram mortos ignorados, logo de ter trabalhado pela grandeza da Pátria. Quando, nos dias de vigília, o povo quiser se reconciliar consigo mesmo irá ao monumento do descamisado para pedir a inspiração que teve nos dias de grandeza e de ventura para a Nação. E peçamos a Deus que enquanto haja um “descamisado” nesta terra, os destinos da Nação surjam da inspiração do homem do povo, que nada ambiciona para si senão para a Pátria e para seus Irmãos” (tradução nossa) (PERÓN, 2002 [1946], p. 34).

²⁶¹ Decreto-lei nº 14.124.

No topo ele teria uma escultura de um descamisado de 67 metros e uma base de 70 metros de altura com 100 metros de diâmetro. A base circular teria dezesseis colunas, cada uma com uma estátua alegórica de mármore, de cerca de 4,5 metros de altura, representando as iconografias peronistas desde o primeiro governo, mas incorporando Juan e Eva Perón. Por cima das colunas internas estaria a frase da autobiografia da primeira-dama *A razão da minha vida*, em homenagem à Eva Perón, que ocuparia todo o círculo: "*Houve ao lado de Perón uma mulher que se dedicou a levar ao presidente a esperança do Povo, que logo Perón converteria em realidade. Daquela mulher só sabemos que o povo lhe chamava carinhosamente de Evita*" (tradução nossa). No interior do templo, em um espaço reservado e isolado no subsolo, iluminado por uma luz central, estaria o sarcófago de Eva Perón (DE MASI, 2014; BALLENT, 2009; GENÉ, 2008):

A descrição do projeto do monumento revela que, embora o seu título "Ao Descamisado" e finalidades (homenagear os descamisados e a primeira-dama) tenham sido parcialmente mantidos, a homenagem maior seria às realizações do governo peronista²⁶², especialmente ao casal Perón. Em 26 de julho de 1953, um ano após a morte da primeira-dama, a maquete do monumento, adequada para ser também o mausoléu de Evita, foi inaugurada no *Ministério do Trabalho* e amplamente divulgada²⁶³.

A partir dessa divulgação do projeto, os argentinos passaram a escrever para Perón, como Antonio que mencionamos. O missivista Antonio, por ser do povo argentino e peronista, portanto, um dos responsáveis pela "homenagem" à Evita, sentiu-se confortável para sugerir melhorias para a obra utilizando argumentos de objetivos gerais e específicos. Para o missivista, de modo geral, os monumentos e as estátuas deveriam representar o que simbolizam, sem deixar espaço para a imaginação e dedução do público sobre o significado da

²⁶² As homenagens ao casal ficam evidenciadas em algumas das estátuas que foram produzidas. A estátua principal do monumento, que era de um *descamisado*, continha traços que revelavam a inspiração na figura do presidente Perón. A cabeça erguida, o olhar para frente e as mãos fechadas reforçam a imagem de coragem para cumprir a missão de servir a pátria. Na estátua que representava os direitos dos trabalhadores, o "descamisado" Perón aparece apoiando uma mão no ombro do trabalhador e a outra no papel, evidenciando a relação de apoio e concessão dos direitos por Perón. Finalmente, na estátua que representava Evita ela figurava com um olhar sereno, um manto e a sua autobiografia na mão. A representação associa Evita à uma santa, composta por um manto e um "livro sagrado".

²⁶³ O monumento estaria onde hoje é a *Flor Metálica* de Buenos Aires. Nessa localização, ele poderia ser visto de vários pontos da cidade, especialmente da casa de governo.

figura, implícita ou explicitamente, exposta na obra.

De modo específico, o monumento simbolizava o agradecimento e o reconhecimento material do povo aos benfeitores e as conquistas materiais, morais e espirituais. Por tudo o que o justicialismo representava para o povo argentino, a obra deveria ser *“magna em todos os sentidos e refletir totalmente a doutrina justicialista”*, isto é, sua gênese, seu criador, suas realizações, suas conquistas e ideais.

A argumentação do missivista revelava que suas ponderações são amparadas por se sentir pertencente à “nova Argentina” e ao peronismo, enquanto cultura e movimento político. Apesar das particularidades, tal como o brasileiro Newton, que discordava da versão do Hino e propunha a sua versão, Antonio também acreditava que o monumento ainda não estava adequado de acordo com as suas percepções de argentino e peronista. Portanto, assim como no Brasil, na Argentina, a construção ou o reforço da relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e os governantes também foi constituída por discordâncias e desaprovações de determinados temas.

As percepções e os desejos foram explicitados em diversos momentos da missiva, mas principalmente na atribuição de uma importância doméstica e internacional para o monumento. Segundo Antonio, ele seria transformado em um santuário da humanidade, na “MECA” dos povos, uma vez que *“O MUNDO ADOITARÁ PARA SUA SALVAÇÃO, A DOCTRINA DE PERÓN: O JUSTICIALISMO!”*²⁶⁴. A menção a “meca”, um local sagrado para os muçulmanos, e o sentido de transcendência do justicialismo revelavam que, para o missivista, mais do que uma identidade e cultura políticas, o justicialismo era uma religião política. Como outras religiões, os argentinos teriam um criador – Perón -, uma doutrina - o justicialismo - e uma causa - a justiça social. Essa religião, como outras, também produziu uma santidade, como Santa Evita, e um livro sagrado, como a autobiografia *A razão da minha vida*. Estes elementos de inspiração, em diálogo com a religiosidade, criaram materialidades evidenciadas nas estátuas planejadas para o monumento como a de Eva Perón.

O silêncio do missivista a respeito do que foi mencionado demonstra que sua preocupação maior era que o monumento expressasse *“tudo o que o*

²⁶⁴ AGN-ST, caixa 503, sem número do processo.

justicialismo representa". Na sua perspectiva, houve uma "gravíssima falha" na obra: a ausência de algumas estátuas com representações dos postulados peronistas, que constituíam a força da doutrina de Perón, como a liberdade, a segurança econômica-social, a paz e a felicidade. Segundo Antonio, essas ausências poderiam ser utilizadas pelos inimigos do justicialismo, os do presente e os do futuro, ou mesmo pelos historiadores que, por meio da estética, argumentariam contra o regime.

No caso da liberdade, argumentariam: (...) *o regime de Perón era una ditadura (...) posto que sendo o Monumento o fiel reflexo esse momento argentino (...) não teria porque faltar símbolo sagrado da LIBERDADE. PERÓN E O POVO NÃO TERIAM PERMITIDO!*²⁶⁵. As preocupações do missivista expressam a sua identificação política, mas também revelam as crises políticas que o governo já enfrentava, sendo mais difícil conter as críticas dos opositores. Entre outras críticas, figurava o cerceamento das liberdades, especialmente o impedimento das pessoas e dos meios de comunicação expressarem suas opiniões se fossem contrárias ao peronismo²⁶⁶.

Apesar das ponderações do missivista, não encontramos a resposta ao seu pedido. Pelas estátuas que foram realizadas do monumento, é possível inferir que as "forças da doutrina de Perón" que foram mencionadas por Antonio, como a liberdade, não eram as mesmas para o governo ou pelo menos não precisavam estar tão explícitas. Deste modo, é possível que, para o governo a liberdade, por exemplo, estivesse contida em outra estátua. O monumento começou a ser construído em meados de 1955, mas logo foi interrompido pelo golpe militar que ocorreu em setembro e destituiu o presidente argentino.

Como vimos, brasileiros e argentinos operaram com a noção de "pátria" para estabelecerem uma relação direta e pessoal com os governantes reivindicando seu direito de serem úteis e colaboradores para a "construção da

²⁶⁵ AGN-ST, caixa 503, sem número do processo.

²⁶⁶ Após ser eleito, Perón não mediu esforços para liquidar a imprensa opositora, sobretudo com os trabalhos da *Subsecretaria de Informações* e da *Secretaria de Imprensa e Difusão*. A pressão sobre a imprensa também foi exercida através das quotas de papel para cada jornal. Com o estabelecimento da comissão bicameral em 1949, conhecida como *Comissão Visca-Decker*, a censura foi intensificada. Segundo Plotkin (2013), até o final do governo peronista, o regime controlava, por meio de Carlos Aloé 16 casas editoriais e agências de notícias, as quais publicavam 29 periódicos e revistas em todo o país; 39 estações de rádio; e mantinha agências de notícias no exterior.

pátria”. A despeito destes elementos comuns, os usos de símbolos e de alguns aspectos do discurso oficial sobre a “construção da pátria” não representavam uma simples resposta ou mesmo adesão acrítica aos regimes. Ao contrário, revelavam como brasileiros e argentinos procuraram utilizar da relação construída para participar ativamente dos projetos políticos propostos de modos distintos, ou seja, concordando ou contestando.

No que se refere ao Brasil, é possível perceber que alguns missivistas associaram seus interesses particulares aos coletivos. Em alguns casos, estes explicitavam motivações econômicas. Na Argentina, ainda que tenha uma associação dos interesses particulares com os coletivos, as motivações econômicas não ficaram evidenciadas. Ao contrário, houve uma maior incidência de interesses pautados nos desejos e identificações políticas, como de apoio ao governo e de tornar a Argentina grande.

3.2 Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com as imagens dos líderes

Outra maneira que os missivistas procuraram construir ou reforçar a relação direta e pessoal com os governantes, amparados nas imagens de utilidade e colaboração para o engrandecimento da pátria, foi por meio de projetos e inventos com as imagens dos líderes. Em dezembro de 1938, Ubaldino de Motta escreveu ao Vargas expressando seu desejo de homenageá-lo lançando produtos de perfumaria fina, de sua especialidade, com a marca “PRESIDENTE”, cujo rótulo seria o rosto de Vargas:

Figura 4- Embalagem da marca PRESIDENTE

Fonte: AN- GCPR, série Geral, lata 170, processo 31.095.

O missivista solicitou a autorização do uso da imagem do Vargas para a circulação do produto explicando:

(...) para tornar realidade esse meu desejo, faz-se mister autorização de V. Excia e, é por esse motivo que dirijo-me, dada a venia, à presença de V. Excia, que, certamente, me perdoará a liberdade que acabo de tomar, não se excusando em atender a este pedido, pois, anima-me o veemente desejo de levar a todos os cantos do BRASIL inmenso, através de produtos toucador, a excelsa figura de tão grande estadista, rendendo, assim, uma justa homenagem a V.Excia²⁶⁷.

Durante o Estado Novo, o rosto do presidente circulou pelo Brasil em diversos materiais propagandísticos e objetos, inclusive em moedas e em cédulas²⁶⁸ (FRAGA, 2015; CAPELATO, 2009). Por este farto material que circulava, provavelmente o missivista considerou que usar a imagem do governante em uma marca de produtos finos era uma forma de agradá-lo e ser útil e, ao mesmo tempo, colaborar com o regime. Ao mencionar que seu desejo

²⁶⁷ AN- GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 31.095.

²⁶⁸ A adoção da imagem de Getúlio Vargas nas moedas foi estabelecida pelo Decreto-Lei n°. 849, de 9 de novembro de 1938, que determinava que a figura do governante deveria constar nos valores de 100, 200, 300 e 400 réis, pela comemoração do primeiro aniversário da Constituição de 10 de novembro de 1937. Segundo Fraga (2015), durante pouco mais de quatro anos, até 1942, houve uma circulação simultânea, por meio das moedas, da figura do Vargas e dos vultos nacionais. A partir de 1942, com o Decreto-Lei n°. 4.791, de 5 de outubro, entrou em vigor o cruzeiro. Somente a imagem de Vargas se manteve nas moedas, de 10, 20 e 50 centavos. Essas se juntaram as de 1, 2 e 5 cruzeiros, ao lado de outro grande símbolo: o mapa do Brasil. O papel-moeda passou a ser produzido nos valores de 10, 20, 50, 100, 200, 500 e 1.000 cruzeiros. Nessas cédulas foram estampadas as imagens dos vultos nacionais, entre os quais Vargas, na cédula de 10 (com Getúlio Vargas no verso e Unidade Nacional no anverso).

era levar o rosto do chefe de Estado para todos os cantos do Brasil, Ubaldino se valeu da percepção de que havia várias formas de servir à pátria e, em seu caso, seria através da venda de um produto com a marca e o rosto do Vargas. Contudo, é preciso ponderar que, embora as intenções do missivista se mostrassem desinteressadas, certamente um produto com o rosto do governante teria uma recepção distinta pelo público.

No ano seguinte, no dia do aniversário do governante, Alda Guimarães de Mattos, do Mato Grosso, escreveu para Vargas para oferecer a sua colaboração patriótica e presente. A missivista relata que já tinha simpatia pela atuação do governante, mas afirma que “a nossa satisfação subiu ao auge” quando Vargas começou a campanha “Rumo ao Oeste”. A substituição do pronome possessivo “minha” para “nossa” simpatia indica que a “Marcha para o Oeste” ampliou o apoio dos brasileiros, em geral, e dos cuiabanos, em particular, ao Vargas por ter “despertado energias e esperanças adormecidas”²⁶⁹

Alda comenta que o governante receberia muitas homenagens na cidade, incluindo a sua. Sobre esta, ela explica que é professora e que não conhecia Vargas pessoalmente, por isso, o busto em plastinina foi modelado a partir de fotografias e da *“boa vontade de que [se] achava possuída”*. Por esse motivo, pediu para que ele aceitasse a homenagem *“não como um trabalho de valor artístico, mas como de uma cuiabana, nascida e criada nesta longínqua cidade, isolada pela distância dos grandes centros intelectuais, mas onde se encontra uma sociedade impregnada do espírito de brasilidade”*²⁷⁰.

Os trechos mencionados sugerem a ideia de que qualquer brasileiro poderia ser útil e colaborar com o engrandecimento da pátria, bastando ter patriotismo e disposição. Ademais, para endossar a importância do seu trabalho, mencionou a repercussão positiva do busto na cidade, que inclusive apareceu no diário oficial do Estado e na revista “A violeta”.

Alda finalizou a carta afirmando que gostaria de ter tido a oportunidade de entregar o busto na visita do governante. Contudo, como esta foi adiada, ela decidiu enviar o busto através de um alto funcionário do governo, que se encarregaria de entregar ao presidente. Como ela não recebeu uma nota que acusasse o recebimento do presente, Alda voltou a escrever para saber se ele

²⁶⁹ AN- GCPR, série Guerra, lata 197, processo 26.161.

²⁷⁰ Idem.

havia recebido a sua oferta. Esta carta era bem similar a anterior e as únicas modificações foram o aumento dos detalhes da saga do busto que não chegou para Vargas. No entanto, seu gesto foi publicado no jornal *A noite*, em maio de 1939, nos seguintes termos:

Figura 5- Nota sobre Alda Guimarães no jornal A noite

Legenda da foto: A senhorita Alda Guimarães de Mattos e o busto do presidente Getúlio Vargas por ela modelado.

Fonte: *A noite*, 9 de maio de 1939, p.4 (edição digital: 09786).

Na nota, o jornal valorizou o trabalho da “verdadeira artista” autodidata e pondera que ela deveria ter amparo dos poderes competentes pelo “trabalho perfeito” que desenvolveu. Na nota também consta que o busto seria entregue ao governante, mas, pelos trâmites internos, isso não ocorreu.

As iniciativas dos brasileiros demonstram as coincidências dos interesses individuais com os coletivos, mas também as particularidades das formas de colaborar com a “construção da nação” a partir do culto ao líder. A relação direta e pessoal seria constituída por meio de homenagens específicas para Vargas. Ubaldino, um cidadão comum, acreditava que sua homenagem possibilitaria uma maior circulação do rosto do chefe de Estado pelo país, atingindo um público mais amplo. Ao contrário da tentativa desta “homenagem” mais ampla, a de Alda estaria condicionada a um público mais restrito, associado aos que frequentassem o local que o busto fosse colocado. Ambos consideravam que esta era uma forma de demonstrar o seu patriotismo na expectativa de que receberiam benefícios particulares pelas homenagens.

Na Argentina, os rostos do presidente e da primeira-dama também circularam em diversos materiais e objetos (CIRIA, 1983; PLOTKIN, 2013; CAPELATO, 2009)²⁷¹. Contudo, nas cartas encontramos mais solicitações para o uso das imagens e do nome da primeira-dama do que do presidente. Em dezembro de 1952, Juan Luis Palacios, de Entre Rios, escreveu para o presidente Perón para oferecer um localizador intitulado “EVITA AUXILIO”, útil para aviões e embarcações náuticas. De acordo com o missivista,

(...) Se visto pelo Sua Excelência os resultados e fosse aceito útil, é meu desejo e propósito de entregá-lo ao Governo para que disponha dele; e ter a satisfação de ter sido útil a minha querida Pátria e a humanidade. E então, com mais entusiasmo e a favor de Deus, procurarei levar a prática quanto antes, ainda que sou pobre e velho (tradução nossa)²⁷².

Ainda que de maneira distinta do brasileiro, a argumentação da carta de Juan também projeta a imagem de alguém desinteressado, que apenas quer colaborar e ser útil a nação. A parte final do trecho, onde ele se identifica como “pobre e velho” reforça a mensagem vigente no discurso oficial de que todos podem contribuir de alguma forma na construção da “Nova Argentina”. As cartas revelam que os missivistas argentinos, tal como os brasileiros, se identificaram com essa mensagem e utilizaram para enviar seus projetos, mesmo não sendo especialistas.

Segundo Juan, o nome da primeira-dama inspirou-o pelo invento ter fins humanitários. Além disso, associava os objetivos do objeto à Evita em vida, alegando que, tanto a primeira-dama quanto seu invento buscavam auxiliar as pessoas, ainda que de maneiras distintas. Contudo, no fim da carta, ele pediu desculpa para Perón “*por ter colocado em meu aparato o nome inesquecível da nossa Abandeirada, Chefe Espiritual da Nação e Martir do Trabalho; a companheira Evita. Para que desde sua morada celestial continue ajudando a humanidade*” (tradução nossa)²⁷³.

O nome da primeira-dama também foi utilizado em dezembro de 1951 em

²⁷¹ No segundo governo, bustos, capas artísticas, discos com os discursos, fotos, livros da doutrina peronista, medalhões e troféus de Perón e Evita foram vendidos pelo Departamento de Difusão da revista *Mundo Peronista*. Ver a partir do número 33 da revista.

²⁷² “*Si visto por S.E los resultados y fuese aceptado útil, es mi deseo y propósito entregarlo al Gobierno para que disponga de él; y tener la satisfacción de haber sido útil a mi querida Patria y a la humanidad. Y entonces, con más entusiasmo y el favor de Dios, procurare llevar a la práctica cuanto antes, aunque soy pobre y viejo (...)*” AGN-ST, caixa 503, processo 228.780.

²⁷³ AGN-ST, caixa 503, processo 228.780.

um artefato intitulado “Medalha Infantil Evita”, sugerido por Eduardo Vuletich, secretário geral da *Federação Argentina de Trabalhadores de Farmácia e afins* (F.A.T.F.A) e futuro secretário geral da *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT), que substituiu José Espejo em 1952²⁷⁴. O objetivo era premiar os jovens menores de 14 anos, que seriam reconhecidos por, pelo menos, um destes atos: mérito, honradez, lealdade, companheirismo, amor filial, presença na escola, atuação esportiva, entre outros. A medalha conteria a imagem da primeira-dama com o *escudito* em segundo plano:

Figura 6 - Modelo de medalha com o rosto de Evita

Fonte: AGN-ST, caixa 503, processo 228.780.

A medalha buscava estimular as virtudes da juventude pelas premiações e pelas repetições dos comportamentos reconhecidos como “bons”. Os alunos receberiam a medalha de ouro, prata ou bronze de acordo com a importância do ato. Para o missivista, a premiação deveria ocorrer em um grande ato público, no Teatro Colón, no dia das crianças ou de Sarmiento, sendo que a própria primeira-dama deveria entregar a medalha para os jovens²⁷⁵.

A proposta coincide com os esforços governamentais de orientar e modelar as condutas dos argentinos de acordo com o gênero e a idade. O

²⁷⁴ Embora Vulevitch não possa ser considerado uma pessoa comum como as demais mencionadas, resolvemos manter a carta por tratar de um aspecto importante do governo peronista: as premiações.

²⁷⁵ AGN-ST, caixa 503, processo 7.694.

reconhecimento e a divulgação das ações que representavam os valores e as virtudes peronistas compuseram estes esforços. As “boas ações” dos argentinos e estrangeiros foram divulgadas em materiais propagandísticos, como na seção *Exemplo Peronista* da revista *Mundo Peronista* (BIANCHI, 1999) e na entrega de medalhas e prêmios, como a *Medalha Peronista*²⁷⁶ e os concursos das *Rainhas do Trabalho*²⁷⁷. Apesar das particularidades dos materiais e das premiações, todas elas reconheciam pessoas com condutas exemplares, que contribuíam para o engrandecimento da pátria. Portanto, deveriam servir de exemplo e serem imitadas pelas demais.

Embora a *Exemplo Peronista* tenha apresentado histórias infantis e a *Medalha Peronista* tenha sido entregue para algumas crianças, boa parte das publicações e das premiações eram para adultos. As crianças recebiam premiações específicas nas competições esportivas, como quando as medalhas dos *campeonatos infantis Evita* eram distribuídas. Como não havia uma medalha específica para as crianças, o governo interessou-se pela proposta, considerando que “(...) seria um prêmio perfeitamente ajustado à Regulamentação sobre Prêmios sancionados pelo Ministério da Educação e publicada no Boletim de Comunicações nº 167/168”²⁷⁸. Acrescentou-se nos trâmites internos que a *Fundação Eva Perón* deveria oficializar a iniciativa. No entanto, não encontramos informação se realmente foi implementada.

As premiações não foram exclusivamente associadas ao que já existia na Argentina ou ao que o peronismo inovou. Alguns argentinos criaram premiações

²⁷⁶ A medalha, estabelecida em 1948, era dedicada aos trabalhadores e argentinos, homens e mulheres, pelos seus atos de nobreza, abnegação e patriotismo. A entrega das medalhas ocorria nas festas do dia 17 de outubro. Uma breve leitura nas edições da revista *Mundo Peronista* permite observarmos que, embora todos recebessem a mesma “medalha peronista”, as razões variavam, como ficava explícito nas condecorações: “medalha ao dever”, “medalha à produção”, “medalha a lealdade”, “medalha fé peronista”, “medalha campeão olímpico”, “medalha bola-campões mundiais”, “medalha em grau extraordinário” (concedida somente para Eva Perón). Ver: *Mundo Peronista*, números 9, 32 e 74.

²⁷⁷ Segundo a revista *Mundo Peronista*, a “Rainha do Trabalho” era “a combinação perfeita entre a qualidade de trabalhadora e a mulher bela, que por décadas se consideraram incompatíveis, pois com a incorporação das mulheres ao trabalho extra doméstico, se fixou a ideia de que a trabalhadora era antes de tudo uma mãe-trabalhadora, portanto, “um pedaço do lar abandonado”” (tradução nossa) (ano II, n. 45, p. 50). De acordo com Lobato, Damilakou e Tornay (2004, p. 234), a eleição da “Rainha” implicava não somente a ideia da propaganda política peronista como também a exibição pública do corpo de uma mulher. Em outras palavras, a beleza combinada ao ideal do trabalho configurava o “mito da beleza” e da “mulher ideal”. Assim, a eleição era parte de um culto de massas que não se articulava por meio das palavras, mas por imagens, em uma liturgia onde se mesclavam ritos e símbolos diversos.

²⁷⁸ AGN-ST, caixa 503, processo 7.694.

diferentes, inclusive para outros públicos e nações. Em maio de 1951, de Buenos Aires, Teresforo Jimenez Biosca, escreveu para o presidente Perón identificando-se como um investigador técnico e científico cósmico de uma nova geografia nacional polar e cósmica. Ademais, ele também sugere “(...) *ampliar a rota de Colombo e Magalhães, para estratificar as Américas e concertar uma paz mundial durável, de premiar as Nações cristãs de cósmicos territórios argentinos, que existe além do polo sul, e onde são de clima quente como o Brasil (...)*” (tradução nossa) ²⁷⁹.

Suas ideias foram detalhadas em uma publicação, uma espécie de revista, de sua autoria, intitulado *Larjentidiome ou La Cristargentilengua*. A revista está em um dialeto de sua autoria que deveria ser utilizado por todos os que pertenceriam ao novo espaço²⁸⁰.

Para o missivista, sua proposta de ampliar a rota e encontrar novos domínios caracterizava o “descobrimento do século XX”. Por isso, ele estabeleceu uma associação entre os reis ibéricos Fernando de Aragão e Isabel de Castela com Perón e Evita. Ademais, ele identificou-se como um desbravador, equivalendo sua posição a de Colombo. O presidente e a primeira-dama, agora conhecidos como “super-Perón” e a “maessuperadora Evita”, seriam os governantes do grande espaço conquistado. As pessoas que habitavam estes espaços ficariam submetidas à religião (católica), história e política (doutrina peronista) dos colonizadores. Com o espaço e recursos ampliados, a “grande Argentina” seria a que garantiria a ordem no cenário internacional, evitando a Terceira Guerra Mundial: impor a paz por prêmios ou recompensas às nações cristãs e coordenaria os trabalhos da Organização das Nações Unidas e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

²⁷⁹ AGN-ST, caixa 473, processo 55.065/51.

²⁸⁰ Idem.

Figura 7- Imagens do mapa polar argentino proposto (à esquerda) e do modelo de propaganda do programa de paz mundial e seus prêmios (à direita)

Legenda da imagem da direita: No canto esquerdo está escrito: “O novo Colombo-Argentino declara no ano 1950, o ano supersanto sanmartiano ou de San Martín que o próximo ano difundir o novo programa de paz mundial científico argentino que exterioriza T. J. BIOSCA, de eliminar o perigo [das] bombas atômicas”

No canto direito está escrito: “Dedico este trabalho a Sra Eva Duarte de Perón que considere a nova ciência geográfica de expansão ou novos mundos desconhecidos próximos ao Polo Sul, imitar a Isabel Católica e ampliar a rota de Colombo, para cimentar uma paz mundial científica de Jesuscrito premiar as nações de cosmicolonias Americoscimas, para que o General Perón maescree a Grande Argentina Geográfica e Redentora de Cristo, que soou nosso São Martín. O autor T.J. Biosca” (tradução nossa respeitando o dialeto criado pelo inventor).

Fonte: AGN-ST, caixa 473, processo 55.065/51.

As imagens representavam o novo mapa argentino e a propaganda dos prêmios, respectivamente. O mapa da América foi invertido, sendo que o domínio argentino chegaria ao Polo Sul. Os personagens no mapa – San Martín, Jesus Cristo e Evita- são os considerados centrais pelo missivista. A escolha dos personagens demonstra a fluidez dos poderes políticos e divinos para ele.

Apesar de manter a centralidade da primeira-dama nas duas imagens há um contraste entre elas: na da esquerda, ela aparece sorridente e mais acessível enquanto na da direita, ela está séria e aparentemente distante. Em uma mão ela está segurando uma bandeira da paz com os dizeres “Paz Mundial de Prêmios” e na outra uma placa com os dizeres “novos mundos”. O contraste

pode ser atribuído aos distintos papéis e respectivas funções que ela deveria exercer: na esquerda, como “mãe do povo”, mantendo a conhecida imagem de “*chefa espiritual da nação*”, sorridente e acolhedora; na direita, como governante, mas especialmente como representante internacional que deve impor a paz no mundo. A ideia de imposição fica explicitada na forma como ela está segurando a bandeira, como se estivesse enfincando no mapa.

O cartaz da mão esquerda também pode indicar tanto um recado aos “novos mundos”, encontrados ou conquistados, quanto ao “velho mundo”, como o continente europeu, indicando que, a partir daquele momento, um novo mundo seria colocado em prática, com ausência de guerra. Os distintos públicos-alvo das mensagens também podem auxiliar na compreensão do contraste: na imagem da esquerda, os nacionais, e na direita, os estrangeiros.

A despeito da particularidade da proposta, o tema coincide com algumas das discussões do momento sobre os avanços científicos e tecnológicos e os novos territórios que deveriam ser ocupados pela Argentina, como a Antártida, que estavam presentes em diversas publicações da época, inclusive ultrapassando o peronismo, algo que foi estudado por Hernán Comastri (2015).

Os desejos mais amplos do missivista coincidem com alguns dos comentados anteriormente, como: tornar a Argentina um “grande país”; auxiliar para que ela tenha um destaque no cenário internacional e seja conhecida pelos seus atos; e divulgar o peronismo e sua doutrina para além das fronteiras. Terósforo também explicita um receio comum de sua época, que ultrapassa a sua nacionalidade: a emergência da Terceira Guerra Mundial e o uso da bomba atômica.

O parecer da sugestão foi realizado pelo engenheiro Silvio Antonio Tosello, diretor nacional de investigações técnicas. Segundo ele:

Tanto a leitura da nota como a publicação anexada evidenciam claramente uma falta absoluta de seriedade ou fundamento científico. A terminologia empregada é ridícula e absurda. Por outra parte, os conceitos errôneos em grau sumo informam inclusive um seguro desequilíbrio do autor (tradução nossa)²⁸¹.

Ele também recomenda que o missivista receba uma resposta simples e

²⁸¹ “*Tanto la lectura de la nota como la publicación adjunta evidencian claramente una falta absoluta de seriedad o fundamento científico alguno. La terminología empleada es caprichosa y absurda. Por otra parte, los conceptos errôneos en grado sumo informan incluso de un seguro desequilibrio del autor*”. Fonte: AGN-ST, caixa 473, processo 55.065/51.

que a publicação seja interdita, uma vez que ela ofende as mais diversas autoridades. A apreensão também impediria o uso mal-intencionado da publicação, dentro e fora da Argentina.

Os argentinos e os brasileiros adotaram as imagens dos líderes em alguns de seus produtos e inventos por considerarem que esta seria uma forma de estabelecerem a relação direta e pessoal com os governantes a partir do que compreendiam como colaboração para a “construção da pátria”. Os missivistas consideraram que estes usos representariam uma homenagem aos “grandes responsáveis” pelas transformações dos países.

Contudo, esses missivistas fizeram associações particulares sobre os estilos e formas de homenagens. Novamente, no Brasil, embora os missivistas tenham adotado o discurso de “colaboração desinteressada”, encontramos uma incidência mais explícita em interesses e ganhos particulares do que coletivos. Na Argentina, os missivistas também adotaram o discurso da colaboração, mas há uma maior incidência em interesses e ganhos coletivos, comuns, como educar as massas e tornar a Argentina um grande país, com maior importância internacional.

No último tópico deste capítulo elencamos projetos, inventos e comentários que não adotaram os símbolos pátrios ou as imagens dos governantes. Estes oferecem uma gama de possibilidades de análise, como o caráter técnico e científico presente em muitas das cartas. Contudo, nosso interesse é continuarmos observando como os missivistas edificaram ou realizaram a manutenção da relação direta com os governantes sem utilizar os símbolos pátrios e/ou as imagens dos governantes.

3.3 Dos pequenos para os grandes patriotas: o engrandecimento com outros projetos e inventos

As missivas analisadas neste capítulo têm uma tônica argumentativa comum: a “construção da pátria” por meio do seu “engrandecimento”. As especificidades estão nas formas que os missivistas conceberam o “engrandecimento” e como associaram aos seus desejos e interesses particulares. As correspondências que trataremos neste tópico também têm esta

tônica, mas no Brasil o engrandecimento foi associado à defesa nacional e na Argentina à resolução dos problemas da pátria.

A defesa nacional, interna ou externa, foi uma preocupação do governo Vargas desde os anos 1930. Contudo, concordamos com Fraga (2018) ao ponderar que houve uma maior preocupação em alguns momentos decisivos para o governo, como as eclosões das chamadas “Intentona Comunista”, em 1935, e da “Intentona Integralista”, em 1938, que tiveram como desdobramento o combate e a perseguição aos comunistas e aos integralistas, respectivamente. Além desses movimentos internos, no âmbito externo, a emergência da Segunda Guerra Mundial, especialmente a entrada do Brasil no conflito, também gerou uma maior mobilização.

A despeito das particularidades das motivações e dos usos destes momentos pelo governo Vargas, a percepção oficial era de que eles ameaçavam a segurança nacional, que pode ser entendida como sinônimo de sobrevivência do país. No discurso oficial, a defesa da pátria deveria ser garantida por todos os brasileiros, independentemente da posição que ocupassem. Tal como a colaboração, a defesa da pátria poderia ocorrer das mais variadas formas. Neste tópico nos centraremos nos projetos e inventos e, no próximo capítulo, nas denúncias e perseguições às ameaças e inimigos do regime.

Nilo de Oliveira Sarmiento escreveu para o presidente Vargas de Fortaleza, em abril de 1940:

(...) Excia., impulsionado pelo desejo ardente de ver as Forças Armadas de Terra, Mar e Ar, dotadas de aparelhamentos bélicos que correspondem eficientemente necessidade imperiosa do seu papel, dando confiança absoluta ao seu poderio militar, concorrendo para o seu realce na defesa de nossa querida Pátria, garantindo tudo o quanto é sagrado do Estado Novo: -resolvi mergulhar profundamente com sagacidade mecânica durante meses afio, explorando no seio abstrato as mais firmes ideias realizáveis, traçando desenhos técnicos, construindo mentalmente armas phantásticas, até que afinal solucionei o problema máximo da Industria Armamentista para os nossos tempos e para a gloria do nosso querido BRASIL, afim de dotar os nossos militares de mais uma arma exuberante (...) Trata-se de uma metralhadora que funcionará tanto movida á mão como a eletricidade, podendo ser adaptada no menor veículo, como seja, uma motocicleta²⁸².

A carta de Nilo deve ser compreendida considerando os acontecimentos internacionais e nacionais. Os boletins e as notícias sobre a Segunda Guerra

²⁸² AN- GCPR, série Guerra, lata 197, processo 8181.

Mundial circulavam nos diferentes veículos de comunicação e nas conversas das pessoas comuns no trabalho, nas praças e em outros locais de sociabilidade (PEDREIRA, 2019; CYTRYNOWICZ, 2002a; FÁVERI, 2002). O conflito mundial gerou uma preocupação do governo no âmbito nacional antes mesmo do Brasil entrar na guerra, que pode ser identificada em uma campanha, lançada em 1939, intitulada “Consumo de Artigos Nacionais”, sob a iniciativa do Ministério da Guerra (GOLDONI, 2011).

O então responsável pelo Ministério, general Eurico Gaspar Dutra, defendia a maior participação civil no processo de industrialização, especialmente no setor bélico. A Diretoria do Material Bélico, subordinada ao Ministério e responsável pela administração de boa parte das fábricas e arsenais de guerra, iniciou a campanha. De acordo com Goldoni (2011), a iniciativa seguia a recomendação do *Conselho Federal do Comércio Exterior* que determinava que, em suas compras, todos os ministérios dessem preferência aos artigos de manufatura nacional²⁸³.

Ainda segundo o autor, a situação inédita pode ser compreendida se considerarmos que, apesar do crescimento industrial do país no período, o Ministério da Guerra continuava a ser um produtor quase solitário de artefatos de uso militar. Goldoni (2011) também acrescenta que os militares desejavam transformar suas instalações fabris em laboratórios de pesquisa aos moldes dos que existiam nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha.

Como mencionamos na parte dos imaginários populares sobre a família, mesmo no período anterior a entrada do Brasil no conflito mundial, o cotidiano das pessoas comuns, sobretudo das que viviam no Nordeste, foi impactado por diversos fatores. É provável que estes impactos e a circulação de notícias sobre os acontecimentos internacionais tenham inspirado mais a argumentação das cartas que analisamos do que a campanha dirigida especialmente para os empresários.

²⁸³ As preocupações com o setor bélico podem ser observadas em texto publicado no boletim nº 85 da repartição e reproduzido em alguns jornais. No texto, o general Arthur Sillo Portela, diretor do Material Bélico, defendia a recomendação pela preferência de artigos nacionais para satisfazer as necessidades. Segundo ele, era preciso adotar um “nacionalismo prático” pela necessidade de valorizar os produtos nacionais e pelo receio dos mercados europeus fecharem, o que implicaria na suspensão do envio dos recursos, constituindo um problema para a defesa nacional. Além disso, o governo também incentivava a promoção de indústrias bélicas nacionais pelo empresariado, inclusive considerando o estabelecimento de intercâmbios técnico-científicos entre as fábricas militares e civis.

No entanto, no caso de Nilo, é interessante observar que o missivista procurou mostrar que estava informado acerca de algumas das preocupações concretas da defesa nacional, do Brasil ou mesmo de outros países, e que seu produto resolveria parte delas. A descrição dos aspectos técnicos da metralhadora demonstra que os missivistas também entraram em contato com outras referências que versavam sobre ciência e da tecnologia, especialmente as que tratavam dos armamentos. Esses contatos ajudaram a sustentar a imagem de que, embora não fossem especialistas, os inventores eram informados e capazes.

Por tudo o que foi exposto, Nilo pede que o presidente permita que ele apoie a nação. O apoio seria possibilitado pela sua contratação nas Fábricas de Materiais Bélicos do Exército ou da Armada, onde, contando com a ajuda dos técnicos e mecânicos, poderia conceber seu invento. Essa proposta revela a coincidência de interesses e de desejos entre o missivista e o governo.

Apesar do desejo de ser útil e colaborar com a nação, ele adverte o governante:

- (...) a) Sou bastante pobre e arrimo de numerosa família, não podendo me ausentar sem uma devida manutenção a mesma.
- b) Sou empregado numa firma commercial nesta capital, como Viajante-Propagandística de Productos Pharmaceuticos Nacionaes, percebendo o salario de 500\$000 mensaes.
- c) Não posso me retirar deste Estado, sem a passagem custeada por V. Excia.
- d) Sou reservista do Exército Nacional, no qual revelei bom comportamento²⁸⁴.

As advertências demonstram que, embora Nilo não seja técnico, ele reconhece o seu valor então estabelece condições gerais e específicas para realizar a sua contribuição. As condições revelam que os missivistas se identificaram e utilizaram partes do discurso oficial sobre a servidão, utilidade e colaboração para a pátria. No caso de Nilo, diferentemente do governante, ele não pode realizar qualquer sacrifício pela pátria, pois é pobre e tem uma família numerosa para sustentar. Amparado na percepção de que o seu invento poderia ajudar a nação, no final da carta é sugerido que a sua produção da metralhadora era um interesse comum entre o missivista e o chefe de Estado. Por essa razão, ao invés de implorar para Vargas a sua realização, ele menciona o limite de seu

²⁸⁴ AN- GCPR, série Guerra, lata 197, processo 8181.

deslocamento e o salário na empresa que trabalha podendo indicar o oferecimento de uma base para o salário aceitável que o governante poderia pagar para Nilo. O missivista finaliza a carta fornecendo um contato no Exército, o que pode ser interpretado como um atestado de bom comportamento, mas também um contato caso Vargas quisesse confirmar que Nilo é alguém de confiança.

Como ele não recebeu uma resposta rápida, no final de abril, reenviou a carta, modificando apenas o início onde indicava que era a sua segunda carta. Um mês depois, uma Comissão técnica, composta por um capitão e dois tenentes, foi na casa de Nilo para examinar e dar um parecer sobre a metralhadora. Na ocasião, a “argumentação prática” da carta não foi mantida. No relatório sobre o invento, consta o seguinte parecer: *“(...) Foi apresentado à Comissão pelo Sr. Nilo, apenas um desenho colorido, em corte vertical, de uma arma por ele chamada “Metralhadora Elétrica Modelo Brasileiro de 1940” numa escala por ele dita 1/50, quando na realidade era 1/2”*.

A imprecisão e a inadequação de informações técnicas, assim como o desconhecimento sobre eletricidade, resistência de materiais e balística, sustentaram o parecer negativo para a produção da metralhadora. Nas palavras da Comissão:

(...) a Comissão julga ser irrealizável o funcionamento da arma, cujo desenho lhe foi apresentado, ressaltando a capacidade de imaginação e trabalho do pseudo inventor, o qual por um acentuado espírito de patriotismo e aproveitamento de suas horas de folga, trabalhou com o olhar fixo no engrandecimento da nossa Pátria²⁸⁵.

Apesar da negativa, é interessante destacarmos a ponderação final do funcionário em que destaca o espírito de patriotismo e o desejo de engrandecer a pátria do missivista, reconhecendo o esforço de Nilo e reforçando a imagem de que todos os brasileiros podem colaborar com a pátria.

Missivas com inventos de guerra foram recorrentes no início dos anos 1940. No entanto, as projeções de si dos missivistas variaram. Alguns apresentavam-se confiantes enquanto outros retratavam a sua aflitiva situação para depois oferecer o invento. Nestes casos, a imagem de proteção, trabalhada na parte sobre os imaginários populares sobre a família, se sobrepõe às de

²⁸⁵ AN- GCPR, série Guerra, lata 197, sem número de processo.

colaboração e utilidade, pois o invento seria uma forma do governante ajudá-los.

Além dos projetos e inventos da área militar, também figuraram, em menor número, da educação, saúde, rural/ agrária e pesca. As iniciativas são muito distintas, podendo conter resumos das ideias como planos mais elaborados, com longas descrições e fotografias dos inventos e de seus criadores. Apesar de terem seus projetos e inventos apoiados pelo governo, é interessante observar que, mesmo não sendo cientistas *stricto sensu*, eles escreveram para o governante por considerarem que tinham a técnica e/ou a ideia.

Esse aspecto também sustentou a comunicação dos missivistas com o presidente Perón. Beatriz Sarlo (2004), analisando a “imaginação técnica popular” argentina, durante os anos 1920 e 1930, pondera que a técnica tinha uma dupla função cultural: representava o ingresso dos setores populares na modernidade e compensava, mediante o saber prático, a ausência ou falta do “capital acadêmico”. Além da questão cultural, as sociais e políticas, como a experiência direta das pessoas comuns nas grandes cidades e nas fábricas e a vinculação direta entre a modernidade e a indústria, amplamente difundidas no discurso oficial peronista e nos meios de comunicação, oficialistas ou opositores, também devem ser consideradas (COMASTRI, 2015).

Embora o governo peronista tivesse uma preocupação com a defesa da pátria, os projetos, inventos e comentários que encontramos tiveram uma maior preocupação com o engrandecimento da nação associado à resolução dos seus problemas. Os projetos e os inventos, dos mais aos menos práticos, versaram sobre as questões políticas, sociais, trabalhistas, industriais, rurais/ agrárias, educacionais (formais e informais), obras públicas, propaganda, energia, militar, aviação, turismo, meio ambiente, saúde e relações exteriores. As iniciativas eram das mais variadas, incluindo propostas de palestras e cursos até complexas políticas e projetos habitacionais, de obras públicas, educacionais, entre outros.

A gama temática e de iniciativas revelam as variadas percepções sobre o que os argentinos identificavam como engrandecimento da nação e problemas nacionais. Há uma grande variedade de interpretações dos problemas nacionais, que partem de iniciativas individuais até aquelas que abarcam grandes coletivos. Entre os problemas, figuraram os com: a construção de habitações populares, escolas, hospitais e demais obras de infraestrutura; a implementação de políticas

trabalhistas, sociais, de saúde e educacionais para argentinos de todas as idades; a disponibilização de auxílios financeiros para execução de inventos de materiais de trabalho ou do dia a dia, que facilitariam a vida na cidade e no campo; a revisão das formas de atuação e investimento na propaganda, nas relações exteriores, no âmbito científico e tecnológico; entre outros.

Durante a Guerra Fria, Perón adotou a “Terceira Posição”, colocando-se acima das disputas entre os Estados Unidos e União Soviética, endossando que sua maior preocupação era o engrandecimento da pátria. No âmbito doméstico, este discurso foi amparado pela promulgação dos Planos Quinquenais e das respectivas convocações aos argentinos, o que auxilia a compreensão da maior quantidade de projetos e inventos na Argentina.

Em novembro de 1946, Camilo Sastre, de Buenos Aires, dirigiu-se para o presidente Perón. O missivista já havia enviado uma carta anterior para manifestar seu apoio e apresentar sua “mochila de inquietudes peronistas”. Como na ocasião, o desejo e boas intenções foram insuficientes para ter suas inquietudes atendidas, ele voltou a escrever em novembro de 1946:

Escutei com profunda emoção seu discurso propagado pela Radiotelefonía desde o Teatro Colón.

Imposto aos nobres e patrióticos propósitos para levar ao feliz término o plano quinquenal, me permito apresentar oferecendo, com meus modestos conhecimentos, para colaborar em parte ao importante Plano que se refere as obras de irrigação e colonização.

O suscripto não é Universitario por isso deixei passar um mês, para dar lugar aos teorizadores para que se apresentem a colaborar em tão patriótica cruzada, mas caso eles não façam, me apresento como homem prático para solucionar o problema de irrigar com o aproveitamento das águas subterrâneas, principalmente nas províncias de Mendoza e San Juan (tradução nossa)²⁸⁶.

No início da argumentação, Camilo reafirma sua identificação com o presidente e seu desejo de colaboração com a “Nova Argentina”. Diferentemente da carta anterior, nesta ele escolhe uma das inquietudes e detalha para ter seu pedido atendido. A identificação da inquietude com uma das áreas do Plano

²⁸⁶ “He escuchado con profunda emoción su discurso propalado por la Radiotelefonía desde el Teatro Colon.

Impuesto de los nobles y patrióticos propósitos para llevar a feliz término el plan quinquenal, me permito presentarme ofreciendo, con mis modestos conocimientos, para colaborar en parte al importante Plan en lo que se refiere a obras de irrigación y colonización.

El suscripto no es Universitario por eso dejé pasar un mes, para dar lugar a los teorizadores para que se presenten ellos a colaborar en tan patriótica cruzada, pero en vista que ellos no lo hacen, me presento como hombre practico para solucionar el problema del riego con el aprovechamiento de las aguas subterranas, principalmente en las provincias de Mendoza y San Juan”. Fonte: AGN-ST, caixa 468, processo 2969.

Quinquenal e a descrição de como funcionaria o sistema de irrigação, inclusive citando outros países com experiência como os Estados Unidos, revela a preocupação do missivista em mostrar-se informado e capacitado. A parte final do trecho que destacamos revela uma ambivalência, que pode decorrer das suas interpretações sobre a importância do “saber universitário” ou de como crê que o governo lida com este: embora se ampare no saber prático, Camilo esperou os “teorizadores” enviarem suas colaborações para depois enviar a sua, indicando que poderia haver uma ordem de importância e peso nas diferentes colaborações.

As propostas de máquinas e ferramentas, especialmente para o campo, dialogavam com demandas relacionadas às propostas privadas e públicas, que foram incorporadas por peões rurais, técnicos e pequenos fazendeiros. Nas propostas públicas, é possível notar a preocupação dos missivistas em dialogar com as propostas governamentais, considerando as emergências do primeiro e do segundo governo peronista, amplamente difundidas na propaganda oficial e não-oficial.

Nas demandas particulares, a análise das cartas permite observarmos que muitas das iniciativas são baseadas nas experiências cotidianas do trabalho na cidade, no campo ou mesmo das necessidades mais imediatas dos missivistas. Portanto, embora haja uma relação direta com o governo peronista, as cartas não são somente uma resposta aos estímulos políticos. Muitas das correspondências adotam a linguagem e as referências peronistas, no entanto, também encontramos outras em que as consignas e os líderes praticamente não foram mencionados.

O missivista finaliza a carta ponderando que entregou o projeto nas mãos de um amigo senador em caráter de colaboração anônima com o “*único propósito de divulgação patriótica*” e da concretização da obra. Sua carta anterior também foi enviada em caráter “confidencial”.

Diversos missivistas condicionaram o envio dos detalhes dos projetos ou dos inventos à uma entrevista com Perón, algo que também foi identificado por Donna Guy (2017) e por Hernán Comastri (2015), quando analisaram as correspondências enviadas para o presidente e/ou para o casal Perón. Isso também ocorreu em algumas das “colaborações desinteressadas” enviadas, especialmente as que os missivistas queriam compartilhar segredos com o

presidente argentino, como é o caso de José Jorge Pedroza, de Misiones, que escreveu em 1950, a pedido de dois senhores iletrados, que trabalham em uma estância em Santa Bárbara (Província de Jujuy), para comunicar que eles conhecem a localização de uma mina de ouro e de outro metal que desconhecem. Como eles não têm confiança em outras pessoas do povoado, lhe confiaram a missão de contar ao presidente, colocando à disposição mostras de pedras auríferas e do outro metal para análise²⁸⁷.

Ao longo da carta, José apresenta elementos, como a sua função em um cargo público e o *“profundo carinho e fé ilimitada no casal Perón”*, que demonstram que ele e os senhores mencionados são *“bons argentinos”*, que somente querem contribuir para o engrandecimento da pátria. Ele finaliza a carta endossando que *“sabedores do perigo, eles não querem confiar a ninguém”*, por isso esperam que o presidente tome a melhor decisão²⁸⁸.

A despeito dos inúmeros apelos, nos trâmites internos foi sugerido a visita técnica de especialistas, sobretudo geólogos para comprovar a veracidade das informações. Contudo, os funcionários que responderam a carta tiveram o cuidado de ponderar que, embora os senhores não fossem encontrar com Perón, eles receberiam pessoas de *“inteira confiança”* do presidente, reforçando a personificação e a personalização do presidente.

No relatório final, o geólogo Hugo Bassi relata algumas dificuldades da visita ao povoado e pondera que houve um engano no reconhecimento da pepita de ouro e no metal. Apesar dos senhores não poderem contribuir como queriam, eles receberam a assessoria do geólogo, que inclusive disponibilizou alguns croquis de minerais e ofereceu dicas para eles acompanharem os novos descobrimentos.

Concordamos com Comastri (2015) ao considerar que a tolerância ao “segredo necessário” de algumas descobertas e invenções podem ser compreendidas pela manutenção da confiança popular na liderança em Perón, mas também pelas imagens e discursos públicos em torno de algumas áreas que excediam o peronismo. Em nível internacional, algumas temáticas, como a “energia atômica” eram estratégicas e, por isso, centrais nas disputas geopolíticas e nas possibilidades de desenvolvimento nacional de longo prazo.

²⁸⁷ AGN-ST, caixa 470, processo 61.409.

²⁸⁸ *Idem*.

Diferentemente, no Brasil, não encontramos correspondências que solicitavam o segredo ou a confidencialidade de maneira explícita. O mais próximo que identificamos foi na carta de Getúlio da Costa Vieira. Ele dirige-se ao Vargas do Mato Grosso, em fevereiro de 1942, para enviar uma pérola, com 52 grãos, que foi encontrada por ele nas imediações da Ilha do Banal. Ao contrário dos argentinos, o brasileiro não conhece a pedra, mas acredita que deva ter algum valor porque os “*conhecedores estão encantados*” e “*altos exploradores*” estão dirigindo-se para a região. Com isso, ele sugere que o presidente explore a região para que parte do dinheiro arrecado, em torno de 10%, seja utilizado para as despesas da guerra.

Além dos projetos e inventos e das doações, os missivistas brasileiro e argentino também procuraram engrandecer as pátrias divulgando as obras governamentais e os planos políticos nos respectivos países, como em escolas, locais de trabalho, rádio, entre outros. No âmbito internacional, por meio de traduções de algumas obras centrais dos governos, como *A Nova Política do Brasil*, que reúne os discursos políticos de Vargas, e *A Razão da Minha Vida*, a autobiografia da Evita.

Neste capítulo analisamos como os missivistas instrumentalizaram a pátria, mais especificamente a sua “construção”, amparados nas variadas percepções de utilidade e colaboração, para estabelecerem a relação direta e pessoal com os governantes. De modo geral, a “construção da pátria” foi associada ao “engrandecimento da pátria”, algumas vezes inclusive como sinônimo.

No próximo capítulo analisaremos a outra face da instrumentalização da pátria adotada pelos missivistas para estabelecerem a relação direta e pessoal com os governantes: a “destruição da pátria”. Embora continue amparada nas imagens de utilidade e colaboração, os missivistas evocarão mais a “defesa da pátria” para combater as ameaças e os inimigos dos regimes.

QUARTO CAPÍTULO: A DEFESA DA PÁTRIA COMO UM DEVER DE TODOS

Durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, os governantes receberam denúncias diversas de pessoas comuns que queriam ser úteis e colaborar com a “defesa da pátria”. Estas denúncias permitem que a reflexão sobre a construção ou reforço da relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e os governantes prossiga, mas com o objetivo de analisar como os missivistas mobilizaram as imagens de “destruição da pátria” e, conseqüentemente, de sua defesa, para expressarem suas percepções sobre os momentos vividos, as ameaças, os inimigos e os aliados dos regimes, assim como os papéis que eles e os governantes deveriam desenvolver nos “novos países”.

A despeito das particularidades das denúncias, algumas bases comuns de motivações foram encontradas e pautaram a divisão do capítulo em duas grandes partes. A primeira reúne missivas com denúncias que expressam uma maior identificação dos missivistas com os projetos políticos. A segunda abarca cartas com denúncias que indicam uma motivação maior com os interesses pessoais dos missivistas. A despeito das duas bases de motivações mais amplas, a fluidez delas permite que em algumas cartas se observe motivações mistas, como de irregularidades governamentais onde interesses pessoais foram combinados com os coletivos. Do mesmo modo, apesar das distinções, neste capítulo será possível perceber como as relações diretas e pessoais entre as pessoas comuns e os governantes foram reforçadas nestes momentos.

4.1 Dos sentinelas da nação para os garantidores da ordem: a defesa em prol dos projetos políticos

Os “segundos momentos” do varguismo (1942-1945) e do peronismo (1950-1955) foram marcados por crises variadas e por grande mobilização popular, que favoreceram os discursos oficiais e não-oficiais em prol do fortalecimento da “unidade nacional” para a “defesa da pátria”. Este fortalecimento contribuiu para acirrar as diferenças entre os aliados e os opositores dos regimes, mas também para endossar a relação direta e pessoal entre as pessoas comuns e os governantes.

No Brasil, a “unidade” e “defesa” nacionais foram uma preocupação desde 1930, mas foram intensificadas em momentos mais críticos como na “Revolução de 1932” e nas chamadas “intentonas” ou “levantes” dos comunistas em 1935 e dos integralistas em 1938. Estas palavras de ordem foram amplamente utilizadas pelo regime de Vargas para identificar as ameaças e os inimigos do governo, para legitimar a repressão aos seus opositores e centralizar o aparato policial.

Entre os inimigos do regime figuravam o liberalismo, os políticos representantes da Primeira República e as ideologias de esquerda, especialmente os comunistas²⁸⁹. Além destes “inimigos” foram identificados, negativamente, os sem trabalho, os integralistas²⁹⁰ após 1938 e alguns estrangeiros. Ou seja, todos os que discordavam das políticas implementadas pelo governo foram vistos como inimigos e, portanto, reprimidos.

A preocupação com as “ameaças” dos “inimigos”, internos e externos se intensificou após o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, no final de janeiro de 1942²⁹¹. Meses depois da *Terceira Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro*, o Brasil declarou guerra ao Eixo. Embora a população de algumas regiões do Brasil já sentisse parte da mobilização dos “esforços de guerra” desde 1941, com o estabelecimento das bases norte-

²⁸⁹ Para maiores informações, ver: João Henrique Botteri Negrão (2005) e Margarida Nepomuceno (2017; 2019).

²⁹⁰ A identificação dos integralistas como inimigos é discutida por alguns especialistas, como Orlando de Barros. Os integralistas se aproximavam do regime de Vargas pela coincidência de algumas propostas dos distintos projetos políticos, como o trato da “questão social” pelo corporativismo, o centralismo político, o nacionalismo e a ênfase na brasilidade, a proximidade com a religião católica inclusive incluindo o ensino religioso nas escolas, o combate às empresas estrangeiras no país e o anticomunismo. Os integralistas, sobretudo representados por Plínio Salgado, participaram do processo da organização da implantação do Estado Novo. Em seu diário, Vargas menciona um encontro com Plínio Salgado alguns dias antes do golpe quando propôs o apoio dos integralistas em troca da participação no Estado Novo, sendo que Plínio Salgado ficaria responsável pelo Ministério da Educação. Contudo, após o golpe, Vargas não cumpriu o acordado e ainda dissolveu os partidos políticos em dezembro de 1937, inclusive a Ação Integralista Brasileira, despertando um sentimento de traição e vingança nos integralistas, que se manifestou de maneira mais explícita no levante armado em 1938. A despeito do levante integralista e consequente prisão e partida de Plínio Salgado para Portugal em 1939, em alguns momentos, o governo Vargas foi tolerante com os integralistas como mencionaremos adiante. Para maiores informações sobre os integralistas, ver: Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Pereira Neto (2020).

²⁹¹ De acordo com Cancelli (1993), na véspera de romper as relações diplomáticas com o Eixo, Vargas enviou um telegrama em seu nome para todos os interventores, em caráter secreto, pedindo vigilância e cumprimento das medidas que seriam anunciadas.

americanas no Nordeste, a partir de 1942 navios brasileiros começaram a ser atacados na costa do país²⁹², aprofundando as mobilizações (PEDREIRA,2019).

Os ataques geraram diversas reações por parte do governo, apoiados por amplos setores da sociedade²⁹³. Concordamos com Cytrynowicz (2002a) ao ponderar que, embora o Estado Novo já adotasse em seus discursos a “unidade e defesa nacionais”, bem como a disciplina, lealdade, vigilância, sacrifício e conclamava o “povo em marcha”, o momento propiciou a evocação de maior mobilização da sociedade por meio de ideais nacionais e cívicos.

A guerra se tornou parte do jogo interno do governo e foi amplamente utilizada para a organização e disciplinarização da sociedade, sobretudo após a entrada do Brasil no conflito. Amparado pelas noções de “front interno e externo” e “esforços de guerra”, o governo procurou transformar os cidadãos em “soldados à serviço da pátria”²⁹⁴.

O momento exigia vigilância contra possíveis atos de espionagem e sabotagem em relação ao esforço de guerra nacional. A expressão “quinta-coluna”²⁹⁵, antes utilizada pelos jornais brasileiros para referir-se à Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e posteriormente aos infiltrados e espiões estrangeiros nos países que lutavam do lado dos Aliados no segundo conflito mundial, especialmente a partir de 1942, passou a ser amplamente adotada nos jornais

²⁹² O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo em 28 de janeiro de 1942 tornou os navios brasileiros alvos de ataques dos submarinos alemães. Nos sete meses seguintes de 1942, pelo menos, 19 navios mercantes brasileiros foram torpedeados na costa do país, causando centenas de mortes. Ver: Roberto Sander (2007); Orlando de Barros (2010); Jorge Ferreira (2017).

²⁹³ Entre os meses de março e agosto de 1942, parte da sociedade brasileira se engajou participando de manifestações e passeatas que repudiavam os ataques aos navios brasileiros, criando organizações contra o Eixo e os “quinta-colunas”, dirigindo campanhas nacionais contra eles²⁹³ e colaborando com a *Comissão Trabalhista de Defesa Nacional e Luta contra a 5ª Coluna*. Fonte: As informações foram extraídas da análise das aparições de “quinta-coluna” entre os anos 1937-1945 nos jornais *A Noite* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Diário de Pernambuco* (PE), *O combate* (MA), *O Diário* (RN) e *Correio do Povo* (RS).

²⁹⁴ No “front externo”, a atuação direta de alguns brasileiros no conflito, de formas diversas, como soldados da Força Expedicionária Brasileira e enfermeiras. No “front interno”, foram obrigados a participar das “batalhas” da produção e da borracha e dos treinamentos relacionados ao blecaute, empreendidos pela *Defesa Passiva Antiaérea*. Além disso, sofreram com a escassez e o encarecimento dos produtos de consumo cotidiano (CYTRYNOWICZ, 2002a; SECRETO, 2007a).

²⁹⁵ Termo cunhado durante a Guerra Civil Espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir de janeiro de 1942, o termo foi utilizado no Brasil para referir-se aos simpatizantes, nacionais e estrangeiros, que eram identificados como inimigos da pátria, pois agiam infiltrados, doutrinando, espionando, sabotando e preparando ajuda nos países em guerra, ou em vias de entrar, a favor dos países do Eixo (BARROS, 2019).

brasileiros, praticamente diariamente, para referir-se à situação brasileira, sobretudo para designar os “agentes infiltrados” na sociedade.

Em abril de 1942, uma série de cartazes com as “*situações e métodos usuais de ação dos inimigos da pátria*” foram produzidos como parte desta “campanha nacional para alertar a população”, promovidos pelos empresários com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Estes cartazes foram difundidos nos jornais, mas deveriam também ser afixados nas paredes de locais de grande circulação de algumas cidades brasileiras, como estações ferroviárias, zonas portuárias e instalações industriais²⁹⁶. Segundo os promotores da ação, a ideia era que os cartazes alcançassem o grande público e facilitassem o entendimento de todos, inclusive dos iletrados²⁹⁷:

Figura 8 - Cartazes com as situações e métodos usuais de ação dos inimigos da pátria

Fonte: *A Noite*, 7 de abril de 1942, página 8 (edição digital 10.831).

A mensagem, amplamente reproduzida, era a de que a ameaça à segurança nacional não era apenas militar, pois os “eixistas” adotavam “novos métodos” de ataque para enfraquecer a nação, por meio da espionagem, sabotagem, traição e da circulação de boatos. Como os “intérpretes” destas ações podiam ser homens e mulheres, estrangeiros e nacionais, de qualquer idade, evocou-se a necessidade de distingui-los de espiões comuns, porque

²⁹⁶ *A Noite*, 7 de abril de 1942, página 8 (edição digital 10.831).

²⁹⁷ Além de serem o tema central destas mobilizações, os “quinta-colunas” também figuraram em charges de revistas da época²⁹⁷, em livros, músicas populares²⁹⁷ e em uma série de peças de teatro e filmes, nacionais e estrangeiros, que circularam pelo país, alguns inclusive com exibições gratuitas

agiam como um exército, e da população estar vigilante, como verdadeiros sentinelas²⁹⁸.

As cartas brasileiras analisadas neste capítulo estão dentro deste universo simbólico vigilante, onde a delação foi incentivada pelas autoridades governamentais²⁹⁹, especialmente entre os anos 1942 e 1943. Nelas, os “quinta-colunas” figuraram como os maiores inimigos, seguidos pelos descendentes dos países do Eixo, pelos brasileiros integralistas ou que flertavam com os países do Eixo e pelos que representavam a chamada “República Velha”.

Menos de um mês depois da declaração do rompimento das relações, brasileiros e estrangeiros, de diversas cidades do país, manifestaram seu apoio às decisões de Vargas, repudiaram os ataques aos navios brasileiros e colocaram-se a serviço da pátria. Entre eles estava Ricardo Loureiro, que escreveu em fevereiro de 1942, do Espírito Santo:

Nesta hora que o Lema Nacional é O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA COM O SEU DEVER, eu, como brasileiro que esteve sempre com o Brasil, julgo mais que oportuno defender os interesses nacionais em qualquer parte em que esteja, custe o que custar, doa a quem doer, uma vez que se trate do bem comum da grande pátria brasileira.

Resido num pedaço de terra no Espírito Santo onde impera uma terrível onda fascista e nazista, onde o integralismo edificou o seu quartel-general, no Estado. Esses elementos, unidos aos que são genuinamente estrangeiros, continuam, espalhados por todo o município, a tramarem clandestinamente contra a integridade da Pátria, agindo de maneira mais suave e propícia. E, assim sendo, são elementos que pertencem a chamada “quinta coluna” numa proporção de 95%.

No próprio funcionalismo encontrará V. Excia, verdadeiros inimigos, mais que carrascos, pois além de brasileiros nato, sugando o dinheiro dos cofres públicos, ainda tramam com ação, gestos e palavras, contra o governo constituído e contra o regime (...) ³⁰⁰.

O “dever de servir a pátria” vinha sendo evocado e utilizado por alguns missivistas desde meados dos anos 1930, estando muito associado às imagens de utilidade e colaboração para o engrandecimento do Brasil. A partir de 1941, o “dever” foi associado à defesa da pátria, sendo intensificado após o rompimento das relações com o Eixo. Apesar do discurso oficial endossar o

²⁹⁸ As informações foram extraídas da análise das aparições de “quinta-coluna” entre os anos 1937-1945 nos jornais *A Noite* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Diário de Pernambuco* (PE), *O combate* (MA) e *Correio do Povo* (RS).

²⁹⁹ Há registros do estímulo das autoridades e do engajamento de parte da população brasileira nas “campanhas” e “perseguições” do governo, sobretudo aos comunistas e aos estrangeiros, a partir de 1935. Nestas correspondências Cancelli (1993) também identificou a necessidade dos remetentes serem úteis e contribuírem de alguma forma com o regime.

³⁰⁰ AN- GCPR, série Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

quanto o momento exigia a colaboração e o sacrifício de todos os brasileiros, Ricardo pondera que isto já era parte da sua prática, endossando o seu apoio e lealdade antigos ao Vargas.

A maneira que o missivista descreve as ameaças, adotando expressões como “*uma terrível onda fascista e nazista*”, revela que para ele a chegada e a permanência dos estrangeiros gerou uma espécie de “contágio”. Essas percepções são explicitadas quando ele culpabiliza os estrangeiros por iniciarem a onda que alcançou os nacionais, mesmo os que trabalham para o governo. A indignação do missivista com o “contágio dos funcionários públicos” revela e justifica a menção aos locais infiltrados, com raras exceções de funcionários “não contaminados”, como Foro Local, Prefeitura Local, Coletorias Federal e Estadual e na Polícia. Em seguida, Ricardo pondera:

Não estou denunciando ninguém, apenas cumprindo com o dever de brasileiro, e um daqueles que desde quando o nome da V.Excia foi apresentado para candidato á Presidencia da Republica, que vem lutando, neste recanto esquecido do Brasil, pelos princípios que V.Excia vem encarnando a nossa grande Pátria.

Se V.Excia duvidar desta sinceridade que é a maior expressão da verdade, me submeto a investigação do Tribunal de Segurança, pois aqui resido há muito tempo, onde constitui família e continuo a trabalhar pelo bem, bem próprio e bem comum, estando onde sempre estive, ao lado da verdade, trabalhando pelo engrandecimento do Brasil, em defesa do direito, da ordem, da razão e da justiça.

Como funcionário público que fui, desistindo quando o integralismo passou a ser oficializado aqui em Santa Teresa, quando até o Poder Público tudo fez para que ele triunfasse nas urnas, pedi exoneração do cargo porque achava que eu estava com o Presidente Vargas e não com aqueles que tramaram contra sua vida e sua família, procurando decretar a ruína do Brasil em troca do valor do dinheiro estrangeiro.

Terminando, Sr. Presidente, aqui estou sempre firme, ao dispor do maior sacrifício que se possa imaginar pelo bem do Brasil, um amigo de 1930 e que se encontra em 1942 com o mesmo ideal e princípios. Santa Teresa, Sr. Presidente, precisa, carece, ser visitada por uma pessoa de confiança de V. Excia para sanar tanto abuso e mostrar aos estrangeiros aqui residentes que estamos dentro do Brasil e que este Brasil pertence aos brasileiros³⁰¹.

O início do trecho explicita a concepção peculiar do significado de denúncia do que ocorria no Espírito Santo. No primeiro sentido, é possível inferir que a denúncia carregava um sentido negativo, pela delação ou pela ausência de fundamento dos fatos. No segundo sentido, é possível deduzir que, para o missivista, denunciar implicava em comunicar algo secreto. Como a “onda nazista e fascista” era oficializada no Estado, não era segredo para ninguém.

³⁰¹ AN- GCPR, Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

Portanto, o que ele estava fazendo era cobrar uma ação do Vargas e não uma denúncia.

A despeito dos sentidos, ou mesmo da combinação deles, na percepção de Ricardo, o ato era positivo, pois expressava mais uma demonstração do seu patriotismo. O “bom brasileiro” também associa o patriotismo ao getulismo, o que pode ser observado tanto na identificação com o governante quanto do “bem do Brasil” ser associado ao projeto político de Vargas.

O trecho final da carta revela como os estrangeiros passaram a ser associados às ameaças e aos inimigos da nação, identificação que aumentaria ao longo dos anos³⁰². Ricardo também reforça a identificação com Vargas e explicita os papéis que deveriam ser desenvolvidos por ele e pelo Vargas: o missivista, como sentinela, e o governante, como o garantidor da ordem do Brasil por meio do combate às ameaças. A lealdade e a servidão pela proteção selariam a relação direta e pessoal estabelecida entre Ricardo e Vargas.

Nos trâmites internos, consta que denúncias similares, de outros missivistas, tinham sido recebidas. A colaboração de Ricardo possibilitou uma sindicância, sob responsabilidade da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), dois dias depois do recebimento da carta. O DOPS/ES colheu depoimentos de onze pessoas do município de Santa Teresa para realizar seu parecer e o interventor do Espírito Santo Jones dos Santos Neves (1943-1945) também prestou esclarecimentos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O encaminhamento envolvendo diversos órgãos e autoridades não era exclusivo da carta de Ricardo. Cancelli (1993), que analisou cartas com

³⁰² Os ataques aos navios brasileiros, as distintas mobilizações contra os “quinta-colunas” e a favor da entrada na guerra e os antigos preconceitos contribuíram para que os membros e descendentes das colônias alemãs, japonesas e italianas que viviam no país fossem transformados em “suspeitos em potencial” e, em alguns casos, culpabilizados pela situação enfrentada. Em algumas cidades do sul do Brasil, como repúdio aos últimos ataques aos navios brasileiros, em agosto de 1942, uma multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes e quebrou placas de ruas e de lojas com nomes alemães. Estrangeiros e descendentes foram chacoteados e obrigados a dar “vivas ao Brasil”, aos interventores e a Vargas (FÁVERI, 2002). As restrições e as variadas medidas coercitivas contra estas colônias já haviam sido explicitadas na “campanha de nacionalização”, empreendida desde 1938. Com o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra, o governo promulgou decretos que obrigavam estes estrangeiros e descendentes a pagarem indenizações pelos ataques aos navios brasileiros, a portarem salvo-conduto especial para circular pelas cidades, a não realizarem reuniões privadas³⁰², mesmo em suas residências, a não trocarem ideias ou discutirem, em locais públicos, sobre a situação internacional, entre outras diretrizes restritivas para não cometerem “crimes militares e contra a segurança do Estado”.

denúncias durante o regime Vargas, também identificou o encaminhamento das denúncias para outras instâncias. As cartas eram enviadas diretamente ao governante, via *Secretaria da Presidência da República*, e encaminhadas ao *Ministério da Justiça* e posteriormente para a Chefia da Polícia do Distrito Federal onde as denúncias eram investigadas. A despeito de nem sempre seguirem o mesmo encaminhamento, é importante assinalar que, independentemente do tema, havia uma rede articulada para tratar das missivas, especialmente das com denúncias.

Transcrevendo parte dos esclarecimentos de Ricardo, ele pondera que a *“única crítica (...) é a de manter nos altos postos municipais os ardorosos elementos que o integralismo fez galgar em altas colocações (...)”*³⁰³. Contudo, explica que o município é centro de antiga colonização alemã e italiana, sendo um dos locais onde se elegeu um prefeito integralista em 1935³⁰⁴. Ademais, recorda que o próprio missivista ponderou que dos 15 funcionários, 4 ou 5 não eram quinta-colunas. Quanto aos 10 funcionários restantes, ele comenta que ingressaram nos cargos públicos antes do movimento.

A carta de Ricardo tensionava as relações entre a burocracia estadonovista. Os processos subsequentes revelam como os funcionários públicos procuraram contornar a situação. Para o interventor, o caso já estava resolvido porque o então prefeito não era integralista e o Delegado da Polícia, que estava sob suspeita, fora substituído. Ele finaliza os esclarecimentos endossando que *“(...) esta Interventoria continua sempre vigilante, como é dever de todos, principalmente neste momento (...)”*³⁰⁵.

³⁰³ AN- GCPR, Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

³⁰⁴ Em 1934, Vitória sediou o *Primeiro Congresso Nacional da Ação Integralista Brasileira* (AIB) que marcou a transição de uma associação cultural para um partido político que se expandiria em nível nacional. No ano anterior, os primeiros núcleos da “província integralista capixaba” começaram a ser instalados, crescendo ao longo dos anos, inclusive no interior, com a adesão de agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais. Os integralistas não participaram das eleições estaduais, mas conseguiram participar com legenda própria nas eleições municipais, que ocorreram entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936. Nesta eles elegeram 26 vereadores e dois prefeitos: Henrique Hildebrando em Santa Tereza e Otaviano Santos em Domingos Martins. Com o Estado Novo e a extinção dos partidos políticos pelo decreto nº 37/1937, o núcleo nacional dirigido por Plínio Salgado tentou manter os integralistas organizados na *Associação Brasileira de Cultura* (ABC). Após a chamada “intentona integralista” em maio de 1938, diversos dirigentes capixabas foram detidos. Apesar das proibições e repressões, os integralistas não desapareceram do cenário estadual (FAGUNDES, 2011; GOLÇALVES E CALDEIRA NETO, 2020).

³⁰⁵ *Idem*.

Encontramos diversas cartas como a de Ricardo com denúncias de integralistas que estavam atuando no estado. Nelas é possível observar uma espécie de dupla denúncia sobre os integralistas e os funcionários estatais pela sua “ineficiência em combatê-los”. Elas também revelam a inflamação das tensões dentro da burocracia estatal, contrastando com as imagens de harmonia e união amplamente difundidas pela propaganda política estatal.

Ainda que de modo distinto, na Argentina também foram encontradas denúncias relacionadas aos funcionários públicos. No entanto, esses funcionários foram identificados como inimigos de maneira direta, algo que pode ser compreendido se observarmos como as preocupações com a “unidade” e a “defesa” nacional foram sendo elaboradas ao longo dos dois governos peronistas.

Embora não enfrentasse um conflito mundial direto como o Brasil, sob a égide da Guerra Fria, a Argentina assinou tratados e promulgou leis que objetivavam resguardar a segurança regional e nacional, como o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), em 1947, e a promulgação da lei nº 13.234, também conhecida como “lei de defesa nacional”, em 1948, que estipulava as “*normas para organizar a Nação para tempo de guerra desde tempo de paz*”³⁰⁶. Os documentos mencionados estimulavam a preparação da “defesa nacional” e estabeleciam diretrizes comuns do continente e específicas para a organização da nação em “tempos de guerra” (CHIARINI e PORTUGHEIS, 2014).

Em 1949, no segundo capítulo da nova Constituição, sobre os “direitos, deveres e garantias da liberdade pessoal”, o artigo 29 ampliava a competência dos tribunais militares e o artigo 34 previa o “estado de sítio”, que seria declarado em caso de “perturbação da ordem”, por comoção interior ou ataque exterior, suspendendo as garantias constitucionais. Este artigo também previu a declaração do “estado de prevenção ou de alarme”, em caso de “alteração da ordem pública que ameaçasse perturbar o desenvolvimento da vida ou das atividades primordiais da população”, que também suspenderia as garantias constitucionais³⁰⁷.

³⁰⁶ Anales de Legislación Nacional 1948. Normas para la organización de la nación para tiempo de guerra: Ley Nº 13.234 del 1 de septiembre de 1948. t. VIII.

³⁰⁷ ARGENTINA, *Constitución de 1949*.

Em setembro do ano seguinte, o governo aprovou a lei nº 13.985, que estipulava os delitos, como a espionagem, sabotagem e traição, e as penalidades contra a segurança nacional. No primeiro artigo, estabelecia-se que a lei era para argentinos ou qualquer pessoa que “*deva obediência a Nação por razão de seu emprego ou por função pública*”³⁰⁸, ou seja, independentemente da nacionalidade.

Apesar do enfoque nas informações sobre os funcionários públicos, a lei também foi adotada para reprimir qualquer pessoa que por qualquer meio provocasse “*público alarme ou [deprimisse] o espírito público causando um dano à Nação*”³⁰⁹. A imprecisão do que seria provocar danos à nação ou “deprimir o espírito público” possibilitou que este artigo fosse utilizado pelos funcionários públicos para reprimir os que foram identificados como inimigos do regime.

A preocupação para conter as ameaças e os inimigos foi intensificada no segundo governo peronista (1952-1955), marcado por distintas crises política, econômica e social. Alguns meses antes, em setembro de 1951, após a tentativa frustrada do golpe de Estado pelo general Benjamin Menéndez³¹⁰, o governo promulgou o decreto nº 19.376 declarando “estado de guerra interno”³¹¹ em todo o território nacional, que rapidamente foi transformado em lei nacional pelo

³⁰⁸ *Boletín Oficial de la República Argentina*, 16 de outubro de 1950, número 16.757.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ Na manhã de 28 de setembro de 1951, uma revolta militar encabeçada por Benjamin Menéndez foi instalar para derrubar Perón, que em poucas horas foi derrotada. Segundo Marcela Alejandra Garcia (1997), a ideia de derrocar o governo peronista por meio de um golpe de Estado já estava presente nos setores militares desde o final de 1949. No entanto, havia uma rivalidade entre os grupos acerca da forma como seria executado. Ainda de acordo Garcia (1997), poucos meses antes da tentativa, Menéndez conversou com alguns líderes políticos da oposição para garantir seu apoio.

³¹¹ Anos mais tarde, em abril de 1954, com o estado ainda vigente, Perón endossaria a sua percepção sobre a questão: “Toda a falta de liberdade que mencionam é porque dizem que existe estado de guerra. É natural que ninguém deles conheça o que é o estado de guerra. É natural que se assuste com a palavra, porque geralmente é o único que eles apreciam e consideram. O estado de guerra não somos nós os que o produziram. É um alto dirigente, dirigindo-se a seus correligionários que em um ato público, disse que vão esperar as eleições para depois dela tomar o governo pelas boas ou más (...) Não vou suspender o estado de guerra até que não existam homens que queiram tomar o governo pelas más (...) Eu não quis estabelecer o estado de sítio porque naquela ocasião, porque o estado de sítio é o mais injusto que há, porque considera a todos os cidadãos em estado de subversão, quando não é certo. O estado de guerra, ao contrário, considera ao que está em estado de subversão quando é um beligerante que quer brigar, mas o cidadão tranquilo, o que desenvolve suas atividades normalmente, já sejam políticas, sociais ou econômicas, goza absolutamente de todos seus direitos e toda sua liberdade (...) *Ninguém tem que temer o estado de guerra a não ser o beligerante*” (tradução nossa) (La Nación apud Pizzorno, 2018, p. 217-218).

Congresso Nacional de maioria peronista e mantido até a queda de Perón em 1955³¹².

O governo estabeleceu um estado que não estava previsto na Constituição, permitindo que outras modalidades de punição e repressão fossem adotadas, como a forma de detenção e a extensão da pena dos identificados como “inimigos do regime”. Para Pablo Pizzorno (2018), o estado de guerra interno apenas condensava as antigas práticas autoritárias do regime. Logo que foi implementada, a lei foi alvo de diversas críticas da sociedade, pois permitia algumas ações extraordinárias do governo, como prender qualquer indivíduo por tempo indeterminado.

Na sociedade, as contestações figuraram de maneiras variadas, como na criação de uma *Comissão Pró Defesa da Liberdade e dos Presos Políticos*, que teve uma atuação entre os anos 1952 e 1955, sobretudo no Congresso, denunciando a inconstitucionalidade, pedindo a derrogação da lei e esclarecimentos sobre a forma como o estado de guerra interno estava sendo aplicado³¹³. As mobilizações sociais em torno da *Liga Argentina pelos direitos do homem* e da *União de Mulheres da Argentina* também tiveram uma ampla atuação denunciando as prisões arbitrárias e os maus-tratos - incluindo práticas de tortura - dos policiais em diversas prisões do país, e exigindo a liberdade imediata dos presos políticos³¹⁴. Estas pressões foram encaminhadas ao Perón, mas sobretudo ao Congresso Nacional.

Além dos agrupamentos mencionados, parte da sociedade passou a pressionar ainda mais o governo, especialmente por meio das greves dos trabalhadores pelo país e das reuniões no Congresso Nacional, onde os deputados opositores reivindicavam a manutenção das garantias individuais e políticas, assim como dos direitos e liberdades de expressão e de pensamento³¹⁵.

Como resposta às mobilizações e crises, o governo peronista ponderava que toda a situação vivenciada era culpa dos “inimigos do regime”. Estes foram

³¹² A lei nº14.062, sancionada em 28 de setembro de 1951. Fonte: *Boletín Oficial de la República Argentina*, ano LIX, 25 de outubro de 1951. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7029714/19511025>. Acesso em 22 de julho de 2020.

³¹³ Patrimonio Legislativo, caixa 6, números dos processos 359, 404, 672

³¹⁴ Patrimonio Legislativo, sem número de caixa, processos 421, 466, 939 e 1009.

³¹⁵ Patrimonio Legislativo, caixa 6, números dos processos 63, 85, 124, 404 e 672.

incluídos nas denominações amplas como “antipátria”, “antiperonista” e “antipovo”³¹⁶, que era composto, basicamente, por todos aqueles que eram opositores ou críticos ao regime, como os partidos políticos, os comunistas e socialistas, a Igreja Católica no segundo governo e a oligarquia. Assim como no Brasil, todos estes agrupamentos inimigos deveriam ser reprimidos.

A guerra interna se tornou parte do jogo do governo e foi amplamente utilizada para buscar a organização e a disciplinarização da sociedade. O momento exigia vigilância, pois para o governo tratava-se de uma “guerra psicológica”, organizada e dirigida do exterior, mas com agentes internos que ajudavam a sabotar as obras do governo. Mais de uma vez o presidente pediu para que os “verdadeiros argentinos” estivessem atentos e vigilantes ou que se convertessem em um “observador minucioso e permanente” para conterem as ações dos inimigos³¹⁷ (PERÓN, 1952, s/p).

Sob este universo simbólico vigilante muitos argentinos se dirigiram ao presidente. Assim como os brasileiros, parte dos missivistas argentinos adotou o discurso dos “esforços de guerra”, inclusive incorporando expressões e termos militares, como nas autoidentificações “soldado da pátria”, “sentinela”, “vigilante” e suas variações. Em graus e tons variados, eles demonstravam suas lealdades, antigas ou recentes, à causa nacional e, conseqüentemente, ao governante.

³¹⁶ Em alguns dos discursos de Perón essa concepção ficou evidenciada, como no de Primeiro de Maio de 1954: *“Porque não nos escapa já que definitivamente a República tem dois setores: o movimento nacional peronista e o antiperonismo, o justicialismo e o antijusticialismo, a revolução e a contrarrevolução, a ação construtiva e a reação destruidora, o que quer uma Nova Argentina e o que quer a outra - ! ninguém, felizmente, verá jamais no futuro! Em uma palavra: sabemos- e o deixamos sentado definitivamente!- que o panorama político argentino não tem no momento mais que dois grandes setores: um se chama com um nome alto, digno e soberano: o povo, e o outro não pode, senão denominar-se com o nome desprezível e indigno de todos os privilégios juntos que conhece a história: o antipovo”* (tradução nossa).

³¹⁷ A lealdade e a vigilância foram ainda mais exigidas pelos funcionários públicos. Em 1952 circulou entre os organismos públicos um documento estritamente secreto, intitulado *“Plano político 1952. Situação subversiva, apreciação e resolução”*. Como o próprio título indica, o documento continha três partes, a saber: situação, apreciação e resolução. Na primeira apresentava a conjuntura nacional e identificava os inimigos externos e internos do regime, tratando de suas intenções, o “Plano Benson” e como o executariam. Na segunda, trataram de analisar o que foi exposto anteriormente, concluindo que o objetivo imediato era alterar a ordem do país por meio de uma ação estrangeira determinada e sugerindo um plano de ação para exterminá-los. Finalmente, na última parte, estabeleciam uma série de medidas para organizar a ação repressiva contra toda preparação ou tentativa de desordenar o país com todos os meios, energia e decisão. Fonte: *“PLAN POLÍTICO 1952. Situación subversiva, apreciación y resolución”*. Fondo Fiscalía Nacional de Recuperación Patrimonial (FNRP). Comisión de Investigaciones (Biblioteca) (1955-1959), caixa 14, documento 567, p.25-26.

Apesar da diversidade de inimigos do governo peronista, os que mais apareceram foram os antiperonistas e os que prejudicavam o regime, especialmente os funcionários públicos, que muitas vezes foram culpabilizados pelas situações enfrentadas. Em agosto de 1952, José Cabrera, de Buenos Aires, se dirigiu ao presidente Perón:

V.Excia me perdoará a irreverência de ser nesta como em todas as ocasiões que escrevi, franco, sincero e leal (...). Já antes de agora expressei a V. Excia que sou peronista de primeira hora e que para ser tal há que sentir-se tal como expressa a excelsa e nobre dos humildes em seu notável livro A razão de minha vida.

Em consequência sendo integrante peronista por convicção profunda e não por acidade, por ter sido favorecido pela ação de sorte no governo revolucionário, posso falar e ter autoridade moral para fazer sem voltas.

Bem senhor presidente: vossa amada esposa e companheira de todas as horas desgraçadamente, entrou na imortalidade; a pátria perdeu a mais diletta de suas filhas; o povo perdeu sua alma tutelar (...) (...) posto que a grande bondade infinita de nossa Evita que fazia uma ponte entre V. Excia e os descamisados, muitos dos quais abusaram de sua bondade e sentimentos, sem querer, deu lugar as infiltrações de inimigos convictos e declarados na administração pública carentes das condições indispensáveis para ocupar postos de confiança e honra na administração nas distintas dependências do Estado; como era nobre e santa sempre com boa fé acreditava que todos faziam o mesmo (tradução nossa)³¹⁸.

Assim como o brasileiro, o argentino inicia a carta ponderando que sua colaboração e serviço à pátria são antigos e independem de benefícios concedidos. Esta percepção é utilizada para fortalecer o vínculo com o presidente, especialmente para que seus conselhos e denúncias sejam observados com mais atenção. O missivista também expressa a sua indignação com a infiltração dos “inimigos da pátria”, especialmente por estarem em cargos públicos, e reforça a imagem de Evita como uma “santa”, que foi enganada por

³¹⁸ “V.e me perdonará la irreverencia de ser en esta como en otras ocasiones que le he escrito, franco, sincero y leal (...) Ya antes de ahora he expresado a V. Ex que soy peronista de primera hora y que para ser tal hay que sentirse tal como lo expresa la excelsa y noble de los humildes en su notable libro La Razón de mi Vida.

En consecuencia siendo integrante peronista por convicción profunda y no por accidente por haber sido favorecido por la acción de la suerte en el gobierno revolucionario, puedo hablar y tener autoridad moral para hacer sin dobleces de ninguna clase.

Bien señor presidente: vuestra amada esposa y compañera de todas las horas desgraciadamente entró en la inmortalidad; la patria ha perdido a la mas dilecta de sus hijas; el pueblo perdió su alma tutelar (...) puesto que la gran bondad infinita de nuestra malograda Evita que hacía un puente entre V. Excia y los descamisados, muchos de los cuales se abusaron de su bondad y sentimientos, sin querer, dio lugar a las infiltraciones de enemigos convictos y declarados en la administración pública carentes de las condiciones indispensables para ocupar puestos de confianza y honor en las distintas dependencias del Estado; como ella era noble y santa y siempre obrada de buena fe creia que todos hacían lo propio”. Fonte: AGN-ST, caixa 585, processo 93.091.

estas pessoas. No restante da carta, José explicita sua paixão e devoção pela primeira-dama, como se fosse parte da sua família, como quando procura comprovar as denúncias realizadas:

Para comprovar parte do que digo posso assegurar a V.E que nas instituições particulares (indústria e comércio em geral) fizeram a nossa Evita, muito mais homenagens póstumas do que nas dependências e pessoal das repartições públicas do governo salvo exceções (...). O uso da gravata de luto foi desvirtuada em muitas partes talvez por complacência culpável dos chefes e em outras pude comprovar que alguns elementos ao chegar perto das dependências em que trabalham trocam a gravata o que demonstrava ser. inimigos do governo e da insigne abandeirada dos humildes (tradução nossa)³¹⁹.

A base da comprovação dos inimigos da pátria, pela quantidade e qualidade das homenagens póstumas à Evita, revela a associação, necessária para José, entre patriotismo e peronismo. A carta também indica como em determinados momentos certos símbolos comuns se tornaram referência para a identificação dos “verdadeiros argentinos”. Para José, naquele momento, a gravata preta era um símbolo das identidades compartilhadas dos argentinos, como nacionais e peronistas. A fluidez destas identificações e laços afetivos sustentaram as sugestões do que faria “bem para o país” que o missivista envia no fim da carta das quais destacamos três:

(...) 1º) Intimidar a todos e a cada um dos funcionários, empregados e trabalhadores de todas as repartições do Estado que não se sentem cómodos em seus postos por não ser peronistas, renunciem no prazo de 30 dias, terminados os quais deixarão seus cargos; todos eles deverão estar bem registrados;

(...) 5º) Com base em tudo o que se escuta e se diz com luxo de detalhes em todos os ambientes de trabalhadores e de empregados do qual não me corresponde nem acusar e nem defender, a C.G.T deveria ser intervinda, chamar a eleições livres (...). Por outra parte, direi a V. Excia que nos sindicatos há uma tirania, o direito a palavra foi desvirtuado; quando um trabalhador ou empregado fala para argumentar é chamado de comunista, o ameaçam e tiram a palavra (...) as palavras de V. E é desvirtuada desgraçadamente (...)

6º) A meu juízo o árbitro nisto deve ser V. E; com sua grande ascendência moral, com sua grande visão de estadista e psicólogo, suas sábias palavras de Professor e Condutor é o único que vai poder orientar e educar as massas para uni-la, para defendê-la com altura os preceitos do sindicalismo pelo qual lutou V. E como um titã desde o

³¹⁹ “Para comprovar parte de lo que digo puedo asegurar a V.E que en las instituciones particulares (industria y comercio en general) lo han efectuado a nuestra malograda Evita, mucho mas homenajes postumes que las dependencias y personal de las reparticiones del gobierno salve excepciones (...). El uso de la corbata de luto fue desvirtuada en muchas partes quizá por complacencia culpable de los jefes y en otras pude comprobar que algunos elementos al llegar cerca a las dependencias en que trabajan recién allí cambiasen dicha prenda lo que demostraba acabadamente ser enemigos del gobierno y de la insigne abanderada de los humildes”. Fonte: *Idem*.

ano 1943 até hoje. Do contrário a grande obra sua vai ser derrubada pela obra dos homens maus (...) (tradução nossa)³²⁰.

As sugestões revelam como alguns missivistas reconheciam as identificações nacionais e políticas como necessárias, tal como o governo peronista. Já havia uma preocupação com a doutrinação dos funcionários públicos pelo governo peronista nos anos iniciais do regime. No entanto, ela foi acentuada neste segundo momento por continuarem encontrando problemas com alguns funcionários públicos, que eram considerados opositores do governo, e pela própria conjuntura que enfrentava. O argumento mais utilizado para a doutrinação, controle e segurança era a elaboração e execução do *Segundo Plano Quinquenal* (1953-1957), que deveria contar com a contribuição de todos os argentinos e, em especial, dos funcionários do *Ministério de Assuntos Técnicos* (MT), que coordenava a ação dos outros Ministérios e informava, periodicamente, ao executivo o andamento do plano.

Em uma ata de reunião do MT, de fevereiro de 1952, o controle do Estado e a punição aos opositores do regime, sobretudo dos funcionários públicos, eram justificados. De acordo com o documento, “graças ao controle do estado”, era possível identificar, mapear e expelir os funcionários públicos contrários ao regime. Ainda segundo o documento, Perón tinha recebido o mandato do povo e precisava da cooperação estreita dos funcionários do Estado. Assim, os não peronistas deveriam ser afastados das funções públicas uma vez que não compreendiam a causa e tampouco eram leais a ela³²¹.

³²⁰ “1º) Intimidar a todos y a cada uno de los funcionarios, empleados y obreros de todas las reparticiones del Estado que no se sientan cómodos en sus puestos por no ser peronistas, renuncien en el plazo de 30 días, terminados los cuales se les dejará cesantes; todos ellos deberá estar bien catalogados (...)”

5º) En base a todo lo que oye y se dice con lujos de detalles en todos los ambientes obreros y de empleados de lo que no me corresponde ni acusar ni defender, la C.G.T debería ser intervenida, llamar a las elecciones libres (...) Por otra parte, diré a V.Excia que en los sindicatos hay una tiranía, el derecho de la palabra ha sido desvirtuado; cuando un obrero o empleado habla para razonar es tildado de comunista, se le amenaza y se le quita la palabra (...) las palabras de V.E se unirse es desvirtuada, desgraciadamente (...)

6º) A mi juicio el arbitro en esto debe ser V.E; con su gran ascendiente moral, con su gran visión de estadista y psicólogo, sus sabias palabras de Maestro y Conductor es el único que va a poder orientar y educar a las masas para unirla, para defenderla con altura los preceptos del sindicalismo por el cual ha luchado V.E como un titán desde el año 1943 hasta la fecha. De lo contrario la gran obra suya se va a derrubar por obra de los malos hombres (...). Fonte: AGN-ST, caixa 585, processo 93.091.

³²¹ AGN-ST, caixa 469, sem número de processo.

A recomendação geral era que os diretores encorajassem estes funcionários a renunciarem a seus cargos. Caso a medida não fosse efetiva, deveriam investigar os antecedentes históricos dos seus funcionários, podendo, inclusive, contar com a colaboração de outros órgãos do governo. Posteriormente, um relatório sobre os funcionários deveria ser apresentado ao *Ministério de Assuntos Políticos* para que fossem identificados os que não estavam em condição de continuar em seus cargos. A decisão e as medidas a serem tomadas em cada caso ficaria a cargo dos diretores.

Além da coincidência de percepções, a carta revela como alguns argentinos concordaram ou mesmo estimularam medidas mais autoritárias e restritivas, que deveriam ser aplicadas aos “inimigos da pátria” pelo governo peronista, algo que também encontramos nas missivas brasileiras. A sugestão de constranger os funcionários públicos e intervir na *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT) também evidencia a pessoalização da lealdade e do “serviço da pátria” ao casal, o que também é endossado no último ponto do trecho extraído.

Não identificamos o encaminhamento ou a resposta às sugestões de José. Contudo, é possível inferir que na Argentina a relação direta e pessoal constituída ou reforçada entre as pessoas comuns e os governantes também possibilitou o estabelecimento de uma rede de denúncias, que envolveu as pessoas comuns e o governo peronista, alimentada por ambas as partes. Nestes momentos, nos dois países, a relação direta e pessoal constituída ou reforçada fica explicitada, sobretudo porque estas cartas manifestavam o apoio e a legitimidade políticos de Vargas e de Perón.

Cartas como a de José possibilitam pensar na questão da lealdade para o peronismo. Fernando Balbi (2007), ao estudar os sentidos da lealdade no peronismo, mostra como uma ideia e conceito antigos, muito utilizados no meio militar para expressar um valor moral, foram apropriados e ressignificados pelo peronismo. O historiador pondera que a lealdade, embora tivesse um sentido polissêmico, indicava um valor moral que o líder e seus seguidores deveriam ter, pois era uma condição básica para a constituição da “condução política”.

Identificada como uma condição e uma “qualidade intrínseca” dos peronistas, a lealdade poderia ser aprofundada ao longo do tempo de acordo com a orientação e condicionamento de valores e de condutas dos apoiadores,

de acordo com os locais de atuação e interesses. Diferentemente do âmbito militar, que implicava uma lealdade à instituição, no peronismo a lealdade deveria ser ao líder. A lealdade selava a relação pessoal entre Perón e seus seguidores, muito celebrado na principal comemoração do regime, no dia 17 de outubro, o “dia da lealdade”, e fortalecido nas “medalhas da lealdade” que eram entregues no mesmo dia. A associação entre as identidades política e nacional também implicou na lealdade de Perón ser sinônimo de lealdade à pátria.

A lealdade foi utilizada de maneiras diversas pelo regime e seguidores peronistas. Nas missivas, consideramos que as denúncias ou a insistência delas já constituíam uma demonstração da lealdade, que seria endossada na argumentação sobre os momentos que os missivistas estiveram junto com Perón ou mesmo quando finalizavam com expressões como “a vida por Perón”. Nas missivas brasileiras, também é possível identificar a lealdade a Vargas nas denúncias enviadas e nas argumentações. Contudo, embora a lealdade também tenha sido difundida nos discursos e propagandas oficiais como um valor fundamental, ela foi menos evocada pelos missivistas do que na Argentina.

4.1.1 Dos sentinelas da nação para os garantidores da ordem: a vigilância como prática cotidiana

Amparando-se nas imagens de “sentinela avançada” e de “serviço desinteressado à pátria”, alguns missivistas denunciaram outras técnicas de destruição da pátria, demonstrando que a vigilância já fazia parte do seu cotidiano. Em fevereiro de 1942, Democrito da Silva, do Rio de Janeiro, escreveu para Vargas. Na carta, ele conta que é inspetor comercial e que, em uma viagem a trabalho para Bom Jesus, escutou uma conversa entre dois homens sobre a instalação de uma fábrica de fécula alemã em Barra de Itabapoana, no Rio de Janeiro, por ocasião da “Campanha Integralista”³²².

Segundo o missivista, a fábrica construiu um cais aonde chegam muitos produtos sem fiscalização, como armas, e os submarinos alemães são abastecidos. Apesar do que mencionou, o missivista adverte: *“Não posso afirmar a veracidade deste fato, porque nada vi, porém, como não há nenhum boato falso sem um que de verdade, seria conveniente que se investigasse, pois, como*

³²² AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 5.169/42.

V. Excia bem sabe, a 5ª coluna vive espalhada e tudo hoje é possível”³²³. Ele finaliza a carta endossando seu desejo de servir desinteressadamente às obras de Vargas, como faz desde 1930.

Nos trâmites internos, consta que uma denúncia similar já havia sido realizada, por isso o caso já foi investigado. Como resposta das investigações, o interventor carioca ponderou:

(...) a acusação é totalmente destituída de fundamento; não se trata de alemães, mas de dois cidadãos austríacos, que, em face do que estado de cousas europeu, recusaram aceitar a cidadania alemã e requereram a naturalização no Brasil (...) são pessoas de absoluta idoneidade, diretores da Tijuti S.A, companhia que mantém naquela zona do Estado vasta cultura de mandioca e se dedica ao seu aproveitamento industrial, cuidando presentemente de instalar nova máquina para produção de amido, o que explica perfeitamente a recepção continua de volumes vindos do exterior³²⁴.

A carta e a resposta revelam a vigilância policial, especialmente sob os estrangeiros, e a contínua associação entre os estrangeiros e os inimigos do regime pelos missivistas brasileiros, mas também o grau de vigilância e de controle que a sociedade estava submetida.

Como ponderou Cancelli (1993), fatos que num período normal passariam como acontecimentos corriqueiros tomavam proporções desmensuradas. A resposta também indica como a rede de denúncias era complexa e dinâmica, sendo que em alguns casos os próprios funcionários do governo ponderaram e relativizaram as denúncias populares.

Na Argentina, os missivistas não realizaram esta associação entre estrangeiros e ameaças a pátria, mas também escreveram para denunciar “conspirações” dos inimigos do regime. Fernando Garcia, em março de 1952, de Buenos Aires, escreveu para Perón. Contador peronista, que desejava colaborar na “grande obra” do governo, ele escreveu ao governante para solicitar uma audiência a fim de compartilhar suas inquietudes, mas sobretudo as informações de um “plano diabólico” que “(...) *día a día soma ao povo um abismo econômico e de inquietudes que colocam em jogo o prestígio de V. Excia, de nossa Pátria e felicidade de nosso povo*” (tradução nossa)³²⁵.

³²³ *Idem*.

³²⁴ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 5.169/42.

³²⁵ “(...) *día a día sume al pueblo en un abismo economico y de inquietudes que pone en juego el prestigio de V.E, de nuestra Patria y felicidad de nuestro pueblo*”. Fonte: AGN-ST, caixa 503, processo 230.047.

Segundo o missivista, todos os argentinos - amigos ou não, colaboradores, aduladores ou não do presidente - deveriam unir-se para fazer justiça em prol da “*verdade, da luz e da felicidade*” que o presidente desejava para o povo argentino. Essa última ponderação do missivista coincide com as metáforas políticas do regime peronista sobre a atuação dos “inimigos da pátria”. Sigal e Verón (2010), ao estudarem a enunciação discursiva do peronismo, ponderam que a construção dos inimigos da pátria era inseparável da imagem da sombra. Para os autores, o inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. Se os inimigos estão na sombra, Perón estava na luz.

Outros missivistas argentinos escreveram para manifestar seu apoio às medidas implementadas ou para sugerir novas para o controle dos funcionários públicos. Ernesto González, em maio de 1953, de Buenos Aires, escreveu para o presidente felicitando as últimas medidas adotadas pela “seriedade da coisa pública”, em que os funcionários têm que declarar seus bens³²⁶. Além de felicitar, Ernesto desejava sugerir uma medida a mais, que se referia ao impedimento destes funcionários desenvolverem suas funções nas instituições privadas ou esportivas que tivessem afinidade.

O missivista menciona a atuação de Ramón Cereijo, ex-Ministro da Fazenda, no *Racing Club* pois, mesmo que não fosse sócio, circulava entre as pessoas um boato de que o seu time havia ganho os últimos campeonatos por “decreto”. Segundo o missivista, boato similar figurou com o Atilio Renzi no *Club F.C.O*³²⁷. Embora pondere a força dos boatos, mostrando-se do lado de Perón, ele demonstra que sua preocupação maior é com a imagem do governo. Por isso, aconselha o presidente:

(...) me parece prudente e aconselhável que os funcionários públicos e, de modo especial, aqueles empregados públicos de alta categoria,

³²⁶ Cabe lembrar que, em meados de 1953, escândalos de corrupção envolvendo funcionários públicos foram divulgados, sendo um dos principais suspeitos Juan Duarte, irmão de Eva Perón e secretário privado do presidente. Em abril de 1953, a *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT) organizou um ato em apoio ao Perón, que acabou desenvolvendo-se de forma muito diferente do planejado, pois duas bombas explodiram nas proximidades da Praça de Maio, deixando sete pessoas mortas e centenas de feridos. O atentado teve uma resposta de grupos de manifestantes peronistas que atacaram os locais dos que identificaram como culpados pela situação, como as sedes do Jockey Club e do Partido Socialista. Eles também provocaram danos em alguns locais da *União Cívica Radical* e do *Partido Demócrata*. As contestações e os atentados foram amplamente utilizados pelo regime para reprimir seus opositores. Alguns dias após o atentado de 1953, a polícia prendeu quatro mil dirigentes e personalidades opositoras, entre os quais Alfredo Palacios, político conhecido do Partido Socialista, e Victoria Ocampo, reconhecida escritora e editora (TORRE, 2002; PIZZORNO, 2018).

³²⁷ AGN-ST, caixa 516, processo 2.576.

deveriam manter-se afastados de atividades que possam criar situações embaraçosas para suas próprias atividades específicas de governo(...) (tradução nossa)³²⁸.

Ernesto refere-se às insatisfações e aos escândalos no âmbito esportivo, momento em que muitos argentinos, sobretudo os antiperonistas, denunciaram os resultados dos campeonatos de futebol, que pareciam estar condicionados às preferências de funcionários de alto escalão do governo, como Ramón Cereijo³²⁹. Para parte dos argentinos, as vitórias do clube nos campeonatos de 1949, 1950 e 1951 decorriam da gestão de Ramón como Ministro da Fazenda e sócio honário do clube (GAMBINI e KOCIK, 2017).

A despeito das acusações, ele finaliza expressando o seu apoio ao governo e endossando a importância do presidente seguir seu conselho, advertindo que uma das piores coisas é um governo criar uma “situação duvidosa” ante o povo. Para fortalecer o seu argumento, cita o caso do ex-presidente Yrigoyen, que em 1930 foi preso e investigado por uma comissão especial por suspeita de corrupção, evidenciando que *“toda preocupación nunca é demais”*.

Com uma sugestão mais extrema, Andrés Oscar Capacete escreveu para o presidente em abril de 1953, de Buenos Aires. Ele inicia a carta ponderando que

Desejo ser útil a sua obra de Governo, como todo Argentino bem nascido, deseja ser útil a sua pátria. Tenho certeza de que os momentos que vivemos serão os maiores e mais iluminados na história da humanidade, vivemos a realização da caridade cristã mais extraordinária depois de Jesus.

Em um mandato de minha consciência ofereço-lhe todos os esforços que minha vida renda (...) sem pretender outra coisa que servir, ser útil ao seu Governo, a sua doutrina e a grande obra de bem que está recebendo a pátria (...) (tradução nossa)³³⁰.

³²⁸“(…) me parece prudente y aconsejable de que los funcionarios públicos y, de modo especial, aquellos empleados públicos de alta categoría, deberían mantenerse alejados de actividades que pudieran crear situaciones hasta embarazosas para sus propias actividades específicas de gobierno(...). Fonte: *Idem*.

³²⁹ As desconfianças estavam amparadas no grande apoio estatal ao clube, que havia colaborado com empréstimos milionários, ampliados graças ao Ramón Cereijo, para a construção do estádio do clube “Presidente Perón”.

³³⁰ “Deseo ser útil a su obra de Gobierno, como todo Argentino bien nacido, desea ser útil a su patria. Tengo certeza de que los momentos que vivimos serán los más grandes y luminosos en la historia de la humanidad, vivimos la realización de caridad cristiana más extraordinaria despues de Jesús.

Es un mandato de mi conciencia ofrecerle todos los esfuerzos que mi vida rinda (...) sin pretender otra cosa que servir, ser útiles a su Gobierno, a su doctrina y a la gran obra de bien que esta recibiendo la patria”. Fonte: AGN-ST, caixa 581, processo 369.680.

Após manifestar a sua percepção do momento vivido, bem como apoio e lealdade ao presidente, ele sugere que um “Comando de Guerra” seja criado, diretamente vinculado ao poder Executivo. Este comando ficaria responsável pelas declarações dos bens de todos os funcionários e seus cônjuges, que seriam realizadas em forma individual e particular. Segundo o missivista, este Comando contribuiria para a vigilância dos funcionários e denúncia dos desonestos.

Andrés pondera que todos os argentinos sabem e sentem as obras benéficas, e inclusive tiveram provas da honestidade do governo. No entanto, *“ainda que de forma quase imperceptível”*, alguns rumores sobre os funcionários foram sentidos. Para o missivista, os funcionários honestos e leais devem ser defendidos pelo governo. Portanto, o comando serviria para defender os bons funcionários e castigar os maus³³¹.

A despeito dos missivistas terem abordado os temas como algo menor quando comparado à “grande obra” do governo, mereceram as suas atenções, por isso aconselharam o presidente a conter os escândalos de corrupção e de “negociatas” dos funcionários públicos. As cartas que apresentavam preocupações com a imagem do governo e conselhos ao presidente reforçam a percepção de que os missivistas percebiam o peronismo como algo que era co-constituído, por eles e pelo presidente e, portanto, deveria ser preservado por ambas as partes, algo que não se observou nas missivas brasileiras³³².

³³¹ *Idem*.

³³² O próprio presidente Perón coincidia com a percepção de, apesar de ser algo menor ante a “grandeza do seu governo”, ser importante de ser tratado, como demonstrou em momento anterior. Em dezembro de 1949, o presidente convocou uma reunião intitulada “Declaração de Bens” com seus Ministros e com os jornalistas da imprensa nacional e estrangeira para contestar a acusação de que estava “roubando na função pública” dirigida pelos seus opositores, difundida pelos jornais *La Prensa* e *La Nación*. Ele inicia sua mensagem expressando o desejo de “colocar as coisas no seu perfeito lugar” e dar o exemplo como homem e como presidente em como agir diante das situações de “calúnia”, fornecendo provas para que seus “caluniadores” sejam acusados pela Justiça. O presidente pondera que ignoraria as “calúnias” se elas não tivessem recebido os “ecos solidários” da imprensa. Em seguida, explica que antes de iniciar o governo, ele realizou uma declaração de bens e deixou-a lacrada com um funcionário do governo. Procurando mostrar-se como alguém honesto, ele menciona que esta seria aberta após o seu governo, como uma forma de comprovar que não utilizou os recursos públicos inadequadamente. No entanto, a situação o forçou a fazê-lo antes do tempo. Após suas palavras, o presidente distribuiu cópias do envelope para a imprensa e solicitou que o escrivão lesse os bens que foram declarados. Finalizou sua mensagem solicitando a assinatura dos jornalistas como testemunhas da “verdade” (PERÓN, 2016 [1949], p.336-340).

De acordo com Silvana Ferreyra (2019), na Argentina, ao longo do século XX, as denúncias de corrupção foram utilizadas para legitimar a violência e realizar críticas aos governos “nacional-populares”, como nos golpes de 1943 e 1955, respectivamente. Em 1943, o governo autointitulado “Revolução Nacional” buscou encerrar a “década infame” (1930-1943), referindo-se aos escândalos e negociatas entre os funcionários públicos, empresários e estrangeiros.

Em 1955, a autodenominada “Revolução Libertadora”, que destituiu Perón, criou uma *Comissão Nacional de Investigações* cujo objetivo era investigar as irregularidades das gestões peronistas. Assim, alguns dos escândalos do governo, como as investigações que envolveram a gestão de Domingos Mercante em Buenos Aires em 1951 ou as investigações sobre as negociatas de Juan Duarte em 1953 foram fixadas com a Comissão. Analisando os usos políticos da corrupção, Ferreyra (2019) mostrou como determinadas representações sobre o peronismo e o antiperonismo foram reforçadas e ainda hoje circulam pelo imaginário político dos argentinos.

Nas missivas brasileiras não identificamos essa preocupação dos missivistas com os casos de corrupção ou escândalos públicos que comprometeriam a imagem do governo Vargas. As denúncias abordadas nestes dois tópicos iniciais, que demonstram o engajamento das pessoas comuns, tiveram como uma das motivações centrais a identificação e a defesa dos projetos políticos dos governantes. No próximo tópico continuaremos analisando denúncias em que as metáforas políticas e a identificação das ameaças e dos inimigos do regime, de forma consciente ou não, foram adotadas para defenderem os anseios, preconceitos, sonhos, vinganças e frustrações pessoais dos missivistas.

4.2 Dos patriotas injustiçados para os justiceiros: a defesa da pátria em prol dos projetos pessoais

Em junho de 1942, João Francisco de Paula, do Paraná, escreveu para Vargas:

(...) Em primeiro lugar, peço-vos desculpas por ter a ousadia de vos dirigir estas poucas linhas, mas uma força maior assim me obriga. Morando na Fazenda Amora Preta como comprador de uma pequena fábrica de Aguardente de propriedade de Joaquim Sezeslau de Azevedo, cujo era arrendatário ha quasi 20 anos do Senhor Jaime

Carvalho de Oliveira residente em São Paulo. Pois bem em junho do ano próximo passado fui surpreendido pela chegada de um japonês chamado Suematsu Noda que entrou em meus terrenos dizendo que tinha comprado as ditas terras. Informando-me por fora, soube que o Senhor Jaime havia arrendado as terras da Fazenda por um certo tempo para a “colônia japonesa” para eles, os japonezes verem se as terras eram boas.

Mas eles não respeitam minhas benfeitorias (...). Procurando o tal japonês para me pagar o prejuízo, disse que nada tinha para a receber e não tinha direito de reclamar coisa alguma (...) Perdendo eu tudo que tinha canais e benfeitorias, ainda fui intimidado pelo tal japonês para desocupar imediatamente³³³

João inicia a carta projetando as imagens dos sujeitos envolvidos. Ele como um trabalhador que foi expulso de suas terras devido à uma injustiça, e o “japonês Suematsu Noda”, como um estrangeiro, que destruiu com fogo tudo o que o brasileiro construiu nos últimos vinte anos. Os grifos do missivista na carta revelam não apenas a sua indignação ante uma injustiça, como também o destaque dela ter sido cometida por um estrangeiro, que tampouco é qualquer um: é um dos nacionais dos países do “Eixo” que o Brasil havia rompido relações diplomáticas recentemente.

Endossando essas imagens, João projeta as imagens de si como “bom brasileiro”, pobre, pai de cinco filhos e que agora vive na Fazenda Santo Antonio. Ao longo da carta, ele explica, em diversos momentos, que tentou resolver a questão antes de apelar ao governante. Ele conta que, por estar “desgostoso” e sentir-se injustiçado com a situação, reuniu os documentos que “provavam seus direitos” e utilizou todas as suas economias para contratar o advogado “Dr. Francisco Metodio Nobrega” em Siqueiras Campos. Como recorreu às instâncias que considerava necessárias e não teve o resultado desejado, ele decidiu pedir ajuda para o governante:

Caro chefe a vida hoje está difícil e além de ansioso tenho muitas dívidas a saldar, então pensei em vos fazer esta cartinha pedindo-vos uma pequena explicação de como devo proceder e ao mesmo tempo relatar-vos este grande desaforo de um japonês.

Também saíram outros moradores das referidas terras para entrarem os japonezes. Todos os antigos moradores como minha sogra e outros têm em seu poder documentos para provar os seus direitos. Desde que os japonezes entraram aqui- Barra Bonita Paraná-, tudo transtornou, até o Regional de Jaguariaíva já esteve aqui levando 3 deles. Esta raça indigna ainda continua abusando da bondade dos brasileiros: quando foi a pique o nosso primeiro navio, eles aqui na Amora fizeram festa; tudo isto provo com testemunhas (...) Já queixei-me por carta ao Regional de Jaguariaíva e nada até hoje. Como pequeno brasileiro prejudicado dentro de minha própria Pátria por um nosso grande

³³³ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282, grifos do missivista.

inimigo, apelo para a bondade de meu caro e digno chefe, pois só Deus vos poderá recompensar (grifos do missivista)³³⁴.

Embora a carta seja uma denúncia e um pedido de ajuda, o missivista também pede um “conselho” ao Vargas, no início do trecho, indicando a sua centralidade para a resolução do seu caso, mas também que, para ele, Vargas era um “governante-amigo”. Para conquistar seu apoio, João narra as ações negativas provocadas pelos japoneses procurando mostrar como elas impactaram a vida de vários brasileiros da região, em particular, e do resto do país, em geral. Apesar de estar motivado pelo preconceito e pela indignação, ele adota metáforas políticas para expressar a sua indignação e aprofundar o seu apelo ao Vargas.

Ele finaliza a carta ponderando a dificuldade de resolver a injustiça por vários desamparos, inclusive das autoridades locais. Em relatório interno, o Delegado Regional de Polícia, Tenente Benedito Magalhães, explica que João Francisco era arrendatário de um dos lotes da fazenda denominada “Amora Preta” de Jaime Camargo. Em seguida, pondera que a fazenda foi vendida em lotes para diversos japoneses, sendo que o lote arrendado por João Francisco ficou sob os cuidados de Suematsu Noda, o qual advertiu o missivista, muitas vezes, que gostaria que ele abandonasse a terra. Sem sucesso, Suematsu realizou uma “roçada”, que acabou levando o fogo para o canavial e para a casa de João Francisco, espaço que ocupava três alqueires³³⁵.

Ainda segundo o relatório, o Delegado conta que o sub-delegado visitou o local após o incêndio e tentou mediar a situação para que um acordo fosse realizado. Contudo, isso não foi possível porque o valor da indenização que Suematsu desejava pagar não foi aceito por João Francisco. Embora o delegado reconheça que o valor proposto era inadequado, ele acreditou que o caso estava solucionado já que o “japonês” seguiu trabalhando na terra e o “brasileiro” mudou-se para uma fazenda próxima, onde tem uma pequena fábrica de aguardente³³⁶.

O delegado também ressalta que as afirmações do brasileiro sobre a “festa dos japoneses” no dia do torpedeamento dos navios e do “perigo” por eles

³³⁴ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282, grifos do missivista.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282.

estarem isolados e sem fiscalização são “sem fundamento”. Para comprovar, o delegado menciona que a fazenda está a 18 quilômetros da cidade e que é composta por 60 homens e 70 mulheres, que se dedicam a policultura o dia inteiro, produzindo sobretudo arroz e batatinhas em grande escala. Ele também explica que os três japoneses foram presos, mas por possuírem “*um revólver e duas espingardas de caça em casa*” e garante que todos estão sendo vigiados. Portanto, para o delegado, que também teve que se defender da acusação, os japoneses não representavam uma ameaça para o Brasil, sendo a carta uma expressão da indignação e tristeza do missivista.

Segundo Cytrynowicz (2002a), os japoneses foram o epicentro da política racista do governo Vargas. A Segunda Guerra intensificou a percepção estatal da nacionalidade e integração de todos que vivem dentro do Brasil pela assimilação ou aculturação. A dissolução da própria identidade dentro de uma cultura majoritária era calculada segundo parâmetros químicos, como solubilidade. Como na percepção estadonovista os japoneses não queriam ser assimilados, passaram a ser identificados como ameaça e sofreram perseguições como os demais descendentes dos países do Eixo³³⁷.

Apesar destas percepções sobre as ameaças, o temor e as mobilizações populares *antijaponeses* não foram generalizadas, inclusive porque, em algumas partes do território brasileiro, como em São Paulo, a organização do trabalho, o sistema de cooperativas e o investimento familiar no trabalho eram valores positivos para a população. Em alguns momentos, estas percepções e valores ultrapassaram o estado de São Paulo, o que pode ser observado no parecer mencionado do delegado sobre o trabalho dos japoneses no Paraná.

Estamos de acordo com Cancelli (1993) ao considerar que a valorização das denúncias populares pelo regime, assim como sua institucionalização, contribuiu para que casos de vingança pessoal fossem transformados em investigação para garantir a segurança nacional. O descontentamento por colocações profissionais também figurou em cartas sobre outros estrangeiros, como os italianos.

³³⁷ Perazzo (2009) também pondera que, em alguns casos, diante dos interesses nacionais e do fluxo migratório, os japoneses foram identificados como a infiltração dos “tentáculos” do império japonês. Ainda de acordo com a historiadora, a ideia de “perigo amarelo” foi inspirada em discussões de décadas anteriores, domésticas e internacionais, que foram intensificadas com a Segunda Guerra Mundial.

Alguns meses depois, em outubro de 1942, de São Paulo, um brasileiro denunciava a situação de Tabatinga, como um “*verdadeiro foco de elementos encapotados de quinta coluna*”, e solicitava a autorização do presidente para expurgar os “*elementos aparentemente doces*” que trabalhavam, mas eram “*os maiores inimigos do Brasil*”³³⁸. Segundo o missivista, a ameaça estava no escritório de advocacia da cidade, que era dirigido por um “calabrês” e um “filho de um turco” que exercia função pública. Nas palavras do missivista “*(...) bem pode calcular V. Exa quaes os males que podem resultar se medidas não enérgicas não forem imediatamente tomadas*”³³⁹. Ele termina a carta reforçando o interesse no progresso do Brasil, em geral, e no de Tabatinga, em particular. Por isso, ele “*não pode cruzar os braços, consentindo que italianos e syrios continuem impunes, na pratica de criminosos e perigosos desatinos*”³⁴⁰.

Segundo Cancelli (1993), quando comparado aos japoneses e alemães, os italianos receberam investidas mais brandas do governo Vargas, mas também foram motivo de preconceito e preocupação das autoridades ao longo do regime. Além de sofrerem com os decretos mencionados por serem descendentes dos países do Eixo, em setembro de 1942, tiveram que nacionalizar o clube de futebol *Palestra Itália*, que foi transformado em *Sociedade Esportiva Palmeiras*³⁴¹.

A confusão das nacionalidades turca e síria reforça o preconceito com os indivíduos que não eram brasileiros e indicam que, para o missivista, não importa de onde são porque causam “mal” ao país da mesma forma. O delegado de polícia, Gastão Maia de Carvalho, em relatório sobre a carta indica que o missivista é conhecido no município e tido como “insano mental”. Além disto, pondera que ele:

analfabeto quase, solicita a redação de cartas a pessoas, muitas vezes alheias a vida deste lugar, denunciando perseguições ou ameaças e perigos à Nação, apenas existindo na sua imaginação doentia, roubando desta forma preciosa atenção das altas autoridades do Paiz e do Estado a quem se dirige. Ainda há pouco provocou uma sindicância na Prefeitura Municipal de resultado completamente nulo. Peço vênha para sugerir a V. Excia, fosse esse cidadão submetido a

³³⁸ AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

³³⁹ AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ De acordo com Alfredo Oscar Salun (2007), outros clubes paulistas também foram vítimas da repressão como o *Sport Germânia*, que se transformou em *Clube Pinheiros*, e o *Esperia*, antiga *Sociedade Italiana de Remo*, transformada em Floresta. Além dos clubes paulistas, o historiador menciona clubes de fora do estado, especialmente no sul.

exame psiquiátrico, para que ficasse constatado o seu verdadeiro estado mental e ressalvados em consequência, seus atos futuros, dessa natureza³⁴².

A resposta do delegado revela não só o cansaço da autoridade, mas também indica como os mediadores foram centrais na relação direta e pessoal com o governante, atuando de maneiras variadas. Além disso, expressa como muitos missivistas manipularam a situação e as metáforas políticas em prol de seus interesses pessoais maquiados com “colaboração patriótica”.

Adotando as imagens de “patriota” e “soldado da nação”, Wenceslau Muniz também escreveu para Vargas, em setembro de 1942, para denunciar a forte predominância dos “elementos estrangeiros, especialmente alemães”, de todas as classes, que agem contra a pátria junto com brasileiros natos e naturalizados no sul do Brasil. De acordo com o missivista, esta predominância pode ser observada nas distribuições dos cargos públicos entre “tais elementos”, que para ele demonstra o “nepotismo racial” dos alemães e julgamentos desiguais para brasileiros e alemães³⁴³.

Wenceslau menciona uma série de “crimes” cometidos por alemães que foram absolvidos pelas autoridades estaduais. A denúncia das más ações das autoridades públicas abarca: boatos que envolvem a saudação ao Hitler na oficina de um funcionário público em frente à fotografia de Vargas; comemorações ao torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães; ensino e rezas em alemão nas escolas e nas igrejas; e o descaso com os locais públicos da cidade, como com o estado das calçadas e dos cemitérios. Todos esses fatos são associados às supostas preferências aos estrangeiros que vivem na cidade³⁴⁴.

O missivista aproveita para criticar o desempenho da imprensa do país em divulgar as leis e os decretos governamentais para o povo que, por isso, “*está ignorante de uma série de fatos*”. A carta é finalizada pedindo uma providência, como a substituição destas autoridades por brasileiros “*com mais amor as nossas causas, para manter com mais fervor o espírito nacionalista*”. Nos

³⁴² *Idem.*

³⁴³ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 28.399.

³⁴⁴ *Idem.*

trâmites internos, informa-se que os fatos mencionados são improcedentes e que o missivista é “vítima de perturbações mentais”³⁴⁵.

Não foi possível conferir se todas as identificações dos missivistas com algum distúrbio procediam ou se eram fruto do cansaço das autoridades ante as diversas denúncias improcedentes que recebiam diariamente. Contudo, chama a atenção a quantidade de encaminhamentos ou respostas internas desqualificando as denúncias e reclamações.

Como muitas cartas foram motivadas por questões pessoais, não era incomum que na argumentação os missivistas distorcessem alguns fatos, atrapalhando as investigações. As distorções e os apelos a medidas autoritárias mencionadas nas cartas deste tópico revelam que para alguns missivistas o viés autoritário e repressivo do regime era visto como valor positivo, que se identificavam e reivindicavam por adesão e/ou como consequência de hábitos bastante enraizados, o que também foi assinalado por José Roberto Franco Reis (2002) ao estudar as cartas para o Vargas no mesmo período.

Concordamos com o historiador ao ponderar que a identificação de alguns brasileiros com os valores autoritários do regime não surpreende, especialmente pela força das ideais autoritárias no Brasil das décadas de 1920 e 1930, que não se concentravam apenas no âmbito governamental, como advertiu Marilena Chauí (2013)³⁴⁶ e Beired (1999). Assim como Reis (2002), Ferreira (2011) também chama a atenção para esta identificação de parte dos missivistas, sobretudo para compreendermos que não há um “estado natural” da sociedade, em que ela era “boa”, mas foi corrompida pelo Estado Novo. Portanto, circulavam preconceitos, medos, rancores e horrores que as pessoas queriam se livrar, por isso, “(...) *se havia uma ditadura que se mostrava disposta a ajudá-las, o caminho ficava mais fácil*” (FERREIRA, 2011, p. 95).

As desaprovações da burocracia estatal também figuraram em alguns jornais da época. Em maio de 1942, a DOPS publicou um esclarecimento no *A Noite* para que todos os cidadãos pudessem cooperar com os serviços de

³⁴⁵ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 28.399.

³⁴⁶ Marilena Chauí (2013), em texto sobre o mito fundador e a sociedade autoritária, refletindo mais especificamente sobre se haveria o que os brasileiros comemorem dos “500 anos” do Brasil, pondera que “*porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provém as diversas manifestações do autoritarismo político*” (p. 226).

segurança pública, que interessassem à defesa nacional, informando a autoridade de maneira adequada, em forma discreta, quanto às atitudes, costumes, gestos, atos tomados, adotados ou praticados por nacionais dos países com os quais o governo, em sua alta sabedoria, rompeu relações. Contudo, advertiu que a denúncia deveria seguir alguns critérios:

- a) Absoluta fidelidade na apreciação do fato, fugindo sempre às influências apaixonadas ou a sentimentos de vingança, deixando ao serviço de investigações apurar se ele consiste ou não ato criminoso passível de intervenção policial;
- b) Não investigar de forma alguma os fatos dos quais tiver conhecimento ou sequer adotar qualquer providência para esclarecê-los porque assim fazendo, sem conhecimento dos sistemas admitidos nesses casos, poderá perturbar não só a eficiência das futuras investigações em torno do fato como prejudicar as porventura já existentes sobre a hipótese;
- c) Não referir a ninguém quaisquer suspeitas de observações feitas;
- d) Fazer as comunicações sintéticas, escrevendo: 1- Nome, residência, local de trabalho e outros detalhes sobre a identidade do denunciário; 2- Assunto sobre o qual versa a comunicação; 3- Nome de pessoas direta ou indiretamente ligadas à questão; 4- Observações gerais que possam esclarecer, orientar ou auxiliar as possíveis investigações; 5- Escrever só de um lado do papel, sempre que possível à máquina; 6- Encaminhar a nota pessoalmente à D.O.P.S ou enviá-la pelo Correio registrada; 7- Estabelecer a identidade quanto possível das pessoas ligadas direta ou indiretamente a figura central. A D.O.P.S garante absoluto sigilo sobre a identidade das pessoas que estiverem colaborando com os seus serviços e afirma que os cidadãos cumprindo a rigor as instruções acima terão prestado relevante serviço ao país (grifos nossos)³⁴⁷.

Embora tenham sido publicados no jornal *A noite*, os critérios foram replicados em outros jornais. A despeito de não tratarem das denúncias para o governante, consideramos que estes critérios também serviam para indicar a similaridade com as que eram enviadas diretamente para Vargas e encaminhadas para o DOPS. As diretrizes do diretor da Delegacia revelam como as denúncias motivadas por interesses pessoais foram frequentes durante o Estado Novo. A despeito do informe, como é possível observar pelas cartas aqui analisadas, que são de momento posterior, boa parte dos missivistas continuou identificando e denunciando de acordo com as suas questões particulares.

As “denúncias duplas”, do caso aqui relatado e do descaso dos funcionários governamentais, foram mais comuns no Brasil. Na Argentina, os missivistas enviaram mais denúncias sobre o descaso dos funcionários públicos,

³⁴⁷ A noite, 7 de maio de 1942, página 4 (edição digital 10860).

especialmente aqueles que trabalhavam na Secretaria e, posteriormente, no *Ministério de Assuntos Técnicos* ou mesmo nos que encaminhavam a questão.

Enrique Tubaro escreveu em setembro de 1952, de Buenos Aires relatando que em 1949 enviou um desenho de trilho de trem, aprovado pelo Coronel Castro, então Ministro do Transporte. Com a aprovação, desenvolveu o modelo para a prova e enviou para os técnicos do governo, que não voltaram a procurá-lo. Depois de muito “insistir inutilmente” na correspondência, visando colaborar com a “nova Argentina”, Enrique recebeu uma resposta desfavorável da Assessoria de Ferroviários³⁴⁸.

Inconformado com a resposta e desconfiado pela matriz de prova não ter sido devolvida, ele apela ao presidente ponderando:

(...) Excelentíssimo senhor Presidente, é que tudo isso não é verdade, que todos os que intervirem neste assunto não se ajustam a realidade das coisas (os nomes dos mesmos eu reservo), mas por isso solicito sua infinita bondade me permita chegar até V.Excia com a segurança que será a única pessoa que compreenderá a verdade, pois desejo contribuir com algo positivo e de valor para a grandeza da Pátria (tradução nossa)³⁴⁹.

A carta de Enrique é marcada pelo contraste entre o “bom argentino”, que quer colaborar com a pátria, e os “maus argentinos”, que não permitem que isso ocorra. Como ele não confia nos funcionários, apela ao presidente para ter seu pedido atendido.

Enrique foi ao *Ministério de Assuntos Técnicos* prestar esclarecimentos sobre o caso. Após a sua visita, Bautista Tello, Diretor Geral de Informações do Ministério, elaborou um parecer interno explicando o caso e destacando que a denúncia do Enrique não é pelo descaso dos funcionários, mas por uma suposta “conspiração” contra o governo de Perón. Segundo o missivista, ele estava sendo impedido de colaborar com a construção da “Nova Argentina”. Pelo o que foi exposto, o Diretor considerou:

Dado que o exposto pelo causante representa uma acusação contra o proceder dos funcionários do Ministério de Transporte que intervirem nos experimentos realizados, corresponde efetuar a investigação correspondente a efeitos de determinar as responsabilidades pertinentes e deixar a salvo o prestígio das instituições do Estado (...)

³⁴⁸ AGN-ST, caixa 582, processo 1.480/54.

³⁴⁹ “*Excelentísimo Señor Presidente, es que todo esto no es verdad, que todos los que intervieron en este asunto no se ajustan a la realidad de las cosas (los nombres de los mismos me lo reservo), por eso solicito de su infinita bondad me permitiera llegar hasta Vd., en la seguridad que será la única persona que comprenderá la verdad, pues yo deseo contribuir con algo positivo y de valor para la grandeza de la Patria*”. Fonte: *Idem*.

Solicito do senhor Chefe queira disponibilizar o informe desta Direção Geral sobre as conclusões obtidas na investigação ou trâmite que dê lugar a esta denúncia (tradução nossa)³⁵⁰.

O reconhecimento da denúncia, a atenção ao missivista por um funcionário estatal e a sugestão de encaminhamento do assunto demarcam um contraste com os casos brasileiros analisados. Embora encontremos encaminhamentos e investigações internas das denúncias, sobretudo dos funcionários identificados como integralistas, nos demais pareceres foi mais frequente a desqualificação dos missivistas e a proteção dos funcionários públicos. A despeito desta distinção, assim como os brasileiros, o argentino também tensionou as relações entre as variadas instâncias governamentais.

Apesar dos esforços do missivista e da atenção estatal, o parecer continuou negativo. Enrique não ficou satisfeito com a resposta e, então, voltou a escrever para Perón em 1954 solicitando uma audiência para apresentar o seu invento diretamente para o presidente. Inconformado com a continuidade do parecer negativo, ele pondera:

(...) General Perón, faz 5 anos que estou lutando sem decair em meu propósito um só instante para poder brindar esta Nova Argentina meu Invento, que em todo momento mereceu o estudo e a atenção dos funcionários do Ministério de Transporte que intervieram no assunto, sem poder até a data conseguir uma resposta definitiva sobre esta particular (...)

Excelencia, para seu governo comunico ao senhor que de todos estes atuados há cópias fotografadas no escritório de Controle de Estado, uma vez mais lhe rogo queira me conceder uma entrevista na segurança de que então poderá comprovar que desejo aportar de todo coração a esta Querida Argentina, que o senhor tão dignamente conduz um grande Invento de valor técnico e econômico insuperável. Rogo ao Excelentíssimo Senhor Presidente queira perdoar as moléstias ocasionadas ficando a suas ordens (tradução nossa)³⁵¹.

³⁵⁰ *"Dado que lo expuesto por el causante representa una acusación contra el proceder de los funcionarios del Ministerio de Transporte que intervinieron en las experimentaciones realizadas, el suscripto de opinión que correspondería efectuar la investigación correspondiente a efectos de determinar las responsabilidades pertinentes y dejar a salvo el prestigio de las instituciones del Estado (...) Solicito del señor Jefe quiera tener a bien disponer el informe a esta Dirección General sobre las conclusiones obtenidas en la investigación o trámite que diera lugar a esta denuncia".* Fonte: AGN-ST, caixa 582, sem número de processo.

³⁵¹ *"(...) General Perón, hace 5 años que estoy luchando sin decaer en mi propósito un solo instante para poder brindar a esta Nueva Argentina mi Invento, que en todo momento mereció el estudio y la atención de los funcionarios del Ministerio de Transporte que intervinieron en el asunto, sin poder hasta la fecha conseguir una respuesta definitiva sobre este particular (...) Excelencia, para su gobierno comunico a Ud que de todos estos actuados hay copia fotográfica en la Oficina de Control de Estado, por lo una vez mas le ruego quiera dispensarme una entrevista en la seguridad de que entonces podrá comprobar que deseo aportar de todo corazón a esta Querida Argentina, que Ud tan dignamente conduce un gran invento de valor técnico y económico insuperable. Rogo ao Excelentísimo Señor Presidente quiera perdonar las moléstias ocasionadas quedando a sus gratas ordenes".* Fonte: AGN-ST, caixa 598, processo 70.725.

Na sua segunda carta, Ernesto mobiliza mais o discurso oficial para mostrar que o seu pedido não é amparado em “desejos e interesses particulares”, pois o seu invento visa o coletivo. Portanto, a sua ambição não é como indivíduo, mas como argentino. Ele procura mostrar que é da posição de argentino, que sofre com a negligência dos funcionários, que a sua indignação com os outros nacionais é manifestada. Ou seja, ao invés de retratar suas dificuldades de vida, ele tenta convencer o presidente de que o seu invento é adequado e que os próprios funcionários sabotam os seus desejos, os chamados políticos presidenciais e o projeto peronista. Apesar da insistência, não identificamos na documentação uma resposta positiva ao missivista.

Em outros casos, a insatisfação com os funcionários públicos decorreu do não atendimento dos seus pedidos de audiência com o presidente. Hernan Bonnet escreveu em junho de 1953, de Buenos Aires, ponderando que em várias oportunidades solicitou uma audiência com o presidente para expressar a sua opinião sobre assuntos diversos da “grande obra governamental”, mas sem sucesso. O missivista cita a mensagem de Perón para os trabalhadores do campo e ferroviários, em que o diálogo direto e pessoal com os argentinos foi evocado, para justificar a insistência da escrita. Para ele, haveria uma contradição, pois o presidente manifestara seu interesse em saber os anseios do povo argentino, mas os funcionários não permitiam que estes chegassem ao presidente.

Como ele identificou que um dos maiores problemas são os funcionários, nesta carta ele pondera que precisava de uma audiência para “(...) *pôr em conhecimento direto de deficiências que adoecem os Organismos do Estado que, por estarem ao serviço do público resultam mais prejudiciais ao progresso do país (...)*”³⁵². Hernan, adotando a percepção de que todos os argentinos podem contribuir independente de seus “postos”, menciona que só tem como “título” “trabalhar honradamente” no campo e na indústria, sendo que o que o motiva é a sua “consciência”. Apesar dos esforços do missivista, não foi possível comprovar se Hernan foi recebido pelo presidente. Contudo, tal como Enrique, a

³⁵² “ (...) *ponerle en conocimiento directo de deficiencias de que adolecen Organismos del Estado qué, por estar al servicio del publico resultan más perjudiciales al progreso del País (...)*”. Fonte: *Idem*.

indignação e frustração com o governo, especialmente com os funcionários estatais, conviveram com a confiança e lealdade ao Perón.

As ambivalências de sentimentos das pessoas comuns e as tensões com os funcionários públicos mencionadas nas últimas cartas fizeram parte das experiências políticas argentina e brasileira e constituíram, com diversas particularidades, a complexa relação direta e pessoal construída e reforçada pelas pessoas comuns e os governantes, especialmente nos “segundos momentos” do varguismo e do peronismo.

Neste capítulo mostramos mais uma face desta construção ou do reforço analisando como os missivistas operaram com a imagem da defesa da pátria. A mobilização e o engajamento das pessoas comuns como vigilantes foi analisada a partir de motivações distintas que tinham bases comuns mais amplas como as identificações e defesa dos projetos políticos e/ou dos interesses pessoais.

A despeito das particularidades e da fluidez destas bases, os missivistas contribuíram para a legitimidade dos governos, tensionaram as relações entre os funcionários estatais, incentivaram e/ou reconheceram a necessidade de medidas mais autoritárias e auxiliaram a constituição de uma ampla rede de denúncias, que inclusive fez parte do cotidiano de muitos deles. Em outros casos, os missivistas se utilizaram do universo simbólico vigilante, de grande mobilização popular contra os “inimigos da pátria”, para apresentarem suas angústias, tristezas, frustrações e preconceitos em nome da “segurança nacional” para conseguirem justiça de casos variados.

Estas cartas explicitaram a integração, identificação e o reconhecimento dos projetos políticos, que em muitas cartas foram amparados em um caráter profundamente autoritário e intolerante. No próximo capítulo veremos de que maneira os estrangeiros e os que foram identificados como “inimigos do regime” procuraram utilizar da relação direta e pessoal com os governantes para se manterem no país e/ou se defenderem dos estigmas que lhes foram colocados.

QUINTO CAPÍTULO: O ENGRANDECIMENTO E A DEFESA DA PÁTRIA PELOS PATRIOTAS “ÚTEIS E ADAPTÁVEIS”

Durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, muitos estrangeiros e seus familiares nacionais, escreveram para Vargas e Perón mobilizando as imagens de “engrandecimento e defesa” da pátria. Nas correspondências com solicitações, projetos e inventos, os missivistas manifestaram seus desejos de serem ou continuarem sendo “úteis e adaptáveis” a fim de colaborarem com as “pátrias adotivas” e, conseqüentemente, se integrarem.

Constatamos que esta foi uma das formas utilizadas pelos estrangeiros e seus familiares para estabelecer uma relação direta e pessoal com os governantes. Neste capítulo o objetivo é compreender como os estrangeiros procuraram estabelecer essa relação com os governantes, levando em conta as particularidades dos casos e as necessidades dos missivistas. Também procuraremos observar como alguns nacionais e estrangeiros se utilizaram da relação direta e pessoal estabelecida para denunciar e combater os abusos governamentais no Brasil e na Argentina, sobretudo relacionados aos estrangeiros que viviam no país.

Assim, este capítulo será composto de duas partes amplas principais. Na primeira reunimos cartas dos estrangeiros e de seus familiares para compreender como eles construíram, reforçaram ou utilizaram a relação direta e pessoal com os governantes brasileiro e argentino para expressarem suas aflições e realizarem suas reivindicações. Na segunda agrupamos cartas de nacionais para analisar como eles utilizaram da relação direta e pessoal constituída para repudiar as práticas autoritárias e repressivas dos governos e defender os estrangeiros e os identificados como inimigos da pátria.

5.1 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva

Apesar das similaridades dos objetivos gerais dos estrangeiros em serem “úteis e adaptáveis” para os regimes de Vargas e Perón, as motivações e objetivos dos que se dirigiram aos governantes brasileiro e argentino foram muito particulares. No Brasil, paulatinamente, parte dos estrangeiros foi identificada como ameaça à pátria e, por esse motivo, precisavam demonstrar patriotismo.

Na Argentina, como não eram vistos como inimigos da pátria, os estrangeiros não precisaram agir dessa maneira.

Nas fontes trabalhadas, há uma maior incidência de cartas de estrangeiros para Perón. Isso decorre de razões variadas, que antecedem e ultrapassam o peronismo. A Argentina é o país da América Latina que recebeu o maior número de imigrantes entre 1870-1930 seguido pelo Brasil³⁵³. Embora a quantidade de estrangeiros que chegavam a Argentina fosse menor na década de 1940, o país continuou sendo destino de muitos imigrantes, especialmente quando comparamos com o Brasil³⁵⁴.

As conjunturas e as políticas domésticas e internacionais auxiliam tanto na compreensão das urgências dos missivistas quanto do motivo de haver uma maior incidência de cartas para Perón do que para Vargas. O Estado Novo vivenciou, de formas variadas, direta e indiretamente, os impactos da Segunda Guerra Mundial, que incidiu sobre os deslocamentos e, conseqüentemente, as restrições e reduções da quantidade de imigrantes que entraram no país³⁵⁵. O Primeiro Peronismo, de momento posterior, lidou com os desdobramentos do fim da Segunda Guerra Mundial, quando milhares de pessoas se deslocaram, de forma forçada ou voluntária, para as Américas³⁵⁶. Estes geraram preocupações,

³⁵³ Entre 1870 e 1930, mais de 13 milhões de imigrantes entraram na América Latina, sendo que 90% foi para Argentina, Brasil, Uruguai e Cuba. Deste montante, cerca de 6.200.000 e 4.100.000 imigrantes se dirigiram para a Argentina e para o Brasil, respectivamente (LANZA e LAMOUNIER, 2015).

³⁵⁴ De acordo com o IBGE, em 1940, 96,6% eram brasileiros natos, 3,1% eram estrangeiros e 0,3% eram brasileiros naturalizados, correspondendo a 39.755 e 1.283 milhões de pessoas no caso dos brasileiros natos e estrangeiros, respectivamente, e 122.715 mil de pessoas no caso dos naturalizados. Os estrangeiros e brasileiros naturalizados se concentraram, majoritariamente, nas regiões Sudeste e Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e no Rio Grande do Sul. Segundo o *IV Censo General de la Nación* de 1947, na Argentina, 84,3% eram argentinos natos e 15,3% eram estrangeiros, corresponde a 2.435 milhões. Eles se concentraram, majoritariamente, nas zonas litorâneas e centrais, especialmente nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e Entre Rios.

³⁵⁵ Cancelli (1993), analisando o esquema de perseguição e repressão da polícia do Distrito Federal durante o regime Vargas, pondera que a inquietação policial com a questão migratória foi externada já em meados dos anos 1930, mas recebeu investida ao longo da década da ditadura estadonovista constituindo-se como “caso de polícia”. A partir da análise da documentação, a historiadora considera que a intenção policial era tirar o Brasil da lista de países de imigração por meio do fechamento dos portos à corrente imigratória e impulsionando o sentimento da nacionalidade que o Estado tratava de cultivar. Para Bastos e Salles (2014), a retomada da imigração pelo governo brasileiro ocorreu em 18 de setembro de 1945, quando, ainda dentro do Estado Novo, foi sancionado o decreto-Lei nº 7.967, segundo o qual o Brasil reabre a imigração, embora mantendo o sistema de cotas.

³⁵⁶ A Argentina concedeu o direito de asilo e numerosas anistias ou indultos que permitiram que muitos imigrantes entrassem no país, mesmo sem documentação. A política favoreceu, de forma massiva, os exilados da Guerra Civil Espanhola, mas também os dos países limítrofes, como os

debates e posicionamentos distintos, especialmente nos países latino-americanos historicamente receptores da imigração, como a Argentina, que acabou recebendo grande número dos deslocados.

Não obstante estarem localizados temporalmente em momentos distintos, o varguismo e o peronismo apresentam algumas similaridades acerca das relações com os estrangeiros. Apesar de adotarem as imagens de “novos países”, com relação aos estrangeiros, os governantes continuaram utilizando algumas das leis restritivas que amparavam práticas e definiam critérios para a entrada e permanência dos imigrantes já existentes. Estas eram baseadas em ideias do século XIX e acabaram sendo adaptadas aos momentos posteriores, como a *Lei de Cotas*³⁵⁷ e a *Lei da Residência*, implementadas em 1934 (nº 24.215) e 1902 (nº 4.144)³⁵⁸, no Brasil e na Argentina, respectivamente.

Os governos também mantiveram alguns dos organismos que cuidavam da questão imigratória embora tenham procurado centralizar todo o processo. Eles também intensificaram o sistema de controle e de trabalho dos organismos que atuaram como “diques de contenção” fora e dentro do Brasil e da Argentina³⁵⁹.

Embora tenham se adaptado às “novas realidades”, de maneira geral, os governantes também conservaram a seleção da entrada de imigrantes baseada em aspectos étnicos, ideológicos, morais, profissionais, econômicos e físicos. No que se refere às particularidades de cada governo, o projeto étnico-político do governo Vargas assumia uma forma mascarada de princípios nacionalistas, que podem ser observados nos artigos 121 e 151 das Constituições brasileiras de 1934 e 1937, respectivamente. Nestes endossava-se o limite anual de dois

paraguaios que escapavam das perseguições políticas. Dentre as nacionalidades que mais ingressaram no período, figuram os italianos, espanhóis e alemães.

³⁵⁷ A lei considerava que a extensão do Brasil e a necessidade de povoamento e de trabalho em regiões mais distantes das capitais exigia uma entrada ordenada de imigrantes selecionados de acordo com os critérios estabelecidos. Apesar de reunir preocupações antigas, ela é fruto de acirrados debates da Assembleia Constituinte. Para maiores informações, ver Endrica Geraldo (2007).

³⁵⁸ A lei dispunha sobre a entrada e permanência do estrangeiro no país. Segundo ela, o Estado poderia proibir a entrada ou expulsar do território todo estrangeiro que tivesse sido condenado ou fosse perseguido por tribunais estrangeiros por crime ou delito comum e que comprometesse a segurança nacional ou a ordem pública. Quando declarado culpado, o estrangeiro teria três dias para sair do país. Fonte: Ley Nº 4144 de Residencia de 1902. Disponível em: <http://www.unterseccionalroca.org.ar/imagenes/documentos/leg/Ley%204144.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

³⁵⁹ Para maiores informações sobre a questão, ver: Marcela Cristina Quinteros (2008); Carolina Biernat (2007); Endrica Geraldo (2007); Giralda Seyferth (1997); Fábio Koifman (2017).

por cento do número total de cada nacionalidade, já fixados no Brasil, nos cinquenta anos anteriores, e proibia-se a concentração de imigrantes em qualquer parte do território nacional. Os “princípios nacionalistas” também estão explicitados nos decretos-lei nº 383, nº 406 e nº 3010, de abril, maio e agosto de 1938, respectivamente, que estabeleciam restrições à entrada e permanência dos estrangeiros no território nacional³⁶⁰ (RIBEIRO, 2012).

Essa política migratória restritiva objetivava homogeneizar a sociedade brasileira por meio da integração dos estrangeiros ao já mencionado projeto de construção nacional varguista, sobretudo por meio do trabalho agrícola e da colonização das áreas distantes do país, e criar uma identidade “autenticamente brasileira” com imigrantes brancos, católicos, saudáveis e despolitizados (RIBEIRO, 2012)

Como foi dito em outros momentos da tese, na Argentina peronista as bases da política imigratória estavam estabelecidas no *Primeiro Plano Quinquenal* (1947-1951), que considerava que a população imigrante deveria ser “*seleccionada, culturalmente assimilável e fisicamente sadia, distribuída racionalmente e economicamente útil*”³⁶¹. Neste Plano, tal como no Brasil, o aporte imigratório estava associado à colonização, especialmente dos espaços vazios, distantes da capital do país, e voltados à agricultura. Deste modo, a preferência era pelos camponeses, mas os trabalhadores e técnicos especializados também interessavam ao governo.

A incorporação dos imigrantes estava inserida na concepção de que determinadas pessoas poderiam contribuir para o desenvolvimento do país, sobretudo pela necessidade de mão-de-obra especializada na construção de obras públicas, nos projetos industriais e militares e nas atividades rurais. O contexto internacional e o projeto político argentino favoreceram o estímulo e a promoção da imigração de determinados grupos de estrangeiros no período³⁶².

³⁶⁰ Mais especificamente, os decretos versavam sobre a proibição de atividades políticas e de outras providências para estrangeiros e as condições para a sua entrada. Disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 jul. de 2020.

³⁶¹ Presidencia de la Nación. *Primer Plan de Gobierno (1947-1951)*, tomo I, p.275.

³⁶² Quinteros (2008) menciona a viagem de Eva Perón à Europa em 1947 como o primeiro sinal da extensa propaganda, dentro e fora do país, da política imigratória do peronismo. Segundo a

Esta promoção migratória, por meio de acordos, tratados e propaganda política, é uma das grandes diferenças com o Brasil, que não adotou uma política deste estilo durante o Estado Novo.

Na segunda presidência peronista, o governo mudou suas ações e passou a incentivar o crescimento e desenvolvimento da população argentina ao invés da imigração. O governo também investiu ainda mais para alcançar o equilíbrio urbano-rural, propondo a diminuição dos contingentes populacionais das grandes cidades, a descentralização das atividades industriais e o aumento da população rural a partir da vinculação entre o homem e a terra (BIERNAT, 2007).

Apesar das semelhanças e particularidades apontadas, durante o varguismo e o peronismo, duas concepções opostas comuns sobre os estrangeiros foram forjadas a partir dos critérios mencionados e dos projetos políticos dos governantes, a saber: os *úteis e adaptáveis* e os *indesejáveis*. A primeira concepção se referia aos que atendiam aos critérios e que poderiam contribuir para a construção dos “novos países”, ou seja, os trabalhadores. A segunda concepção, que compreende um sentido amplo e com significados muito particulares, se referia aos que não correspondiam aos critérios estabelecidos e que, portanto, não contribuiriam nos países³⁶³.

historiadora, os discursos da primeira-dama a favor dos trabalhadores serviram como prólogo de uma efetiva promoção imigratória.

³⁶³ No Brasil, os primeiros dois artigos do decreto nº 406, de maio de 1938, estabeleciam os critérios dos “indesejáveis”: “Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos; IV - doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; V - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional; VI - menores de 18 anos e maiores de 60, que viajem sós, salvo as exceções previstas no regulamento; VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência; VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições; IX - já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado; X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira; XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais. Art. 2º O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”.

Na Argentina, estes critérios não foram explicitados da mesma maneira. Biernat (1999), estudando a questão, analisou as perguntas da ficha “antropológica e antropométrica”, elaborada pelo *Instituto Étnico Nacional* e utilizada pelos cônsules para saber os critérios “objetivos” dos que queriam migrar, para entender o que interessava ao governo. Entre as perguntas, constam sobre a religião, região e zona de procedência, razões da imigração, grupo étnico, “defeitos físicos e mentais” e fecundidade.

A concepção “indesejável” também foi utilizada para categorizar aqueles que, mesmo correspondendo aos critérios de entrada, não satisfaziam as expectativas dos governos, como os “contestadores” e os “opositores” aos projetos políticos. Estes não teriam uma relação direta com os governantes e, por isso, não poderiam ser integrados às “novas” realidades.

Os imigrantes que enviaram cartas aos governantes procuravam convencê-los de que eram “úteis e adaptáveis” utilizando os critérios de seleção de entrada no país. Embora se inspirassem nesses critérios para demonstrar que poderiam ser ou que já estavam integrados nos “novos países”, eles também consideravam seus anseios e necessidades mais imediatas. Apesar dos esforços, muitos encontraram dificuldade para “colaborar” com os países devido aos empecilhos das burocracias estatais, como José da Silva Peixoto, que escreveu para o governante brasileiro em janeiro de 1939:

Estimo que esta encontre V. E, gozando de saúde junto com a digníssima família. Digno Sr. tendo sido afastado do cargo de Guarda Chefe do S. E.L.F. Amarella, por ser Portuguez e por não ter minha naturalização, aliaz não será difficil pois residio no Brazil a 12 anos e não me consta que tenha desabonado minha conducta³⁶⁴.

Em seguida, José explica que não tem a naturalização pois, por duas vezes tentou realizar o processo, mas foi enganado por “pessoas amigas” e pelo advogado. Pelas questões apresentadas, no momento, está sem dinheiro para solicitar a naturalização e para arcar com as despesas da casa. Ele termina a carta pedindo que Vargas intervenha no seu caso lhe concedendo o emprego novamente. Caso Vargas “faça a caridade”, ele se compromete a economizar para solicitar a naturalização novamente.

A quantidade de detalhes mencionados no trecho destacado e no restante da carta, indicando como o imigrante português estava integrado no país, revela o esforço do missivista em buscar a compreensão e o apoio do presidente com a sua situação. Para consegui-los, o missivista mobiliza mais as imagens de “*bom trabalhador e pai de família*” do que os critérios de “bom estrangeiro”.

A despeito dos esforços de José, em um encaminhamento interno a respeito dessa missiva, assinado por Capanema, consta que o pedido não

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 jul. de 2020.

³⁶⁴ AN-GCPR, série Geral, lata 159, processo 2.813.

poderá ser atendido, pois o missivista “*confessa não ser cidadão brasileiro, o que impede que lhe seja dado emprego público*”³⁶⁵.

A resposta do Ministro da Educação chama a atenção, pois expressa o contraste das percepções do “ser estrangeiro”. A adoção do verbo “confessar” indica que, para Capanema, o missivista reconhecia uma “culpa”, algo comum nas confissões religiosas perante um superior, no caso, o governante. Contudo, para o missivista, o fato de ser português era um detalhe. Para José, o que mais importava era o seu tempo no país, experiência no cargo e integração na sociedade brasileira, inclusive com esposa e filhos nacionais.

Os empecilhos também figuraram na carta de Johan Ludvig, dinamarquês, que estava em São Paulo e pediu auxílio para Vargas em novembro de 1941, para a emissão da carteira de identidade para estrangeiro (*modelo 19*)³⁶⁶. O início da carta é repleto de detalhes sobre a chegada e permanência do missivista no país. Johan também relatou que residia no Brasil desde 1937, que trabalhou em São Paulo e em Campinas em 1939, mas desde então está desempregado.

Além dos aspectos profissionais, mencionou que era casado e tinha dois filhos brasileiros. O esforço do missivista em mostrar que cumpria com os critérios estabelecidos pelo governo, tanto na condição de estrangeiro quanto na de nacional, contrasta com os variados empecilhos burocráticos que o impediam de trabalhar na obra do governo, pois não conseguia emitir o documento necessário³⁶⁷. Portanto, em posição diferente de José, Johan reivindicava os seus direitos expondo os problemas da burocracia estadonovista. Quase quatro meses depois da carta, o *Ministério de Justiça e Negócios Interiores* emitiu uma nota a *Secretaria da Presidência da República* informando que o “estrangeiro Johan Ludvig” já tinha permanência definitiva e que o processo seria remetido para São Paulo.

Na Argentina, não encontramos cartas que retratavam este estilo de dificuldade para a edificação ou manutenção da relação direta das pessoas

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ Também conhecida como Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, ela foi instituída em 1938 para todos os estrangeiros que residiam no país, menores de 60 anos, de forma obrigatória.

³⁶⁷ AN- GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 34.447.

comuns com o presidente, o que pode ser compreendido pela percepção e tratamento distintos oferecidos aos estrangeiros.

O governo peronista preocupou-se tanto com os estrangeiros recém-chegados quanto com os antigos residentes, porque almejava que todos se incorporassem ao “universo peronista”. Promulgou resoluções sobre o tratamento que deveria ser oferecido aos imigrantes recém-chegados, especialmente para os europeus. A Resolução 11 da *Direção Geral de Migrações*, de março de 1949, estabelecia uma série de diretrizes que visavam oferecer as condições básicas para que o imigrante se sentisse parte da comunidade argentina na condição de trabalhador.

Logo que chegava, o imigrante era recepcionado com filmes e cartazes com as belezas e riquezas do país, procurando indicar as potencialidades da Argentina, especialmente fora de Buenos Aires. Ademais, essa propaganda também exaltava os feitos do governo peronista (QUINTEROS, 2008).

Segundo Quinteros (2008), após a sua chegada, o imigrante deveria continuar sentindo a presença do Estado em cada aspecto da sua vida. Todas estas iniciativas objetivavam produzir uma ideia de uma sociedade fraterna, na qual o governo os protegeria, como já fazia com os nacionais. Em um espaço definido pelas disputas de corações e mentes, o imigrante deveria ter a certeza de que estava sendo incluído num elo com o presidente da nação, ou seja, na condição de “trabalhador peronista”.

Uma das consequências diretas desta inclusão figurou na nova Constituição, de 1949, que tornou o sistema de nacionalização mais flexível com o estrangeiro, pois só exigia que ele residisse de forma contínua no país³⁶⁸. No ano seguinte, o Executivo apresentou o projeto para a regulamentação do referido artigo da Constituição, que só foi efetivado em 1954.

A iniciativa de nacionalização correspondeu aos anseios de alguns missivistas, como Basile de Scalon, que endereçou uma carta a Perón em agosto

³⁶⁸ O artigo 31 do capítulo II intitulado “Direitos, deveres e garantias de liberdade pessoal” da Constituição de 1949 estabelecia que, depois de cinco anos, os estrangeiros que entraram no país sem violar as regras, gozariam de todos os direitos civis e políticos. No que se refere à nacionalização, poderiam solicitar o pedido aqueles que viveram dois anos no território ou conseguiriam automaticamente caso tivessem vivido cinco anos seguidos. O governo poderia outorgar ou privar a nacionalidade argentina dos estrangeiros, inclusive expulsando-os, de acordo com as formalidades e condições da legislação nacional. Fonte: *Constitución de 1949*, p.24.

de 1950 para solicitar a naturalização argentina. Antes de realizar o pedido, ele relatou a sua história:

No ano de 1917, ao estalar a revolução comunista na Rússia, tomei parte na guerra civil no exército russo branco contra o exército russo vermelho, durante dois anos. Em 30 de novembro de 1920, sai da Rússia com o exército me dirigindo a Galópoli. Estive 26 anos na Europa sem cidadania. Depois da última guerra (1946) recusei a proposição dos franceses para receber a naturalização francesa (Meus antepassados são franceses). Sai da Europa com minha mulher e filha e cheguei a Buenos Aires em setembro de 1946. Apresentei meu diploma de engenheiro (de universidade de Praga) no Ministério da Aeronáutica e com a recomendação do general Alesis Von Shwarz, amigo do meu sogro, fui admitido na infraestrutura (...) Em 20 de abril de 1949 fui despedido da Aeronáutica por razões de economia (tradução nossa)³⁶⁹.

A seleção de determinados aspectos pessoais e políticos da sua trajetória de vida - como não ser comunista, ter família, ser engenheiro e ter atuado em um órgão público- revela o esforço de Basile para mostrar como e o quanto ele atende aos critérios do “imigrante ideal”. A menção ao fato de que a naturalização francesa tinha sido recusada contrasta com o desejo de conquistar a cidadania argentina. Mais especificamente, o missivista explicitava a sua identificação com a Argentina peronista.

Além desta identificação, o missivista também tinha urgência em conseguir a naturalização, pois, segundo ele, por “fontes não oficiais”, ficou sabendo que a Rússia articulou a sua demissão porque calculou que, sem trabalho, Basile solicitaria o passaporte russo e voltaria para a União Soviética. Ele aproveitou a menção ao “plano soviético” para endossar seu repúdio ao comunismo, personificado na “ditadura da União Soviética”, e para buscar a compreensão do presidente com o seu caso³⁷⁰.

Ele também enviou um livro de um exilado russo, com algumas páginas grifadas, para que o presidente tivesse compreensão de como era a “ditadura

³⁶⁹ “En el año de 1917, al estallar la revolución comunista en Rusia, tomé parte en la guerra civil en el ejército ruso blanco contra el ejército ruso rojo, durante dos años. El 30 de noviembre de 1920, quité Rusia con el ejército dirigiéndome a Galópoli. Estuve 26 años en Europa sin ciudadanía. Después de la última guerra (1946) rehúse la proposición de los franceses a recibir la naturalización francesa (Mis antepasados son franceses). Salí de Europa con mi mujer e hija y llegué a Buenos Aires en septiembre de 1946. Presenté mi diploma de ingeniero (de universidad de Praga) en el Ministerio de la Aeronautica y con la recomendación del general Alesis Von Shwarz amigo de mi suegro, fui admitido en la infraestructura (...) El 20 de abril de 1949 fui despedido de la Aeronáutica por razones de economía”. Fonte: AGN-ST, caixa 679, processo 1187.

³⁷⁰ *Idem*.

comunista”. Basile encerrou a carta pedindo para ao presidente que impedisse o seu retorno à Rússia pelas razões comentadas e pelas suas características profissionais. Portanto, ele esperava que o presidente Perón atendesse o seu pedido pela compreensão do seu caso, mas sobretudo por Basile enfatizar que seria útil para a Argentina, especialmente por identificar-se com a obra do governo e querer colaborar com ela.

Apesar da iniciativa facilitar o processo de nacionalização de alguns imigrantes que viviam na Argentina, outros não receberam a medida com alegria, como Raúl del Pozo Cano. Ele escreveu de Buenos Aires, em março de 1954, representando mais de 300 mil paraguaios exilados na Argentina³⁷¹, para solicitar que a lei de “cidadania argentina” não fosse automaticamente aplicada aos exilados políticos que tiveram que abandonar a pátria contra a sua vontade. Ele explicou seus motivos:

(...) Ao escrever estas linhas, Senhor Presidente, creio interpretar os sentimentos de todos os compatriotas residentes aqui por motivos políticos. Nós paraguaios somos muito ciumentos com nossa nacionalidade.

É muito raro que algum se naturalize no estrangeiro, a não ser que tenhamos saído para salvar a cabeça ou encontrar meios de subsistência que nos nega nossa pátria.

Queremos este país que nos brindou generosa hospitalidade, que muito agradecemos, mas isso de trocar a nacionalidade não concebemos. O senhor presidente, como homem de arraigados sentimentos patrióticos, posto em nosso caso, estamos certos que não trocaria sua nacionalidade argentina por nenhuma outra na terra (tradução nossa)³⁷².

Na argumentação inicial, o missivista mesclou aspectos gerais e específicos dos paraguaios e dos exilados políticos para justificar o seu pedido e buscar a compreensão do presidente. Ao longo da carta, ele também ressalta a importância da lei para os que desejavam adotar a Argentina como pátria, mas

³⁷¹ De acordo com María Antonia Sánchez e Luis Roniger (2010), entre a Guerra Civil paraguaia, em 1947, e os primeiros anos do stronismo, milhares de paraguaios foram forçados a deixar o país, sendo que um dos principais destinos foi a Argentina. Até o final da ditadura paraguaia as correntes migratórias continuaram, mas em menor número que os anos supracitados.

³⁷² “(...) *Al escribirle estas líneas, Señor Presidente, creo interpretar los sentimientos de todos los compatriotas residentes aquí por motivos políticos. Los paraguayos somos muy celosos de nuestra nacionalidad. Es muy raro que alguno se naturalice en el extranjero, maxime los que hemos salido para salvar la cabeza o encontrar medios de substistencia que se nos niegan en nuestra patria.*

Queremos a este país que nos ha brindado generosa hospitalidad, que mucho agradecemos, pero eso de cambiar la nacionalidad no lo concebimos. El señor presidente, como hombre de arraigados sentimientos patrióticos, puesto en nuestro caso, estamos seguros que no cambiarías su nacionalidad argentina por ninguna otra en la tierra”. Fonte: AGN-ST, caixa 591, processo 279.614.

pondera que, nos casos como o dele, a lei não era adequada porque pretendiam retornar ao seu país. A distinção entre os que desejam permanecer na Argentina e os que não foi estabelecida a partir da concepção da pátria como “mãe”. Nas palavras do missivista, mudar de nacionalidade seria como: “(...) *trocar de Mãe, e por mais defeitos que uma mãe possa ter ninguém a trocaria nem por uma rainha*” (tradução nossa)³⁷³.

A comparação metafórica endossava a gratidão e o reconhecimento pelo acolhimento da Argentina, que embora pudesse ser considerada uma “rainha”, não é a “mãe” do missivista. Esta frase também auxilia a identificação que ele procurou estabelecer com o presidente, inclusive buscando empatia, como mostra o trecho extraído da carta no qual utiliza os sentimentos patrióticos de Perón para que o presidente compreendesse os seus.

A estratégia do missivista estava presente na argumentação, mas também na seleção de informações sobre a sua identidade. Constatamos, através de pesquisas que Raúl poderia ser considerado uma pessoa comum na sociedade argentina, mas não na paraguaia, pois era um dos líderes dos exilados paraguaios e inclusive foi Vice-presidente da *Sociedade Bolivariana do Paraguai no Exílio*³⁷⁴.

Cabe lembrar que o governo argentino recebeu e permitiu a presença dos milhares de exilados políticos paraguaios da guerra civil de 1947 e dos primeiros anos da ditadura de Alfredo Stroessner, com a condição de que eles não organizassem a oposição e não tentassem retomar o poder paraguaio (SÁNCHEZ e RONIGER, 2010).

Além da carta, Raúl anexou uma nota para o secretário de Perón informando que já tinha trabalhado com muitos presidentes paraguaios e, por esse motivo, tinha conhecimento de que nem 10% das missivas chegava aos destinatários. Contudo, apelou ao secretário, esclarecendo que sua solicitação tinha fundamento e, por essa razão, necessitava de um estudo e de uma resolução particular para o seu caso e dos demais paraguaios.

³⁷³ “*cambiar de Madre, y por más defectos que una madre pueda tener nadie la cambiaría ni por una reina*”. Fonte: Idem.

³⁷⁴ Carta de Raúl del Pozo Cano para Dr. Don Juan Jose Arevalo, presidente da Guatemala. Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamerica (CIRMA), Archivo Historico, paquete 8, documento 2.605. Código de referência online: GT-CIRMA-AH-045-004-002-006-582.

A tentativa de convencer o secretário revela que parte dos missivistas, mesmo os estrangeiros, buscava construir ou realizar a manutenção da relação direta e pessoal com o presidente, mas estava ciente de que esta era composta por diversos mediadores. Portanto, em seus argumentos, mais ou menos explícitos, consideravam outros destinatários além do principal.

O amor à “mãe pátria” também pode ser identificado na carta de Samuel Foguel, que escreveu para Vargas, do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1942:

(...) Brasileiro de nascimento, título que me honra mais que tudo, na primeira infância segui para a Europa, fixando-me na Polônia. Nessa terra, hoje martyrizada, vivi minha juventude, sem, porem, jamais olvidar do meu Brasil. Ha 12 annos retornei ao meu Paiz de nascimento. Aqui, plenamente integrado no espírito e nas tendencias brasileiras, então engrandecidas pela memorável campanha da “Aliança Liberal”, procurei, desde logo, estabelecer-me numa atividade produtiva e patriótica- o comercio-, o qual, V. Excia tem prestigiado com sábias Leis. Atravéz de vários annos, com tenacidade e sacrificios, firmei uma situação econômica-financeira, sem deixar, contudo, desde o início de procurar regularizar a minha situação militar. Levei a termo esse nobre proposito, sendo hoje reservista da 3ª categoria, tendo prestado juramento a bandeira (...) ³⁷⁵.

Embora não seja exilado político como Raúl, Samuel também adotou o argumento de que, apesar de ter vivido fora do Brasil, o país nunca deixou de ser a sua pátria. Além de identificar-se como brasileiro, o missivista também procura mostrar sua identificação com o projeto político de Vargas que pode ser observada no esforço de colocar-se como alguém que tem trabalhado e tem “servido o Brasil”.

Após esta introdução, Samuel conta que algumas “pessoas inimigas”, “sem razão”, denunciaram-no como polonês, motivo pelo qual foi aberto um processo e ele foi assim reconhecido. O missivista pede para que o governante brasileiro não permita a anulação do seu registro civil, pois ser reconhecido como polonês era uma forma de “repudiar” a sua pátria por causa de uma injustiça.

Tal como Raúl, além das estratégias argumentativas, ele também ocultou uma das suas identificações do presidente Vargas: ser judeu³⁷⁶. O fato de

³⁷⁵ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, sem número de processo.

³⁷⁶ Segundo Cytrynowicz (2002b), durante o Estado Novo, enquanto grupo, os judeus não sofreram uma perseguição específica, sendo submetidos aos mesmos constrangimentos e proibições dos outros grupos imigrantes, como falar, ensinar ou editar jornais em “línguas estrangeiras”. No entanto, Maria Luiza Tucci Carneiro (1988) e Cancelli (1993) consideram que houve um tratamento diferenciado que pode ser observado no antissemitismo que figurou em importantes círculos governamentais, como no Itamaraty, que emitiu circulares secretas com recomendações para a recusa da concessão de vistos, especialmente a partir de 1937. A polícia

Samuel ser judeu auxilia a compreensão da denúncia das “pessoas inimigas sem razão” mencionada pelo missivista, em especial as possíveis consequências imediatas do “repúdio à pátria” que sustentam o desespero do Samuel. Ainda que perder a nacionalidade brasileira tivesse um sentido simbólico importante, consideramos que o desespero maior poderia ser atribuído às possíveis consequências de ele ser identificado como um judeu-polonês pelo governo Vargas, com histórico de recusa de asilo e de deportação de judeus, podendo ser deportado a qualquer momento para um país que estava ocupado pelos nazistas³⁷⁷.

Os argumentos ao longo da carta revelam que Samuel estava desconfiado das instituições nacionais para a resolução do seu caso. Deste modo, na missiva ele manifesta a sua confiança em Vargas, depositando a sua esperança no governante e assegurando que em um “*processo regular, isento de maldade e de perseguição, ficará provado, por certo, a minha qualidade de brasileiro*”³⁷⁸. Ele endossou o pedido informando que, além de ser brasileiro comerciante, era casado com uma brasileira e tinha filho brasileiro. Ou seja, se adequava aos critérios de “bom brasileiro” preconizados pelo discurso oficial.

Apesar dos apelos, o missivista recebeu uma carta-resposta informando que este assunto deve ser resolvido no Judiciário e, caso discordasse da decisão, que recorresse a sentença. A despeito do desamparo oficial, nossas pesquisas indicam que Samuel Foguel conseguiu reverter a situação. Ele atuou no movimento sionista como emissário no Rio Grande do Sul, sobretudo no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, sendo presidente da *Sociedade Cultural e Beneficiente de Erechim* e da *Organização Sionista Revisionista Unida*³⁷⁹, que defendia a criação do estado de Israel (BARTEL, 2006).

do Distrito Federal também teve um importante papel nas perseguições e prisões de judeus. De acordo com Cancelli (1993), a imigração de famílias pobres do leste europeu somada as manifestações internacionais de antissemitismo, relacionando os judeus aos comunistas, facilitava o trabalho de degradação do judeu pela propaganda e justificativa para perseguições e prisões direcionadas do Estado.

³⁷⁷ Para maiores informações sobre os judeus no Brasil durante o Estado Novo, com visões distintas acerca do fenômeno, ver: Maria Luiza Tucci Carneiro (1988), Jeffrey Lesser (1995) e Roney Cytrynowicz (2002b).

³⁷⁸ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, sem número de processo.

³⁷⁹ A expressão do movimento sionista no Rio Grande do Sul indica que, apesar das restrições legais impostas pelo Estado Novo, assim como a Campanha de Nacionalização, os grupos de judeus adotaram estratégias e organizaram respostas sutis e sofisticadas, procurando reelaborar, negociar e adaptar suas atividades nas instituições judaicas, assistenciais, escolas, sinagogas e entidades culturais às imposições e restrições (CYTRYNOWICZ, 2002b).

As cartas de Raúl e de Samuel são exemplos de uma estratégia que não foi incomum em algumas das cartas de estrangeiros e nacionais para os governantes: elas abdicavam de parte das suas identidades para assumirem a de “pessoas comuns”. Para os missivistas, este deslocamento, por vezes necessário, poderia contribuir para a sua segurança e atenção aos seus pedidos, pois suas condições e argumentos estariam mais adequados ao que era proposto pelos discursos oficiais. Estas cartas também indicam como a construção ou manutenção da relação direta das pessoas comuns, em geral, e dos estrangeiros, em particular, com os governantes foi marcada por dificuldades, tensões, decepções e aflições.

5.1.1 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva com as permissões de entrada de familiares

Em outros casos, os missivistas explicitaram suas identidades para solicitar a permissão da entrada dos demais familiares no país. Em março de 1942, Fritz Karl Rieser, judeu-alemão, que vivia no Rio de Janeiro, escreveu para Vargas:

O apelo que vos faço em seguida não é fundado em regulamentos, nem leis socaes, mas sim fundado nas leis da consciencia humana, nos sentimentos de piedade, no interesse que os homens bons tem pelos homens que lutam e que sofrem. Aqui, senhor Presidente, se apresenta um homem igual aos seus semelhantes, que, como todos os outros, pensa poder ter uma vida honesta e tranquila, amando a sua esposa e aos filhos, mas que os outros homens puderam expulsar da terra onde nasceu, expolial-o das poucas economias que possuía e marcal-o com estigmas imaginarios.

Aqui, Senhor Presidente, se apresenta um homem de raça judaica que, por isso, não tem nunca deixado de cumprir com todos os seus deveres para com os seus semelhantes, trabalhando, lutando, querendo á esposa e aos filhos, mas que por isso e mais pela vontade dos desapiedados, é apontado ao mundo como um ser diferente e merecedor de reservas e de castigos que muitas vezes nem são infligidos a animais³⁸⁰.

O trecho inicial do apelo revela o tom da carta inteira: a busca pela compreensão e empatia do governante não seria amparada na bajulação, mas nas *“leis da consciência humana dos homens bons”* e nos direitos dos homens, que antecedem e ultrapassam qualquer projeto político, inclusive o do Estado

³⁸⁰ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.201/42.

Novo. A humanidade é o elemento adotado pelo missivista para mostrar as similaridades com Vargas e os demais homens, que deveriam superar as diferenças de raça e possibilitar que todas exerçam seus direitos.

Identificando-se como um “homem comum”, com direitos e deveres, o missivista alemão, com dois filhos mais velhos, relatou que *“pelas imposições conhecidas de todos”*, em 1939, procurou sair da Alemanha. Contudo, pelas dificuldades impostas pelas autoridades alemãs, conseguiu licença somente para os filhos, o que lhe deu satisfação pois *“(...) os mais jovens, com mais direito á vida, poder-se-iam livrar das humilhações e sofrimentos (...)”*³⁸¹.

Na separação, em 1939, os filhos foram para a Inglaterra, graças à uma associação que arcava com as despesas, e os pais, alguns meses depois, vieram para o Brasil. Segundo o missivista, desde 1940, ele tentava reunir a família no país, mas seus pedidos de visto foram negados pelas autoridades brasileiras por *“não serem arianos”*³⁸².

Além de lamentar que *“duas crianças sem experiência, sem dinheiro e sem família fossem reunidos aos pais”*, ele expôs o aumento do sofrimento pois, em consequência da guerra, na Inglaterra, todos os homens de nacionalidade alemã foram aprisionados. O filho Ralf Edgar Rieser, por ser “meio-ariano”, foi enviado para um campo de concentração na Austrália, onde sofria várias privações físicas, morais e psicológicas. Ainda que de modo distinto, a filha Helga Rieser, que continuou na Inglaterra, também sofria, adicionada a *“grande humilhação por ser considerada alemã”*³⁸³.

Por seu pedido ter sido negado diversas vezes pelas autoridades brasileiras, nas mais variadas instâncias, ele apelou, diretamente, ao governante:

Senhor presidente, este último apelo é consequente da observação que venho fazendo dos atos e das decisões de V. Excia. Nas grandes e nas pequenas cousas, nas deliberações que interessam aos povos e nas decisões que protegem os humildes, tenho visto da parte de V. Excia somente humanidade e interesse pelos homens.

³⁸¹ *Idem*.

³⁸² De acordo com o missivista, por, na época, não estar regularizado, o irmão e a cunhada fizeram o requerimento para chamar os filhos Ralf e Helga Rieser. O requerimento foi concedido pelo Ministério das Relações Exteriores em agosto de 1940, sendo expedidos os “telegramas de chamada” do Consulado Brasileiro em Liverpool. Contudo, o missivista relatou que, naquele Consulado, os vistos nos passaportes dos seus filhos foram negados sob a alegação de que os jovens não eram arianos. Fonte: AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.201/42.

³⁸³ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.201/42.

Meus filhos são jovens, entusiastas e estudiosos. Estou certo que no Brasil farão tudo pela terra que os acolheu e que somente honrarão e enaltecerão o seu nome.

O rapaz já havia iniciado o seu curso de engenharia na Escola de Manchester e a moça ia estudar sociologia; o Brasil não será prejudicado pelo convívio destes jovens, que aqui completarão sua mentalidade e aqui completarão seus estudos.

Senhor presidente, este apelo vos faço com os olhos em minha esposa, que adocece e vai se acabando pela dor. Senhor Presidente, é um pai que vos pede: permite a vinda para o Brasil de meus filhos- Helga Rieser, agora em Manchester- Inglaterra, e Ralf Edgar Rieser, agora em Tatura- Austrália, que são dois menores e precisam de ajuda e assistência³⁸⁴.

Além de relatar os sofrimentos como pai, Fritz também reforçou o apelo mostrando como os filhos se adequariam aos critérios estabelecidos pelo governo para a recepção de imigrantes. O missivista finaliza ponderando que, em troca do “ato generoso” do governante, ele receberia a eterna gratidão dos seus filhos, que seriam “servos da pátria adotiva” e, conseqüentemente, de Vargas, que os recebeu. Ou seja, mostra como ambos seriam beneficiados com a concessão do visto para os filhos.

A carta foi acompanhada por uma nota de Olavo Cabral Ramos para o “amigo Alberto”. Nela o empresário brasileiro garantiu a veracidade das informações e do sofrimento do missivista por conhecê-lo desde que chegou no Brasil. Por isso e pela intimidade com o oficial de gabinete do Vargas, pediu:

(...) o especial favor de ler com atenção o memorial e ver se isso não merece um ato de bondade. Si lhe for possível interferir no assunto eu lhe ficaria muito grato.

Espero que você desculpe mais esse pedido e a forma porque é feito (eu deveria procurá-lo pessoalmente). Mas, em primeiro lugar penso que essa carta lhe tomara menos tempo. Também conheço bem o caso e sinto mesmo vontade de ver esse pai ter os filhos consigo

Com um grande abraço do amigo³⁸⁵.

A nota revela que os pedidos ou a “troca de favores” para conhecidos, embora não fosse exclusividade do governo e do Estado Novo, faziam parte do cotidiano da *Secretaria da Presidência da República*. A “humanidade de Vargas” e/ou a intervenção em prol do “ato de bondade” possibilitaram a concessão dos vistos para Belga (Helga) Rieser e Ralf Edgar Rieser, sob requerimento de Fritz

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 6.201/42.

Karl Rieser, que foi publicada na primeira sessão do Diário Oficial de junho de 1942, dois meses depois da carta³⁸⁶.

Por razões distintas, mas também pedindo ajuda para reunir a família e apelando para a benevolência do governante, Beniamino Penetta escreve para Perón, de Buenos Aires, em janeiro de 1951:

Me permito incomodar brevemente sua atenção para solicitar de sua reconhecida bondade, queira prestar sua caridade, contemplando a possibilidade de aplanar ou pelo menos solucionar em parte minha situação.

Cheguei da Itália – Regio, Calabria- Povo de Sant’Ilario Ionio- faz 19 meses e não vacilei, ao conhecer sua grande obra como Primeiro Magistrado, em associar-me a causa do peronismo, que continuará engrandecendo esta Grande República Argentina, de porvenir tão brilhante, que brinda abertamente hospitalizado a todo estrangeiro que como eu, trata de agradecê-la brindando seus braços e sua profissão de ferreiro, para depositar seu grão de areia, base da monumental obra. Como disse, molestava- meu General- para expressar-lhe a carência de recursos econômicos de imprescindível necessidade para lograr o traslado de minha esposa e minhas duas filhas desde a Itália, quem lhe agradeceriam eternamente se por sua mediação, poderiam realizar o sonho de radicar-se nesta terra de paz.

Eu tratai por todos os meios ao meu alcance de realizar este desejo, que já é uma necessidade, mas me foi impossível, pois careço de grande parte do dinheiro necessário e de amizades, parentes ou outros recursos de quem consegue lográ-lo, ainda que mais não fosse, um empréstimo (...) (tradução nossa)³⁸⁷.

Diferentemente de Fritz, Beniamino busca estabelecer uma relação direta e pessoal com o presidente anunciando sua identificação com a sua causa política. Apropriando-se de distintas consignas peronistas, ele expressou a sua gratidão, colocando-se à serviço de Perón e mencionou como estava fazendo a sua parte para o “engrandecimento da pátria”. O missivista também procura

³⁸⁶Diário Oficial da União (DOU) de 2 de junho de 1942. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2344137/pg-21-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-06-1942>. Acesso em 15 de julho de 2020.

³⁸⁷ “*Me permito molestar brevemente su atención para solicitar de su reconocida bondad, quiera prestar su caridad, contemplando la posibilidad de allanar o por lo menos solucionar en parte mi situación. He llegado de Italia- Regio Calabria- Pueblo de Sant’Ilario Ionio- hace 19 meses y no vacile, al conocer su gran obra como Primer Magistrado, en plegarme a la causa del peronismo, que continuará engrandecendo esta Gran República Argentina, de porvenir tan brillante, que brinda abiertamente hospitalizado a todo extranjero que como yo, trata de agradecerla brindando sus brazos y su profesión de herrero, para depositar su grano de arena, base de la monumental obra. Como dije, molestaba- mi General- para expresarle la carencia de recursos económicos de imprescindible necesidad para lograr el traslado de mi esposa y mis dos hijitas desde Italia, quienes le agradecerían eternamente si por su mediación, podrían realizar el sueño de radicarse en esta tierra de paz.*

Yo he tratado por todos los medios a mi alcance de realizar este deseo, que ya es necesidad, pero me ha sido imposible, pues carezco de gran parte del dinero necesario y de amistades, parientes u otros recursos de quienes lograrlo, aunque más no fuera, en préstamo”. Fonte: AGN-ST, caixa 506, sem o número do processo.

estabelecer uma identificação pessoal com o presidente, por meio da compreensão de sua situação, como no fim do trecho destacado, quando justifica porque está recorrendo ao presidente.

A despeito das identificações política e pessoal, a troca “ajuda” do presidente pela “gratidão” das filhas à Perón também foi acionada por Beniamino, alegando que o presidente poderia ganhar mais apoio com duas crianças peronistas. Nos trâmites internos da *Direção Nacional da Imigração*, é possível observar que a identificação política do missivista foi fundamental para a deliberação favorável do seu pedido. Nos pareceres internos, os funcionários ponderaram que as passagens dos “beneficiados” seriam concedidas pelo *Diretor Nacional da Imigração* e que os contratos estipulavam passagens para os imigrantes e familiares, sem diferenciar aqueles que pagaram as passagens dos que receberam do governo.

Cabe ressaltar que, durante os primeiros anos do governo peronista, a Argentina estabeleceu acordos e tratados com a Espanha e a Itália para estimular uma imigração “controlada e organizada”. Com a Itália, em algumas modalidades, o Estado propunha “beneficiar” os imigrantes comprometendo-se a pagar a passagem e os gastos iniciais, assessorar as condições de trabalho e de moradia, e promover cursos de capacitação em troca de algumas condições, como “não abandonar o emprego sem justificativa” (BIERNAT, 2007; QUINTEROS, 2008).

Com estes acordos e tratados houve um incremento da imigração italiana para o país, sendo que dos 333.993 que entraram no país, entre 1947 e 1951, 26.693 eram “beneficiados”. Na segunda presidência de Perón, houve um maior interesse na entrada dos parentes dos italianos no país, sobretudo para evitar a remessa de divisas para os familiares na Itália e favorecer a integração familiar, conforme estabelecido no Segundo Plano Quinquenal (1953-1957), para integrá-los à sociedade receptora (QUINTEROS, 2008, p.144; BIERNAT, 2007)³⁸⁸.

Pelos termos utilizados no parecer, provavelmente Beniamino era um “beneficiado” do governo peronista. No encerramento do parecer foi ressaltada a importância de imigrantes “*que prestam obras de grande utilidade para o governo*” e considerando que como Beniamino “(...) parece estar plenamente

³⁸⁸ Ver: 2º Plan Quinquenal (1953).

identificado com a obra do Gobierno, nada impediria que o senhor Diretor Nacional autorizasse o embarque de seus familiares". Por tudo o que foi exposto, o diretor Carlos C. Mende Brun autoriza o embarque dos familiares³⁸⁹, reforçando a ideia de compartilhamento de interesses entre o governo e Beniamino.

Nas cartas de Fritz e Beniamino percebemos que, apesar das particularidades dos regimes varguista e peronista, muitos missivistas estrangeiros reconheciam que a relação direta e pessoal almejada com os governantes era assimétrica, mas ao mesmo tempo procuraram mostrar que ambos poderiam ganhar com a sua constituição ou manutenção pela atenção aos seus pedidos. As evocações das qualidades e participações deles ou de seus descendentes para os distintos projetos políticos brasileiro e argentino foram uma marca da grande maioria das cartas analisadas, aproximando as cartas dos estrangeiros das dos nacionais. Em alguns casos, às qualidades e participações foram somadas as identificações políticas.

5.1.2 Dos patriotas “úteis e adaptáveis” para os “grandes chefes das nações”: o engrandecimento da pátria adotiva com a servidão e a gratidão

Os missivistas também entraram em contato com os governantes para “servir à pátria”, “estar à disposição” ou oferecer “colaborações espontâneas” para os “novos países”. No Brasil, a partir de 1942, os missivistas, especialmente familiares brasileiros e descendentes dos países do Eixo, evocaram as imagens de “utilidade e colaboração”, combinadas com às de servidão e gratidão, para a “defesa da pátria”. Na Argentina, os estrangeiros mobilizaram imagens similares para o “engrandecimento da pátria”.

Em setembro de 1942, um mês depois dos ataques alemães aos navios brasileiros no primeiro semestre deste ano, Afonso Bidinger escreveu para Vargas de Goiás:

O signatario desta, alemão de origem, mas brasileiro de coração, residente neste glorioso e hospitaleiro País há mais de vinte anos tendo percorrido todo o Brasil do sul ao norte e de leste a oeste, casado com brasileira nata, condenando o covarde e traiçoeiro atentado praticado contra a vida e soberania do Brasil, sente-se feliz nesta hora amarga para a pátria adotiva do signatario em poder hipotecar incondicional

³⁸⁹ *Idem.*

apoio a vossencia, como em oferecer sua própria vida na defesa do nosso querido Brasil³⁹⁰.

As expressões “alemão de origem” e “brasileiro de coração” indicam que ele não optou pelo país onde nasceu, mas pelo país que o acolheu. A escolha também expressa os sentimentos de pertencimento e de amor de Afonso pela “pátria adotiva”. Além da identificação com o país, o missivista também procurou evidenciar a integração ao Brasil, o que pode ser identificado nos momentos que ele mencionou suas viagens, seu casamento e seu repúdio aos ataques, como muitos nacionais fizeram.

O contraste entre a “felicidade” e a “hora amarga” revela que, embora o Brasil tenha sido atacado, este era o momento “feliz” porque ele poderia retribuir o acolhimento que recebeu e demonstrar a sua gratidão ao país e aos brasileiros. A carta estava acompanhada de uma “*declaração de hipoteca incondicional apoio ao governo*”, oficializada em cartório, em que declarava a lealdade ao Vargas e oferecia a sua vida pela defesa do Brasil. A declaração do missivista apresenta uma série de detalhes sobre a sua chegada ao Brasil, trajetória profissional e pessoal (casamento) e as homenagens prestadas ao governante³⁹¹. Pelos elementos expressos na carta, reconhecida por cinco testemunhas “brasileiras natas”, é possível afirmar que, mais do que uma declaração, o documento atestava a “boa conduta” de Afonso.

Alguns dias depois, José Carlos também escreveu para o Vargas de Goiás para manifestar o seu repúdio ao ataque e o apoio ao governante. José Carlos apresentou argumentos similares aos de Afonso, especialmente a respeito dos sentimentos de gratidão, pertencimento e integração à “segunda pátria”. Apesar das similaridades, a forma de retribuição oferecida era distinta:

Se há infelizmente alemães que não souberam pagar em retidão e gratidão os favores recebidos pelo Brasil há ainda graças a Deus uma grande maioria que estão ao lado de V. Excia e do Brasil.

Entre estes quero ser um dos primeiros a me por ao inteiro dispor de Vossa Excelencia. O Brasil perdeu tantos soldados valorosos nos afundamentos dos cinco navios que estou disposto a ocupar um dos lugares deixados pelos soldados que vossa Excelencia perdeu.

Tenho boa saúde e bom físico e com os 30 anos que tenho ainda saberei mover pela glória do Brasil e dar um exemplo de como se deve interpretar a palavra gratidão(...) ³⁹².

³⁹⁰ AN-GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 26.605.

³⁹¹ *Idem*.

³⁹² *Idem*.

O início do trecho revela que, embora o missivista ainda identifique a Alemanha como “primeira pátria”, ele discorda das ações empreendidas pelos seus semelhantes. A distinção entre ele e os demais alemães é demarcada na menção aos “alemães ingratos”³⁹³.

O missivista adota a distinção para expressar o seu apoio ao Vargas e a sua servidão pela defesa do Brasil, inclusive como soldado. Além de ponderar que as suas especificidades físicas eram adequadas, ele adicionou ao argumento que poderia servir de exemplo para outros alemães, o que poderia estimulá-los a servir o país de forma mais concreta. O missivista procurou fortalecer o seu pedido oferecendo uma série de referências de autoridades em Goiás e no Rio de Janeiro, indicando que o governante poderia verificar a veracidade das informações prestadas e confirmar a sua “boa conduta”.

O uso das palavras “servidão”, “utilidade” e “colaboração” também figuraram em outras solicitações na Argentina, como no envio de inventos e nos pedidos de emprego. Vladimir Kulig, checoslovaco, escreveu, em fevereiro de 1952, da Província Perón (atualmente Chaco), explicando:

(...) Que ainda que careça da Carta de Cidadania Argentina, gestões que atualmente venho realizando, me sinto profundamente argentino, porque nesta pátria generosa encontrei a Paz, a Liberdade e a tranquilidade no trabalho que possibilitou a formação do meu lar dentro de um encantador marco de felicidade e desde onde ensino meus filhos a render culto a sua digna personalidade como a sua digníssima esposa, Senhora Eva Perón por sua maravilhosa obra libertadora, dignificadora, humana e essencialmente cristã e justicialista. Que amo a esta Pátria como se fosse a minha própria. Que por isso me entreguei com carinho a trabalhar aqui neste rincão da Argentina, com meus conhecimentos técnicos (tradução nossa)³⁹⁴.

³⁹³ Quanto a estes, é provável que o missivista esteja referindo-se às suspeitas do governo brasileiro de que alguns espões, de diversas nacionalidades, incluindo os alemães, haviam contribuído, direta ou indiretamente, para o torpedeamento dos navios brasileiros. Alguns estudos apontam que a precisão dos ataques gerou uma convicção do governo brasileiro de uma rede de espões, de diversas nacionalidades, que forneciam informações sobre a localização dos navios. Para maiores informações, ver: Orlando de Barros (2019).

³⁹⁴ *Que aunque carezco de Carta de Ciudadania Argentina, gestiones que actualmente vengo realizando, me siento profundamente argentino, porque en esta patria generosa he encontrado la Paz, la Libertad y la tranquilidad en el trabajo que ha posibilitado la formación de mi hogar dentro de un halagueño marco de felicidad y desde donde enseño a mis hijos a rendir culto a su digna personalidad como a la su dignísima esposa, Señora Eva Perón por su maravillosa obra libertadora, dignificadora, humana y esencialmente cristiana y justicialista. Que amo a esta Patria como si fuera a mía propia. Que por eso me he entregado con cariño a trabajar aquí en este rincón de la Argentina, con mis conocimientos técnicos.* Fonte: AGN-ST, caixa 586, processo 2.960.

No início da carta, o missivista esclareceu o que entendia por identidade nacional, não associada a um documento ou local de nascimento. Ele também esclareceu o que, para ele, significava “ser argentino”. A “argentividade” do missivista foi associada apenas à identidade peronista, sobretudo ao casal Perón, identificado como o propiciador das condições que Vladimir podia usufruir.

Amparado nas imagens de “amor” e “gratidão” à pátria, em geral, e ao casal Perón, em particular, o missivista ofereceu uma máquina agrícola que substituiria o combustível líquido pelo gás pobre. Ele explicou que comprovou sua eficiência, parcialmente, porque carecia de ferramentas e de tempo para terminá-la, sendo necessário conversar com os técnicos do governo para ajustar de acordo com o interesse e as necessidades. Vladimir se sentia tão identificado com o governo peronista que, além de enviar uma sugestão para o setor agrário do Plano Quinquenal, ele expressou a sua insatisfação com alguns funcionários do governo, no final da carta, porque tinham informado, em ocasião anterior, que sua máquina não seria considerada pelos planos do governo por não apresentarem condições suficientes para ensaio.

Junto com a carta para o presidente, ele também enviou uma carta para a primeira-dama, endossando sua “colaboração desinteressada”: (...) *no me guia nenhum afã de lucro e só o desejo veemente de servir a esta Pátria que me deu todo e na qual sou feliz junto a meus seres queridos (...)*” (tradução nossa)³⁹⁵. Na carta-resposta, foi solicitado que o missivista envie a patente do invento, bem como desenhos e detalhes adicionais, algo que não pudemos comprovar por falta de documentação.

Alguns missivistas preferiram adotar como estratégia para o estabelecimento ou reforço da relação direta e pessoal com Perón a menção às vantagens políticas, econômicas e tecnológicas de suas colaborações para o país, enfatizando a ideia de benefício para a Argentina. Nestes casos, um pedido de emprego passa a ser tratado na carta como uma colaboração, até um ato de generosidade, de um trabalhador técnico e especializado, que deseja e pode ajudar na construção do “novo país”. Este é o caso de Otto Beck, que se dirige ao presidente Perón em julho de 1946:

³⁹⁵ “No me guia ningún afan de lucro y solo el deseo vehemente de servir a esta Patria que me ha dado todo y en la cual soy feliz junto a mis seres queridos”. Fonte: *Idem*.

Em vista das tremendas e inumeráveis tarefas que se apresentaram ao novo governo de sua Excelencia no que se refere a reorganização, nova organização eficaz, desenvolvimento e administração de empresas ou a formar no futuro (...) me permito colocar a disposição de sua Excelência meus serviços para qualquer posição ou função que o senhor possa considerar apto e conveniente acorde com minha idoneidade, experiência e carreira (tradução nossa)³⁹⁶.

Em seguida, o missivista destacou e detalhou as suas qualidades profissionais, como o domínio de vários idiomas, as experiências e as viagens profissionais que realizou em âmbito doméstico e internacional. Ele finalizou a sua exposição ponderando que não atuou politicamente e carecia de filiações políticas. Todos os detalhes apresentados pelo missivista, como uma espécie de “carta de apresentação de currículo”, demonstram que ele estava de acordo com os critérios dos que eram considerados “úteis e adaptáveis” para a “nova Argentina”, mas também com os ideais oficiais de “bons argentinos”. Contudo, Otto fez questão de expressar mais um elemento favorável:

(...) Fiel aos postulados da Revolução no sentido de abrir o caminho aos mais capacitados, espero que a presente desperte e encontre seu interesse e que me conceda uma entrevista para poder facilitar toda classe de referências e comprovações do acima exposto, as quais não deixarão de satisfazer suas expectativas (tradução nossa)³⁹⁷.

A identificação com o projeto político argentino reforçava os critérios anteriormente apresentados, inclusive distinguindo-o dos demais estrangeiros que solicitavam emprego. Ele também anexou a carta uma série de documentos que comprovavam a veracidade das informações enviadas. Apesar das qualificações do missivista, o governo apenas acusou o recebimento e marcou o nome do missivista.

O contraste entre as últimas cartas dos estrangeiros, endereçadas para Vargas e Perón, demonstram o que foi comentado no início deste capítulo a respeito dos diferentes objetivos gerais de engrandecerem a pátria apresentados pelos estrangeiros que abarcavam necessidades distintas. Nestes tópicos

³⁹⁶ “En vista de las tremendas e innumerables tareas que se presentarán al nuevo gobierno de su Excelencia en lo que se refiere a la reorganización, nueva organización eficaz, desarrollo y administración de empresas o a formar en lo futuro (...) me permito poner a disposición de su Excelencia mis servicios para cualquiera posición o función que Ud pudiera considerar apto y conveniente acorde con mi idoneidad, experiencia y carrera”. Fonte: AGN-ST, caixa 512, processo 375/46.

³⁹⁷ “Fiel a los postulados de la Revolución en el sentido de abrir el camino a los mas capacitados, espero que la presente despierta y encuentra su interes y que se me conceda una entrevista para poder facilitar toda clase de referencias y comprobaciones de lo arriba expuesto, las cuales no dejarán de satisfacer sus expectativas”. Fonte: *Idem*.

iniciais observamos como os estrangeiros procuraram construir ou reforçar a relação direta e pessoal com os governantes. A análise das cartas permitiu observar as variadas “projeções de si” como “úteis e adaptáveis”. Ademais, expressavam percepções, aflições e desejos dos momentos vividos, mas também as diversas estratégias e dificuldades para conseguirem que seus pedidos fossem atendidos. A seguir, veremos como os nacionais procuraram interceder pelos que eram vistos como “indesejáveis”, em especial os estrangeiros, por meio das denúncias dos abusos das autoridades governamentais a partir das cartas para os governantes ou para outras instituições públicas.

5.2 Dos “bons nacionais” para os “chefes dos governos”: a defesa da pátria com as denúncias dos abusos dos governos

Apesar das especificidades brasileiras e argentinas, nos dois países, os estrangeiros que não se adequaram às diretrizes e aos projetos políticos varguista e peronista foram perseguidos e repreendidos em nome da “segurança nacional”.

No Brasil estadonovista, entre os decretos que restringiram e puniram a atuação cultural e política dos estrangeiros figuraram os de expulsão. A participação em greves, o auxílio aos presos políticos, ou uma manifestação de crítica ao governo eram considerados atos contrários aos “interesses da República”, que deveriam ser punidos com a expulsão. Poderia ser expulso do Brasil todo estrangeiro que “por qualquer motivo, compromettesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública” (RIBEIRO, 2012, p. 269).

Na Argentina, o estabelecimento do estado de guerra interno, em 1951, e a já mencionada “Lei da Residência”, foram utilizadas para restringir a atuação política dos imigrantes e expulsá-los. Entre os artigos da lei supracitada figurava o que considerava que o Poder Executivo poderia ordenar a saída de todo o estrangeiro cuja conduta compromettesse a segurança nacional ou perturbasse a ordem pública³⁹⁸.

³⁹⁸ Ley Nº 4144 de Residencia de 1902. Disponível em: <http://www.unterseccionalroca.org.ar/imagenes/documentos/leg/Ley%204144.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

Segundo Mariana Nazar (2007), na Argentina, a identificação do “comprometimento” da segurança nacional variou, incluindo identificações ideológicas com nazistas, participação em associações de comunidades de imigrantes de países socialistas, no Partido Comunista ou em movimentos dos trabalhadores, e concessões de informações negativas sobre o governo prestados para a imprensa estrangeira. Ainda de acordo com a historiadora, uma percepção diferente sobre as políticas públicas peronistas era identificada como um ataque contra a nação, sendo o estrangeiro colocado como aquele que realiza uma campanha de difamação e desprestígio do governo.

Assim como no Brasil, ficava a cargo das autoridades políticas ou do governante identificar e definir quais condutas comprometiam a segurança nacional, tal como os “subversivos”. Utilizando-se destes “critérios”, os governos varguista e peronista expulsaram 671³⁹⁹ e 261 estrangeiros, do Brasil e da Argentina, respectivamente (RIBEIRO, 2012; NAZAR, 2007).

Nas missivas brasileiras analisadas, não identificamos referências às expulsões, mas a outros modos de exclusão da sociedade, como a detenção. Na maioria das cartas analisadas figuraram muitos alemães, o que denota o estigma de estrangeiro relacionado ao “alemão”, tido como sinônimo de ameaça e inimigo da pátria.

Perazzo (2009), ao analisar o internamento de alemães, japoneses e italianos em “campos de concentração”⁴⁰⁰ no Brasil, pondera que o governo brasileiro adotou a designação “súditos do Eixo” sugerindo uma submissão aos líderes dos países implicados no conflito mundial. Como os descendentes destes países eram identificados como submissos aos seus líderes, acreditava-se que eles eram uma ameaça potencial, portanto, deveriam ser considerados “prisioneiros de guerra”, independentemente de serem civis ou militares. A disseminação desta concepção legitimou práticas de repressão e de

³⁹⁹ No Brasil, o dado corresponde ao período 1930-1945.

⁴⁰⁰ A historiadora adota este termo inspirada nas ponderações dos tipos de campos de concentração da Hannah Arendt, correspondentes às concepções ocidentais básicas de vida após a morte, indicando o limbo, purgatório e inferno. Perazzo (2009) considera que as duas últimas instâncias correspondiam aos campos de trabalho da URSS e aos de extermínio da Alemanha nazista. Guardadas as proporções e as particularidades, a autora pondera que o “limbo” corresponde ao caso brasileiro. Portanto, o termo abarca os locais que conferiram o afastamento social de indesejáveis por meio da prática de concentração e confinamento, como as prisões, as delegacias, as colônias penais agrícolas e até mesmo a própria moradia, independente dos maus-tratos aos prisioneiros.

internamento que foram muito contestadas por brasileiros, familiares ou não dos presos.

Apesar da vigilância e da repressão estenderem-se aos estrangeiros descendentes do Eixo, considera-se que os alemães foram os mais visados pelas perspectivas nacionalistas do governo Vargas. Eles eram vistos como uma dupla ameaça: como grupo étnico que valorizava sua cultura; e como súditos de um chefe com “ambições imperialistas” ⁴⁰¹, que representavam um perigo internacional (PERAZZO, 2009).

Muitos dos alemães presos não representavam nenhuma destas “ameaças”, o que pode ser observado nas diversas cartas que contestavam essas prisões, como Frieda Rolwer. Ela escreveu para Vargas, do Rio de Janeiro, em outubro de 1942, solicitando, humildemente, a liberdade do marido alemão:

Venho por meio desta ajoelhar-me aos vossos pés para pedir vos que tenha pena de mim e dois filhos passando privações com a ausência de meu marido Friedrich Rolwer, natural da Alemanha que se encontra 1 mez e 5 dias preso na Detenção. Sr. Presidente, eu sou brasileira, assim como meus filhos também, uma de 15 e o menos com 7 anos de idade. Meu marido é e sempre foi amigo do Brasil, nunca tratou de políticas, tem boa conduta e se V. Excia quizer poderá mandar colher estas informações na Ilha do Vianna, onde trabalha há 11 anos (...) te apelo para o vosso nobre e bondoso coração, pelo amor e nossa família. Sr presidente, aos vossos pés eu peço faça esta caridade e manda libertar o meu marido. Como brasileira eu lhe garanto que, para tudo que V. Excia quizer e exigir, seremos eternamente vossos servos e eu pedirei em minhas orações que Jesus lhe cubra de bençãos e lhe de muitos anos de vida e saude para socorrer todos os que se acham na minha situação⁴⁰².

A missivista recorreu ao governante em “termos de oração” indicando sua situação de extremo desespero. As suas identificações pessoais e nacionais- mulher, mãe e esposa brasileira- são combinadas com dois pilares do regime: a família e o trabalho. Embora adotasse os dois, o peso maior recaiu sobre os impactos da ausência do marido na família. As referências sobre o marido foram baseadas em critérios que o definiam como “bom estrangeiro” e “brasileiro”. Nos

⁴⁰¹ Cabe salientar que, entre 1930 e 1940, a maioria das comunidades teuto-brasileiras eram formadas pelos descendentes de alemães que imigraram para o Brasil no século XIX, ou seja, esta era a terceira geração germânica no país. Contudo, segundo Perazzo (2009), apesar de terem nascido no Brasil, mantinham hábitos, costumes e tradições alemãs.

⁴⁰² AN- GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 27.912-42.

termos da missivista, ele era apolítico, tinha boa conduta e era trabalhador. Portanto, não havia motivo para ficar preso senão sua origem alemã.

Nos trâmites internos consta que a situação de Friedrich Rolwer foi esclarecida pela *Secretaria de Justiça e Segurança Pública* e, por isso, o marido recebeu a liberdade.

Janete Leiko Tanno (2005), ao estudar as cartas dos presos e seus familiares para o chefe de Polícia Filinto Müller, durante o Estado Novo brasileiro, também observou que na maioria das missivas a liberdade é solicitada como esmola e não como um direito de um preso inocente, que poderia ser fornecido por um órgão jurídico no exercício de suas funções. Para a historiadora, isto revela a autonomia da polícia perante o judiciário, mas também a deterioração deste poder, que no Estado Novo tornou-se “um enfeite, uma fachada”⁴⁰³.

A leitura destas cartas revela os desdobramentos das práticas repressivas, que abarcavam diversas pessoas configurando um amplo quadro de sofrimentos e privações. Estas contrastam com os discursos oficiais acerca da família no Estado Novo e demonstram as suas contradições nas práticas políticas. Após as prisões dos maridos e dos filhos, o resto da família passava por uma série de dificuldades financeiras e emocionais, que geravam dor, sofrimento, doenças, fome, despejo, entre outros, que somente poderiam ser resolvidas com a libertação do preso. Por isso, concordamos com Ferreira (2011) ao considerar que, em alguns casos, não é casual que nos escritos da época as pessoas comuns fizessem referência ao “coração humano” de Vargas e não à repressão política, às prisões arbitrárias, à tortura policial ou às perseguições aos comunistas. O apelo direto também indica como as pessoas comuns percebiam que Vargas estava acima da lei e, conseqüentemente, de todas as autoridades governamentais.

A estratégia adotada pelos missivistas, conscientemente ou não, considerava a suposta subordinação e obediência das pessoas comuns ao poder estabelecido, elementos inerentes da relação direta e pessoal assimétrica

⁴⁰³ Embora concorde com a percepção de que o poder de Filinto Muller se sobressaia ao do Judiciário, Ferreira (2011), analisando os processos dos presos políticos que pedem tratamento de saúde, considera que os burocratas do Ministério da Justiça seguiam orientações jurídicas, ponderando que o preso estava sob a responsabilidade do Estado, cabendo ao poder público garantir sua vida. As distintas percepções dos historiadores revelam que o regime não era monolítico, compacto e isento de tensões e contradições internas.

entre elas e Vargas. Ademais, em um sentido mais amplo do gênero epistolar, que ultrapassa o Estado Novo, esta forma de se dirigir a autoridade compõe a “retórica da submissão”, comumente adotada no diálogo vertical estabelecido entre as pessoas comuns e as “autoridades”. Neste estilo de diálogo, o missivista reconhece as desigualdades entre ele e o destinatário e adota fórmulas de demonstração de respeito e de cortesia, inclusive já existentes, para ser atendido (BLAS, 2016).

Além das cartas de pedidos dos familiares- esposas, irmãos e sogros- também figuraram cartas de “terceiros”. Nestas evidenciam-se ainda mais os abusos do Estado, como é possível observar na carta de Henrique Munhoz, do Paraná, em julho de 1942:

Como brasileiro venho fazer um apelo aos sentimentos humanos, ao seu bom coração, para que seja posto um fim ao sofrimento e as humilhações injustas porque estão passando na penitenciária do Ahu, numerosos cidadãos alemães, cujo crime é serem alemães ou alguns terem pertencido ao partido nazista. Lá entre eles, estão cidadãos justos de nossa sociedade, casados com brasileiras, com filhos brasileiros (....) Há longos 8 meses estão sofrendo por crimes que não cometerão, humilhações dolorosas (...) No Brasil residem há mais de 30 anos e aqui empregado em atividades do comércio e da indústria (...) ⁴⁰⁴.

Amparado na identificação nacional, Henrique denunciou as condições diferenciadas dos presidiários alemães baseados no estigma da sua nacionalidade. Assim como as missivistas anteriores, ele pondera que muitos foram atingidos por critérios injustos estabelecidos pelo Estado, como os alemães casados com brasileiras.

Segundo Perazzo (2009), embora a Conferência de Genebra de 1929 estabelecesse melhorias de condições para os prisioneiros de guerra, durante a Segunda Guerra, a proteção de civis e o internamento de estrangeiros em território beligerante não dispunha de uma normatização específica. Portanto, a condição dos civis internados nos diferentes países no conflito mundial foi regulamentada baseada nos costumes, nas negociações e nos “regimes de reciprocidades” entre os países dos Aliados e do Eixo, que serviram de interseção entre os interesses internos e externos.

No Brasil, o tema surtiu diversas discussões, especialmente entre os Ministérios da *Justiça e Negócios Interiores* e de *Relações Exteriores*. Ainda de

⁴⁰⁴ AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 21.070.

acordo com Perazzo (2009), a resolução final foi adotar os tratados e convenções internacionais enquadrando os “súditos do Eixo” como “prisioneiros de guerra” para receberem a proteção internacional. Em geral, os prisioneiros de guerra contavam com o auxílio de sociedades e instituições voltadas para a assistência humanitária. No Brasil, eles receberam a assistência da *Cruz Vermelha Brasileira*, do *Comitê Internacional da Cruz Vermelha*, da embaixada espanhola e da legação da Suíça e da Suécia, encarregadas de cuidar dos interesses alemães, japoneses e italianos no país desde o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo.

Estas delegações visitaram diversas vezes os estabelecimentos prisionais a fim de observarem e discutirem o tratamento dispensado aos prisioneiros diante das convenções de Genebra e das condições prisionais brasileiras. As reclamações dos prisioneiros eram registradas pelas delegações diplomáticas que, posteriormente, pressionavam as autoridades brasileiras.

As notícias das condições precárias e dos maus-tratos em alemães detidos, em alguns casos torturados nas Delegacias de Polícia, chegavam para o *Ministério de Relações Exteriores* brasileiro em forma de constrangimento diplomático. Essas imagens negativas sobre o tratamento dos presos, especialmente entre maio e julho de 1942, eram contrastadas com as do discurso oficial, amplamente divulgadas nos meios de comunicação, em que figuravam a “postura humanitária” do tratamento dos presos estrangeiros no Brasil, chamando a atenção para a “diferença” das condições de internamento e tratamento dos Aliados em relação aos países do Eixo (PERAZZO, 2009).

Muitas das reivindicações não eram consideradas, pois os administradores destes locais manipulavam as informações transmitidas endossando que o tratamento dos presos estava dentro ou acima dos critérios estabelecidos. Este foi o caso do relatório interno da DOPS e da *Secretaria do Interior, Justiça e Segurança do Estado* a propósito da carta de Henrique que coincidia com uma reclamação da Embaixada da Espanha sobre o mesmo assunto. Os órgãos governamentais defenderam-se da reclamação e da denúncia indireta informando que, logo após o rompimento das relações com a Alemanha nazista, foi necessário tomar algumas atitudes com os “elementos” que “*subterraneamente trabalhavam com objetivo de favorecer atentados à*

*nossa soberania, teve que realizar a prisão de certo número de elementos preponderantes do antigo núcleo do Partido Nazista, neste Estado”*⁴⁰⁵.

Os relatórios também endossaram a relação dos presos com Hitler referindo-se a eles como “tropa de choque nazista”, que era auxiliada por “outros de menor importância”. No entanto, informaram que os “elementos menos perigosos” estavam sendo colocados em liberdade e os demais ainda estavam reclusos porque comprometiam a segurança nacional. Finalizou justificando as condições e explicando que, apesar de serem inimigos do Brasil, eles recebiam “regalias” que não eram conferidas aos presos comuns⁴⁰⁶. Estas imagens de “regalias” foram amplamente utilizadas na manipulação das críticas do governo alemão e da embaixada espanhola, sendo reforçadas as imagens do “mito humanitário brasileiro” e das prisões como “colônias de férias”, na imprensa nacional pró-governo e estrangeira (PERAZZO, 2009).

As imagens positivas sobre as prisões também foram utilizadas na Argentina peronista. De acordo com Jeremías Silva (2013), durante o primeiro peronismo, Roberto Pettinato, diretor de Institutos Penais entre 1947 e 1955, foi um dos principais propulsores da reforma penitenciária justicialista, implementando uma série de medidas que buscavam *“melhorar a qualidade de vida dos reclusos e aumentar o bem-estar geral dos estabelecimentos penitenciários”*. A “dignificação” dos presos comuns foi combinada e contrastada com a repressão e desigualdade do tratamento dos presos políticos, identificados como opositores do regime. Como ponderou Caimari (2002b; 2002c), o governo peronista buscou estabelecer um laço identitário com os presos comuns, humanizando o seu tratamento. Já os presos políticos, como inimigos do regime, não vivenciariam estas reformas.

Assim como no Brasil, a fim de contestar as denúncias e críticas ao sistema penitenciário e ao tratamento dos presos políticos, a propaganda argentina retratava a “vida confortável” dos presos na mídia doméstica e estrangeira. A despeito da propaganda, a maioria das cartas argentinas analisadas são de “terceiros” que, em geral, reivindicaram a liberdade dos presos políticos, independentemente de serem nacionais ou estrangeiros. Outra distinção é que a maioria das cartas foram enviadas para o Congresso Nacional

⁴⁰⁵ *Idem.*

⁴⁰⁶ Para um contraste ao discurso oficial a respeito das condições das prisões ver Cancelli (1993).

para que fossem encaminhadas ao presidente, o que modificou o encaminhamento das analisadas até o momento.

No caso das defesas dos estrangeiros, estas reivindicações foram somadas às solicitações pela revogação da “Lei da Residência” e pelas justificativas de expulsão de estrangeiros⁴⁰⁷. A pressão maior encontrada foi realizada no Congresso Nacional, especialmente pelos deputados opositores⁴⁰⁸ e pelas mobilizações sociais que cobravam do Estado a garantia dos direitos individuais. Diversos setores da sociedade enviaram cartas, petições e memoriais para o Congresso cobrando um posicionamento distinto do Executivo e solicitando uma mediação com o presidente da nação.

Não encontramos cartas direcionadas para Perón sobre o tema nos arquivos pesquisados, por isso não é possível afirmar se tentaram se comunicar com o presidente e com o Congresso ou se preferiram estabelecer uma comunicação somente com o Congresso. No primeiro caso configuraria uma pressão maior, pois utilizariam todos os recursos disponíveis, inclusive reduzindo a possibilidade da “falha” de comunicação com o presidente. No segundo caso seria possível interpretar como um reconhecimento da falha de comunicação com o presidente ou do caráter autoritário do governante que autorizava a aplicação de medidas restritivas contra os que identificava como “inimigos do regime”. Deste modo, o autoritarismo era denunciado a uma instância que, teoricamente, deveria limitar os poderes do governante.

A despeito das interpretações, as missivas de “terceiros” a favor dos estrangeiros explicitam que, em muitos casos, a relação com o governante argentino não foi estabelecida com base no apoio político e na adesão aos projetos dos governantes, algo que verificamos no Brasil. Especialmente na Argentina, o que vemos são cidadãos organizados reivindicando direitos e liberdades, que antecedem e ultrapassam o peronismo, denunciando as arbitrariedades estatais e cobrando uma mudança do regime. Nestes casos, percebemos que há um reconhecimento da relação assimétrica, mas os cidadãos argentinos não imploram como os brasileiros.

⁴⁰⁷ Patrimônio Legislativo, caixa 1, processo 537; caixa 6, processo 408; caixa 9, processo 661;

⁴⁰⁸ As oposições políticas ao peronismo foram analisadas por Marcela Alejandra Garcia (1997), Marcela García Sebastiani (2005) e Pablo Pizzorno (2018).

Além de repudiar a lei, em diversos momentos os trabalhadores, representantes de associações e dos partidos opositores denunciaram as condições precárias das prisões e as práticas de torturas contra trabalhadores e estudantes, nacionais e estrangeiros, pelo Estado⁴⁰⁹. Entre as mobilizações figuravam os trabalhadores organizados, *Unión das Mulheres da Argentina* (UMA)⁴¹⁰, *Liga pelos Direitos do Homem* (LADH)⁴¹¹ e a *Comissão pela Liberdade dos Trabalhadores Estudantes sob a lei 4144*.

Os trabalhadores organizados, de diversos sindicatos espalhados pelo país, pressionaram o governo solicitando a derrogação da “Lei de Residência”, desde o início do governo peronista. Em 1949, a *União Obreira Metalúrgica*, de Santiago del Estero, ponderou que a derrogação da lei era necessária e deveria ser votada no Congresso porque a lei atentava “*contra os direitos da nova Constituição, que garantia a liberdade de pensar e de expressar livremente as ideias, dar direito ao asilo aos perseguidos por ideias democráticas e por ser uma lei ditada pela oligarquia*” para esmagar o movimento dos trabalhadores, como prova o grande número de deportados⁴¹².

A argumentação da maioria dos trabalhadores organizados expunha a contradição do regime por manifestar a defesa dos direitos individuais, especialmente os sociais e trabalhistas, mas não permitir, na prática, que os

⁴⁰⁹ Patrimonio Legislativo, caixa 2, processo 275; caixa 5, processo 558. A oposição dos partidos ao peronismo, entre os anos 1949 e 1951, foi analisada por Marcela Alejandra Garcia (1997).

⁴¹⁰ A Unión de Mujeres Argentinas (UMA) foi fundada em julho de 1947, buscando retomar a experiência da *Junta de la Victoria*, que durante a Segunda Guerra Mundial envolveu milhares de oficinas de costura e de tecidos para os feridos da guerra. A UMA era composta por mulheres de vários partidos políticos, organizações sociais e religiosas. Ela também era membro da *Federación Democrática Internacional de Mujeres* (FDIM), criada na mesma época como parte da política desenvolvida pelo bloco soviético para disputar a influência ideológica com os Estados Unidos (CASOLA, 2014).

⁴¹¹ A Liga Argentina pelos Direitos do Homem (LADH) nasceu em 1937 nos salões do jornal *Crítica* e mantém-se ativa até os dias atuais com o nome *Liga Argentina pelos Direitos Humanos*. Ela nasce como continuidade do *Comitê Pró Anistia aos Presos Políticos e Exilados da América* e recorre as tradições do *Socorro Vermelho Internacional*. É reconhecida como uma das primeiras a agrupar pessoas de diferentes origens políticas e sociais em defesa da legalidade constitucional na Argentina, sendo seu objetivo defender os direitos e as garantias dos homens. Nas palavras de seus membros, ela surgiu como “*continuidade direta das lutas obreiras e populares que desde 1902, data da sanção da nefasta Lei de Residência, a 4144, a lei repressiva de maior duração na história argentina (se prolongou até 1957, expulsando do país centos de lutadores que haviam chegado a nossa terra chamados pelas agências de imigração) haviam resistido com greves e ações solidárias as perseguições e castigos sofridos por todos os que apoiavam a Ordem imposta desde Roca, a sangue e fogo*” (tradução nossa). Fonte: Liga Argentina por los Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.laligaporlosddh.com/>. Acesso em 29 de julho de 2020; REBOURSIN, 2008; MASSHOLDER, REBOURSIN e DINANI, 2017.

⁴¹² Patrimonio Legislativo, caixa 23, processo 1.187.

trabalhadores se manifestassem diante das injustiças sofridas nos seus locais de trabalho. No caso da “Lei da Residência”, cobravam um posicionamento diferente do governo evocando a distinção, amplamente difundida, do governo peronista com os anteriores. Esta distinção adicionava outro aspecto que sustentava a revogação desta lei, pois ela foi implementada por um “governo oligárquico”, com ideais e projetos políticos que não correspondiam a “nova realidade”.

Essa contradição também foi mencionada nas petições, cartas e memoriais da UMA. A organização, que já tinha uma participação importante na reivindicação dos direitos trabalhistas e políticos das mulheres na Argentina, pressionou o governo reivindicando a liberdade dos presos políticos, a derrogação da “Lei da Residência” e denunciando as torturas, especialmente de mulheres. Em uma petição de 1948, elas utilizaram suas identificações sociais “mães e trabalhadoras” para expressar suas inquietudes pelo destino de sete trabalhadores madeireiros que seriam deportados pela “Lei da Residência”.

Elas pediram a bondade do governo em nome das mães, esposas e filhos que há meses enfrentavam a angústia de nunca mais ver seus seres e entes queridos a quem queriam aplicar a “lei do medo”, “que serviu durante governos oligárquicos e de força para deter e expulsar do país honestos trabalhadores pelo delito de defender seus direitos sindicais”⁴¹³. Reunindo elementos dos imaginários políticos e populares sobre a família e o trabalho, a solicitação também explicita a contradição do governo em querer punir os trabalhadores e suas famílias por quererem defender seus direitos.

No ano seguinte, em abril de 1949, a UMA enviou uma carta para o presidente Perón para expor uma outra situação:

Em nome da UNIÃO DE MULHERES DA ARGENTINA, nos dirigimos ao Exmo Sr Presidente da Nação para denunciar os vexames que tem sido objeto, por parte dos funcionários da Seção Especial da Polícia Federal, um grupo de honestas e dignas mulheres argentinas. Estes feitos, que repugnam nossa consciência de cidadãos, de mães e trabalhadoras, que constituem uma afronta para nossa tradição de povo democrático e progressista, parecem querer reviver procedimentos empregados pelas forças retrógradas do nazi-fascismo, que tanta dor e lágrimas custaram a milhões de seres humanos. Ante o Exmo. Sr. Presidente queremos enumerar estes procedimentos regidos com nossa cultura, com nosso grau de desenvolvimento

⁴¹³ “*que serviera durante gobiernos oligárquicos y de fuerza para detener y expulsar del país a honestos trabajadores por el delito de defender sus derechos sindicales*”. Fonte: Patrimonio Legislativo, caixa 28, processo 1500.

espiritual. É a primeira vez na história de nossa Pátria que mulheres detidas por razões políticas ou gremiais, mães muitas delas, são submetidas a torturas, golpeadas brutalmente, ameaçadas em serem violentadas, vedadas de feito e de palavra, devendo acudir a toda força de resistência moral e física para impedir que feitos indignos fossem consumados.

A reiteração de tais procedimentos, pese os protestos de inumeráveis organizações e os editoriais de numerosos, órgãos jornalísticos, dão a impressão de que nos encontramos ante um método de repressão cuja gravidade e cujos alcances não é necessário exagerar para que se compreenda a magnitude do mesmo (...) (tradução nossa)⁴¹⁴.

O início do trecho contrasta os “vexames” dos funcionários da Polícia Federal com os trabalhos das “honestas e dignas mulheres argentinas”. O repúdio da carta é realizado com base nos direitos conquistados pelas mulheres, como cidadãs, trabalhadoras e mães, que antecedem e ultrapassam o peronismo. Reivindicando estes direitos, que compõem os regimes democráticos, elas denunciavam as torturas e outros maus-tratos das mulheres nas delegacias e nas prisões esperando uma resolução do caso.

Elas encerram realizando uma pressão final ponderando que as ações dos funcionários públicos parecem ser dirigidas, pois, as torturas e os maus-tratos aos identificados como presos políticos eram de conhecimento público, amplamente denunciados pelas organizações sociais e pelos editoriais de diversos jornais argentinos. Em seguida, detalham os nomes das mulheres que sofreram e os locais em que foram mantidas e pediam uma ação do presidente.

A adoção do verbo “parecer” ao invés de “ser” revela a estratégia das missivistas para dirigirem-se ao presidente, mas também expressa o

⁴¹⁴ “En nombre de la UNION DE MUJERES DE LA ARGENTINA, nos dirigimos al Excmo. Sr. Presidente de la Nación para denunciar los vejámenes de que han sido objeto, por parte de funcionarios de la Sección Especial de la Policía Federal, un grupo de honestas y dignas mujeres argentinas.

Estos hechos, que repugnan nuestra conciencia de ciudadanas, de madres y trabajadoras, que constituyen una afrenta para nuestra tradición de pueblo democrático y progresista, parecen querer revivir procedimientos empleados por las fuerzas retrógradas del nazi-fascismo, que tanto dolor y lágrimas han costado a millones de seres humanos.

Ante el Excmo. Sr. Presidente queremos enumerar estos procedimientos regidos con nuestra cultura, con nuestro grado de desarrollo espiritual. Es la primera vez en la historia de nuestra Patria que mujeres detenidas por razones políticas o gremiales, madres muchas de ellas, son cometida a torturas, golpeadas brutalmente, amenazadas con ser violadas, vejadas de hecho y de palabra, debiendo acudir a toda su fuerza de resistencia moral y física para impedir que hechos indignos fuesen consumados.

La reiteración de tales procedimientos, pese a las protestas de innumerables organizaciones y a los editoriales de numerosos, órganos periodísticos, dan la impresión de que nos encontramos ante un método de represión cuya gravedad y cuyos alcances no es necesario exagerar para que se comprende la magnitud del mismo”. Fonte: Patrimônio Legislativo, caixa 14, processo 939.

conhecimento de parte da sociedade sobre os abusos cometidos pelo governo contra os que não se identificavam como peronistas. Deste modo, consideramos que, assim como no Brasil, o fato dos remetentes não mencionarem explicitamente os nomes das autoridades do país não significava que eles não soubessem ou não conhecessem os nomes dos responsáveis, diretos ou indiretos, por essas ações.

As variadas pressões, dentro e fora do Congresso, favoreceram a criação, em agosto de 1949, de uma comissão bicameral intitulada *Comissão Especial Parlamentaria Investigadora das torturas* para investigar as torturas denunciadas⁴¹⁵. Apesar do título, os trabalhos da Comissão foram no sentido contrário do esperado, pois diversos jornais e instituições, que não se identificavam abertamente com as políticas peronistas ou denunciavam algumas delas, foram perseguidos e fechados (REBOURSIN, 2008).

Para Garcia (1997), a “campanha oficial de intimidação da expressão política” esteve amparada nesta Comissão, que era formada por peronistas e foi denunciada por radicais. Os trabalhos da Comissão afetaram publicações de jornais e de revistas, antigos e recentes, de organizações, empresas e partidos de diversas identificações ideológicas⁴¹⁶.

Como as práticas de tortura e de maus-tratos continuaram, elas seguiram sendo denunciadas pela UMA, que tinha entre seus quadros os comunistas. Segundo Silva (2013), os comunistas realizaram uma ativa campanha de denúncias da gestão de Pettinato. Além das pressões no Congresso, eles também fizeram pressão na mídia, mesmo com a circulação restrita. Em 1951, a publicação comunista *Nossa Palavra* publicou artigos que condenavam o regime penitenciário justicialista e o caráter repressivo do governo.

Em uma das publicações intitulada “O Justicialismo nas prisões do país”, as palavras de Perón sobre a “política de dignificação do sistema penitenciário”

⁴¹⁵ A Comissão seria composta por onze deputados e três senadores. No início, entre os deputados, figuraram José Emilio Visca, como presidente, e os deputados Aníbal J. Dávila Rodolfo Decker, como secretários. Em 1952, integraram a Comissão os seguintes deputados: Oscar Albrieu, Luis Atala, Héctor Castagnino, Juan Degreef, Guillermo de Prisco, Arturo Del Río, Santiago González, Abel Montes, José Presta, Hector Agustín Sainz e Alfredo Ferrer Zanchi. Entre os senadores: Víctor Endeiza, Ricardo Octavio Lorenzón e Mauricio Antonio Scatamacchia. Fonte: Patrimonio Legislativo, caixa 18, processo 928; caixa 15, processo 760; *Diario de sesiones de la Cámara de Senadores*, 26ª Reunion – 12ª Sesión Ordinaria, 29 de agosto de 1952.

⁴¹⁶ Segundo Plotkin (2013), até o final de abril de 1950, a Comissão enclausurou 150 periódicos, sendo um dos que tiveram maior repercussão foi a expropriação do *La Prensa*, em abril de 1951.

eram contrastadas com as denúncias públicas sobre as torturas na Penitenciária Nacional e na negação dos representantes governamentais no Congresso Nacional em investigar os casos dos presos políticos e sociais (SILVA, 2013).

A LADH também pressionou o governo peronista desde o início⁴¹⁷. Apesar das pressões, as detenções e as torturas continuaram⁴¹⁸. Em agosto de 1953, a LADH voltou a pressionar solicitando a transferência de dois estrangeiros, presos sem julgamento há quatro anos, com a saúde comprometida para um hospital. Eles também reivindicam a liberdade de outros 26 presos em Villa Devoto, trabalhadores da construção, metalurgia, madeireira e petróleo⁴¹⁹.

Alguns meses depois, em novembro de 1953, a LADH pressionou o regime novamente ponderando que a “pacificação política” buscada pelo governo por meio da lei da anistia somente seria possível com a revisão e derrogação das leis restritivas implementadas, assim como da “lei de residência”. No segundo caso, mencionou os 29 trabalhadores eslavos que estavam presos há quatro anos, sem julgamento e sem previsão de liberdade, que seguiam pedindo justiça, mas nunca foram escutados pelas autoridades⁴²⁰. A Liga também defendeu a liberdade dos asilados políticos eslavos, guatemaltecos e paraguaios⁴²¹.

⁴¹⁷ Em 1946, enviou uma petição para o Congresso, com milhares de assinaturas de diversas partes do país, solicitando a anistia dos presos políticos, o retorno ao país dos exilados em Montevideu e a derrogação da “Lei de Residência”. As pressões sobre a derrogação e o retorno dos deportados ao país continuaram ao longo dos anos 1940, mas foram intensificadas na década de 1950. Fonte: Patrimônio Legislativo, caixa 7, processo 421; caixa 9, processo 515; e caixa 24, processos 1248 e 1250.

⁴¹⁸ Além da LADH, a Comissão pela Liberdade dos Trabalhadores e Estudantes sob a Lei 4144 também pediu a liberdade de presos políticos e pressionou para a derrogação da “Lei de Residência”. Em junho de 1953, a Comissão pediu para a Câmara observar a situação de 29 trabalhadores e estudantes que há quatro anos estão presos pela “Lei da residência”, e pedir para o presidente da nação derrogar esta lei. Eles procuram a empatia dos deputados com o caso argumentando que suas motivações estão amparadas nos aspectos jurídicos e humanitários. Também ponderam que os presos são trabalhadores “honrados e honestos”, que dedicaram todos os seus esforços em prol do progresso da pátria, sendo que alguns são casados com argentinas e têm filhos também. Portanto, além de estarem integrados à pátria, cumprem com os critérios estabelecidos pelo projeto político. Eles finalizam a carta acrescentando que, além de estarem presos injustamente, estão submetidos às condições precárias na prisão de Villa Devoto, em *“celas úmidas, sem sol ou ar, quase sem poder receber visitas, jornais, o que tem prejudicado a saúde (...)”*, inclusive levando alguns para hospitais. Fonte: Patrimônio Legislativo, caixa 3, processo 197.

⁴¹⁹ Patrimônio Legislativo, caixa 4, processo 273.

⁴²⁰ Patrimônio Legislativo, sem número de caixa, processo 466.

⁴²¹ De acordo com Julieta Carla Rostica, Nicolás Pedroni e Laura Sala (2015), após o golpe de Estado da Guatemala, em junho de 1954, a Argentina concedeu asilo político e recebeu cerca de 200 guatemaltecos, sindicalistas, intelectuais, líderes estudantis, muitos com suas famílias.

No ano seguinte, em setembro de 1954, a LADH encaminhou um longo memorial com uma petição para o Ministro do Interior Angel Borlenghi, para ser encaminhado ao presidente. Dividido em várias partes, eles abordavam os casos dos identificados como presos políticos e pediam a resolução do problema nos seguintes termos:

Temos a honra de nos dirigirmos a V. Excia em nome da Junta Executiva da Liga Argentino pelos Direitos do Homem, interpretando um verdadeiro clamor popular, para peticionar a liberdade das pessoas detidas, a disposição do Poder Executivo da Nação, por razões políticas e gremiais se encontram alojadas em diversos estabelecimentos carcerários do país.

Contam entre elas cidadãos e cidadãs que prestigiam o país pelo seu trabalho no campo da política, literatura, arte, direito; trabalhadores que com seu esforço cotidiano levantam a economia e a indústria da Nação; estudantes que mal deixaram a adolescência e que serão amanhã os profissionais e os técnicos que o país precisa para promover o progresso da ciência e o desenvolvimento de suas indústrias, condições essenciais estas para desembaraçar-nos de tutelas estrangeiras e ultrajantes; estrangeiros enraizados nesta terra, depois de muitos anos de amá-la e trabalhar por ela, que agora se vem ameaçados com a expulsão e, talvez, o encarceramento e a morte em seu país de origem; homens marcados em seus corpos pela enfermidade e que agora se encontram sozinhos com seus males, privados dos recursos que prescrevem a ciência para amenizar seus sofrimentos; militares honrados, como o tenente Alberto Attias, detido há três anos na Penitenciária Nacional pela justiça nos processos instruídos contra ele (tradução nossa)⁴²².

Nos trechos iniciais procuraram mostrar como cada um dos cidadãos detidos, das mais variadas áreas, estavam cumprindo seus deveres como

Entre eles encontravam-se figuras importantes do *Partido Guatemalteco do Trabalho*, como Víctor Manuel Gutiérrez e Carlos Manuel Pellecer. Logo após a sua chegada, em outubro do mesmo ano, um grupo de mais de trinta pessoas foi detido e, sem julgamento, preso na prisão de Villa Devoto.

⁴²² “Tenemos el honor de dirigimos a V.E. en nombre de la Junta Ejecutiva de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre, interpretando un verdadero clamor popular, para peticionar la libertad de las personas detenidas, a disposición del Poder Ejecutivo de la Nación, por razones políticas y gremiales, que se encuentran alojadas en diversos establecimientos carcelarios del país.

Se cuentan entre ellas ciudadanos y ciudadanas que prestigian al país por su labor en el campo de la política, la literatura, el arte, el derecho; trabajadores que con su esfuerzo cotidiano levantan el andamiaje económico e industrial de la Nación; estudiantes que apenas han dejado atrás los umbrales de la adolescencia y que serán mañana los profesionales y los técnicos que el país necesita para promover el progreso de la ciencia y el desarrollo de sus industrias, condiciones esenciales éstas para desembarazarnos de tutelas extranjeras y ultrajantes; extranjeros enraizados en esta tierra, después de largos años de amarla y trabajar por ella, que ahora se ven amenazados con la expulsión y, quizás, el encarcelamiento y la muerte en su país de origen; hombres marcados en sus cuerpos por la enfermedad y que ahora se encuentran a solas con sus males, privados de los recursos que prescribe la ciencia para paliar sus sufrimientos; militares honrados, como el teniente Alberto Attias, detenido desde hace tres años en la Penitenciaría Nacional a disposición del Poder Ejecutivo, a pesar de haber sido absuelto por la justicia en los procesos instruidos en su contra”. Fonte: Patrimônio Legislativo, sem número de caixa, processo 421.

trabalhadores e/ou pais de família, assim como eram importantes para o projeto político peronista, coincidindo, portanto, com o que era preconizado pelo Estado. Mesmo os estrangeiros foram retratados como “bons trabalhadores”, que consideravam a Argentina uma “pátria adotiva”, portanto, também contribuíam para o seu engrandecimento.

A partir desta introdução, a LADH reconhecia que o governo libertara 100 presos, mas solicitava a justiça para 300 que ainda estavam detidos sem saber o motivo e sem julgamento. A Liga também denunciou as prisões arbitrárias ponderando que o Poder Judicial, mesmo quando questionado, não mencionava os motivos das detenções. Algumas vezes, quando os funcionários da Justiça estavam muito pressionados, afirmavam que era pela lei nº 14.062, que dispunha sobre o “estado de guerra interno”. Como esta lei estabelecia “privilégios discricionais” ao poder Executivo, eles pediam para que o Ministro do Interior intercedesse com Perón a favor dos presos para que concedesse a liberdade⁴²³.

Os casos mencionados mostram como muitos missivistas argentinos preferiram adotar outros meios à relação direta com o presidente para realizarem suas solicitações, o que contrasta com os brasileiros. Não é possível saber se o contraste ocorre por preferência ou por falta de opção, já que os brasileiros viviam em uma ditadura e não tinham um Congresso para denunciar os abusos do presidente.

As argumentações das cartas argentinas também contrastam com as brasileiras. No Brasil, observamos que em boa parte das missivas a liberdade é solicitada como esmola enquanto na Argentina ela é reivindicada como um direito, que está sendo desrespeitado pelas autoridades do país.

Na petição enviada, a LADH detalhou alguns casos injustos procurando “romper com o silêncio da imprensa e da radiodifusão, que ocultam a prisão de centenas de presos políticos”. Entre os casos de abusos governamentais argentino, eles mencionam a greve dos metalúrgicos em junho de 1954, que pediam aumento do salário para fazer frente ao custo de vida elevado. Segundo os missivistas, a greve foi identificada pelo governo como um “complô comunista”, sendo que a lista dos cidadãos presos, acompanhada de suas fotografias e prontuários policiais, foi publicada nos jornais do país⁴²⁴.

⁴²³ Patrimonio Legislativo, sem número de caixa, processo 421.

⁴²⁴ *Idem*.

A LADH também acusou as autoridades de terem cedido o “material sensacionalista” e estimulado a sua propagação na imprensa. Os missivistas também apontaram as variadas arbitrariedades das autoridades explicitando como os abusos governamentais eram frequentes e constituídos por aspectos subjetivos e forjados para incriminar os que defendiam seus direitos e liberdades⁴²⁵.

Eles também adotaram alguns dos imaginários políticos sobre a família e o trabalho, defendidos pelo governo peronista, para mostrarem como estas práticas não condiziam com os discursos oficiais sobre as mulheres e suas funções. Entre os momentos da carta que este aspecto fica evidenciado está a menção do local que os detidos foram encaminhados, sendo os homens em Villa Devoto e as mulheres para o Asilo San Miguel, “destinado a alojar prostitutas e outros dejetos sociais”. O complemento do local das mulheres indica como os missivistas se esforçavam para demonstrar que estes locais ameaçavam as imagens das mães ou futuras mães que seriam colocadas nestes lugares. O complemento também pode indicar a punição para aqueles que não correspondiam às expectativas peronistas: deveriam ser excluídos da relação direta e pessoal com o governante, ficando a margem, junto com outras pessoas que também não a constituíam.

O sofrimento dos familiares apontado no Brasil também era explicitado na democracia argentina. Segundo os missivistas, muitos dos familiares dos detentos, nacionais e estrangeiros, não sabiam o seu paradeiro, pois quando recorriam as delegacias eram informados de que seus familiares não foram detidos pelo Estado. Assim como no Brasil, as privações materiais e imateriais eram intensificadas com a angústia de não saberem o paradeiro de seus familiares.

Os missivistas argentinos encerram questionando o sentido e a permanência do “estado de guerra interno” ponderando que este implicava a presença de um enfrentamento de forças beligerantes, que inclusive ocupavam partes do território. Além do governo não enfrentar ações deste estilo, a própria

⁴²⁵ Entre elas que nenhum dos trabalhadores presos foram julgados e que, em seus sumários policiais, não constava a menção ao “complô comunista” divulgado pela mídia. Eles também explicam que quando os advogados questionaram as razões das prisões, lhes informaram que os presos foram condenados por proferirem “obscenidades em voz alta na via pública” e por “promoverem a desordem”.

motivação do “estado de guerra interno”, o golpe frustrado de Menéndez, não existia mais. Ademais, argumentaram que o povo não apoiou o golpe e que, logo após a tentativa, as coisas voltaram a normalidade⁴²⁶. Portanto, o estado evocado pelo governo não se justificava e era inconstitucional.

Neste último tópico analisamos como os nacionais, que estavam envolvidos diretamente ou não com os presos estrangeiros, procuraram estabelecer uma relação direta com os governantes pela liberdade dos que foram identificados como “indesejáveis” pelos regimes. Deste modo, vimos como aqueles que estavam inseridos nas relações diretas e pessoais procuraram reivindicar essa posição e ampliá-la para os estrangeiros.

A despeito das particularidades, os brasileiros e argentinos evocaram as relações com os governantes adotando estratégias distintas, que devem ser compreendidas considerando as particularidades destes regimes. Em geral, vimos que na Argentina os pedidos de “terceiros” foram mais recorrentes do que no Brasil, onde os familiares solicitaram mais a liberdade dos entes presos. No país vizinho, os missivistas complementaram a relação direta com pressões no Congresso onde denunciaram as arbitrariedades e abusos do governo peronista. Também houve uma maior fluidez nas reivindicações pela liberdade dos presos políticos. Isto é, os argentinos diferenciaram menos os presos por serem estrangeiros dos nacionais do que os brasileiros.

Finalmente, ainda que de maneira indireta e sucinta, estas cartas possibilitam o acesso às faces menos visitadas destes regimes políticos, onde aflições, tristezas, raivas, medos e indignações formavam parte do cotidiano destas pessoas e conviveram com as imagens positivas de “novos países” amplamente difundidas por estes governos. Estes sentimentos conviviam com muitos outros e conformaram as complexas relações diretas entre as pessoas comuns e os governantes.

⁴²⁶ Patrimonio Legislativo, sem número de caixa, processo 421.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese procuramos analisar, de forma comparada, a construção dos imaginários populares sobre a família e a pátria durante o *Estado Novo*, no Brasil, e o *Primeiro Peronismo*, na Argentina. Para a análise deste tema, utilizamos como fontes principais as missivas de pessoas comuns enviadas ao ditador Getúlio Vargas e ao presidente Juan Domingo Perón entre as décadas de 1930 e 1950. Além destas missivas, utilizamos outras documentações, como atas de reuniões ministeriais, decretos e leis, discursos políticos, ofícios, diretrizes e registros internos, “documentos secretos”, jornais, revistas, materiais de propaganda (livros, cartazes, folhetos, manuais e materiais escolares), projetos de leis e planos de governos.

A tese que procuramos demonstrar, ao longo do trabalho, foi que as pessoas comuns e os governantes construíram ou reforçaram uma relação direta e pessoal, ainda que assimétrica e imperfeita. Esta se estendeu ao longo dos anos dos governos varguista e peronista, com avanços e recuos. Também procuramos evidenciar, em variados momentos da tese que, a despeito da concepção e do termo adotado “relação direta e pessoal”, ela foi composta por muitos funcionários, de estruturas diversas, encarregados de cuidar da comunicação política com os governantes.

Apesar de considerarmos que essa relação foi mutuamente constituída, buscamos perceber de que maneira tal relação foi edificada e desenvolvida pelas pessoas comuns, a partir da mobilização dos pilares governamentais e dos imaginários acerca da família e da pátria. Além disto, procuramos destacar que as relações constituídas ou reforçadas com os governantes foram estabelecidas em governos de naturezas distintas, uma ditadura no Brasil e uma democracia na Argentina, que teve desdobramentos nas maneiras dos missivistas se expressarem, especialmente as suas divergências, e nas temáticas abordadas. O contraste pode ser notado na forma que os missivistas brasileiros e argentinos se dirigiram aos governantes, sendo que, em geral, os brasileiros manifestaram uma escrita mais submissa do que os argentinos.

As instâncias políticas que os missivistas poderiam recorrer quando identificavam medidas mais autoritárias dos governantes também foi um diferencial. Durante o Estado Novo no Brasil, o Congresso Nacional estava

fechado enquanto, na Argentina, estava aberto. Deste modo, além das cartas enviadas diretamente para o Perón, alguns missivistas também remeteram cartas ao Congresso Nacional visando limitar o poder do governante.

Especificamente sobre os missivistas, como demonstramos ao longo do trabalho, eles provinham de diversos estados brasileiros e províncias argentinas. Alguns também eram estrangeiros que viviam ou desejavam viver no Brasil e na Argentina. Sobre o perfil dos missivistas, embora alguns mencionassem nas cartas que eram funcionários públicos, donas de casa, trabalhadores e desempregados, muitos não se identificaram ou deram poucos detalhes de suas vidas pessoais, o que impossibilitou que traçássemos um perfil sociológico ou realizássemos uma análise da extração de classe das pessoas que escreveram para os governantes. Caso tivéssemos a informação, isto seria interessante de ser realizado uma vez que auxiliaria na reflexão sobre o tipo de relação que estava sendo constituída ou reforçada com os governantes, bem como os interesses de classe envolvidos, por exemplo.

A despeito da diversidade de perfil e dos interesses dos missivistas, eles buscaram construir ou reforçar as relações com os governantes a partir dos imaginários populares sobre a família e a pátria, algo que procuramos demonstrar nas duas partes do trabalho, sobretudo tratando das semelhanças e diferenças destas relações. Na primeira parte, composta por dois capítulos, dedicados aos imaginários populares sobre a família, observamos que as pessoas comuns evocavam a família para conquistar a proteção e justiça dos governantes. As diferentes maneiras que os missivistas se dirigiram aos governantes contribuíram para que analisássemos aspectos distintos em cada um dos capítulos.

No primeiro capítulo, as reivindicações eram feitas aos “pais-governantes” na condição de “filhos”. Nele, procuramos refletir sobre as percepções e os usos que os missivistas fizeram das noções forjadas pelos respectivos governos como “grandes famílias” brasileira e argentina, que incluíam as imagens dos governantes como “pais dos pobres” e as referências aos laços paternos e maternos com eles, destacando as particularidades dos dois países. Procuramos mostrar que, no Brasil, a maioria dos pedidos se referia à resolução de questões que envolviam apenas os núcleos familiares dos missivistas, enquanto na Argentina abarcavam diversos núcleos familiares,

evidenciando que, no país vizinho, a noção de “grande família argentina” era mais acentuada.

A construção das representações do poder e das autoridades, a partir das imagens dos governantes, também foi distinta. No Brasil, Vargas era identificado como pai distante. Já na Argentina Perón era identificado como mais acessível. A relação entre governantes e governados simbolizava laços paternos e maternos, mais “distantes”, no caso brasileiro, e mais “próximos”, no caso da Argentina. Esta diferença se destaca principalmente em relação à Argentina onde se nota uma “sacralização” do casal governante que permitiu a construção de imaginários relacionados a mitos de salvação e de sacrifício.

Também procuramos mostrar os problemas das relações estabelecidas entre as pessoas comuns e os governantes, o que ficou evidenciado no segundo capítulo, no qual analisamos as contestações da população referentes às situações precárias vivenciadas no dia a dia e as exigências pelo cumprimento dos direitos da família. Nas cartas, os missivistas se identificavam como “bons cidadãos”, trabalhadores e pais de família, e exigiam o cumprimento dos direitos sociais, o respeito às garantias legais e as promessas políticas dos governantes.

A grande diferença entre as contestações é que, nas missivas brasileiras, as pessoas comuns evocavam os direitos familiares para fazerem as suas solicitações enquanto nas argentinas combinavam os direitos familiares com as qualificações profissionais. Ou seja, reforçavam a argumentação procurando inverter a lógica de quem ajudaria quem.

A despeito das particularidades apontadas entre brasileiros e argentinos, as contestações expressas nos dois países explicitavam tensões e conflitos de classe que persistiam apesar dos governantes alardearem a “conciliação de classes” e “harmonização da sociedade”. As cartas expressavam as ambivalências e a complexidade das relações entre governados e governantes, marcadas por insatisfações e frustrações em relação ao descaso deles.

As cartas também revelavam os constrangimentos que as burocracias estatais geravam na relação direta entre as pessoas comuns e os dois governantes evidenciando as contradições que existiam durante esse período. Embora os governantes evocassem o “diálogo direto” com as pessoas comuns e promettessem melhores condições de vida e de trabalho, em muitos casos, a legislação implementada não permitia o cumprimento dos anseios dos

missivistas. Deste modo, apesar de muitos terem tentado se amparar nos seus direitos e/ou nas brechas das leis, em diversos momentos eles foram barrados pela burocracia estatal. Em suma, as práticas políticas constrangeram as promessas e os discursos oficiais dos regimes, algo que notamos com maior frequência no Brasil do que na Argentina.

As contestações e contradições que mencionamos também foram analisadas na segunda parte da tese, composta pelos capítulos três, quatro e cinco, onde abordamos os imaginários populares sobre a pátria. Procuramos mostrar que a mobilização patriótica visava o engrandecimento e a defesa da pátria.

No terceiro capítulo analisamos as percepções dos cidadãos sobre o engrandecimento da pátria, de seus papéis nessa empreitada e dos papéis dos governantes. Procuramos mostrar como muitos missivistas utilizaram os símbolos nacionais e as imagens dos governantes para reivindicarem seu direito e desejo de colaborarem com a pátria. No Brasil, a maioria dos projetos e inventos expostos pelos missivistas adotaram os símbolos nacionais enquanto, na Argentina, os missivistas utilizaram símbolos peronistas. Em outros casos, os missivistas brasileiros e argentinos não adotaram os símbolos e as imagens dos governantes.

Nos dois capítulos finais abordamos a outra face dos imaginários populares sobre a pátria, correspondendo à sua defesa. Procuramos mostrar a construção das imagens dos “inimigos” e das “ameaças” contra os regimes por não atenderem aos critérios ideais estabelecidos, por discordarem ou criticarem abertamente os projetos políticos e a atuação dos governantes.

No quarto capítulo mostramos como as denúncias dos “inimigos” da pátria foram constituídas pelos cidadãos nacionais por identificações com os projetos políticos e/ou pelos interesses pessoais. A grande distinção entre as missivas brasileiras e argentinas com denúncias é que, em geral, os brasileiros associaram mais os estrangeiros como os “inimigos da pátria” do que os argentinos. Nas missivas brasileiras também é possível observar uma dupla denúncia: do inimigo e do funcionário público por não cumprir o seu papel. Nas argentinas vimos somente os funcionários públicos sendo denunciados.

A despeito da fluidez das denúncias em prol dos projetos políticos e/ou de interesses pessoais, os missivistas do Brasil e da Argentina colaboraram para a

legitimidade dos governos, tensionaram as relações entre os funcionários estatais e auxiliaram a constituição ou reforço de uma ampla rede de denúncias, que inclusive fazia parte do cotidiano de muitos deles.

No último capítulo procuramos mostrar como os identificados como “ameaças” procuraram contornar a situação, amparados nas imagens de utilidade e colaboração, pois também queriam engrandecer e defender a pátria. Nele também observamos como os nacionais intercederam pelos “indesejáveis”, sejam eles estrangeiros ou nacionais, por meio das denúncias e dos combates dos abusos das autoridades governamentais a partir das cartas para os governantes ou para outras instituições políticas, como o Congresso Nacional argentino.

Estas missivas permitiram observarmos a face negativa dos “novos países”, que mantinham ou inovavam nas práticas censórias e repressivas, sobretudo a partir do modo como os excluídos dos pactos políticos, por razões variadas, foram tratados durante estes governos. Neste capítulo também ficam evidenciadas as discordâncias, contradições e contestações à estas faces autoritárias pelos que faziam parte dos pactos políticos e pelos excluídos, que muitas vezes não queriam estabelecer relações diretas e pessoais, mas ainda assim reivindicavam o respeito dos seus direitos políticos e sociais, especialmente no caso argentino que sob um governo democrático tinha instâncias políticas para pressionar o governo, como o Congresso Nacional.

Uma reflexão mais profunda sobre as cartas contestatórias a estes regimes, enviadas diretamente aos governantes, ainda que almejada, não foi possível, sobretudo porque nos fundos dos arquivos pesquisados nós não encontramos cartas com críticas diretas aos governantes, tanto no caso do Brasil quanto no da Argentina. Em ambos os casos, trabalhamos com cartas que realizavam críticas à funcionários específicos e/ou ao modo como algumas pessoas eram detidas e punidas nestes regimes. No entanto, a responsabilização dos governantes não figurou de maneira direta ou explícita.

No caso argentino ainda identificamos algumas cartas com críticas que explicitavam a contradição de um governo democrático, que se dizia dos trabalhadores, reprimir os que estavam lutando por seus direitos nas greves e em outras manifestações. Estas cartas, especialmente de associações e de deputados, estão no arquivo do Patrimônio Legislativo. Contudo, diferentemente

das milhares de cartas trabalhadas por nós, não encontramos encaminhamentos ou respostas destas missivas.

Além das cartas explicitamente contrárias aos governos e governantes, outro tema que poderia ser explorado em estudos futuros com cartas seria as missivas que as primeiras-damas brasileira e argentina receberam das pessoas comuns, em perspectiva nacional ou comparada. Como mencionamos, elas ficaram responsáveis por grande parte das questões sociais e familiares durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo. Deste modo, a partir das instituições criadas, por exemplo, elas também propiciaram um canal de comunicação política com as pessoas comuns, ainda que com diferenças significativas conforme mencionamos no primeiro capítulo. No caso da Eva Perón, conhecemos alguns estudos, como o de Guy (2017), que utilizaram as cartas para a primeira-dama para refletir sobre o carisma. No entanto, consideramos que uma ampla gama de temas sociais e civis, com questões que se referem ao divórcio, filhos “ilegítimos” e direito à pensão ainda podem ser explorados.

No caso da Darcy Vargas, apesar do estudo de Simili (2008) que trata da atuação da primeira-dama durante o governo Vargas, não conhecemos estudos sobre as cartas que a primeira-dama brasileira recebeu, sobretudo em momentos chave, como durante a campanha da madrinha do combatente na Segunda Guerra Mundial, que foi estimulada, mediada e dirigida por ela. A própria campanha madrinha do combatente e outras que foram implementadas durante o conflito mundial, sob a direção da primeira-dama brasileira, também poderiam receber mais estudos.

Uma outra possibilidade de estudo seria analisar as cartas que as pessoas comuns enviaram para funcionários-chave destes governos, que atuavam nas Secretarias e/ou Ministérios que cuidavam do recebimento e encaminhamento das cartas, como para Luiz Vergara e Francisco Figueroa ou Raúl Mende, nos casos brasileiro e argentino, respectivamente, ou mesmo para funcionários de outros órgãos e Ministérios. No caso brasileiro, o estudo de Luciana Heymann (1999), que analisou as cartas de pessoas comuns para Filinto Muller, demonstrou como estas fontes podem contribuir para a compreensão do regime Vargas. No caso argentino, nos arquivos pesquisados identificamos cartas de pessoas comuns para outros funcionários do governo peronista, como Juan Duarte e Raúl Mende. Assim como no Brasil, consideramos que mais estudos

sobre as cartas de pessoas comuns para os funcionários do governo peronista contribuiria para as reflexões sobre o regime.

Também seria bacana encontrar estudos sobre os imaginários técnico-científicos dos “inventores populares”, em perspectiva nacional ou comparada, como o que Comastri (2015) desenvolveu analisando as cartas que as pessoas comuns enviaram para Perón na Argentina peronista. Durante as décadas de 1930 e 1950, os governantes receberam milhares de cartas com projetos técnico-científicos, que explicitam as variadas percepções dos momentos vividos, mas também das colaborações e contribuições científicas que as pessoas comuns poderiam oferecer aos governantes. No caso do Brasil, é possível identificar uma série de propostas especialmente durante a participação do país na Segunda Guerra Mundial. No caso da Argentina, encontramos diversas propostas sobretudo a partir de 1951, quando Perón convocou a população para enviar as suas inquietudes, isto é, o que consideravam que a “nova Argentina” precisava.

Por fim, ao longo da tese procuramos refletir sobre a constituição ou reforço das relações estabelecidas entre as pessoas comuns e os governantes, a partir da mobilização dos imaginários populares sobre a família e a pátria, ao longo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo. Estas relações compõem um longo, contínuo e complexo processo, que ocorreu de maneiras variadas e particulares, com participações, ritmos, tempos e estratégias distintas. Elas também auxiliam na compreensão das particularidades das culturas políticas forjadas nestes momentos, com significados e desdobramentos distintos no Brasil e na Argentina até os dias atuais.

ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos

Archivo General de la Nación/ Archivo Intermedio
Arquivo Nacional
Biblioteca del Congreso de la Nación
Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira
Biblioteca Nacional Mariano Moreno
Biblioteca Nacional de Maestros
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Instituto Juan Domingo Perón
Museu Evita/ Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón
Patrimonio Legislativo (online)
Portaria da Câmara dos Deputados (online)

Fontes

Cartas brasileiras

Arquivo Nacional - Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR).

- Série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170;
- Série Geral, latas 13, 53, 61, 89, 137, 145, 159, 164 e 473;
- Série Trabalho, latas 124, 202 e 281;
- Série Estados, latas 391 e 512;
- Série Estados (Acre), lata 460;
- Série Estados (Espírito Santo), lata 462
- Série Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324;
- Série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390;
- Série Guerra, lata 197;
- Série Justiça, latas 274 e 340;
- Série Representantes de entidades de representação de classe, lata 171.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Arquivo Capanema

- Série g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura, rolo 45.

Cartas argentinas

Archivo General de la Nación - Fondo Documental Secretaria Tecnica 1º y 2º Presidencia del Teniente General Juan Domingo Peron (1946-1955)

- Caixas: 467, 468, 469, 470, 472, 473, 476, 479, 483, 503, 504, 506, 510, 512, 516, 575, 581, 582, 585, 586, 591, 592, 598, 599, 610, 668, 669, 679.

Patrimonio Legislativo (online)

- Caixas: 3, 4, 6, 7, 9, 14, 15, 18, 23, 24 e 28.

Jornais

Brasileiros: *A Manhã (RJ)*, *A Noite (RJ)*, *A notícia (Santa Catarina)*, *A ordem (Rio Grande do Norte)*, *Cidade de Goiaz (Goiás)*, *Correio da Manhã (RJ)*, *Correio Paulistano (SP)*, *Correio do Povo (RS)*, *Diário de Pernambuco (PE)*, *Diário de São Luiz (Maranhão)*, *Jornal do Comércio (Amazonas)*, *Jornal do Dia (Rio Grande do Sul)*, *O Acre*, *O combate (MA)*, *O dia (Paraná)*, *O Estado do Mato Grosso (Mato Grosso)*, *O Diário (RN)*, *O imparcial (Maranhão)*.

Argentinos: *Clarín*, *Democracia*, *El Líder*, *El Mundo*, *El Laborista*, *La Nación* e *La Prensa*.

Revista

Argentina: *Mundo Peronista*

Censos

ARGENTINA. Censo nacional (1947). *IV Censo General de la Nación*. Población. Buenos Aires: Dirección Nacional del Servicio Estadístico, 1947.

BRASIL. Censo nacional (1940). *Recenseamento geral do Brasil 1940*: censo demográfico: censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Constituições

ARGENTINA. Constitucion (1949). *Constitucion de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Presidencia de la República, 16 mar. 1949.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 16 jul. 1934.

_____. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 10 nov.1937.

Decretos

ARGENTINA. Decreto nº 4.865, de 7 de março de 1947. Derechos de los trabajadores. *Decreto nº 4.865*. Buenos Aires: Boletín Oficial, 1947.

BRASIL. Decreto nº 19.908, de 28 de março de 1931. Suspende a execução da lei n. 4.982, de 24 de dezembro de 1925, e do respectivo regulamento, e estabelece nova modalidade para a concessão de férias a operários e empregados. *Decreto nº 19.808*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1931.

_____. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral. *Decreto nº 21.076*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. *Decreto nº 21.175*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932. Regula o horário para o trabalho no comércio. *Decreto nº 21.186*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.364, de 4 de maio de 1932. Regula o horário para o trabalho industrial. *Decreto nº 21.364*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932. Institui Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências. *Decreto nº 21.396*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.417 de 1932, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. *Decreto nº 21.417*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 21.761, de 23 de agosto de 1932. Institui a convenção coletiva de trabalho. *Decreto nº 21.761*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932. Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria. *Decreto nº 22.042*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. *Decreto nº 22.132*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1932.

_____. Decreto nº 23.103, de 19 de agosto de 1933. Regula a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais e bancários e em instituições de assistência privada. *Decreto nº 23.103*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1933.

_____. Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934. Regula a concessão de férias aos empregados na indústria, sindicalizados. *Decreto nº 23.768*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1934.

_____. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Decreto nº 3.010*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1938.

_____. Decreto nº 9.816, de 2 de julho de 1942. Regulamenta o art. 28 do decreto-lei n. 3200, de 19 de abril de 1941. *Decreto nº 9.816*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto nº 18.809, de 5 de junho de 1945. Aprova o Regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho. *Decreto nº 18.809*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1945.

Decretos-leis

BRASIL. Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. *Decreto-lei nº 383*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1938.

_____. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Decreto-Lei nº 406*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1938.

_____. Decreto-lei nº 849, de 9 de novembro de 1938. Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de "cupro-níquel". *Decreto-lei nº 849*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1938.

_____. Decreto-lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. *Decreto-lei nº 1.713*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1939.

_____. Decreto-lei nº 1.909, de 26 de dezembro de 1939. Dispõe sobre as escalas de salário dos extranumerários-mensalistas, sobre o pagamento do pessoal extranumerário da União e dá outras providências. *Decreto-lei nº 1.909*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1939.

_____. Decreto-lei nº 2.548, de 31 de agosto de 1940. Faculta a redução do salário-mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências. *Decreto-lei nº 2.548*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1940.

_____. Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. Dispõe sobre a organização e proteção da família. *Decreto-Lei nº 3.200*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1941.

_____. Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências. *Decreto-Lei nº 4.545*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto-lei nº 4.637, 31 de agosto de 1942. Estabelece normas especiais a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o estado de guerra, e dá outras providências. *Decreto-lei nº 4.637*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto-lei nº 4.639, de 31 de agosto de 1942. Faculta a prorrogação normal do trabalho nas empresas que interessem à produção e à defesa nacional, e dá outras providências. *Decreto-lei nº 4.639*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto-lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942. Institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira, e dá outras providências. *Decreto-lei nº 4.791*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto-lei nº 4.868, de 23 de outubro de 1942. Altera o regime de concessão de férias aos trabalhadores empregados nas atividades essenciais à segurança nacional, enquanto durar o estado de guerra. *Decreto-lei nº 4.868*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

_____. Decreto-lei nº 5.516, de 24 de maio de 1943. Estabelece, durante o estado de guerra, a obrigatoriedade do registro e a fiscalização das atividades e da organização de entidades objetivando assistência, orientação ou propaganda entre os trabalhadores e dá outras providências. *Decreto-lei nº 5.516*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1943.

_____. Decreto-lei nº 5.452, 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Decreto-lei nº 5.452*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1943.

_____. Decreto-Lei nº 5.821, de 16 de setembro de 1943. Dispõe sobre dissídio coletivo enquanto perdurar o estado de guerra. *Decreto-Lei nº 5.821*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1943.

_____. Decreto-lei nº 6.361, de 22 de março de 1944. Suspende, enquanto perdurar o estado de guerra, as disposições dos arts. 239 e 241 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. *Decreto-lei nº 6.361*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1944.

_____. Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. *Decreto-lei nº 7.038*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1944.

_____. Decreto-lei nº 7.916, de 30 de agosto de 1945. Dispõe sobre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais e dá outras providências. *Decreto-lei nº 7.916*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1945.

Leis

ARGENTINA. Ley nº 4.144, de 22 de novembro de 1902. *Ley de Residencia*. Ley nº 4.144. Buenos Aires, BA: Boletín Oficial, 1902.

_____. Ley nº 13.234, de 1 de setembro de 1948. Organiza la nación para tiempo de guerra. *Ley nº 13.234*. Buenos Aires, BA: Boletín Oficial, 1948.

_____. Ley nº 13.529, de 8 de julho de 1949. Fijase para cada Secretaría de Estado en que se divide el Despacho de los Negocios de la Nación. *Ley nº 13.529*. Buenos Aires, BA: Boletín Oficial, 1949.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Lei nº 3.071*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1916.

_____. Lei nº 259, de 1º de outubro de 1936. Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional. *Lei nº 259*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1936.

Outras documentações

ARGENTINA. ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1946. *ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1946*. Tomo VI. Buenos Aires: LA LEY, Sociedad Anónima Editora e impressora, 1966.

ARGENTINA. ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1948. *ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1948*. Tomo VIII. Buenos Aires: LA LEY, Sociedad Anónima Editora e impressora, 1966.

_____. ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1949. *ANALES DE LEGISLACIÓN ARGENTINA 1949*. Tomo IX-A. Buenos Aires: LA LEY, Sociedad Anónima Editora e impressora, 1966.

_____. Boletín Oficial de la República Argentina, 16 de outubro de 1950. *Boletín Oficial de la República Argentina*. Buenos Aires, BA: Boletín Oficial, 1950.

_____. Boletín Oficial de la República Argentina, 25 de outubro de 1951. Promulga el Ejecutivo la Ley que aprueba el decreto 19.376/51. *Boletín Oficial de la República Argentina*. Buenos Aires, BA: Boletín Oficial, 1951.

_____. Derechos de los trabajadores, 24 de fevereiro de 1947. *Derechos de los trabajadores*. In: *La Nación Argentina Justa, Libre y Soberana*. Buenos Aires: Control de Estado de la Presidencia de la Nación/ Editorial Peuser, 1950.

BRASIL. Diário Oficial da União, 2 de junho de 1942. Requerimentos despachados pelo senhor Presidente da República. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1942.

Discursos políticos

PERÓN, Juan Domingo. 17 de outubro de 1946 (Monumento ao Descamisado). In: COMISIÓN EJECUTORA DE LA LEY 25.114 (2002). *Perón y el 17 de Octubre (1945-1974)*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2002.

_____. *Exposición del plan de gobierno 1947-1951 en el Congreso*. Discurso político de Juan Domingo Perón de 21 de outubro de 1946. In: PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. “Cuadernillos de formación político-sindical, número 2” Discursos de Juan D. Perón, 1946-1947. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

_____. *Creación del Partido Único de la Revolución Nacional*. Discurso político de Juan Domingo Perón de 23 de maio de 1946. In: PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. “Cuadernillos de formación político-sindical, número 2” Discursos de Juan D. Perón, 1946-1947. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

_____. Declaración de bienes. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1949. In: Discursos, mensajes, correspondencia y escritos: 1949 / Perón. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2016.

_____. Las 20 verdades peronistas. Discurso político de Juan Domingo Perón de 17 de outubro de 1950. In: COMISIÓN EJECUTORA DE LA LEY 25.114 (2002). *Perón y el 17 de Octubre (1945-1974)*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2002.

_____. *Perón quiere saber lo que su pueblo necesita*. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951. In: PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo*. Discursos de Juan D. Perón, 1950-1951. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, 1951.

Perón enséñala normas para la función publica. Discurso político de Juan Domingo Perón de 2 de julho de 1952. Subsecretaria de informações: Buenos Aires, 1952.

Publicações – Livros e manuais

La Nación Argentina Justa, Libre y Soberana. Buenos Aires: Control de Estado de la Presidencia de la Nación/ Editorial Peuser, 1950.

Plan de Gobierno (1947-1951). Buenos Aires: Presidencia de la Nación, Secretaria Tecnica, 1946.

“PLAN POLÍTICO 1952. Situación subversiva, apreciación y resolución”. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1952.

Quem foi quem disse? quem foi que fez?. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940.

2º Plan Quinquenal. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1953.

Bibliografía

ACHA, Omar. “Sociedad civil y sociedad política durante el primer peronismo”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 44, n. 174, p. 199-230, 2004.

_____. *Crónica sentimental de la argentina peronista*. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013a.

_____. “Trabajo y delito en las empleadas domésticas durante el primer peronismo: repensar las nociones de lucha y conciencia de classe”, *Historia Política.com*, San Martín, p.1-21, 2013b.

ACHA, Omar e QUIROGA, Nicolás. “La normalización del primer peronismo en la historiografía argentina reciente”, *E.I.A.L.*, Tel Aviv, v. 20, n. 2, p. 7-34, 2009.

_____. *El hecho maldito*. Conversaciones para otra historia del peronismo. Rosario: Prohistoria, 2019.

ADAMOVSKY, Ezequiel. “Historia del escudo peronista: sus inflexiones de clase y de “raza” (1945-1955)”, *Iberoamericana*, Madrid/ Frankfurt, v. 15, n. 59, p. 65-86, 2015.

ALTAMIRANO, Carlos. “Lo imaginario como campo campo del análisis histórico y social”, *Punto de Vista*, n.38, p. 11-14, 1990.

ARAVECCHIA, Nilce; LAGO, Mayra Coan. O Estado na casa do trabalhador: as dimensões representativas nas ações habitacionais de vargas e perón. In: XVIII CONGRESO DE AHILA. EN LOS MÁRGENES DE LA HISTORIA

TRADICIONAL. NUEVAS MIRADAS DE AMÉRICA LATINA DESDE EL SIGLO XXI, 2017, Valência. *Anais [...] .* Valência: Universitat de València, 2017. v. 1, p. 1-20.

BACHARACH, Walter Zwi. *Estas son mis últimas palabras: Cartas póstumas del Holocausto*. Tel-Aviv: Yad Vashem, 2006.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

BALBI, Fernando. *De leales, desleales y traidores: valor moral y concepción de política en el peronismo*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

BALDIN, Marco Antonio. *O Cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)*. 2014. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (História), Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Franca, 2014.

BALLENT, Anahi. *Las huellas de la política: vivienda, ciudad, peronismo en Buenos Aires, 1943-1955*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, Prometeo, 2009.

_____. “Juan Pistarini. Soldado, ingeniero, ministro: un constructor de paisajes políticos”. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio (orgs.). *La segunda línea. Liderazgo peronista 1945-1955*. Buenos Aires: Pueblo Heredero, Saénz Peña, Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013, p. 289 – 312.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

BARROS, José D’Assunção. “História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico”, *História Social*, Campinas, n.13, p.7-21, 2007.

BARROS, Orlando de. “Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos meses do DIP”. In: FONSECA, Silvia C; CORRÊA, Maria Leticia (org). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2009, p.229-271.

_____. *A guerra dos artistas*. Dois episódios de história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. “A Rádio Mauá, a emissora dos trabalhadores a serviço do Estado Novo”. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan; RODRIGUES, Joana; MARQUES, Rita; RODRIGUES, Sabrina. *Estado e*

lutas sociais na América Latina: sociedade, economia e política. São Paulo: PROLAM/USP; Terceira Margem, 2019, p. 246-271.

BARRY, Carolina; RAMACCIOTTI, Karina; VALOBRA, Adriana. *La Fundación Eva Perón y las mujeres: entre la provocación y la inclusión*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

BARRY, Carolina. “El proceso de inclusión de las mujeres durante el peronismo”. In: PRADO, Maria Ligia C. *Vargas & Perón: aproximações e perspectivas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009a, p. 85-115.

_____. *Evita capitana: el Partido Peronista Femenino, 1949-1955*. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2009b.

_____. “¿Una cruzada de Evita? El peronismo y la Ley de Sufragio Femenino”. BARRY, Carolina (org.). *Sufragio femenino: prácticas y debates políticos, religiosos y culturales en la Argentina y América Latina*. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011, p.113 – 143.

BARTEL, Carlos Eduardo. *Os emissários sionistas e nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)*. 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. “A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951”, *Revista brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 31, n.1, p. 151-167, 2014.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.161-191.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. “Trabalhadores e tensões políticas na formação do Peronismo: a questão do Partido Laborista”. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, Buenos Aires, n.8, p.89-103, 1993.

_____. *Sob o signo da nova ordem*. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERROTARÁN, Patricia. *Del plan a la planificación: el estado en la época peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2003.

_____. “José Figuerola. El estadígrafo de Perón”. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013, p.175-194.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Trad por Lólito Lourenço de Oliveira.

BIANCHI, Susana. “Catolicismo y peronismo. La educación como campo de conflicto (1946-1955)”, *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales, Buenos Aires*, n. 11, p. 147-178, 1996.

_____. “Catolicismo y peronismo. Iglesia católica y estado en la Argentina, 1945-1955”. *Trocadero: Revista de historia moderna y contemporánea*, Cádiz, n. 8-9, p. 351-367, 1997.

_____. “Catolicismo y peronismo. La familia entre la religión y la política (1945-1955)”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr Emilio Ravignani*, Buenos Aires, v. 19, n. 3, p. 115-137, 1999.

BIERNAT, Carolina. “Migrantes, refugiados y fugitivos: las ambiguas políticas migratorias del primer peronismo (1946-1955)”, *Persée*, Lyon, n. 7, p. 95-119, 1999.

_____. *¿Buenos o útiles? La política inmigratoria del peronismo*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

BLAS, Verónica Sierra. *Cartas Presas*. La correspondencia carcelaria en la Guerra Civil y el Franquismo. Madri: Marcial Pons Historia, 2016.

_____. “Exilios epistolares. La Asociación de Padres y Familiares de los niños españoles refugiados en México (1937-1940)”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Maria Margarida; LAGO, Mayra Coan (orgs.). “A guerra civil espanhola e a América Latina”. São Paulo: PROLAMEPAL/USP: CEDHAL/USP: ECA-USP, Terceira Margem, 2018, p.129-153.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, *Revue de Synthèse Historique*, v.6, p.15-50, 1928.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Trad Júlia Mainardi.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. “Antivarguismo y antiperonismo (1943-1955): similitudes, diferencias y vínculos”, *Anuario Digital*, Rosário, n.24, p. 73-97, 2011-2012.

BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. “Anos trinta e política: história e historiografia”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 159-182.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2005.

CAIMARI, Lila. “El peronismo y la iglesia católica”. In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002a, p. 441-480.

_____. “Castigar civilizadamente. Rasgos de la modernización punitiva en la Argentina (1827-1930)”. In: GAYOL Y KESSLER (compiladores). *Violencias, delitos y justicias en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial–Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002b, p. 141-167.

_____. ““Que la revolución llegue a las cárceles”: el castigo en la Argentina de la justicia social (1946-1955)”, *Entrepasados. Revista de Historia*, Buenos Aires, n. 22, p. 27-48, 2002c.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “História Política”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 161-165, 1996.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. "Populismo latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, p.125-166.

_____. "Estado Novo: Novas Histórias". In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2014, p.183-213.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASOLA, Natalia. "Con "m" de "mamá": las militantes comunistas y la Unión de Mujeres Argentinas durante la segunda mitad del siglo XX", *Amnis*, n.13, s/p, 2014.

CASTIÑEIRAS, Noemí. *Fundación Eva Perón*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón, 2001.

CASTRO, Guadalupe Adámez. *Gritos de papel: Las cartas de súplica del exilio español (1936-1945)*. Madri: Editorial Comares, 2017.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Autêntica Editora, 2013.

CHERÑAVSKY, Analía. *Um maestro no Gabinete: música e política no tempo de villa lobos*. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CHIARINI, Sebastián; PORTUGHEIS, Rosa Elsa (org.). *Plan Conintes. Represión política y sindical*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. Archivo Nacional de la Memoria, 2014.

CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular: La Argentina Peronista 1946-1955*. Buenos Aires: Ed de la Flor, 1983.

COMASTRI, Hernán. *La política científica en el primer peronismo: discursos e imaginarios sociales (1946-1955)*. 2015. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Doctorado de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org). Dossier “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955), *Historia Política.com*, San Martín, s/p, 2013.

COSSE, Isabella. *Estigmas de nacimiento: Peronismo y orden familiar 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/ Universidad de San Andrés, 2006.

CUCCHETTI, Humberto H. *Religión y política en Argentina y en Mendoza (1943-1955): lo religioso en el primer peronismo*. Buenos Aires: Ceil-Piette; Conicet, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002a.

_____. “Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002b.

DE LA VEGA, Gustavo J. *Planificar la Argentina justa, libre y soberana. El Consejo Nacional de Posguerra (1944-1946)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

DE MASI, Oscar Andrés. *Monumento a Eva Perón*. Buenos Aires: Sanmartino Ediciones, 2014.

D´ARAÚJO, Maria Celina de. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.

D´INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.223-240.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro e ANGELLI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DOYON, Louise M. “Conflictos obreros durante el régimen peronista (1946-1955)”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 17, n. 67, p. 437-473, 1977.

DRUMOND, Maurício. “Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n. 44, p. 398-421, 2009.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “História e culturas políticas: definições, usos, genealogias”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 18, n.28, p.13-28, 2002.

_____. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

EBERLE, Henrik. *Letters to Hitler*. Cambridge: Polity Press, 2012. Trad Victoria Harris.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Trad Rogério Fernandes.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. "Os integralistas no estado do Espírito Santo (1933-1938)", *Revista Ágora*, Espírito Santo, n.14, p. 1-16, 2011.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina*. 2002. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. "Mortes no mar, dor na terra. Brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942)", *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 275-288, 2017.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "A nova "velha história": o retorno da História Política", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-271, 1992.

FERREYRA, Silvana. "Usos políticos de la corrupción en el enfrentamiento peronismo-antiperonismo. Una lectura desde las comisiones investigadoras de 1955 en Argentina", *Institut de Ciències Polítiques i Socials*, Barcelona, n.356, p.5-30, 2019

FIORUCCI, Flavia. "Reflexiones sobre la gestión cultural bajo el Peronismo", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, n. 8, p. 1-11, 2008.

FLITZPATRICK, Sheila. "Supplicants and citizens: public letter-writing in Soviet Russia in the 1930s". *Association for Slavic, East European and Eurasian Studies Review (ASEES)*, v. 55, n.1, p.78-105, 1996.

_____. "Signals from Below: Soviet Letters of Denunciation of the 1930s". *The journal of Modern History*, v.68, n. 4, p. 831-866, 1996.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____. “A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas”, *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 58-72, 2018.

FRAGA, André; LAGO, Mayra Coan; MOURELLE, Thiago (org.). *Governo Vargas: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2020.

_____. *Governo Vargas: questões regionais e interamericanas*. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2020.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FROTSCHER, Méri. ““A miséria me obriga a escrever ao senhor”: a escrita de si em cartas de alemães ao prefeito de Blumenau-SC (1946-1948)”, *Revista Tempo e Argumento*, v.7, n.15, p.1-25, 2015.

GAGGERO, Horacio e GARRO, Alicia Faustina. *Mejor que decir es hacer, mejor que hacer es realizar: Estado, gobierno y políticas sociales durante el peronismo (1943-1955): proyectos y realidades*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (org). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAMBERT, Bruno de Almeida. *O império da lei há de chegar: normas do trabalho rural na argentina e no brasil (1944- 1963)*. 2018. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GAMBINI, Hugo. *Historia del peronismo, la obsecuencia (1952-1955)*. Buenos Aires: Ediciones B, 2014.

GAMBINI, Hugo; KOCIK, Ariel. *Crímenes y Mentiras*. Las prácticas oscuras de Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

GARCIA, Marcela Alejandra. *La oposición política al peronismo: los partidos políticos en la argentina entre 1943 y 1951*. 1997. 318 f. Tese (Doutorado) -

Curso de Historia, Instituto Universitario Ortega y Gasset, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1997.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.

GENTILE, Fabio; PINTO, Antônio Costa (org.). *Populismo: teorias e casos*. São Paulo: EdMeta, 2020.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo vargas (1930-1945)*. 2007. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GERCHUNOFF, Pablo e ANTÚNEZ, Damián. “De la bonanza peronista a la crisis del desarrollo”. In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva Historia Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 125-207.

GERTZ, René. “Estado Novo: um inventário historiográfico”. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 111-131.

_____. “A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul”. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo (orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Sagga Editora, 2018, p. 200-217.

_____. “Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo”. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (org). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Trad. Maria Lucia Machado.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. *Mitos, paradojas y realidades en la Argentina peronista (1946-1955)*. Una interpretación histórica de sus decisiones político-económicas. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Quilmes, 2003.

_____. “Nacimos para constituir hogares. No para la calle”. La mujer en la Argentina peronista (1946-1955). Continuidades y cambios”, *Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales*, núm. 65, p. 91-112, 2006.

_____. *Vivir en los márgenes*. Estado, políticas públicas y conflictos sociales. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco. *Indústria de defesa no Brasil entre as duas guerras mundiais*. 2011. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

GOMES, Angela de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 237-338.

GOMES, Angela de Castro; D´ARAÚJO, Maria Celina de. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p.59-84, 1996a.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996b.

_____. “O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: calendário de 1940. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Anpuh, 2003. p. 1-6.

_____. *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. “O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil”, *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v.9, n.25, p.9-37, 2014.

GÓMEZ, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra. *Cinco Siglos de Cartas: Historia y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporânea*. Huelva: Universidad de Huelva, 2014.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. “Culturas políticas, autoritarismos e historicidade: uma entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta”, *Historiæ*, Rio Grande, v. 9, n. 2, p.137-146, 2018.

GRIMSON, Alejandro. “Raza y clase en los orígenes del peronismo: Argentina, 1945”, *Desacatos*, n.55, p. 110-127, 2017.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIVANT, Julia Silvia. “La visible Eva Perón y el invisible rol político femenino en el peronismo: 1946-1952”. *Kellogg Institute for International Studies*, n. 60, p. 1-66, 1986.

GUTIERREZ, Leandro H; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

GUTIERREZ, Talía Violeta. “Familia y educación en la Argentina, 1946-1955. Instrumentos para la acción del Estado peronista”, *Revista de Historia Americana y Argentina*, Cuyo, n. 39, p.145-168, 2002.

GUY, Donna J. *Las mujeres y la construcción del Estado de Bienestar: caridad y creación de derechos en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

_____. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

GVIRTZ, Silvina; BAROLO, Gabriela. “Armando Méndez San Martín. La gestión de la asistencia social y la educación en la consolidación de las bases sociales del peronismo”. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *Los indispensables: dirigentes de la segunda línea peronista*. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2017, p.129-144.

HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HEYMANN, Luciana Q. ““Quem Não Tem Padrinho Morre Pagão”; Fragmentos de um Discurso sobre o Poder”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p. 323-349, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Trad de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira.

JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

_____. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2013.

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

JAMES, Daniel. “17 y 18 de octubre de 1945: El peronismo, la protesta de masas y la clase obrera argentina”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v.27, n. 107, p. 83-129, 1987.

KARUSH, Matthew B. “Populism as an identity: four propositions on peronismo”. In: ABROMEIT, John; MAROTTA, Gary; CHESTERTON, Bridget María; NORMAN, York (orgs). *Transformations of populism in Europe and the Americas. History and recente tendencies*. New York: Bloomsbury Academic, 2016, p.197-211.

KOIFMAN, Fábio. “O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados”. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 71-89, 2017.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Moura.

LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. 2015. 311 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Integração da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- LANZA, André Luiz e LAMOUNIER, Maria Lúcia. "A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930)". *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LEVINE, Robert. M. *Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Trad Anna Olga de Barros Barreto.
- LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. "Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil", *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 27, n. 70, p.1-22, 2019.
- LIMA, Janilson Rodrigues. *A liga eleitoral católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico?* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2017. p. 1-16.
- LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869 - 1960)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- LOBATO, Mirta Zaida; DAMILAKOU, María; TORNAY, Lizel. "Belleza femenina, estética e ideología. Las reinas del trabajo durante el peronismo". *Tomo 61*, v. 1, p. 233-277, 2004.
- LUNA, Felix. *El 1945*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (org). *Populismo y neopopulismo en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- MACKINNON, María Moira. "Los años formativos del Partido Peronista: resultados de una investigación", *Desarrollo Economico*, Buenos Aires, v. 42, n. 165, p.117-127, 2002.
- MACOR, Darío. "Imágenes de los años treinta. La invención de la década del treinta en el debate político intelectual de la Argentina sesentista", *Documento de Trabajo nº 3*, Programa de Estudios Interdisciplinarios de Historia Social CAID 93-94, UNL, Santa Fe, 1995.
- MACOR, Darío; TCACH, César (org.). *La invención del peronismo en el interior del país*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2003.

_____. *La invención del peronismo en el interior del país II*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2013.

MALATIAN, Teresa. "Cartas- Narrador, registro e arquivo". In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 195-221.

MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil!* São Paulo: Ebook Nelson Jahr Garcia, 2002.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, A. P. V. *Dos Pais Pobres ao Pai Dos Pobres: cartas de pais e mães ao Presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo*. *Diálogos*, 12 (2 e 3), 2008, p. 209 - 235.

_____. "Nem minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade". In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 171-189.

MASSHOLDER, Alexia Guillermina; REBOURSIN, Olivier; DINANI, Pedro. *Desde los principios: notas para la reconstrucción histórica de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Bitácora Ediciones, 2017.

MATALLANA, Andrea. *"Locos por la radio": una historia social de la radiofonia en la Argentina, 1923-1947*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

MELO, Hildete Pereira de. "O processo de construção dos direitos das mulheres no pacto getulista: da Constituição Federal de 1934 ao golpe do Estado Novo". In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p.155-177.

MENANDRO, Heloísa. *Revolta Integralista*. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro: CPDOC-FGV. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/a.

MORAES, Marcos Antonio de. "Epistolografia e crítica genética", *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 30-32, 2007.

MORENO, José Luis e CACOPARDO, Maria. "Familia, pobreza y desamparo antes y durante el primer gobierno peronista", *Población & sociedad*, v. 12-13, n. 1, p. 91-131, 2005.

MORENO, José Luis. *Éramos tan pobres: De la caridad colonial a la fundación Eva Perón*. Sudamericana: Buenos Aires, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2009, p.13-37.

_____. "A cultura política comunista: alguns apontamentos". In: NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *Comunistas: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 15-37.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a câmara dos deputados confronta vargas (1934-1935)*. 2015. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

_____. "Getúlio Vargas: prisão, deportação, espancamento e desaparecimento de trabalhadores (1934-1935)". In: MOURELLE, Thiago Cavaliere; FRAGA, André (Org.). *Olhares sobre o Governo Vargas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 47-75.

_____. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37)*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2019.

NAVARRO, Marysa. *Evita*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

NAZAR, Mariana. Los indeseables: un acercamiento al perfil ideológico de los trabajadores detenidos bajo poder ejecutivo nacional durante el primer peronismo. In: XI JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007, Tucuman. *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Tucuman: XI Jornadas Interescuelas, 2007. p. 1-13.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários. O Discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2005.

NEPOMUCENO, Margarida. “A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937”, *Em tempo de histórias*, nº. 33, p.176-189, 2018.

_____. “Exposição do Estado Novo, em 1938, reafirma estratégia conjunta anticomunista com países da América Latina”. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan; RODRIGUES, Joana; MARQUES, Rita; RODRIGUES, Sabrina. *Estado e lutas sociais na América Latina: sociedade, economia e política*. São Paulo: PROLAM/USP; Terceira Margem, 2019, p. 234-245.

NEVES, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas”, *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 40, p. 107-131, 2001.

NUNES, Ana Beatriz Mauá. *Tan criolla, criolla como yo: identidade, política e gênero nas correspondências de victoria ocampo e gabriela mistral, 1926-1956*. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da Terra ao Céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. 532 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Ceará, Fortaleza, 2016.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra adorada, Mãe gentil: representações do feminino e da natureza no Brasil da era Vargas (1930-1945)*. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. “A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)”, *Cadernos Pagu*, n. 39, p.313-343, 2012.

PALERMO, Silvana A. “Sufragio feminino y ciudadanía política en la Argentina, 1912-1947”. In: BARRY, Carolina (org.). *Sufragio femenino: prácticas y debates políticos, religiosos y culturales en la Argentina y América Latina*. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANDOLFI, Dulce. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs). *O Brasil republicano*. vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-38.

PASTORIZA, Elisa; PEDETTA, Marcelo. "Lo que el pueblo necesita". Turismo social y Peronismo. Argentina, 1945-1955. *Études Caribéennes*, n. 13-14, 2009.

PASTORIZA, Elisa. *La conquista de las vacaciones*. Breve historia del turismo en la Argentina, Buenos Aires: Edhasa, 2011.

PEDREIRA, Flávia de Sá (org.). *Nordeste do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: LCTE Editorial, 2019.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: os "súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Editorial Humanitas; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PETITTI, Mara. "Oscar Ivanissevich. El Ministerio de Educación y la reforma educativa durante el primer peronismo". In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *Los indispensables: dirigentes de la segunda línea peronista*. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2017, p. 91 – 106.

PIZZORNO, Pablo. "Orígenes, trayectorias y radicalización de la identidad antiperonista durante el primer peronismo (1943-1955)". *Tese de Doutorado*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Buenos Aires, 2018.

PLOTKIN, Mariano. *El día que se invento el peronismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007.

_____. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Saenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Repensando a história comparada na América Latina". *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

PROL, Mercedes. *Estado, Movimiento y Partido Peronista*. La ingeniería institucional en Santa Fe, 1943-1955. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

PUIGGRÓS, Adriana (org.). *Historia de la educación en la Argentina: discursos pedagógicos e imaginario en el peronismo (1945-1955)*. Buenos Aires: Galerna, 2003.

QUINTEROS, Marcela Cristina. *Os olhos da nação - As imagens construídas sobre o estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas (1930-1955)*. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

RAGO, Margareth. "Trabalho feminino e sexualidade". In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578-606.

REBOURSIN, O. "Derribando algunos mitos: acerca de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre en el nacimiento y desarrollo del "movimiento de Derechos Humanos". *Revista del Centro Cultural de la Cooperación "Floreal Gorini"*, Buenos Aires, n.3, s/p, 2008.

REGOLO, Santiago. "Arturo E. Sampay. El arquitecto de la Constitución de Perú". In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *Los indispensables: dirigentes de la segunda línea peronista*. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2017, p.211-230.

REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)*. 2002. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. São Paulo: FGV, 1988.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas da roça ao presidente: os camponeses ante Vargas e Perón. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.32-57, 2007.

_____. *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana Maria. "La Diplomacia anticomunista: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935", *Revista de Estudios Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 34, n.1, p 92-120, 2008.

ROGÉ, Mariana Garzón. "Prácticas políticas en la construcción del Partido Peronista. Mendoza, 1946-1948", *Estudios Sociales*, v. 42, n,1, p. 91-118, 2012.

_____. “Un espécimen peronista. Pruebas de identidad y modos prácticos de ser en el primer peronismo”, *Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales*, v. 20, n. 4, p.1-18, 2017.

ROMERO, Alejandro Gomes. *O peronismo e o Estatuto Del Peón Rural: relações entre estado e classes sociais no campo argentino durante o peronismo original*. 2019. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROSTICA, Julieta Carla; PEDRONI, Nicolás; SALA, Laura. “Asilo y detención. Los guatemaltecos de 1954 en la Argentina de perón”, *Diálogos: Revista Electrónica de Historia*, v. 16, n. 2, p. 269-301, 2015.

ROZETT, Robert; NIDAM-ORVIETO, Iael. *Después de tanto dolor y angustia: primeras cartas tras la liberación*. Tel-Aviv: Ahavat Shalom Publications, 2017.

RUIVO, Marina; RODRIGUES, Joana de Fátima. “Entre cartas e cadernetas latino-americanas: contribuições para a reflexão sobre arquivos de escritores”, *Eixo Roda*, v. 28, n. 4, p. 367-394, 2019.

SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente?*. 2007. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALVADORI, Maria Angela Borges. “Sintonizados no mesmo dial: debates sobre radiodifusão e educação no Brasil e na Argentina (1930-1940)”. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta e SALVADORI, Maria Angela Borges (org.). *Entre Brasil e Argentina: miradas sobre a história da educação*. São Paulo: Fino Traço, 2015, p. 225-244.

SÁNCHEZ, María Antonia; RONIGER, Luis. “El destierro paraguayo: aspectos transnacionales y generacionales”, *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 52, n. 208, p.135-158, 2010.

SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. *Cartas a Franco de los españoles de a pie (1936-1945)*. Madri: RBA Libros, 2014.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler*. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. *A construção da ameaça justicialista: antiperonismo, política e imprensa no brasil (1945-1955)*. 2015. 230

f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARLO, Beatriz. *La imaginación técnica. Sueños modernos de la cultura argentina*. Nueva Visión: Buenos Aires, 2004.

SCHEMES, Claudia. “O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955)”, *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Espírito Santo, n. 30, p. 335-361, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. “A igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família”, *Caderno de Pesquisa*, n. 37, p. 71-77, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SEBASTIANI, Marcela García. *Los antiperonistas en la Argentina peronista: radicales y socialistas en la política argentina entre 1943-1951*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

SECRETO, Maria Veronica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007a.

_____. “A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 40, p. 115-135, 2007b.

_____. “Fúria epistolar: as cartas das mulheres dos soldados da borracha - uma interpretação sobre o significado da assistência às famílias”. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 12, n. 14, p. 171-190, 2007c.

SEYFERTH, Giralda. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”, *Mana*, v. 3, n.1, p.95-131, 1997.

_____. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.199-228.

PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: CSEdiciones, 1995.

POTASH, Robert A. "Las fuerzas armadas y la era de Perón". In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p.79-124.

SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Hélio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Jeremias. "Roberto Pettinato. La política carcelaria entre la dignificación y la represión". In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La Segunda Línea Peronista 1945-1955*. Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña; Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013, p. 267-287.

SILVA, José Rogério da. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo*. 1992. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

SILVA, Paulo Renato da. "Peronismo e cultura: o Primeiro Congresso de Bibliotecas Populares da Província de Buenos Aires (1949)", *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 222-234, 2010.

SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400.

TANNO, Janete Leiko. "Cartas de presos políticos e de seus familiares: Violência e atuação feminina no governo Vargas. 1930-1945". *Patrimônio e Memória*, v.1, n.1, p.45-55, 2005.

TAYLOR, Julie M. *Evita Perón: los mitos de una mujer*. Buenos Aires: Belgrano, 1981.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Patrícios e plebeus*. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.

TORRE, Juan Carlos (org.). *El 17 de octubre de 1945*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

_____. “Introducción a los años peronistas”. In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 11-78.

TORRE, Juan Carlos e PASTORIZA, Elisa. “La democratización del bienestar”. In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 257-312.

VARGAS, Getúlio. *Diário* (2 volumes). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VEIGA, Cristiane Fernandes Lopes. “Divórcio e Desquite na Cidade de Campinas (1890-1938)”, *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 23, n.1, p. 49-60, 2015.

VERGARA, Luiz. *Fui secretario de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1960.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILLAS, Carlos. M (org.). *La democratización fundamental. El populismo en America Latina*. Cidade do México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1994.

WHITE, Stephen. “Political communications in the USSR: letters to Party, State and Press”. *Political Studies*, v. 31, n. 1, p.43-60, 1983.

WINGENTER, Anne. “Voices of sacrifice: letters to Mussolini and ordinary writing under fascism”. In: LYONS, Martyn (org). *Ordinary writings, personal narratives. Writing Practices in 19th and early 20th-century Europe*. Peter Lang: Alemanha, 2007.

WOLFE, Joel. *Working women, working men - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

_____. ““Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954”, *Revista Brasileira de História*, vol. 14, nº 27, p.27-59, 1994.